

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Faculdade de Letras
Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos

Shirlene Ferreira Coelho

**MARCAS DE ORALIDADE E DE ESCRITURALIDADE EM
DOCUMENTOS SETECENTISTAS: uma forma de caracterização do
escrevente e de reconstrução da oralidade pretérita**

Belo Horizonte
2023

SHIRLENE FERREIRA COELHO

**MARCAS DE ORALIDADE E DE ESCRITURALIDADE EM
DOCUMENTOS SETECENTISTAS: uma forma de caracterização do
escrevente e de reconstrução da oralidade pretérita**

Tese de doutoramento apresentada ao Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos, da Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para a obtenção de título de Doutora em Estudos Linguísticos.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Sueli Maria Coelho

Belo Horizonte
2023

C672m

Coelho, Shirlene Ferreira.

Marcas de oralidade e de escriptualidade em documentos setecentistas [manuscrito] : uma forma de caracterização do escrevente e de reconstrução da oralidade pretérita / Shirlene Ferreira Coelho. – 2023.

1 recurso online (256 f. : il., tabs. (p&b), maps., fots., grafs. (color.)) : pdf.

Orientadora: Sueli Maria Coelho.

Área de concentração: Linguística Teórica e Descritiva.

Linha de Pesquisa: Estudo da Variação e Mudança Linguística.

Tese (doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Letras.

Bibliografia: f. 225-237.

Apêndices: f. 238-256.

Exigências do sistema: Adobe Acrobat Reader.

1. Língua portuguesa – Variação – Teses. 2. Língua portuguesa – Minas Gerais – História – Teses. 3. Língua portuguesa – Minas Gerais – Português escrito – Teses. 4. Linguística histórica – Teses. 5. Sociolinguística – Teses. 6. Manuscritos brasileiros – Minas Gerais – Séc. XVIII – Teses. 7. Oralidade – Teses. I. Coelho, Sueli Maria. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Letras. III. Título.

CDD: 469.798



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS LINGUÍSTICOS

FOLHA DE APROVAÇÃO

Marcas de oralidade e de escriptualidade em documentos setecentistas: uma forma de caracterização do escrevente e de reconstrução da oralidade pretérita

SHIRLENE FERREIRA COELHO

Tese submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em ESTUDOS LINGUÍSTICOS, como requisito para obtenção do grau de Doutor em ESTUDOS LINGUÍSTICOS, área de concentração LINGUÍSTICA TEÓRICA E DESCRITIVA, linha de pesquisa Estudo da Variação e Mudança Linguística.

Aprovada em 26 de maio de 2023, pela banca constituída pelos membros:

Prof(a). Sueli Maria Coelho - Orientadora

UFMG

Prof(a). Leonardo Lennertz Marcotulio

Universidade de Aveiro (Portugal)

Prof(a). Daniela Mara Lima Oliveira Guimarães

UFMG

Prof(a). César Nardelli Cambraia

UFMG

Prof(a). Fábio César Montanheiro

UFOP

Belo Horizonte, 26 de maio de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **Daniela Mara Lima Oliveira Guimaraes, Professora do Magistério Superior**, em 29/05/2023, às 15:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Cesar Nardelli Cambraia, Professor do Magistério Superior**, em 30/05/2023, às 11:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Sueli Maria Coelho, Diretor(a) de unidade**, em 02/06/2023, às 09:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Leonardo Lennertz Marcotulio, Usuário Externo**, em 02/06/2023, às 11:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fábio César Montanheiro, Usuário Externo**, em 02/06/2023, às 13:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2277350** e o código CRC **A180E8CC**.

À minha mãe, Maria da Conceição, e às
minhas irmãs, Sheila e Shirlei.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, a Deus, por ter me permitido completar mais essa etapa na vida acadêmica e ter me dado forças para que isso fosse possível.

A meu pai (*in memoriam*), a minha mãe e as minhas irmãs, Sheila e Shirlei, por sempre me apoiarem e me acompanharem em todas as etapas da minha vida acadêmica e também por sempre me incentivarem a seguir nos meus estudos.

A minha orientadora, Professora Sueli Maria Coelho, pela dedicação e pelo incentivo, desde a minha graduação, acreditando na minha capacidade e me direcionando pela árdua caminhada de pesquisadora.

Aos professores que passaram pela minha vida e que contribuíram, de alguma maneira, na minha formação educacional. Agradeço, em especial, às minhas professoras do italiano, pois, a partir dos conhecimentos que me foram passados, pude compreender um pouco mais a minha pesquisa. Agradeço, também, ao professor Johnny Mafra (*in memoriam*) pela generosidade em ensinar a língua latina, o que me auxiliou no desenvolvimento deste estudo.

Aos professores Leonardo Lennertz Marcotulio, Daniela Mara Lima Oliveira Guimarães, César Nardelli Cambraia e Fábio César Montanheiro pela disponibilidade e pelas contribuições feitas para a melhoria da minha pesquisa de doutoramento. Agradeço, também, às professoras Jânia Ramos e Huda da Silva Santiago, suplentes da banca, pela prontidão com que aceitaram meu convite para contribuírem em minha defesa de doutado.

À professora Daniervelin Pereira e aos membros da equipe da disciplina Oficina de Língua Portuguesa: Leitura e Produção de Textos, pelo espaço concedido para o aprimoramento profissional e acadêmico.

Aos colegas e aos amigos da Faculdade de Letras, pelas trocas de conhecimento. Agradeço, em especial, a Ana Paula Franco, Andreza dos Santos, Bárbara Amaral, Giovanna Rodrigues, Jéssica Sayão, Marcelo de Castro e Vivian Seixas pelo apoio, pela parceria e pelo auxílio em vários momentos dessa jornada.

À Lana Lacerda pela escuta e por me aconselhar nos momentos de dúvida.

Aos funcionários do Poslin e aos coordenadores Wander Emediato e Ana Larissa Marciotto por sempre me auxiliarem quando necessitei.

À CAPES pela concessão de bolsa, o que me permitiu dedicar ao desenvolvimento deste estudo.

Por último, aos familiares e aos amigos que torceram por mim e emanaram boas vibrações durante essa caminhada e a todas as pessoas que, de alguma forma, contribuíram para o meu desenvolvimento acadêmico.

“O texto, resultado do uso do código de sinais que transpõe para o suporte material o ato comunicativo, é, sobretudo, um documento de fatos linguísticos.”
(TELLES; LOSE, 2010)

RESUMO

Um dos grandes desafios para aqueles que desejam enveredar pela pesquisa em linguística histórica, sobretudo as de cunho variacionista, é dispor de arquivos que possam propiciar a verificação das diversas características sociais dos escribas. Soma-se a isso a impossibilidade de reunir dados orais, uma vez que podemos contar apenas com documentos escritos. Apesar desse contexto, mantém-se viável o resgate de marcas que possam remeter à oralidade em tempos pretéritos, numa tentativa de se reconstruir a língua falada de outrora. Nesse sentido, o estudo proposto visa à análise de marcas de oralidade, bem como de escriptualidade, em *corpus* do século XVIII, mais especificamente no dialeto mineiro. Por se respaldar nos pressupostos da sociolinguística, nosso trabalho pode se configurar como um recurso adicional para a avaliação acerca do perfil do escrevente, haja vista que, nem sempre, temos à disposição informações que denotem qual seria o seu grau de domínio da habilidade escrita. Nossa hipótese é a de que a escolha por determinadas grafias pode indicar o estágio de aquisição da escrita, revelando, conseqüentemente, o nível de letramento do escrevente. Desse modo, exploramos a hipótese de que pessoas de níveis sociais mais populares tenderiam a reproduzir uma escrita mais fonética, ao passo que pessoas de classes sociais mais abastadas adotariam grafias etimológicas. Para a verificação da viabilidade de nossa hipótese inicial, selecionamos aproximadamente duas mil e quinhentas palavras de quatro documentos, relativos à atual cidade de Diamantina, que se configuram, no nosso entendimento, como representativos da elite cultural dos setecentos e da classe social menos abastada, a saber, *Termos de Devassas (1750)*, *Estatuto da Ordem Terceira de São Francisco (1778)*, *Livro de Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Amparo (1781)* e *Livro de Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora das Mercês (1782)*. Identificadas as variáveis ortográficas, elegemos cinco fenômenos que pudessem nos fornecer pistas quanto ao perfil desses escreventes no trato para a linguagem escrita, quais sejam: (i) a geminação de consoantes; (ii) a representação de nasalidade; (iii) a representação surda *vs* sonora para /s/ e /z/; (iv) o abaixamento de vogais; e (v) o alçamento de vogais. Dos fenômenos selecionados, a representação da sibilante surda foi a que mais impactou em nossos resultados, seguida da representação de nasalidade, que apresentaram altas taxas de desvios, principalmente entre os escreventes representantes das classes sociais mais elevadas. A geminação de consoantes, o abaixamento e o alçamento de vogais, apesar de apontarem para algumas dificuldades dos escreventes, foram avaliados como fenômenos menos complexos. O que observamos, ao final, é que não apenas a análise quantitativa é suficiente para averiguarmos o nível de letramento desses escribas, sendo necessário recorrer a questões históricas, sociais, normativas, além de estudos contemporâneos sobre aquisição da escrita e sobre a descrição de fenômenos afins ao que elegemos, para, assim, avaliarmos nossa hipótese. Em conclusão, verificamos uma escrita mais arcaizante nos Livros de Compromisso, ao passo que os clérigos demonstraram maior autonomia com a tecnologia escrita, ainda que esse comportamento reflita em desvios ortográficos.

Palavras-chaves: Sociolinguística histórica. Documentos mineiros setecentistas. Etimologizações. Escrita fonética-fonológica. Graus de letramento.

ABSTRACT

One of the problems for those who wish to research in historical linguistics, especially the variationist sociolinguistics, is to have archives that can provide the verification of the various social characteristics of scribes. Furthermore, we have a difficulty to rescue the orality data, because we can only have written documents. Despite this context, the rescue of marks that can refer to orality in preterit times remains viable, in an attempt to reconstruct the spoken language of the past from these documents. In this sense, the proposed study aims to analyze orality marks in a *corpus* 18th century, more specifically in the Minas Gerais dialect. Furthermore, as it is based on the assumptions of sociolinguistics, our work can be configured as an additional resource for the evaluation of the writer's profile, in view of that we do not always have available information that denote what would be their level of mastery of writing skills. Our hypothesis is that the choice of certain spellings may indicate the stage of acquisition of writing, thus revealing the level of literacy of the writer. Thus, we believe that people from more popular social levels would tend to reproduce more phonetic writing, while people from more affluent social classes would adopt etymological spellings. In order to verify the feasibility of our initial hypothesis, we selected approximately two thousand and five hundred words from four documents related to the current city of Diamantina, which in our understanding represent the cultural elite of the 1700s and the less affluent social class, namely, *Termos de Devassas (1750)*, *Estatuto da Ordem Terceira de São Francisco (1778)*, *Livro de Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Amparo (1781)* e *Livro de Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora das Mercês (1782)*. Once the spelling variables were identified, we chose five phenomena that could provide us with clues as to the profile of these writers in dealing with written language: (i) consonant twinning; (ii) the representation of nasality; (iii) voiceless *vs* voiced representation for /s/ and /z/; (iv) the lowering of vowels; and (v) the raising of vowels. Of the selected phenomena, the representation of the voiceless sibilant was the one that most impacted our results, followed by the representation of nasality, which showed high rates of deviations, especially among writers representing higher social classes. The twinning of consonants, the lowering and raising of vowels, despite pointing to some difficulties of the writers, were evaluated as less complex phenomena. What we observed, in the end, is that not only the quantitative analysis is enough to verify the level of literacy of these scribes, it is necessary to resort to historical, social, normative issues, in addition to contemporary studies on the acquisition of writing and on the description of phenomena related to what we chose, in order to evaluate our hypothesis. In conclusion, we verified a more archaic writing in the *Livros de Compromisso*, while the clerics demonstrated greater autonomy with the written technology, even if this behavior reflects in spelling deviations.

Keywords: Historical sociolinguistics. Eighteenth century Minas Gerais manuscripts. Etymologizations. Phonetic-phonological writing. Degrees of literacy.

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS	14
CAPÍTULO 1 - ASPECTOS SOBRE A ESCRITURALIDADE E AS MARCAS DE ORALIDADE NUMA PERSPECTIVA DIACRÔNICA.....	19
1.1 Os metaplasmos.....	19
1.1.1 Metaplasmos por permuta	20
1.1.2 Metaplasmos por aumento/adição	22
1.1.3 Metaplasmos por subtração	22
1.1.4 Metaplasmos por transposição	23
1.2 Analogia	23
1.3 Das mãos (in)hábeis	25
1.4 Da grafia latinizada.....	39
1.4.1 Identificação de latinismos: influência (pseudo-)latina?	39
1.5 Dos aspectos grafofonéticos	49
1.5.1 Variação fonético-fonológica: o que dizem os estudos linguísticos?.....	50
1.5.2 Avaliação dos fenômenos fônicos em uma perspectiva diacrônica	58
CAPÍTULO 2 - ASPECTOS NORMATIVOS DA ORTOGRAFIA NO SÉCULO XVIII: REVISITANDO FEIJÓ (1734) E VERNEY (1746)	63
2.1 <i>Orthographia, ou a arte de escrever, e pronunciar com acerto a Lingua Portugueza</i> , Feijó (1734)	63
2.2 <i>Verdadeiro metodo de estudar para ser util à República, e à Igreja</i> , Verney (1746)	82
2.3 Comparativo entre Feijó (1734) e Verney (1746)	92
2.4 Períodos da história da ortografia.....	93
2.4.1 Período fonético.....	97
2.4.2 Período etimológico ou pseudoetimológico	101
2.4.3 Período reformado ou simplificado	103
CAPÍTULO 3 - PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS.....	106
3.1 Caracterizações da pesquisa sociolinguística	107
3.1.1 Aspectos sociais no Brasil colônia: a capitania de Minas	109
3.1.2 Fatores internos à língua: processos de aquisição da linguagem.....	139
3.2 Da caracterização do <i>corpus</i>	145
3.2.1 Aspectos caligráficos.....	151
3.2.2 Aspectos da produção textual de documentos coloniais	155
3.3 Critérios para a coleta e para a análise dos dados.....	162
CAPÍTULO 4 - APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE RESULTADOS	166
4.1 Discussão dos resultados	168
4.1.1 Representação de /s/ e de /z/.....	169

4.1.2 Representação de nasalidade	183
4.1.3 Geminção de consoantes.....	196
4.1.4 Abaixamento e alçamento de vogais	203
4.2 Entre marcas de oralidade de escriptualidade: a busca por um parâmetro	212
CONSIDERAÇÕES FINAIS	215
REFERÊNCIAS	225
APÊNDICE – Levantamento ortográfico em dicionário do século XVIII (BLUTEAU, 1712-1728) e em dicionário etimológico (CUNHA, 2010)	238

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Em estudo acerca do léxico, mais especificamente dos termos *neologismo* e *arcaísmo*, Mattos e Silva (2009) demonstra o quão complexo pode ser tais definições. Para isso, a autora recorre a diferentes autores, buscando mostrar os mais diversos vieses tomados para qualificar cada um desses termos. Ainda que o enfoque de nossa pesquisa se dê no âmbito da ortografia, seja pela escrita fonética seja pela presença dos latinismos, a autora traz uma importante reflexão, que se aplica ao presente estudo:

[...] neologismos e arcaísmos são conceitos relativos em relação ao tempo histórico das línguas e em relação aos seus referentes externos – as coisas/objetos.

Desaparecendo e reaparecendo, as palavras continuam suas histórias, a depender da história dos falantes das línguas. (MATTOS E SILVA, 2009, p. 19)

Entender o contexto histórico da produção de um documento é um passo essencial para se compreenderem as motivações que levaram o escriba a optar por determinadas formas. A forte influência do catolicismo e do eruditismo podem, indubitavelmente, interferir diretamente na presença de uma escrita latina em textos portugueses setecentistas, produzidos em solo brasileiro. Por outro lado, alguns elementos da oralidade podem aparecer nesses textos, reflexo da língua falada de outrora. Sendo assim, o presente estudo visa a identificar e a analisar os fenômenos *latinismo* e *escrita fonética* em documentos mineiros do século XVIII, numa tentativa de estabelecer o grau de letramento dos escreventes, bem como a contribuir para a reconstituição da oralidade do período, a partir das pistas deixadas na escrita fonética de alguns escribas.

Também Marquilhas (1996), ao analisar a escrita de mãos inábeis em documentos inquisitoriais portugueses seiscentistas, faz um alerta importante: a impossibilidade de se dialogar com o escriba a respeito da sua compreensão sobre escrita, leitura e oralidade, uma vez que são, ao mesmo tempo, “mãos mortas”. Segundo a autora, “a investigação circunscreve se a uma fonte directa o objecto escrito restando a hipótese de tirar o máximo partido do contraste que emerge entre as suas soluções gráficas e as convenções coevas” (MARQUILHAS, 1996, s.p.). Adverte, ainda, que, para o filólogo, a escrita hipercorreta poderia significar “a transposição gráfica de realizações orais flutuantes” (s.p.), em decorrência de uma forma tida como prestigiada. Cabe, contudo, avaliar se tal forma de prestígio refere-se à modalidade oral ou escrita da língua. Há de se considerar, pois, duas

observações feitas pela autora: a primeira referente ao deslumbre de formas prestigiadas que uma mão inábil pode apresentar em sua escrita; e a segunda relaciona-se à “falta de domínio dos códigos logográficos e fonográficos”, que pode resultar em equívocos nas grafias segmentais e etimológicos e na fronteira entre palavras. Semelhante às observações feitas pela autora, Lima (2019) assevera que “é importante ressaltar [...] a necessidade de o linguista-pesquisador perceber que nem sempre o texto escrito se traduz numa representação direta da língua falada” (LIMA, 2019, p. 317).

Dadas as observações tecidas pelos autores supramencionados, indagamos se, de fato: (i) as diferenças ortográficas encontradas nos documentos pretéritos serviriam para a reconstrução da língua oral; (ii) se determinadas grafias estariam relacionadas à classe social dos escreventes, bem como se revelaria o seu nível de aquisição da escrita e, conseqüentemente, de letramento, dada a sua escolha pelas formas etimologizantes ou pela adoção de uma escrita mais fonética; e (iii) se os gêneros textuais poderiam influenciar em uma escrita mais conservadora ou mais fonética, em função do seu grau de formalidade.

Nossa hipótese inicial é a de que a escolha por determinadas grafias - etimologizante ou fonética - seria indicativo do estágio de aquisição da escrita, revelando, por conseguinte, o maior ou o menor nível de letramento do escrevente. Desse modo, os documentos grafados por cidadãos pertencentes a classes sociais mais elevadas, em função de maior conhecimento sistematizado das regras de uso da escrita, recorreriam a uma ortografia mais etimológica. Por outro lado, documentos grafados por escribas integrantes de classes sociais mais baixas reproduziriam, em maior quantidade, uma escrita fonética.

Em nossa pesquisa, visamos, pois, a analisar as formas variantes que possam remeter aos arcaísmos ou à oralidade, coletadas em documentos mineiros do século XVIII, como possível forma de recuperação da modalidade falada da época, assim como tentativa de identificar traços da história social do escriba, mais estritamente ligados ao seu estágio de aquisição do código escrito e, conseqüentemente, de seu grau de letramento. Desse objetivo fundamental decorrem os seguintes objetivos específicos: (i) coletar marcas de escrita fonética nos documentos mineiros setecentistas; (ii) coletar marcas de grafia etimológica - latinismos¹ - nos referidos documentos; (iii) avaliar se os fatores externos, tais como classe social e etnia/raça, influenciam na presença das marcas de oralidade e de latinismos no texto escrito;

¹ Entendemos os *latinismos* como sendo as marcas relativas à grafia de origem latina, característica comum ao período da ortografia que compreende os séculos XVI a XX (COUTINHO, 2004 [1976]). Desse modo, estamos assumindo os termos *etimologização*, e suas variações, e *latinismos* como sendo equivalentes, embora tenhamos ciência de que etimologização engloba diferentes origens.

(iv) averiguar se a (in)formalidade de um texto pode favorecer a presença de marcas de oralidade ou de latinismos; (v) caracterizar indiretamente o perfil sociolinguístico do escriba quanto ao seu grau de letramento, a partir dos fenômenos internos da língua.

Barbosa (1999) defende que a quantificação e a oposição de dados etimologizantes e de grafia fonética exprimem “um critério objetivo, quantificável” (p. 191), por permitir mensurar “os valores da época” (p. 191). Valendo-nos, também, desse pensamento, buscamos avaliar como se dão esses fenômenos no *corpus* em análise, acrescentando a tal análise uma perspectiva qualitativa, que se apoia no tipo de desvio cometido pelo escriba.

A respeito da constituição do que seria uma norma considerada culta, Barbosa (2006) apresenta, como proposição, que uma grafia etimologizante se enquadraria no que se entende como marca de prestígio em um texto redigido no século XIX. Para elucidar isso, o autor argumenta que, se no período medieval, considerado um período fonético (cf. Capítulo 2), não se descartava a existência de uma escrita etimologizante, era possível que, após o século XVI, as duas orientações - escrita fonética e etimologizante - operassem em simultaneidade. Sendo assim, “os redatores, por exemplo, do século XVIII encontravam respaldo para suas próprias variações gráficas na norma subjetiva predicada que era pluriortográfica” (p. 767). O autor destaca as gramáticas de Feyjó (1734) e de Verney (1746), mostrando o contraponto entre ambas: enquanto a primeira se respaldava numa orientação mais etimológica, na segunda se via a defesa de uma escrita mais fonética.

O panorama desenhado para a nossa pesquisa nos mostra a relevância do que estamos propondo, por fomentar a possibilidade de reconstrução da língua falada nos setecentos, como também por configurar uma ferramenta adicional para a verificação do perfil do escriba quanto ao seu nível de letramento. Aparentemente, poucos são os estudos que se concentram na análise sociolinguística do emprego de latinismos (SANT’ANNA; MONARETTO, 2020; GRIMM; MONARETTO, 2017; LIMA, 2019), enfatizando, dessa maneira, a relevância de estudos voltados para isso, uma vez que podem permitir a caracterização do escriba em sincronias pretéritas. Além disso, nosso estudo pode vir a contribuir com outros já desenvolvidos, tais como os de Marquilhas (1996), de Barbosa (1999, 2006; 2017), de Oliveira (2006), de Telles (2008) e de Santiago (2012; 2019).

Para a realização de nossa análise, selecionamos quatro documentos relativos à esfera religiosa, quais sejam, (i) *Termos de Devassa, 1750*, (ii) *Estatuto da Ordem Terceira de São Francisco, 1778*, (iii) *Livro de Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora das Mercês, 1781* e (iv) *Livro de Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Amparo, 1782*

(DUCHOWNY; COELHO, 2013). Considerando que a nossa pesquisa se alinha aos pressupostos da sociolinguística variacionista (LABOV, 2008 [1972]; ROMAINE, 2009 [1982]), temos os Termos de Devassas e o Estatuto da Ordem Terceira de São Francisco como representativos da elite cultural dos setecentos e, conforme se verá no Capítulo 3, pertencentes a classes sociais mais elevadas; por outro lado, ambos os Livros de Compromissos seriam representativos das camadas mais populares da sociedade e, possivelmente, com menor ou nenhum acesso ao ensino institucionalizado, assim como caracterizado no mesmo capítulo.

Para o bom andamento da pesquisa, no *Capítulo 1*, estabelecemos as noções relativas aos metaplasmos e à analogia, uma vez que o entendimento de tais fenômenos é essencial não apenas porque foram mencionados pelos autores que serviram de base para a nossa análise, como também para identificarmos os fenômenos ortográficos comportados em nosso *corpus*. Ademais, dedicamo-nos ao levantamento das pesquisas linguísticas enfocadas nos fenômenos que competem à representação ortográfica, relativas a diferentes períodos históricos, tais como Marquilhas (1996), Barbosa (1999, 2006, 2017), Santiago (2012, 2019) e Oliveira (2006) e, conseqüentemente, estabelecermos paralelos aos nossos resultados.

No *Capítulo 2*, realizamos um levantamento e um comparativo das normas prescritas por Feijó (1734) e por Verney (1746). Isso porque ambos os autores adotaram abordagens distintas, como já mencionado, o que poderia nos direcionar quanto aos resultados obtidos. Além disso, levantamos informações sobre os períodos históricos ortográficos, baseando-nos, essencialmente, em Said Ali (1971 [1921]), em Williams (1975) e em Coutinho (2004 [1976]), com vistas a melhor compreendermos o período histórico em análise.

No *Capítulo 3* estão comportados os critérios adotados para a análise dos dados. Apresentamos uma discussão sobre como se caracteriza a pesquisa sociolinguística e, por consequência, resenhamos alguns estudos que pudessem nos orientar quanto às características sociais e históricas do período, bem como quanto à atuação da Igreja Católica. Foi realizado, também, um levantamento de informações referentes às diferentes formas de acesso às práticas letradas que constituem o período colonial. No que se refere aos fatores internos à língua, dedicamos uma seção ao estudo de Zorzi (2003), a respeito da aquisição da escrita. Por último, detalhamos a descrição de nosso *corpus* e das etapas de coleta e de análise dos dados, incluindo, nessa etapa, uma breve descrição sobre a composição dos gêneros em análise.

No *Capítulo 4*, desenvolvemos a análise dos nossos resultados. Os fenômenos selecionados para o nosso estudo foram (i) a geminação de consoantes, (ii) a representação gráfica de nasalidade, (iii) a representação gráfica para /s/ e para /z/, (iv) o abaixamento de vogais e (v) o alçamento de vogais. A análise empreendida demonstrou que não apenas a escrita fonética e as etimologizações são responsáveis pela caracterização sociolinguística do escriba, como também os tipos de desvios cometidos por esses escreventes, haja vista os conhecimentos metalinguísticos associados a isso.

Feitas as nossas *Considerações iniciais*, passemos, então, ao capítulo relativo à noções de escriptualidade e de oralidade discutidas por outros pesquisadores.

CAPÍTULO 1

ASPECTOS SOBRE A ESCRIPTUALIDADE E AS MARCAS DE ORALIDADE NUMA PERSPECTIVA DIACRÔNICA

No presente capítulo, voltamos os nossos olhos para os estudos que se dedicaram à avaliação dos fenômenos que emergem da escrita de outrora. Nesse sentido, e tendo em mente o objetivo central da pesquisa - avaliar marcas de oralidade e de escriptualidade em documentos mineiros setecentistas -, resenhamos, neste capítulo, trabalhos de estudiosos que visam à análise de tais marcas, tecendo, assim, um panorama diacrônico sobre o assunto. Dito isso, em um primeiro momento, sistematizamos algumas noções relativas aos metaplasmos e à analogia, haja vista que esse entendimento é essencial para a compreensão dos estudos resenhados, bem como porque são conceitos que nos servirão para identificar as marcas ortográficas que possam remeter à oralidade e à escriptualidade em nosso *corpus*. Feito isso, recorreremos a alguns estudos, tais como os de Marquilhas (1996), de Barbosa (1999; 2017) e de Santiago (2012; 2019), para melhor compreendermos a caracterização da (in)habilidade dos escribas. Em seguida, apresentamos uma breve discussão dos estudos relativos às marcas etimológicas e, por último, dos que estão direcionados para os aspectos grafofonéticos, que dialogam intimamente com nosso objeto de estudo. Iniciemos, pois, com o nosso levantamento a respeito dos metaplasmos.

1.1 Os metaplasmos

De acordo com Coutinho (2004 [1976]), os *metaplasmos* referem-se às modificações fonéticas pelas quais passam as línguas em seu processo evolutivo. Ressalta, ainda, que não é necessário retroceder ao latim para se observarem tais modificações; elas estão presentes em um mesmo idioma, ao compararmos períodos distintos.

Adicionalmente, Viaro (2014) argumenta que é na Idade Média que o latim sofreu uma “fragmentação dialetal”, transformando-se nos diferentes idiomas que hoje compõem as línguas da família românica. Após isso, reinicia-se um novo ciclo, em que os “dialetos originais” passam por novas modificações. Assim, “toda história das línguas é a história de uma mescla, seja entre línguas radicalmente distintas, seja entre variantes muito próximas. Tudo indica que *sempre* foi assim, desde a Pré-História. Não, nunca houve, nem haverá línguas puras” (VIARO, 2014, p. 127, *itálico do autor*). Ademais, o autor argumenta que “as

mudanças fonéticas norteiam, de algum modo, a certeza da etimologia e, apesar de não ser um método absolutamente dedutivo [...], é expediente imprescindível para separar as boas etimologias das más” (p. 131). Sendo assim, “as regras das mudanças fonéticas apenas organizam a excêntrica falta de uniformidade que vemos nos dados linguísticos, pois é verdade que, ao lhes retirarmos os elementos tradicionais de organização, apresentam-se-nos como algo que beira o caótico” (p. 131).

A partir do panorama mencionado, entende-se que essas modificações podem refletir acréscimos, quedas ou transposições de fonemas ou de acentos tônicos, o que constitui critério para a classificação dos metaplasmos em quatro grupos, conforme passamos a pormenorizar.

1.1.1 Metaplasmos por permuta

Como o próprio nome sugere, esse tipo de metaplasmos refere-se à substituição de um fonema por outro, dividindo-se entre:

- a. Sonorização: consiste na troca de um fonema surdo por um sonoro homorganogâmico, isto é, que compartilha características fonéticas similares. É o que ocorre, por exemplo, com os fonemas mediais latinos *p, t, c, f*, que passam a *b, d, g, v* em português, respectivamente, por exemplo “*lupu > lobo, cito > cedo, acutu > agudo, profectu > proveito*” (COUTINHO, 2004 [1976], p. 143, itálicos do autor).
- b. Vocalização: que se refere à mudança de fonema consonantal para vocálico, sendo que os grupos latinos *bs, ct, gn, lc, lp, lt* e *pt* tiveram suas primeiras consoantes transformadas em *i* ou em *u* (*absentia > ausência, facto > feito, regnu > reino, falce > foice, palpare > poupar, alteru > outro, cap(i)tale > caudal*).
- c. Consonantização: refere-se ao fenômeno em que um som vocálico passa a consonantal, isto é, as semivogais *i* e *u* modificam-se para *j* e *v*, respectivamente (*iam > já, uagare > vagar*).
- d. Assimilação: caracteriza-se pela “aproximação ou perfeita identidade de dois fonemas, resultante da influência que um exerce sobre o outro” (COUTINHO, 2004 [1976], p. 143), podendo ser vocálica ou consonantal (*calente > caente > queente > quente, persona > pessõa > pessoa*), total ou parcial (*persicu > pessicu > pêssego, auru > ouro*) e progressiva ou regressiva (*amaramlo > amaram-no, ersa > essa*), sendo possível, inclusive, decorrer da influência de uma consoante sobre uma vogal (*resecare > rasgar*).

- e. Dissimilação: refere-se à mudança ou à queda de um fonema, por existir outro “igual ou semelhante na palavra” (COUTINHO, 2004 [1976], p. 144), podendo ser vocálica ou consonantal (temoroso > temeroso, an(i)ma > alma) e progressiva ou regressiva (rostru > rosto, quinq̄ue > cinco > cinco).
- f. Nasalização: decorre da transformação de um fonema oral em nasal (ne > nem, mulgere > monger > mugir), sendo tais casos explicados pela influência da nasal anterior, enquanto “*sim* (< si(c)) decorre da influência de *non*” (COUTINHO, 2004 [1976], p. 145).
- g. Desnasalização: ao contrário do fenômeno anterior, refere-se à transformação de um fonema nasal em um oral (bona > bõa > boa).
- h. Apofonia: também conhecida por *deflexão*, relaciona-se à mudança que a vogal inicial de uma palavra sofre, decorrente da sua união com um prefixo (per+fãctu > perfectu > perfeito).
- i. Metafonia: caracteriza-se pela alteração do som de uma vogal pela influência da semivogal ou da vogal da sílaba seguinte (sequor > sequo > sigo, fecī > fiz), sendo que essa modificação ocorre, apenas, “no singular, no masculino, e na 1.^a pessoa do indicativo, ao passo que no plural, no feminino e na 2.^a e .3.^a pessoa do mesmo modo, se conserva o timbre originário latino: *jõcu* > *jogo* [...], mas *jõcos* > *jogos*, [...] *põrcu* > *porco* [...], mas *põrca* > *porca*” (COUTINHO, 2004 [1976], p. 146, itálicos do autor).

Em relação aos casos de alçamento de vogais, isto é, “quando vogais de uma certa abertura se tornam mais fechadas” (p. 166), Viaro (2014) observa que seria um fenômeno comum em todo o território brasileiro e que, nem sempre, é possível resgatar as motivações para a sua ocorrência, pois em “muitas formas [...] o alçamento vocálico [é] simplesmente herdado” (p. 166). O autor menciona, também, a existência de casos de dissimilação de *i*, como as formas *menistro* e *deficil*, por exemplo. Desse modo, para o autor, a forma *menino* não poderia servir de base para explicar a realização [mi'ninu], pois esta seria a forma mais antiga, datada do século XIII; o processo evolutivo seria, então, [mi'ninu] > [mõ'ninu]. O autor defende, portanto, um estudo diacrônico, além da consideração de fatores sociolinguísticos e de cada caso isolado, para assim se averiguar a procedência das formas em análise.

1.1.2 Metaplasmos por aumento/adição

Estão inseridos, neste grupo, os metaplasmos em que se observa uma adição de “fonemas à palavra” (COUTINHO, 2004 [1976], p. 146), sendo classificados em:

- a. Prótese ou prótese: acréscimo de fonema no início da palavra (stare > estar, scutu > escudo).
- b. Epêntese: adição de um fonema no interior de uma palavra (arena > area > areia, stella > estrela).
- c. Anaptixe ou suarabácti: acréscimo de uma vogal a um grupo consonantal (februariu > febrariu > *fevrairo > fevereiro).
- d. Paragoge ou epítese: adição de fonema no final de uma palavra (ante > antes)².

A respeito da epêntese, Viaro (2014) explica que esse é um fenômeno bastante comum no português, sendo usual o acréscimo de *e* epentético, “cuja pronúncia varia entre [e] e [i]” (p. 134), por exemplo, “*advogado* > [adevo’gadu]” ou “*apto* > [‘apitu]” (p. 134, itálicos do autor). Acrescenta, ainda, que a epêntese pode mudar “padrões sonoros”, como o da palavra *ritmo*, considerada paroxítona que passa a ser proparoxítona ([‘xit]imu]). Além disso, o autor disserta que, no PB, haveria apenas dois contextos em que a epêntese de vogal seria empregada “para separar encontros consonantais” (p. 134): (i) quando “a primeira consoante é uma oclusiva ou uma fricativa labiodental e a segunda consoante, um *r* ou um *l*”; e (ii) quando “a primeira [consoante] é um *s*, um *l* ou um *r* e a segunda, qualquer consoante” (p. 134, itálicos do autor).

Além disso, Viaro (2014) relata sobre outro caso de epêntese, que é o acréscimo de consoantes nasal entre uma “vogal nasal tônica +vogal” (p. 136, itálicos do autor), como em “lat. *unam* > *ũa* > *uma*” (p. 136, itálicos do autor), porém sendo esses casos menos comuns no português.

1.1.3 Metaplasmos por subtração

São agrupados, neste elenco, os casos em que há uma diminuição ou uma queda de fonemas, sendo estes metaplasmos classificados em:

- a. Aférese: queda de fonema inicial (inamorare > namorar)³.

² Segundo Coutinho (2004 [1976]), esse fenômeno também é comum em casos de estrangeirismos, em que se acrescenta *e* final nas formas aportuguesadas: bife (beef), clube (club), restaurante (restaurant).

- b. Síncope: queda de fonema no interior de palavras (malu > mau, manica > manga).
- c. Haplologia: queda de uma sílaba, no interior de uma palavra, por haver outra igual ou semelhante (perdita > *perdeda > perda, semiminima > semínima).
- d. Apócope: queda de fonema final (amat > ama, amare > amar).
- e. Crase: fusão de fonemas idênticos (pede > pee > pé, dolore > door > dor).
- f. Sinalefa ou elisão: queda de vogal final de uma palavra, nos casos em que o vocábulo seguinte se inicia por vogal (de + intro > dentro, de + aquele > daquele).

1.1.4 Metaplasmos por transposição

Este grupo de metaplasmos é caracterizado pelo deslocamento de um fonema ou de um acento (sendo este também chamado de *hiperbibismo*), classificando-se em:

- a. Metátese: transposição de um *fonema*, ocorrendo em sílabas diferentes (rabie > rabia > ravia > raiva) ou na mesma sílaba (semper > sempre).
- b. Sístole: transposição do *acento tônico* para a sílaba anterior (erámus > éramos).
- c. Diástole: deslocamento do *acento tônico* para a sílaba posterior (océanu > oceano)⁴.

1.2 Analogia

Segundo definição de Coutinho (2004 [1976]), “ANALOGIA é o princípio pelo qual a linguagem tende a uniformizar-se, reduzindo as formas irregulares e menos freqüentes a outras regulares e freqüentes” (p. 150, destaque do autor). O autor defende, ainda, a validade desse processo, por constituir-se como recurso de simplificação do sistema linguístico. Além disso, ele explica que o surgimento de uma forma analógica pode conviver com a forma originária “e nem sempre é a analógica que consegue triunfar” (p. 151). Diferentemente da assimilação, a analogia refere-se à “influência de um vocábulo sobre o outro, determinando igualdade ou aproximação” (p. 151), enquanto a assimilação é fenômeno que atua na própria palavra. De acordo com Coutinho (2004 [1976]), a analogia implica, pois, a existência de dois

³ Coutinho (2004 [1976]) evoca Leite de Vasconcelos para explicar o que seriam os casos de *deglutinação*: fenômeno em que a queda de fonema inicial é resultado “da confusão com o artigo” (p. 148), como se vê em (*h*)*orologiu* > *relógio* e *apotheca* > *bodega*, por exemplo. De modo semelhante, a queda de *d* inicial é chamada de *deglutinação*, pela confusão que se faz com preposição: Dornelas > Ornelas.

⁴ Para Coutinho (2004 [1976]), alguns casos de transposição do acento tônico, em português (fígado, míope, orgia, etc.) explica-se pela analogia “ou com a prosódia grega ou com finais de palavras portuguesas” (p. 149). Além disso, associa o fato de sílabas tônicas se tornarem átonas, e vice-versa, à influência de poetas, como Camões, por exemplo.

termos): o primeiro (ativo) seria aquele que exerce influência sobre o segundo (passivo). Aquele deve, contudo, satisfazer a alguns critérios, quais sejam, o de ser um termo mais geral, o de guardar harmonia com o sistema linguístico, o de ocupar uma categoria mais nobre das flexões gramaticais e o de ocupar o lugar anterior em grupos dispostos em escala, como a de numerais, por exemplo.

No que tange, mais especificamente, ao efeito da analogia no âmbito da fonética, Coutinho (2004 [1976]) explica que ele se restringe a alguns fonemas ou sílabas, ou seja, não há uma interferência na palavra como um todo. Ainda segundo este autor, o que se observa é uma influência sobre palavras menos conhecidas na língua, como o *r* de *estrela* (forma latina *stella*), por exemplo, que é proveniente da analogia com a forma *astro*; de modo semelhante, *floresta* (cuja origem etimológica remonta ao francês antigo *forest*⁵) é explicada pela analogia à *flor*. Assim, o autor menciona a *etimologia popular*, que se caracteriza pela “conservação quase integral na nova forma” (p. 154). Exemplos disso são as expressões *insculpido e encarnado* e *não se pescam trutas a bragas enxutas*, que se tornaram conhecidas popularmente como *cuspidado e escarrado*⁶ e *não se pescam trutas a barbas enxutas*, respectivamente. Além desses casos, também a tonicidade em uma palavra pode sofrer deslocamento entre sílabas, por influência da analogia: é o caso de *rúbrica*, por exemplo, que foi influenciada pela forma *rubro*. Coutinho (2004 [1976]) argumenta, inclusive, que “duas palavras semelhantes na significação ou pronúncia” (p. 156) podem gerar uma terceira palavra, por analogia, tal como se observa na forma latina *calce*, que deu origem a **incalceare* (> encaçar) e a **accalceare* (> acalçar); em seguida, a forma portuguesa *alcaçar*, por analogia com *encaçar*, passou a **ancalçar* > *alcançar*.

A respeito da formação de plurais das formas terminadas em *-ão*, Viaro (2014) diz que foram herdadas do latim (lat. *-anos* > port. *-ãos*; lat. *-anes* > port. *-ães*; lat. *-ones* ou lat. *-udines* > port. *-ões*), característica observada também em novas palavras do português, por meio de analogia ao latim.

O autor explica, também, sobre a *hipercorreção* ou *ultracorreção*, que seria “um tipo específico de analogia em que o falante, diante de duas variantes conhecidas, infere uma regra, a qual aplica em casos aos quais não costuma haver variação” (VIARO, 2014, p. 219). Esse fenômeno ocorre tanto na fala quanto na escrita e é resultado do receio de se estar “falando errado” (p. 219), do ponto de vista normativo. Viaro (2014) argumenta que “quando havia a escrita etimológica da língua portuguesa, encontravam-se mais interferências ainda:

⁵ Cf. Aulete on-line e Cunha (2010, p. 296).

⁶ Outra origem atribuída a essa expressão é *esculpido em carrara* (cf. ROSTAS, LIMA, HAERTER, 2017).

theor, thesoura, sachristão, christão, christal, systema, chamar-mos, lyrio, todas formas inexplicáveis etimologicamente, pois nelas atuou o mecanismo da hipercorreção” (NOGUEIRA, 1937, citado por VIARO, 2014, p. 220). Com esses dizeres, é possível presumir que casos de pseudoetimologias sejam reflexos de hipercorreção, haja vista a tentativa em se acertar a grafia latinizada.

A partir das informações conceituais a respeito de questões fonéticas/fonológicas e das formações de palavras, passamos, na seção a seguir, para a caracterização das mãos (in)hábeis.

1.3 Das mãos (in)hábeis

Marquilhas (1996), uma das pioneiras em pesquisas acerca das mãos inábeis, ao investigar documentos inquisitoriais portugueses seiscentistas, quis averiguar se a tecnologia da escrita era algo que ultrapassava “os limites das comunidades previsivelmente alfabetizadas” (s.p.). Segundo a autora,

reunida uma colecção de manuscritos originais que testemunham o desempenho gráfico de quem procurava a comunicação privada, a contestação das instituições ou a prática da magia, torna se possível coligir também um punhado de «erros de ortografia». A expressão parece inexacta, mas é irresistivelmente esclarecedora. Porque introduz sem equívocos a orientação linguística que a avaliação destes textos pode tomar:

A) Dada uma cultura escrita, as realizações gráficas que contrastem com convenções coevas são uma metalinguagem dos seus autores; no desvio à convenção encontram se vestígios de uma conceptualização linguística, facto que permite fundamentar hipóteses sobre a natureza de estruturas da língua.

B) Se, por acréscimo, se tratar de uma escrita segmental, como a alfabética, e de textos que sobreviveram de épocas passadas, a mesma falta de convencionalismo apoia a datação de fenómenos de mudança fonética e fonológica. (MARQUILHAS, 1996, s.p.)

Assim como a tese defendida em nosso estudo, a autora deixa transparecer, na assertiva acima, que os desvios observados na escrita pretérita poderiam ser, entre outras características, indicativos de mudanças fonéticas e fonológicas. Tendo isso em vista, Marquilhas (1996) adverte para a necessidade de se considerarem os aspectos semânticos, morfológicos, fonológicos, cognitivos, neurológicos e lexicais que estão envolvidos no processo de escrita dos falantes, o que se reveste de complexidade ao se avaliarem questões gráficas em textos antigos. Nesse sentido, a autora alerta que se deve considerar as diversas situações práticas nas quais o falante esteja envolvido, seja pela exposição de analfabetos e de

alfabetizados a produtos gráficos, seja pela aquisição e pelo processamento da leitura e da escrita nos “diferentes contextos e graus de treino alfabético” (s.p.).

Outro dado importante enfatizado pela autora é o de que a escrita é um “*sistema representacional*, integrado por *princípios abstractos* que se adquirem sequencialmente, entre os quais, o da *arbitrariedade das formas gráficas*, o da *linearidade da sua organização* e o da *sistematicidade da sua relação com estruturas da língua*” (MARQUILHAS, 1996, s.p., itálicos da autora). Para a autora, ao se considerar a escrita como algo abstrato, torna-se mais fácil hierarquizar os princípios que a regem e, conseqüentemente, cotejá-la com o conceito de ortografia. Ainda, conforme argumentado por Marquilhas (1996), a ortografia tende a ser entendida pela perspectiva diacrônica da escrita. Nesse sentido, deve-se atribuir a ela a ideia de legitimidade, com vistas a se buscar na história os preceitos que a estabeleceram. Em suas palavras,

historicismo e legitimidade são sinais claros de se estar a lidar com uma instituição, caso que não provocará estranheza dado ter a escrita uma dimensão social inegável e apenas fazer sentido se for partilhada pelos elementos de um grupo e organizada em função dessa partilha. (MARQUILHAS, 1996, s.p., itálicos da autora, sublinhados nossos).

Fica evidenciada, pois, a correlação estreita entre história e legitimidade na constituição da escrita, sendo ambas indissociáveis da dimensão social. Isso porque, conforme compreensão da autora, esse sistema somente poderá fazer sentido quando compartilhado por membros de um determinado grupo.

Ainda no cerne dessa discussão, Marquilhas (1996) discorre sobre as noções acerca da aquisição da linguagem. Conforme argumentado pela autora, as crianças, no processo de aquisição da escrita alfabética, apresentam maior familiaridade com a dimensão mais abstrata⁷, sendo a dimensão institucionalizada adquirida apenas mais tardiamente. O que a autora defende com tal assertiva é que esse princípio pode ser aplicado “a qualquer sistema de escrita”. Em uma perspectiva histórica, isso explicaria o processo de evolução da escrita silábica, cujo início seria na escrita pictográfica, passando pela consonântica semítica, pela alfabética grega e pela semítica, até chegarmos à escrita que conhecemos hoje. Na concepção de Marquilhas (1996), embora tal movimento seja mais radical do que as mudanças observadas hodiernamente, ele mantém um paralelismo

⁷ Para Marquilhas (2006), as crianças passariam por um percurso, no momento da aquisição da escrita, no qual, “embora expostas a amostras ortográficas”, iniciariam pela aquisição dos “princípios de arbitrariedade”, seguido pela “ordenação dos sinais gráficos, da correspondência entre esses sinais e [das] unidades fonológicas superiores ao segmento (normalmente as sílabas)”, para, após isso, “chegarem ao princípio fonográfico de correspondência letra segmento”. Nesse momento é que as crianças reconheceriam que as letras “pertencem a uma ortografia específica” (s.p.).

com movimentos mais próximos de nós, de substituição de ortografias etimológicas (logográficas) por ortografias fonográficas com seus sinais diacríticos, ou de abandono de ortografias variáveis em benefício de ortografias uniformes. O radicalismo destes últimos exemplos é menor, mas isso prende-se sobretudo com o facto de se tratar da alteração de sistemas *herdados* e não importados. (MARQUILHAS, 1996, s.p., itálicos da autora)

Com tal assertiva, a autora assume que desvios ortográficos poderiam ocorrer mesmo em períodos anteriores ao estabelecimento de uma ortografia uniforme, sendo necessário considerar o conceito de “ortografia pluriforme”. Conforme alertado por Marquilhas (1996), isso parte do pressuposto de que, se até o final da Idade Média a competência gráfica era limitada a um grupo restrito de escribas submetidos ao “treino scriptológico”, há de se presumir que haveria também, na Idade Moderna, escribas que redigiam textos escritos sem dominar as normas. Na perspectiva escriptológica, de acordo com Marquilhas (1996), a grafia é composta tanto por traços atópicos quanto por traços diatópicos, formando o diassistema da *scripta*; contudo, os iniciantes na escrita podem não ter completo domínio desse diassistema e, por conseguinte, podem não ter internalizado a lógica referente a ele. Nesse contexto, fatores linguísticos e psicológicos poderiam atuar nos desvios ortográficos cometidos pelo escrevente. Retomando, então, conceitos da paleografia italiana, a autora apresenta os seguintes traços percebidos na caligrafia de escribas inábeis:

- 1 traçado muito inseguro;
- 2 incapacidade de alinhar perfeitamente as letras num regramento ideal;
- 3 tendência para conferir às mesmas letras uma aparência desenquadrada;
- 4 uso de módulo grande;
- 5 recurso a letras do alfabeto maiúsculo, mesmo em interior de palavra;
- 6 ausência quase total de abreviaturas e elementos de ligação;
- 7 rigidez e falta de leveza do conjunto. (MARQUILHAS, 1996, s.p.)

Marquilhas (1996) acredita haver algumas lacunas em tais traços e, a partir da análise do seu *corpus*, assim como pautada em alguns dos itens da lista supramencionada, propõe, então, outros traços que melhor correspondem ao material gráfico produzido por mãos inábeis:

A ausência de *cursus*: o desenho autónomo de cada carácter, ou mesmo de traços de cada carácter, decorrente da falta de agilidade dos músculos da mão, [...]; aí, a morfologia da letra caracteriza-se por traços verticais, horizontais e semi círculos desenhados com grande amplitude.

B uso de módulo grande: a dificuldade em integrar as letras num módulo pequeno [...]. Fruto desta característica é serem os textos normalmente decifráveis, ainda que tenham sido obtidos com uma tinta pouco espessa e com o fluxo heterogéneo [...].

C ausência de regramento ideal: a incapacidade de respeitar um pautado mental manifesta se sobretudo na tendência descendente do alinhamento à medida que se aproxima a margem direita da folha. [...].

D traçado inseguro, aparência desenquadrada das letras, rigidez e falta de leveza do conjunto: A detecção destas características é naturalmente bastante subjectiva. Só o contraste com textos habilmente executados torna possível afirmar que o produto de um principiante as manifesta. [...]

E irregularidade da empaginação: falta proporção entre as margens, as quais podem nem sequer estar definidas [...], ou relegam a mancha escrita para um extremo da folha [...].

F letras monolíticas: há um desconhecimento da alografia combinatória dos sinais em contexto inicial, medial ou final. Esta característica relaciona-se com a falta de cursividade e com o desenho autónomo dos caracteres e, por exemplo, impede o <s> de assumir uma forma arredondada em início de palavra gráfica e uma forma alongada nas posições interior e final [...]. (MARQUILHAS, 1996, s.p., negritos da autora)

Marquilhas (1996) tece, ainda, algumas observações relativas aos traços supramencionados. Uma delas refere-se a uma possível “sinonímia entre mão *inábil* e mão *pouco exercitada*” (s.p., itálicos da autora): um escriba que esteja afastado da prática da escrita pode desenvolver agilidade pela prática da leitura, caso “esteja frequentemente exposto a amostras ortográficas” (s.p.); desse modo, a insegurança do traçado pode não ser reflexo de “irregularidades ortográficas”. Outra exceção ponderada pela autora relaciona-se às cópias de um texto original realizadas pelo escriba, ou mesmo “fixação de um ditado” (s.p.), que podem apresentar um domínio das convenções ortográficas, mas que saltam aos olhos as diferenças “entre a aparência física do texto e o seu nível ortográfico” (s.p.). Para exemplificar, Marquilhas (1996) não apenas retoma a aparente inconsistência entre a mancha textual e a ortografia, como também revela que isso explicaria as divergências no uso de determinados caracteres, em que o escrevente demonstra dificuldades no momento de transcrever o texto original, como no caso do vocábulo “cruzses”, ilustrado pela autora.

Além das características acima listadas acerca das mãos inábeis, Marquilhas (1996) estabelece um comparativo entre escrita alfabética e princípio fonográfico. Para a autora,

o domínio da escrita alfabética implica a captação de um princípio fonográfico segundo o qual as realizações orais são sucessões lineares de segmentos consonânticos e vocálicos. Pelo mesmo princípio, a língua escrita oferece uma possibilidade de espelhamento dessa organização fonológica porque para segmentos individuais, há sinais gráficos equivalentes, os quais também se traçam numa sequência linear. A aquisição da escrita alfabética exige assim, junto dos iniciados, a emergência daquilo a que se chama uma «consciência fonológica», que lhes permite segmentar as unidades da língua em consoantes e vogais. (MARQUILHAS, 1996, s.p.)⁸

⁸ A respeito da *consciência fonológica*, Silva (s.d.) define-a como sendo um conjunto de habilidades, nas quais o falante, “além de identificar sons individuais, [...] é capaz de separar palavras em sílabas, perceber o tamanho de

Com tal assertiva, é de se pressupor, portanto, que um escriba pouco familiarizado com a cultura escrita tenderia a adotar uma grafia que correspondesse à oralidade. A similaridade por vezes encontrada entre letras e sons (ou seja, *correspondência grafofonêmica*⁹) poderia explicar a dificuldade em redigir palavras em que ocorrem uma divergência entre um e outro, como no caso de “Meza” e de “Mesa” (Estatuto da Ordem Terceira de São Francisco, 1778), por exemplo, identificadas em nosso *corpus*¹⁰.

Outro estudioso que se dedicou a investigar as mãos inábeis é Barbosa (1999). Segundo o autor, visando a caracterizar os documentos “elaborados como de *menor grau de cerimônia* no século XVIII”, (BARBOSA, 1999, p. 152, *itálicos do autor*), além de se considerar a situação comunicativa, é necessário, ainda, avaliar “o condicionamento da produção da escritura em relação” ao grau de habilidade do escrevente e ao “produto final”, isto é, o “texto escrito enquanto objeto de estudo paleográfico” (BARBOSA, 1999, p. 152). O autor ressalta que, para o primeiro caso, é bastante comum a presença de marcas de oralidade, porém isso denotaria “grau de domínio da escrita alfabética” do escrevente e não poderia ser confundido com *status* social. Nas palavras do autor, “de acordo com o peso econômico do lugar e do nível da máquina estatal instalada nas colônias portuguesas, o status do cargo administrativo de quem escrevia não implicava, necessariamente, erudição” (BARBOSA, 1999, p. 152). Outra informação importante indicada pelo autor é a de que, no período colonial, era comum o fato de escribas recorrerem a fórmulas pré-estabelecidas na produção dos textos oficiais, característica da “complexa estrutura administrativa das colônias ultramarinas” (p. 152). Nesse sentido, Barbosa (1999) ressalta a relevância dos textos particulares e dos textos com “maior volume de redação para além das fórmulas” (p. 152),

uma palavra em relação a outra, identificar semelhanças sonoras entre palavras ou parte das palavras e é também capaz de segmentar e manipular sílabas e sons (rimar ou substituir sons específicos).” (s.p.)

⁹ Segundo Silva, (s.d.), as correspondências grafofonêmica ou grafofônica referem-se à “correspondência entre letras (grafemas) e sons”, sendo que o primeiro remete à modalidade escrita da língua, enquanto o segundo relaciona-se à modalidade oral. Ainda conforme a autora, a correspondência grafofonêmica pode “ser de vários tipos”: “Algumas letras ou seqüências de letras sistematicamente correspondem a um único som. É o caso da letra ‘p’, que é sempre pronunciada como /p/ em, por exemplo, palavras como *paz, capa*, ou o caso das letras ‘ss’, que correspondem sempre ao som /s/ como, por exemplo, nas palavras *massa, osso*. Mas, há casos em que uma letra corresponde a mais de um som. Por exemplo, a letra ‘c’ tem o som de /s/ na palavra *cena* e tem o som de /k/ na palavra *casa*. Nesse caso a ocorrência do som /s/ ou do som /k/ é previsível: a letra ‘c’ corresponderá ao som /s/ quando for seguida de uma das letras ‘i,e’ e corresponderá ao som /k/ nos demais casos. No caso da letra ‘c’, a correspondência grafofonêmica é previsível pelo contexto em que a letra se encontra: nesse caso a vogal seguinte deve ser ‘i’ ou ‘e’.” (SILVA, s.d., s.p.). Silva (s.d.) alerta, também, para os casos em que um mesmo grafema corresponde a diferentes sons, como é o caso da letra x entre vogais, que pode ser pronunciado como /j, s, ks, z/. Neste caso, “a correspondência grafofonêmica é imprevisível” (SILVA, s.d., s.p.).

¹⁰ A análise dos dados será retomada e melhor detalhada em momento oportuno, no capítulo destinado a isso.

pois são neles que, possivelmente, encontraremos maior “*originalidade* nas marcas deixadas pelo redator” (p. 152, *itálico do autor*)¹¹.

Oliveira (2006), dedicando-se ao estudo da escrita de atas novecentistas¹², redigidas por negros da irmandade *Sociedade Protetora dos Desvalidos*, localizada onde hoje se encontra o estado da Bahia, analisou não somente os aspectos de segmentação gráfica do texto, como também a representação de sílabas complexas e de marcas de oralidade presentes nesses documentos. Ao referir-se às sílabas complexas, o autor argumenta que as “grafias irregulares para seqüências (*sic.*) silábicas complexas com segmentos líquidos, principalmente o /r/, parecem ser traço atemporal e a-histórico, pelo menos em algumas línguas” (OLIVEIRA, 2006, p. 269). Com a finalidade de validar a sua assertiva, o autor cita estudos anteriores que também apresentam esse traço: Marquilhas (1996), com os documentos inquisitoriais portugueses seiscentistas, Blanche-Benveniste (1998), com a produção de crianças francesas nos séculos XIX e XX, Abaurre (2001) e Zorzi (1998), com a redação de crianças brasileiras na contemporaneidade, Kleiman (2001) e Picoli (2001), com a escrita de adultos brasileiros em fase inicial da escrita. O autor esclarece, ainda, que, se por um lado os referidos estudos refletem as dificuldades de quem ainda não tem domínio da escrita, por outro elas se mostraram presentes na redação de escreventes hábeis setecentistas, tais como os estudados por Barbosa (1999). Objetivando esclarecer sobre as possíveis motivações que levam diferentes redatores a produzirem irregularidades quanto à grafia de sílabas complexas, Oliveira (2006) retoma Abaurre (2001) e propõe que o “esforço de decidir sobre o número dos segmentos que devem ser representados, assim como o lugar a ocupar na estrutura das sílabas” (p. 270) estariam influenciando as escolhas desses escreventes. Quanto às omissões e aos deslocamentos, fenômenos bastante recorrentes em seus dados, Oliveira (2006) acredita ser “uma espécie de empreendimento analógico”, no qual o escrevente busca reproduzir o padrão CV. A título de exemplificação, o autor menciona a inserção de vogais após <n>, em palavras como “Duzenetos” e “ficanado”, presentes no *corpus* analisado por ele; para o autor, isso reflete a tentativa de naturalizar uma sílaba que não segue a estrutura CV. De modo

¹¹ Ainda que nosso *corpus* seja composto por textos formulaicos (termos de devassa) ou por textos cuja estrutura seja mais rígida (estatutos de ordem terceira e os presentes nos livros de compromissos) e, por consequência, em viés oposto ao que defende Barbosa (1999), é possível que eles possam refletir, em alguma medida, tais traços de originalidade, fato que será averiguado no capítulo de análise. Além disso, é essencial não perdemos de vista as dificuldades de disponibilização de documentos em períodos pretéritos, o que valida a nossa tentativa de investigação das marcas ortográficas nesses materiais.

¹² Importante destacar que, assim como os documentos que compõem nosso *corpus*, as atas analisadas por Oliveira (2006) são oficiais e de estrutura formulaica, o que revela a dificuldade (e a necessidade) de se estudar tais arquivos. Isso tem correlação, também, com o período histórico circunscrito tanto para os nossos textos, quanto para os de Oliveira (2006), que é o período colonial, período frutífero para a produção desses tipos de documentos.

semelhante, porém menos recorrente, houve a inserção de vogais em estruturas com /r/, cuja posição seja de ataque ramificado ou de coda em sílabas finais, por exemplo, “aporação” e “Relatare”, respectivamente, característica percebida, embora em quantidade mais restrita, também em sílabas finais com /s/ em posição de coda, tal como em “Mezi” (“mês”) e em “Seixasi” (“Seixas”). Sobre a proposição de Marquilhas (2000) de que os inábeis seiscentistas tendiam a uma padronização silábica mais natural (CV), Oliveira (2006) faz uma ponderação: essa preferência parece ser atestada tanto nas omissões quanto nos deslocamentos de /r/; porém, em posição de coda, a inserção de /r/ “como se preenchesse a posição de ataque ramificado” (p. 282) se fez mais numerosa, seguindo padrão “inesperado”, refletindo “a passagem de um padrão silábico mais para outro menos natural” (p. 282).

Em relação aos fenômenos de grafia de sílabas complexas (em *l*, em *r* e em *s*), no que se refere a deslocamentos e a omissões (*responcalve*, *Sargardo*, *sastifeita*, *anafabetos*, *Jonal*, *Contatino*), bem como nos casos de acréscimos (*apartes*, *escristo*, *difilculdades*) e de “falsas sílabas complexas” (*prara*, *Replelido*, *resforme*), Oliveira (2006), apesar de ter excluído as formas que possam remeter a aspectos fonográficos¹³, considera que os dados analisados podem ter interferência da fonética, demonstrando a simultaneidade entre dificuldades da “transcrição gráfica” e dos “fenômenos fônicos”. O autor evoca os estudos sociolinguísticos para aclarar tal assertiva: “a Sociolinguística, por exemplo, aponta, para a fala vernácula brasileira da atualidade, que a supressão do /r/, em grupos consonânticos, é condicionada quando existem nos itens lexicais uma outra (*sic.*) líquida que se inclua ou não em outra sequência consonântica” (MOLLICA, 2000, p. 39 citada por OLIVEIRA, 2006, p. 293), padrão que se aplica a exemplos como “propiedade” (“propriedade”) e “propia” (“própria”). Ademais, casos como “anafabetos” (“analfabetos”) e “resover” (“resolver”) se enquadrariam nessa perspectiva, porém o autor questiona sobre o que explicaria a grafia irregular em “Aberto” (“Alberto”), “Izattado” (“exaltado”), “fatas” (“faltas”) e “Jerado” (“Geraldo”). Em comparação à Marquilhas (2000), que atesta a presença de vocábulos impronunciáveis em português, fruto dos deslocamentos, Oliveira (2006) apresenta formas que causariam estranhamento, por exemplo, “paragarfo” (“parágrafo”) ou “Dreminitor” (“Administrador”), mas que, ainda assim, seriam pronunciáveis. Outro apontamento feito por Oliveira (2006) refere-se a estudos anteriores que documentam “o apagamento de /r/ em coda, em sílabas internas” (p. 294), somente na passagem dos anos 30 para 40, do século XX;

¹³ Sua análise permeia as noções de aquisição da escrita, apoiado, sobretudo, em Zorzi (1998) e em Abaurre (2001), aproximando as marcas presentes nas escritas dos “negros do século XIX [ao] das crianças brasileiras em estágios iniciais da escrita” (OLIVEIRA, 2006, p. 289).

contudo, a presença de dados como “Atigo” (“Artigo”) e “Imão” (“Irmão”) na escrita oitocentista revela que o fenômeno pode ter-se dado no século anterior. O autor reforça, portanto, somando-se aos estudos de Marquilhas (2000), de Blanche-Benveniste (1998), de Abaurre (2001) e de Zorzi (1998), que a irregularidade de grafia de sílabas complexas é um traço atemporal e a-histórico no processo de aquisição/apropriação do código escrito.

Por seu turno, Santiago (2012), em estudo sobre a inabilidade presente em cartas redigidas por sertanejos da zona rural do semiárido baiano, datadas do século XX, argumenta que a omissão ou o deslocamento de grafemas podem refletir “um esforço” em tornar sílabas complexas conformes ao padrão CV. A fim de justificar tal proposição, a autora retoma dados em que estão aparentes a inclusão de vogais junto ao /r/ em posição de coda, como “irimãm” em vez de “irmã” ou “porotugesi” no lugar de “português”. A autora observa, inclusive, que deslocamentos em /r/ são mais recorrentes no *corpus*. Igualmente ao que se observa para o deslocamento de /r/, o deslocamento de /l/ também foi encontrado no *corpus* analisado por Santiago (2012), embora esse fenômeno seja menos produtor, contando com poucas ocorrências relativas ao deslocamento e apenas com duas referentes à omissão (“ato”, em vez de “alto” e “siva”, em vez de “Silva”). Já em relação ao /s/ em sílabas complexas, a autora identificou apenas uma ocorrência de deslocamento (“gotos” em vez de “gosto”), sendo os demais desvios decorrentes de omissão. A autora evoca Oliveira (2006), para explicar o fenômeno: /s/, diferentemente de /l/ e de /r/, poderia ocupar somente a posição de coda ou de ataque simples; nesse sentido, os deslocamentos acarretariam “sequências inaceitáveis em português” (SANTIAGO, 2012, p. 109).

Contrariamente ao que se vislumbra acerca da omissão/deslocamento de /r/, Santiago (2012), apoiando-se em Marquilhas (2000), avalia que a inserção dessa consoante nem sempre ocorre por influência fonológica, mas pelo “deslumbramento” do redator. A título de ilustração de sua tese, a autora cita casos em que há a inserção desse grafema em posições de ataque ramificado, de ataque simples e de coda, bem como a repetição em palavras que, originalmente, não o apresentam, como visto em “pordir” (“poder”) e “dar air” (“daí”). Somado a esses tipos de ocorrência, a autora argumenta que a sua inserção em monossílabos constitui indício de maior grau de inabilidade do redator. De modo semelhante, Santiago (2012) encontrou a inserção de /l/, porém em quantidade menor que de /r/. Além disso, a autora acredita que alguns dos casos sejam motivados pela hipercorreção, reflexo de uma possível dúvida entre uso de <u> e de <l>, prevalecendo o uso da consoante, como se vê em “valel” (“valeu”) e “saldade” (“saudade”). Também foi verificada a inserção de /s/, mas em

número bastante reduzido, se comparado aos grafemas anteriormente citados, revelando-se um uso mais estável para /s/. O que chama a atenção, porém, são os dados em cartas de um dos redatores analisados por Santiago (2012), nas quais foram encontradas as formas “amigso” (“amigo”), “ssalber” (“saber”), “ssaber” (“saber”), “ssua” (“sua”) e “ssim” (“sim”).

Em relação à nasalidade, Santiago (2012) explica que a dificuldade dos redatores em representá-la se dá de maneiras distintas, seja pela “representação exagerada” de /m/ ou de /n/, seja pela sua omissão. A autora retoma Simões (2003), para quem a criança, em processo de aquisição da escrita, resolve suas dificuldades quanto à grafiação das nasais de maneira “sistêmica e estruturada: ou ignora e, portanto, não usa marcas, ou a percebe e elege uma marcação uniforme: põe travador (consoante nasal após a vogal fechando sílaba) ou til em todas as sílabas que apresentem qualquer vestígio de som nasal (nasaladas e nasalizadas).” (SIMÕES, 2003, p. 64, citada por SANTIAGO, 2012, p. 117-118). Corroborando a assertiva de Simões (2003), Santiago (2012) explicita haver estratégias semelhantes adotadas pelos redatores por ela investigados, sendo que aqueles que recorrem a um uso exagerado (tanto pela geminada *mm* ou *nn*, quanto pela associação *nm*), pouco a omitiram, e vice-versa.

Outro dado apontado por Santiago (2012) é sobre a redução de dígrafos: <qu> e <gu>, sendo a omissão de <u> a maior parte das ocorrências; <lh> e <nh>, em que a omissão em <lh> foi superior aos dados de <nh>, havendo uma supremacia de omissão de <h> para o dígrafo <lh>, apesar da existência de dados tais como “tarbahi” (“trabalhe”) e “oliha” (“olhar”), e, em contrapartida, a omissão no dígrafo <nh> recaiu, maiormente, em <n> ; <rr> e <ss>, no qual a redução de <ss> para <s> representa a maioria dos casos, cuja explicação, segundo a autora, reside na arbitrariedade de uso de <s>, que assume diferentes sons. Além desses, houve, em menor quantidade, redução de <ch> (“Riacão”, em vez de “Riachão”) e de <sc> (“nasimento”, em vez de “nascimento”).

Em estudo posterior, Barbosa (2017) propõe uma análise para as consideradas mãos inábeis. Segundo o autor, a expressão *mãos inábeis* é originada do francês *scripteurs maladroits*, usada, inicialmente, por Blanche-Benveniste (1993), e difundido, provavelmente, por Marquilhas (1996; 2000). Entretanto, diferentemente do que é defendido por Marquilhas (1996), Barbosa (2017) assume que a inabilidade não teria correspondência com os processos de aquisição da língua, de oralidade, de questões históricas ou sociais, mas sim relacionar-se-ia às questões da escriptualidade. Conforme relatos deste autor,

Barbosa (1999) encontra marcas de inabilidade em redator do fim do século XVIII; Oliveira (2006) descreve essas marcas para atas escritas por africanos e afrodescendentes inábeis na Bahia do século XIX; e Santiago (2012)

estuda as mesmas características em cartas pessoais de sertanejos baianos do século XX. (BARBOSA, 2017, p. 20)

Desse modo, tais marcas refletem as dificuldades da escrita, sendo a representação fonética “apenas um aspecto dessa dificuldade.” (p. 21) Retomando Marquilhas (2000), Barbosa (2017) argumenta, portanto, que a presença de marcas fonéticas na escrita não significa uma “transposição gráfica da oralidade” (MARQUILHAS, 2000, p. 236, citada por BARBOSA, 2017, p. 21). O autor tece, ainda, críticas à suposição de uma reconstrução da sintaxe falada, por meio da escrita de um inábil, e da “suposição errônea” de que o traçado da letra, característica usualmente encontrada em análises desse cunho, sejam indicativos de inabilidade. Novamente, reforça a assertiva de Marquilhas (2000), ao dizer “que a presença destas características não seja cumulativa nem equilibrada” (MARQUILHAS, 2000, p. 238, citada por BARBOSA, 2017, p. 21). Barbosa (2017) reconhece, também, a existência de variantes fonético-fonológicas, inclusive em produções de escreventes hábeis (cf. MARQUILHAS, 2000).

Ainda segundo Barbosa (2017), haveria uma gradiência de inabilidade, sendo possível verificá-la por meio de apenas um traço ou pelo seu conjunto, o que dificultaria a distinção entre “mão inábil” e “mão hábil em nível elementar”. Nesse sentido, o autor argumenta que as marcas físico-caligráficas e de representação fonológica poderiam ser melhor organizadas, com vistas a atender as análises de inabilidade em *corpora* disponíveis sem a presença do fac-símile. Tendo essas observações em vista, o autor propõe o seguinte para as dimensões de escriptualidade e de aquisição de nível fonológico:

Quadro 1 - Traços para verificação de inabilidade do escriba¹⁴

Traços	Descrição
Dimensão da escriptualidade	Refere-se a duas dificuldades básicas apresentadas pelo redator: (a) apropriar-se dos grafismos (que são as convenções motivadas por questões culturais); ou em

¹⁴ Barbosa (2017, p. 24-28) lista as seguintes dimensões: (i) Dimensão da escriptualidade - grafismos, (ii) Dimensão da aquisição de nível fonológico, (iii) Dimensão do epifenômeno - pontuação, (iv) Dimensão lexical - repetição vocabular (v) Dimensão lexical - variação e precisão limitados, (vi) Dimensão lexical - reprodução de aspectos sintáticos complexos, (vii) Dimensão lexical - reprodução em fórmulas, (viii) Dimensão supragráfica e paleográfica - habilidade motora e (ix) Dimensão supragráfica e paleográfica - segmentação gráfica. Importante salientar, inclusive, que Coelho (2018), em estudo sobre os sinais de pontuação identificados em documentos religiosos adamantinos setecentistas, constatou que o escrevente da Ordem Terceira de São Francisco, considerado letrado, mostrou não apenas maior dinamicidade quanto aos usos dos sinais de pontuação, como também se apropriou de um elenco mais diversificado, comparando-se, sobretudo, com o escrevente da Irmandade de Nossa Senhora das Mercês, pertencente ao grupo menos letrado. A autora propõe, com base em seus resultados, dois contínuos: um que define a gradualidade entre os escreventes dos documentos analisados e outro indicando a gradiência de complexidade para os sinais de pontuação identificados no *corpus*.

- grafismos	(b) grafar sílabas complexas que apresentem /r/ ou /l/. Estão incluídas, ainda, a grafiação de dígrafos “(<qu> ~ <q> ~ <c>, <ph> ~ <f>)”, de latinismos (<u> ~ <v> ou <sch> ~ <c>), de diacríticos que possuem mesma qualidade sonora (<n> ~ <m> ~ <~>), bem como a inserção de vogais em sílabas do tipo CCV ou inversão da posição das líquidas /r/ e /l/.
Dimensão da aquisição de nível fonológico	Caracteriza-se pela “estagnação do redator na fase de <i>escrita fonética</i> da aquisição da escrita” (BARBOSA, 2017, p. 24, <i>itálicos do autor</i>). Isto é, há uma tendência em se reproduzir os sons da fala no texto escrito, não obedecendo, assim, às convenções ortográficas. Essa dimensão é chamada, também, de “índices grafo-fonéticos”.

Fonte: Barbosa (2017, p. 24).

Barbosa (2017), enfatizando a assertiva de Marquilhas (2000) quanto ao fato de as dimensões não serem cumulativas ou equilibradas, alerta para algumas questões relevantes: (i) um escriba pode ser inábil em várias dimensões; (ii) um escriba pode ser hábil em uma determinada dimensão, mas inábil em outra; (iii) a comparação entre os subgrupos de inábeis pode auxiliar no estabelecimento de uma gradiência, que vai de um “grau máximo de inabilidade até um grau mínimo” (BARBOSA, 2017, p. 28). São tecidas, ainda, algumas considerações importantes sobre as dimensões supracitadas. A primeira é a de que a escrita fonética ocorre em qualquer período histórico e se relacionaria ao processo de aquisição da escrita, porém sendo percebida de modo diverso em documentos histórico-diacrônicos. A segunda é a de que, no século XVIII, e nos períodos anteriores, as marcas grafo-fonéticas também ocorriam nas publicações; desse modo, “a escrita fonética como dado de inabilidade se escamoteia e se mistura com dados grafo-fonéticos presentes no padrão escrito, inclusive no padrão praticado nos impressos” (BARBOSA, 2017, p. 37). A terceira delas relaciona-se à necessidade de comparação das “práticas ortográficas e o mapeamento da prática de grafiação nos documentos dos *corpora* usados” (BARBOSA, 2017, p. 40, *itálicos do autor*), pois somente assim será possível averiguar se as marcas fonéticas e os grafismos são representativos da inabilidade/habilidade do escriba, permitindo o estabelecimento de uma “gradiência de conhecimento”, partindo de um nível mais elementar, até se chegar a um nível mais erudito da escrita. Por último, Barbosa (2017) argumenta que

diferentemente do século XVIII, um inábil do século XIX teria na presença de escrita fonética uma proximidade apenas de um redator elementar, nunca de um mediano, culto ou erudito na normatização gráfica oitocentista, pois, se era possível encontrar escrita fonética em manuscritos e impressos até de homens de elevada erudição escrita no século XVIII, essa presença é exígua em cultos e eruditos no século XIX, em especial da 2ª metade. Nessa fase, a

deflação de grafismos latinizantes e dígrafos junto à dificuldade de grafar <r> e <l> em sílabas complexas é o que vai identificar uma mão inábil nos oitocentos. Em relação ao século XX, quando a ortografia brasileira vai deixando de lado os princípios latinizadores e assume o carácter homogeneizante de prever uma única forma de escrever cada palavra (com raras exceções, uma palavra, uma forma de ser escrita), o mapeamento da gradiência de habilidades e inabilidades de conhecimento das convenções do padrão gráfico se estabelece mais direta: partindo dos níveis elementares de habilidade e passando às mãos inábeis, aumenta a incidência das marcas grafo-fonéticas e aumenta a proporção de erros de um dado redator em relação ao grafismo preconizado no Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa e dicionários. Uma mão inábil seguiria essas gradiências de afastamento das referências oficiais da codificação do padrão escrito oficial e contaria com a presença e sistematicidade da inversão de <r> e <l> em sílabas complexas, ou seja, a marca atemporal em nível de escriptualidade (1). Uma mão inábil extrema acrescentaria a esse conluio a inabilidade em nível paleográfico, ao nível motor da escritura. (BARBOSA, 2017, p. 40-41)

Tal assertiva nos revela que, nos setecentos, haveria uma normatização mais fluída, algo que já estaria melhor consolidado nos oitocentos. Também o acesso ao ensino institucionalizado era algo mais restrito, o que explicaria o distanciamento da norma por aqueles que não a dominavam plenamente.

Santiago (2019), a fim de sistematizar os critérios por ela adotados na identificação dos mãos inábeis, retoma seu estudo anterior (SANTIAGO, 2012) e se pauta nas dimensões propostas por Barbosa (2017), definindo-os conforme se segue:

1. da *escriptualidade*:
 - grafia de sílabas complexas (deslocamentos e omissões de /r/, /l/ e /s/);
 - hipercorreções (acréscimos de <r>, <l> e <s> em posição de coda e acréscimos de <r> em posição de ataque ramificado);
 - representação da nasalidade (representação exagerada e ausência da representação);
 - representação de dígrafos;
2. da escrita fonética: *índices grafofonéticos*;
3. da pontuação;
4. da repetição de vocábulos;
5. da habilidade motora;
6. da segmentação gráfica:
 - hipersegmentação;
 - hipossegmentação (SANTIAGO, 2019, p. 105)

Santiago (2019) defende, ainda, ser a dimensão da *escriptualidade* a que melhor define os graus de inabilidade de um escriba, uma vez que pode ocorrer em diferentes *corpora*, independentemente do período histórico ou do espaço geográfico em que se está inserido. Nesse sentido, os *índices grafofonéticos* seriam “apenas mais um aspecto da

dificuldade de representação escrita” (p. 106). Ao analisar seus *corpora*, a autora acredita haver uma interpretação biunívoca, por parte do escriba, entre som e letra, o que justificaria a presença de determinadas grafias, tais como “omissão do <u> , na redução dos dígrafos <qu> e <gu>; a substituição de <rr> por <r>, de <ss> por <s>, e de <sc> por <s> , e a omissão do <h> na grafia de <nh>, <lh> e <ch>” (SANTIAGO, 2019, p. 107). Além dos casos mencionados, a autora identificou a omissão de <l> e de <n> nos dígrafos <lh> e <nh>, respectivamente. Por outro lado, quanto à variação da nasalidade <m> ~ <n> ~ <~>, a autora cita uma “representação gráfica exagerada”, dada a presença de variações “<mn> ~ <mm> ~ <m> e <nn> ~ <mn> ~ <n>” (p. 107). Também a omissão de nasalidade foi representada nos dados coletados por ela, como em “votadi”, por exemplo. Contudo, a pesquisadora verificou certa sistematicidade quanto a isso, tendo em vista que autores que fizeram uso excessivo de marcas de nasalidade, pouco a omitiram, e vice-versa. Outra característica enfatizada por Santiago (2019) refere-se ao uso de líquidas /l/ e /r/ em sílabas complexas, recorrente em seus dados. De acordo com a autora, não apenas a inserção de vogais em sílabas do tipo CCV ou CVC, o apagamento ou a inversão de C e <r> ou de C e <l> foram computados, como também houve o apagamento da sibilante /s/ ou a inserção de <r>, considerados pela autora uma forma de hipercorreção, tendo em vista os exemplos “amigro” e “farzenda”. Retomando os estudos de Marquilhas (2000) e de Oliveira (2006), Santiago (2019) argumenta que a presença de /r/ nestes casos seria “uma espécie de grafema *curinga*”, o que reforça a inabilidade do escriba, haja vista sua inserção em vocábulos tais como “nar” e “var” (no lugar de *na* e de *vá*, respectivamente).

Em relação aos índices grafofonéticos, Santiago (2019) aponta que em se tratando de “textos de épocas em que convivem mais de uma ortografia, é preciso considerar a variação gráfica normal ao período” (p. 110). A autora retoma Barbosa (2008), para explicitar que, juntamente à variação gráfica, característica contumaz da escrita no período colonial, e à pluriortografia, incluindo-se casos de (pseudo)latinismos, características fonéticas também eram verificadas no plano gráfico. Corroborando a assertiva de Barbosa (2017), Santiago (2019) explicita que todos os documentos analisados por ela, que apresentavam inversão de /r/, continham aspectos de escrita fonética.

Nas cartas sertanejas, analisadas por Santiago (2019), foram encontradas, na avaliação da autora, variações grafofonéticas “mais gerais”, assim classificadas por serem comuns entre hábeis/inábeis: elevação de vogal média pretônica e postônica [i] ~ [e] e [u] ~ [o]. Seguindo, ainda, este caminho, a autora aponta para a expressiva presença da elevação de vogais em

monossílabos, como em “lhi” e “nu”. Demais fenômenos mencionados por ela são a apócope (“pusive” no lugar de “possível”), a redução de ditongo (isto é, monotongação) e a ditongação. Santiago (2019) salienta que esses fenômenos, mesmo não sendo tão expressivos quanto à variação identificada para as vogais, podem constituir indícios de inabilidade, somados a outros fenômenos, ou podem representar variações diatópicas. Ademais, foram computados por Santiago (2019) dados referentes à estigmatização, como a palatalização em “familha”, o rotacismo em “armerinda” e o lambdacismo em “Calneiro”, a protese em “alembra”, a aférese em “rastando”, a metátese em “pregontar”. Outros fenômenos menos expressivos relatados pela autora são a centralização e a epêntese.

Brito e Lacerda (2020), em análise de *Cartas Marienses* do século XX, observaram a inabilidade dos escreventes quanto à escrita alfabética. Apoiando-se nos estudos de Barbosa (2017) e de Santiago (2019), as autoras avaliaram as ocorrências referentes às dimensões da escriptualidade e da escrita fonética presentes no *corpus*. Quanto à primeira dimensão, Brito e Lacerda (2020) identificaram casos de (i) “grafias de sílabas complexas” (por exemplo, “pobeminha” e “ilutre”); de (ii) “hipercorreção” (com os vocábulos “cerar” e “preculpada”); de (iii) “representação ou ausência de nasalidade” (ilustrados pelos vocábulos “emmendendo” e “importacia”); e (iv) de “representação ou ausência de dígrafos” (tais como em “posível” e “Madria”). Por sua vez, na segunda dimensão, as autoras constataram marcas de escrita fonética nos exemplos a seguir:

- a) Elevação das vogais médias em Monossílabos: *nu* por *no* (MSJ-61)
- b) Elevação de vogais médias postônica: *estivi* por *estive* (ISL-62)
- c) Elevação de vogais médias pretônicas: *istudo* por *estudo* (JCRB-85)
- d) Abaixamento das vogais altas: *logar* por *lugar* (MJPS-37)
- e) Posteriorização de vogais: *manopaze* por *menopausa* (HÁ-83)
- f) Síncopa: *analfetos* por *analfabetos* (MJPS-47)
- g) Apócope: *arasta* por *arrastar* (MNPS-12)
- h) Prótese: *aplantar* por *plantar* (MJPS-16)
- i) Aférese: *tenção* por *intenção* (AMO-63)
- j) Metátese: *pefeita* por *perfeita* (AOS-60)
- k) Ditongação: *estejam* por *esteja* (MNP-12)
- l) Redução de ditongos: *pasiença* por *paciência* (MNM-71)
- m) Nasalização: *combrado* por *cobrado* (MJPS-17)
- n) Rotacismo: *Descrupe* por *desculpe* (JMO-56)
- o) Epêntese: *Obiter* por *obter* (EMO-58) (BRITO; LACERDA, 2020, p. 1494, itálicos das autoras)

A partir da compilação dos dados, Brito e Lacerda (2020) concluem que os escribas das *Cartas Marienses* “não são familiarizados com o código escrito”, dada a sua “dificuldade de representação da escrita”, revelando, pois, serem inábeis, o que a habilita a considerar o *corpus* como “representativo da vertente popular do português brasileiro” (p. 1495).

1.4 Da grafia latinizada

Pautando-nos nas explicações dadas por Said Ali (1971 [1921]) e por Coutinho (2004 [1976]), assumimos que os *latinismos* referem-se à presença de grafia latina em palavras da língua portuguesa. Ressaltamos, inclusive, que o período em que se insere a escrita do *corpus* a ser analisado se enquadra no que é chamado de *período pseudoetimológico* (cf. Capítulo 2). A redação de palavras com letras geminadas, como em *Capella*, justifica a necessidade de análise desse fenômeno em nossos dados. Conforme Said Ali (1971 [1921]), quanto ao emprego de duplo *-l-* não há uma explicação viável para esse uso, ainda que seja para indicar “intonação ou icto forte”. Coutinho (2004 [1976]), por seu turno, argumenta que a grafia latinizada pode conferir caráter erudito ao texto, em decorrência do período vigente. Dado esse panorama, almejamos, na presente seção, realizar um levantamento sobre o que dizem os estudos linguísticos acerca das etimologizações, para, posteriormente, estabelecermos comparativos com os nossos resultados.

1.4.1 Identificação de latinismos: influência (pseudo-)latina?

Ao relatar sobre a grafia etimologizante, Barbosa (1999) explicita ser recorrente o uso de grafias que buscavam reproduzir formas latinas ou gregas. Evocando os estudos de Marquilhas (1996), o autor argumenta que a “etimologização gráfica” ocupa um “importante lugar hierárquico” (p. 190). Isso porque, segundo o autor, nos manuscritos originais, há não somente as correções etimologizantes, como também as que visavam à simplificação das formas latinizadas. De acordo com este autor, o fato de não haver imprensa em território colonial interferia nessa instabilidade.

A norma gráfica impressa a que se tinha acesso, portanto, era a desses mesmos livros impressos e importados da metrópole, com essa mesma instabilidade a servir de padrão para a escrita. Se havia esforços de uma ortografia sobre a outra, fatalmente eles [os homens da sociedade colonial] seguiriam as flutuações dos livros e das cartilhas que se assumiram no mesmo século. (BARBOSA, 1999, p. 190)

Para Barbosa (1999), contrariamente ao que se tem nas marcas de oralidade (cf. seção 1.5), as etimologizações, influenciadas pelos impressos da época, poderiam refletir o esforço do escriba em se “investir o texto manuscrito de qualidade” (p. 190). O autor ilustra tal assertiva ao afirmar que esse padrão se perfazia já no século XIX, com a transposição do

padrão manuscrito para o padrão gráfico, observado, por exemplo, na presença de consoantes duplas, mantendo uma “prática etimologizante para além da época colonial” (p. 191). Outra característica apontada por Barbosa (1999) refere-se às hipercorreções adotadas pelos escribas setecentistas, objetivando produzir as variantes de prestígio; por consequência, o que se tem são formas gráficas para cujas escolhas não se verifica respaldo histórico. Segundo o autor, a presença de falsas etimologias nos *corpora* por ele analisados confere uma visão “deslumbrada da língua escrita”. A esse respeito, o autor argumenta que a grafia da geminada <ll> não representaria um processo “etimologizante dos setecentos, mas sim [...] uma tradição escriptológica” (p. 192), sendo esta uma grafia presente no português antigo.

Além das geminadas, Barbosa (1999) aponta para a identificação de outras formas lexicais, tais como “algúa, nenhúa, húa”, que mantêm sua grafia do português arcaico, distanciando-se de sua realização fonética. Essa seria, na visão do autor, uma forma de demonstração do “‘domínio’ da escrita por parte do redator” (p. 195).

Em comparação aos dados que representam etimologizações ou falsas etimologizações, o autor computou 258 dados nas cartas de comércio, contra 394 nos documentos oficiais. Comparando seus resultados aos de Maia (1986), Barbosa (1999) explicita uma característica comum entre os dados de um dos documentos oficiais e os de textos medievais: “a duplicação da consoante final de palavra seguida de clítico.” (p. 200). Exemplos desse fenômeno são as palavras “distraindosse, arrecdalla e tendosse”. Em conclusão, o autor revela ser as etimologizações mais producentes do que as marcas de oralidade em ambos os *corpora* analisados, reflexo do período pseudoetimológico. Conforme defesa do autor, essa prática uniformiza, ainda que em certa medida, a escrita no período colonial, tendo em vista a presença das marcas etimologizantes também nos documentos de circulação privada.

Barbosa (1999) assevera que não se pode caracterizar os documentos oficiais pelo simples fato de apresentarem latinismos ou falsas etimologizações, mas sim pela “presença maciça” dessa grafia. Segundo o autor, “as práticas etimologizantes dos manuscritos oficiais do século XVIII foram mantidas pelas tipografias brasileiras do século XIX” (BARBOSA, 1999, p. 201). Para ilustrar, cita os usos de geminadas “ff, cc, ll”, bem como a marcação de hiato com o uso de <h> ou a presença de formas como “prompto” e “assignatura”. Além disso, Barbosa (1999) argumenta ser o comparativo entre as marcas de etimologização e de oralidade a melhor maneira de se identificarem os textos analisados, uma vez que as cartas

oficiais apresentaram mais dados de etimologização, em comparação às possíveis marcas de oralidade que caracterizaram as cartas de comércio.

Em estudo posterior à sua tese, Barbosa (2006) argumenta que, como um critério de regulação “do grau de cultura” de um escriba do século XIX, podem-se tomar as formas etimológicas como uma maneira de erudição, dado o valor de prestígio atribuído a elas, “sem as oscilações fonéticas ainda previstas até o século XVIII” (p. 767). Nesse sentido, “uma grafia original latina” poderia “nos informar do grau de cultura erudita dos redatores” (p. 767). Barbosa (2006) adverte, pois, para a avaliação não somente da presença de grafia latina, mas também do quanto essa grafia se espelha no latim. Isso serviria como mecanismo para se averiguar o quanto um redator, sobre o qual não dispomos de “informações sobre sua formação cultural” (p. 768), teria uma escrita que se aproxima, ou se distancia, desse valor de prestígio. Essas proposições se alinham aos objetivos traçados pelo nosso estudo, uma vez que a nossa hipótese defende a possibilidade de grafias latinizadas estarem presentes, sobretudo, em textos redigidos por indivíduos com maior nível de letramento, a saber, o escrevente da Ordem Terceira de São Francisco.

Em seu estudo, Barbosa (2006) apresenta, como comparativo para identificação de apropriação da norma culta objetiva, o levantamento de grafias latinizadas ou helenísticas encontradas em periódicos novecentistas. A partir dessa constituição, o autor se propõe a examinar as grafias etimológicas presentes em cartas pessoais. No primeiro momento, ressalta ser a geminação de letras a característica mais saliente do fenômeno, o que o leva à escolha por tratá-las distintamente das demais etimologias. Distinguiu, ainda, grafias latinizadas originais das falsas etimologias. Dos resultados encontrados, tanto nos folhetins quanto nas cartas pessoais de um dos informantes - a do Senhor Ottoni -, aproximadamente 90% referem-se a etimologias verdadeiras. É enfatizado por Barbosa (2006) que o contexto de produção da carta é uma “situação de escritura privada e *afetiva*” (p. 775, itálicos do autor), afastada “dos formatos e fórmulas das *tradições discursivas* bem marcadas, como a dos ofícios que ele mesmo escrevia no Senado Brasileiro” (p. 775, itálicos do autor). Essa informação mostra-se importante por nos dar indícios de que se trata de uma pessoa erudita, que espelha, em seus textos cotidianos, “traços da norma culta da época” (p. 775). O cotejo entre essas produções atesta a hipótese inicial do autor, isto é, a da possibilidade de se utilizarem os periódicos como modelo de norma culta objetiva.

Barbosa (2006) define, como critério metodológico, que se um determinado documento possui, do total de palavras, 3% de grafias etimológicas, 2% ou 1% são

representativos de graus mais baixos de erudição. Esses percentuais foram estabelecidos pela contagem de dados nos folhetins que serviram de modelo e nas referidas cartas. Aplicando-se esse critério, o autor observou que a senhora Ottoni, ao contrário do marido, teria uma taxa de etimologias de 1,29%. Paralelamente às grafias etimológicas, em menor número, a escrevente apresenta outras características que demonstram seu menor grau de erudição: a presença de marcas de escrita fonética, como nas palavras “quasi”, “Pinhorarão” e “Cauza”; além disso, a escrita de etimologias equivocadas também faz pressupor esse perfil, como as palavras “açadinho” e “cenado” (do latim “assare” e “senado”, respectivamente).

Ao retomar o estudo de Barbosa (2006), Oliveira (2009) aponta para o grande quantitativo de dados relativos às etimologizações. Palavras tais como “Affonso”, “athe”, “immenso”, “prometteo” mostram-se bastante recorrentes no *corpus* do século XVIII. Entretanto, ao mencionar o estudo, Oliveira (2009) faz um importante alerta: nem todos os vocábulos são representativos de verdadeiras etimologizações, sendo necessário, pois, recorrer a dicionários etimológicos para se verificar se se trata de um reflexo da origem latina. Para ilustrar, Oliveira (2009) explica o seguinte:

o vocábulo *abysmo*, com o <y>, está corretamente etimologizado, pois provém do latim médio *abysmus*; já o mesmo não se pode dizer em relação à palavra *falla*, em que a geminação do <l> não encontra fundamento histórico, porque o verbo deriva do latim *fabŭlāre*. Poder-se-ia contrargumentar, por exemplo, que os jornais, vistos como um possível divulgador de uma suposta norma culta, sobretudo no século XIX, estampavam o verbo referido com a geminação do grafema <l>. Isso em nada desfaz o que foi dito: a etimologização do vocábulo continua a carecer de justificativa que a abalize. (OLIVEIRA, 2009, p. 164-165, itálicos do autor)¹⁵

Oliveira (2009) considera, ainda, que a maior parte dos dados levantados apontam para uma etimologização, porém há de se destacar que quase 1/3 dessas ocorrências reflete uma grafia pseudoetimológica. Outra observação feita pelo autor é a de que os fenômenos fônicos (conferir a seção seguinte) são mais flagrantemente.

Logo ao iniciar o seu estudo, Lousada (2012) apresenta as noções relativas ao *cultismo* e ao *semicultismo*. O primeiro termo refere-se às formas retiradas do latim clássico, quando esta já era considerada uma língua morta e, por isso, não havia mais influência social que permitisse a sua evolução. Além dessa característica, o *cultismo* refletiria o contexto sociocultural “do período histórico em que penetraram na língua, sendo, portanto, uma

¹⁵ A explicação dada por Oliveira (2009) alinha-se ao que defendemos no presente estudo, segundo o qual é necessária a avaliação da norma prescrita e a consulta a dicionários, para assim averiguarmos se estamos diante de dados que refletem a normatização e se são consideradas verdadeiras etimologias.

contribuição emanada diretamente das classes elevadas” (LOUSADA, 2012, p. 196). Já o *semicultismo* é caracterizado, essencialmente, pelo hibridismo entre as formas popular e culta (ou erudita). São percebidas mudanças fonéticas, mas que fogem da evolução esperada para determinadas palavras. A fim de melhor esclarecer sobre esse aspecto, Lousada (2012) afirma que

para exemplificar isto temos os resultados do grupo consonântico latino *pl-*. Considerar-se-iam patrimoniais no português atual os resultados que apresentam fricativa pré-palatal surda: chorar < PLORE, chaga < PLAGA, etc. No entanto, formas como *prazer* seriam etiquetados (*sic.*) como semicultismo por apresentarem rotatização do *-l-* latino, ainda que esta evolução esteja amplamente documentada tanto no galego-português medieval, como nas suas variantes hodiernas. (LOUSADA, 2012, p. 196-197, grifos do autor)

Para o autor, a criação do termo *semicultismo* resulta da necessidade de se explicarem as mudanças fonéticas irregulares. Outra característica inserida nesse grupo são as variantes alotrópicas, ou seja, as diferentes formas que surgem de um mesmo étimo latino, como se verifica neste exemplo retirado de Lousada (2012, p. 197):

- (1) ARTĪCŪLU > *artelho* patrimonial
 artigo semiculto
 artículo cultismo

O autor complementa a sua explicação, argumentando que, semanticamente, a forma *semiculta* não teria relação com a forma patrimonial, mas a culta compartilharia, parcialmente, o seu significado com as demais formas. Já do ponto de vista fonético, a palatalização do grupo *consoante + //* é considerada patrimonial, por ser anterior à queda de *//* intervocálico. Lousada (2012) evoca Wright (1976) para advertir, também, que as formas patrimonial e *semiculta* são decorrentes de especialização semântica, o que lhes conferiu evoluções fonéticas diferentes.

Apesar de tais terminologias, Lousada (2012) ressalta que “a língua é um produto social e as suas palavras não são património de camadas ‘cultas’ ou ‘populares’” (p. 198); desse modo, a divisão entre *cultismo* e *semicultismo* dificultaria os estudos acerca do *latinismo*. Nas palavras do autor,

o termo *latinismo* parece-nos que define melhor o que historicamente era definido como “*cultismo*”, centrando-se esta designação no aspeto fonético e minorando a componente sociolinguística. Portanto, pensamos que o empréstimo proveniente do latim deve ser etiquetado como *latinismo*,

independentemente de se empregar nos registos formais da língua. Não é necessário atar o “cultismo” ao latinismo. Alguns autores indicam que os helenismos também podem formar parte das vozes cultas e existem empréstimos procedentes de outros idiomas que podem ser categorizados como “cultos”.

O latinismo como empréstimo é o resultado do contacto entre línguas. A particularidade deste caso é que as línguas recetoras procedem do latim. Ao tratarmos a presença dos latinismos no período medieval, estamos também a confrontar o nascimento da *scripta* em galego-português e a interferência entre duas normas: uma latina e uma outra romance que se irá emancipando progressivamente. Diversos estudiosos, como Wright (1989) e Puentes Romay (2007), coincidem em que a aparição da nova *scripta* está relacionada com a introdução na Península da liturgia romana, que supõe a reforma do latim eclesiástico, aumentando as diferenças entre a norma escrita (latina) e uma hipotética oralidade romance (*sic.*). (LOUSADA, 2012, p. 198)

Em se tratando do *corpus* analisado, composto por líricas profanas, Lousada (2012) quis investigar tanto “os grupos consonânticos latinos tautossilábicos e heterossilábicos que mostram variação nos textos trovadorescos (pl-, fl-, cl-, -ns-, -nf- e -gn-)” (p. 200), quanto à “especificidade no uso do latinismo léxico neste tipo de textos” (p. 200). Em relação ao primeiro objetivo, o autor verificou que, no grupo tautossilábico, as formas *pl-*, *fl-* e *cl-* ou mantiveram o *-l-* latino ou evoluíram, na grande maioria, para a palatalização, derivando-se daí uma africada pré-palatal surda. Também os grupos *gl-*, *ns-*, *nf-* e *gn-* apresentaram variação. Exemplos de vocábulos que retratam isso são *gloriosa* ~ *groriosa*, *defensa* ~ *defesa*, *iferno* ~ *inf(f)erno*, bem como *regno* e suas derivadas *reynar* ~ *reinar*.

Em relação ao segundo objetivo traçado por Lousada (2012), o autor argumenta que os latinismos léxicos seguem uma “pretensão estilística” nos textos poéticos. Estão presentes, com frequência, os arcaísmos, sendo, por vezes, comum encontrar vocábulos latinizantes e inovadores em um mesmo texto. Explicações possíveis para isso seriam a repetição, em que se utiliza do latinismo por meio de paralelismos semânticos, ou a manutenção da rima. Além disso, Lousada (2012) afirma que é usual o vocabulário específico científico ou eclesiástico nas críticas da poesia satírica, direcionadas aos grupos profissionais e sociais pertencentes a esses meios.

Com proposta semelhante ao desenhado em nossa pesquisa, Barbosa, Lima e Marcotulio (2018) questionam se haveria algum elemento que permitisse contrapor, de maneira objetiva, a norma prescrita (isto é, a descrita em gramáticas e em manuais normativos) e a praticada (a que os usuários da língua fazem uso para se comunicarem). Os autores atribuem, ao século XVI, “o marco da codificação em língua portuguesa”. Isso porque é neste século que se dão as publicações de um dicionário (Dicionário Latino-Lusitânico, de

1569 e de autoria de Jerônimo Cardoso), de uma gramática (A Gramática da Linguagem Portuguesa, datada de 1536 e de autoria de Fernão de Oliveira) e de obra literária (Os Lusíadas, publicado em 1572 e de autoria de Luís de Camões). Segundo os autores, tais obras exercem o “papel simbólico fundador da ilustração da língua vernácula” (p. 78). Apesar disso, sabe-se da existência de uma lacuna temporal entre a publicação e a difusão modelar desses escritos. É nesse ínterim que os autores se apoiam, visando a investigar o alcance desses materiais pelos indivíduos letrados. Se as obras normativas permeiam a norma escrita, e a obra literária, a norma praticada, os autores defendem que os impressos, devido ao seu alcance entre letrados, e por configurarem uma materialização diversa da dos manuscritos, possuiriam caráter modelar entre os letrados, seja no âmbito profissional seja no da vida privada. A partir desse panorama, os autores defendem, pois, os *diálogos* como o gênero textual que melhor reflete a norma praticada pelos textos modelares, recuando à Idade Média, dada a distância temporal para a difusão desses materiais entre os letrados. Uma das características primordiais deste gênero, na visão dos autores, seria a de que ele não se prende a fórmulas, assim como se avista em textos notariais, por exemplo. O objetivo dos autores alinha-se aos nossos, na medida em que visam a investigar aspectos grafemáticos (grafias etimológicas e grafo-fonéticas) em textos modelares (gramática de João de Barros¹⁶, de 1540, e *Diálogos*, datados entre os séculos XIV e XVI). Na análise empreendida pelos autores a respeito da gramática de Barros (1540a), fica evidente o valor fonético atribuído à escrita, uma vez que o gramático sugere não apenas a escrita de acordo com a pronúncia, como também refuta o uso de consoantes surdas em finais de sílabas ou de palavras; por outro lado, na avaliação de Barbosa, Lima e Marcotulio (2018), estaria implícita a prática etimológica entre os redatores dos seiscentos, já que Barros (1540a) restringe o uso de consoantes dobradas a apenas *l*, *m*, *n*, *r* e *s* (consoantes que teriam, àquele período, provável valor distintivo de pronúncia em relação à simples).

No que se refere às vogais, Barbosa, Lima e Marcotulio (2018) expõem que Barros (1540a) distingue-as em oito, cada qual apresentando uma função diferente, por exemplo, <a> grande seria utilizado quando se tratasse de verbo, preposição ou interjeição, enquanto <a> pequeno seria relativo ou artigo feminino. Em relação às consoantes, segundo explicações dadas pelos autores, Barros (1540a) assume o uso de *mm* em determinados contextos, como em *immortal* ou em *gramática*, por não ser admitido o uso de *n* antes de *m*; já, quando em final de palavras, *m* pode ser substituído por *til*, como em *ocórrẽ*. Por sua vez, *n* pode ser

¹⁶ Importante salientar a preocupação dos autores em avaliar não apenas o que está prescrito na gramática de Barros (1540a), mas também o quanto ele se apropria dessa normatização em sua escrita.

substituído no início e no meio da palavra, mas nunca no final; e sua geminação deve ocorrer somente nos casos em que reflita a forma latina, por exemplo, na palavra *anno*. A consoante *l* seria dobrada quando entre duas vogais (*elle*, por exemplo) ou quando sua etimologia assim sugere; caso contrário, a preferência é pela sua apresentação simples. Também o uso de *h* seria marcado pela tradição latina, sendo utilizado em sílabas aspiradas ou nos dígrafos *ch*, *nh* e *lh*.

A etapa seguinte da análise de Barbosa, Lima e Marcotulio (2018) visa à investigação da norma praticada pelo próprio gramático no *Diálogo da Viciosa Vergonha*. A título de exemplificação, os autores retomam a primeira regra geral ditada por Barros (1540a), a qual sugere uma escrita pautada na pronúncia, excluindo-se, assim, letras que não são pronunciadas; porém, o que se observa é a não aplicação de tal regra na redação da forma *orthographia*, que, na avaliação dos autores, poderia ser o dígrafo *ph* substituído por *f*, além de se notar a presença do dígrafo *th*. De todas as ocorrências verificadas em Barros (1540a), os autores identificaram apenas uma forma variante (*DAORTOGRFIA*), possivelmente caracterizada por um lapso tipográfico. De qualquer modo, a presença dos dígrafos *th* e *ph* enseja um provável apoio em sua origem etimológica. Os autores mencionam, ainda, a atuação da tradição gráfica, o que impediria a aplicação da regra apontada na gramática de Barros (1540a). Por outro lado, no referido diálogo (BARROS, 1540b), há apenas três ocorrências do dígrafo *th* nas formas *mathemática*, *rethórica* e *theórico*, sendo a explicação para a presença dessas palavras, segundo Barbosa, Lima e Marcotúlio (2018), a sua origem etimológica. Em sentido semelhante, tem-se nesse diálogo a presença da forma *filofophia*, que, no entendimento dos autores, seria uma forma variante de *filofofia*, cuja correspondência latina seja *philosophia*. Os autores destacam, também, a recorrência de outras formas com inscrição de *h*, sobressaindo os casos dos dígrafos, e alertam que apenas as formas *hum* e *ahi* seriam consideradas desvios etimológicos, isto é, que não se apoiam na origem etimológica. Em uma tentativa de explicar tais ocorrências, Barbosa, Lima e Marcotulio (2018) acenam para uma tradição, que vem desde o século XIII, de registro da forma *hum* e para um caráter distintivo do advérbio *ahy* em relação à interjeição *ay*, presentes na gramática de Barros (1540a). Outra observação feita por eles é que a inscrição de *h* ocorre, quase sempre (com exceção justamente de *ahi*), em contexto inicial. Barbosa, Lima e Marcotulio (2018) dissertam sobre alguns casos que se aproximam de uma escrita grafo-fonética, tais como betacismo (*austinencia*), rotacismo (*frautas*) e ditongação (*oulhár*), por exemplo, no diálogo de Barros (1540b), casos que sugerem a aplicação da primeira regra geral de Barros (1540a); contudo,

esses dados são bem menos numerosos, quando comparados aos casos etimológicos. Além disso, do total de dados grafo-fonéticos, pouco mais de 50% dos *types* representam variação de timbre, como alteamento (*mininos*), centralização (*avangelho*), abaixamento (*molher*), anteriorização (*fermosos*) e posteriorização (*cólora*), sendo abaixamento e alteamento, respectivamente, os mais recorrentes, concentrando os casos em sílabas pretônicas.

Outro aspecto analisado por Barbosa, Lima e Marcotulio (2018) refere-se à não utilização de consoantes mudas em final de sílaba ou de palavra, prescrita por Barros (1540a); conforme os autores, encontram-se em Barros (1540b) dados como *Egicios* e *amoesta*, adequando-se, assim, à norma; por outro lado, a co-ocorrência das formas *fructos*, *fruito* e *frutuósa* seria resultado de um “conflito de normas”, em que se tem a recomendação feita por Barros (1540a) operando em conjunto com a influência etimológica da forma latina *fructus*. Quanto ao conjunto das geminadas, os autores mencionam a aplicação categórica da regra, em que há respeito ao que foi prescrito na gramática, contando com casos de geminação no interior de palavras, sempre entre duas vogais. Para o encontro *ss*, há um maior quantitativo de *types*, seguindo uma tradição que é vista até os dias de hoje no português. Já a geminação *mm* corresponde apenas à forma *grammatica*. Destaca-se, também, a geminação *ll*, que reúne 85 tokens, sendo a maior parte referente às formas *fazello*, *elle*, *aquelle*, *nelle*, *daquelle*, *pella*; em outras palavras, como observado pelos autores, trata-se dos pronomes formados pelo mesmo “étimo latino <ille>”. Já para as formas *fazello* e *pella*, os autores argumentam que esse caso se enquadra numa regra geral de Barros (1540a), a qual diz que consoantes dobradas devem ser escritas em sílabas distintas, quando ocorre separação silábica (*fazel-lo* e *pel-la*), mantendo, dessa forma, o “referencial latino”¹⁷.

Barbosa, Lima e Marcotulio (2018) empreendem, também, uma análise acerca das terminações *-am*, *-em*, *-im* e *-om*, que, segundo previsto em Barros (1540a), deveria ser o *m* substituído por *til*, quando na formação de plural; os autores revelam que em Barros (1540b) tal previsão é observada, como se vê no vocábulo *Perfeições*, e sinalizam para uma sistematização de plural em *-es* para as palavras terminadas em *-l*, o que pode ser entendido, conforme argumentam, como sendo casos de hiato.

De modo geral, Barbosa, Lima e Marcotulio (2018) constataram, no comparativo entre norma prescrita e norma praticada por Barros (1540a; 1540b), que os grafemas etimológicos seriam mais diversificados e recorrentes, além de apresentarem um uso mais sistemático; a

¹⁷ Barbosa, Lima e Marcotulio (2018, p. 99) evocam Câmara Jr. (1976, p. 58) para apoiarem a sua argumentação: “A ‘geminção consonântica, entre vogais, estabelecia o travamento da primeira vogal, pois a fronteira silábica ficava no meio da consoante’”.

consequência disso seria a difusão gráfica, permitindo que redatores medianos conseguissem se apropriar de tal grafia, embora não conhecessem a língua latina. Já no caso dos índices grafo-fonéticos, a “adoção de regras” teria de ser realizada “sob o amparo do princípio fonético” (p. 102).

Além dessa análise comparativa, Barbosa, Lima e Marcotulio (2018) estabelecem uma análise sob uma perspectiva diacrônica, mantendo-se o gênero textual *diálogo*, selecionando documentos do século XIV e da primeira e da segunda metade do século XVI. No levantamento das grafias etimológicas, constataram maior prevalência no documento da segunda metade do século XVI, acumulando 18 tipos de grafias. Do total de grafias, sete foram identificadas em todos os períodos: *i* e *u* com valor consonantal; inscrição de *h*; *y* com valor de semivogal; os dígrafos helênicos *ph* (/f/) e *ch* (/k/); e a geminação *ll*. A geminada *bb* e o dígrafo *gn* foram observados apenas no século XIV; por outro lado, a geminada *ff* e o dígrafo *pt* foram computados tanto no século XIV quanto na segunda metade do século XVI; e o dígrafo *ct* foi verificado no século XIV e na primeira metade do XVI. As geminadas *mm* e *nn* aparecem nos documentos da primeira e da segunda metade do século XVI. Por último, as geminadas *cc*, *pp* e *tt*, bem como os dígrafos *sc*, *bt* e *mn* são avistados apenas na segunda metade do XVI. Barbosa, Lima e Marcotulio (2018) discorrem, inclusive, sobre uma característica ascendente no cômputo dos dados, uma vez que se percebe um aumento em cada um dos documentos, conforme se avança o período em análise; isso significa, na visão dos autores, uma “revalorização” da Antiguidade Clássica, com a adoção de grafias etimológicas, aspecto relacionado ao período Renascentista.

Comparando-se a prescrição de Barros (1540a) ao diálogo do final do século XVI, Barbosa, Lima e Marcotulio (2018) verificaram que a regra quanto ao uso das geminadas é atendida no que se refere ao uso das geminadas *ll*, *mm*, e *nn*, que aparecem sempre no interior de palavras; e que ela é ampliada, uma vez que, com a adoção de novos tipos de geminadas, há uma manutenção da origem latina, como se vê nas formas *peccados* (lat. *peccātūs*), *approuada* (lat. *approbbāre*) e *permittio* (lat. *permittere*), por exemplo. Foi observado, ainda, pelos autores, que o padrão ascendente é estabelecido pelas palavras gramaticais; palavras lexicais teriam comportamento diverso, com uma redução de frequência na primeira metade do século XVI. Explicação para isso pode ser o fato de a geminação de *ll* ser mais produtiva, justamente pela presença do étimo latino *ille* e das formações pronominais derivadas desse demonstrativo.

Outro autor que se dedicou à análise ortográfica em textos pretéritos é Lima (2019). Segundo este autor, dentre os aspectos para os quais o linguista-pesquisador deve estar alerta, tais como hipercorreção, mistura dialetal, erros do escriba, autoria e autenticidade, “na análise dos dados históricos, é relevante que o linguista-pesquisador investigue o padrão linguístico apresentado, confrontando-o com traços de vernaculidade da época” (LIMA, 2019, p. 318). Em análise de missivas datadas do início do século XX, o autor avalia três critérios: (i) “latinismos/formas etimologizadas”; (ii) “alternância entre [o] e [u] e entre [e] e [i]”, e (iii) “segmentação/junção”. O primeiro refere-se ao uso de formas etimológicas, latinas ou helênicas, caracterizando-se, dessa maneira, o perfil social¹⁸ do escriba; o segundo caracteriza-se pela flutuação entre [o] e [u] e entre [e] e [i], refletindo possíveis marcas de oralidade (resultados que serão melhor descritos na seção seguinte); já o terceiro pauta-se na hipótese de que a hifenização e o limite vocabular possam estar relacionados ao maior ou ao menor contato “com modelos de escrita”¹⁹.

Em análise das formas etimologizadas, Lima (2019) averiguou uma maior ocorrência nas cartas escritas por José Machado, cidadão morador do Rio de Janeiro e que, possivelmente, trabalhou “com livros (como escritor/editor/redator)” (p. 321), sendo, por isso, considerado culto. Já nas cartas escritas por sua noiva Iracy, moradora de Fazenda-MG, considerada uma “pessoa esclarecida” (p. 322), foi encontrado um menor número de ocorrências desse tipo. Nesse sentido, Lima (2019) acredita que José Machado tenha um maior grau de letramento do que sua noiva, Iracy, principalmente pela ocorrência dos vocábulos “affecto”, “factos”, “accessos” e “rectas”.

1.5 Dos aspectos grafofonéticos

Feito o levantamento das informações sobre as questões etimológicas, na seção anterior, passamos ao recorte do que os estudiosos consultados constataram a respeito das características grafofonéticas. A presença de palavras, tais como *cazado* e *asignada*, em nosso *corpus*, por exemplo, nos remete a uma possível interferência da oralidade na redação desses documentos, característica que marca a fase inicial de aquisição da escrita, indicando, por conseguinte, menor nível de letramento. O conhecimento pouco consolidado sobre os

¹⁸ Apesar de Lima (2019) admitir tais características como sendo de “perfil social”, acreditamos que se refira a perfil cultural.

¹⁹ Devido aos objetivos traçados para o presente estudo, optamos por não discorrer em nossa resenha sobre o terceiro critério adotado por Lima (2019).

aspectos ortográficos da língua portuguesa, sugerido pela variação [z] ~ [s] em contextos diversos dos que são esperados, nos direcionam para a necessidade de melhor avaliarmos esse processo. Chamam nossa atenção, ainda, dados como *ministro* e *intende*, que podem refletir casos de hipercorreção, para o primeiro dado, e influência da oralidade, para o segundo. Nesse sentido, podemos estar diante de uma possível estigmatização, algo que será averiguado oportunamente. Sendo assim, na presente seção, dedicamo-nos a discutir sobre os estudos que objetivaram a análise dos aspectos grafofonéticos para, dessa maneira, estabelecermos paralelos com a literatura vigente.

1.5.1 Variação fonético-fonológica: o que dizem os estudos linguísticos?

Em relação às mudanças fonéticas, Marquilhas (1996) aponta a presença de epêntese (“foremos” - formos, “seremos” - sermos) e a variação /t/ > /j/ (fruto de hipercorreção), /ch/ > /x/ (tal como nos vocábulos “xagas” e “abaxo”, representando, junto às dificuldades de grafia de /r/, inabilidade do escriba) e [s], [z] > [ʃ] (identificada nas formas “maix” e “lluix”) em seus dados. Além disso, a autora argumenta que a sistematicidade de emprego das consoantes <C>, <s> e <z> representaria uma maneira de demarcar a oposição surda sonora de /s/ e de /z/, caracterizando, dessa forma, inabilidade do escrevente, como exemplificado a seguir: “*Caberam voCas Cenhorias*, por «saberão vossas senhorias», *noCa Cenhora da lus*, «Nossa Senhora da Luz», *noCa snor. do Orozairo*²⁰, *eCa Canta Caza*, «essa santa casa.»” (MARQUILHAS, 1996, s.p., itálicos da autora).

Baseado nos estudos de Marquilhas (1996), Barbosa (1999) argumenta que parece ser o nível ortográfico o que melhor distingue os graus de (in)abilidade do escriba. Na distinção dos *corpora* analisados pelo autor, a explicação dada é a de que “as marcas paleográficas nesse nível” poderiam “atestar certas mudanças fonéticas” ou, “ao menos, [...] dificuldades de cada autor na associação entre os grafemas e os sons da língua” (BARBOSA, 1999, p. 159). Entre os fenômenos averiguados por Barbosa (1999), está a flutuação entre as vogais <e> e <i> (vezinho, ispera) e <o> e <u> (otilize, discuberta). Foram percebidas, pois, “mutações fonéticas de [e] > [i] ou [i] > [e] e de [o] > [u] ou [u] > [o]”²¹, em posição átona, seja final, seja

²⁰ A transcrição modernizada dessa expressão não foi apresentada no estudo.

²¹ A respeito da flutuação de vogais, Telles (2005) apresenta uma caracterização relevante em relação a períodos anteriores. Conforme estudo comparativo entre as recomendações feitas pelo gramático Fernão de Oliveira e os dados encontrados em documentos quinhentistas e seiscentistas, a autora constata a variação das pretônicas (<e> por <i>; <i>, <j>, <y> por <e>; <o> por <u> e <u> por <o>), da postônica (<o> por <u>) e das nasais (<ẽ>

postônica” (p. 170), bem como variações “por restaurações eruditas ou semi-eruditas” (p. 170). Assim como evidenciado anteriormente, as cartas de comércio concentraram as grafias em <i> e <u> (“dipois” e “sulicitar”, por exemplo) no lugar de <e> e <o>, respectivamente, influência da pronúncia [i] e [u]. Barbosa (1999) enfatiza, ainda, o maior quantitativo de ocorrências desses fenômenos, inclusive, nos documentos oficiais, embora os documentos particulares apresentem valores mais elevados de ocorrências, sugerindo reflexo da oralidade. O autor destaca, também, os casos em que se verifica a redação de <i> substituindo a coordenativa *e*: em comparação aos dados monossilábicos, esse tipo de ocorrência se mostrou bastante superior; além disso, tais dados aparecem somente nas cartas de comércio. Já para os documentos oficiais, as variações mencionadas foram averiguadas apenas em posição pretônica, com exceção do vocábulo “quasi”, que computou quatro ocorrências. Conforme defende Barbosa (1999), essa característica pode representar um “estágio intermediário da passagem de [e] a [ẽ]”, aludido por Teyssier (1980). Tendo em vista o contexto de produção das cartas comerciais, sendo mais suscetíveis às marcas de oralidade, Barbosa (1999) acredita que isso corrobora a “força de uso [...] da pronúncia [i]”, principalmente pela “conservação do Português do Brasil nas vogais átonas finais” (p. 176). Entretanto, o autor alerta que todos os dados que representam estes casos são monossílabos, propondo, então, duas hipóteses que possam explicar esse panorama:

A primeira seria a de que, apesar de a realização normal ser [i], essa variante se encontrasse estigmatizada socialmente. Nesse sentido, o dado encontrado não passaria de um *cochilo* dos copistas/revisores. A Segunda, (*sic.*) seria a de que a grafia <e> já encontrava certo reforço, na *mão* dos portugueses, por conta do avanço do [ẽ], som para o qual não existe uma marca exclusiva no alfabeto latino.

Em função da primeira hipótese, os quatro dados encontrados nos documentos oficiais poderiam estar testemunhando, já àquela altura, a conservação de [i] átono final no Português do Brasil. Para isso bastaria,

 por [ĩ]; <im>, <ỹ> para [ẽ]) no *Livro de Cozinha da Infanta D. Maria*, datado do final do século XV. Telles (2005) conclui que <e> e <i> são equivalentes a [e] e [i] átonos pretônicos, respectivamente, e <o> e <u> a [o] e [u] pretônicos. Também <o> seria equivalente a [u] postônico, mesmo que esteja em ditongos crescentes. Por sua vez, em análise comparativa à *Coleção de roteiros portugueses da Carreira da Índia*, datado do século XVI, a autora identificou a variação das pretônica (<e> por <i>; <i> por <e>; <o> por <u>; <u> por <o>), da postônica (<e> por <i>) e das nasal (<en> para [ĩ]). Segundo a autora, [i] e [u] finais são grafadas em <e> e <u> regularmente, com algumas exceções de grafiação em [i], como nas palavras “quasi” e “di”. Chama-nos a atenção, nos dados encontrados pela autora, o comportamento semelhante em nossos resultados, como nos exemplos mencionados por Telles (2005): “virtude”, “cuaes”, “sojeito”, “emteiros”, “enfindos”. Isso nos alerta para a necessidade de analisarmos mais detidamente quais seriam as motivações para as escolhas dos escribas, considerando que possam estar refletindo marcas da oralidade ou mantendo uma tradição quanto à escrita, tendo em vista a presença da flutuação entre vogais já em séculos anteriores. Embora os achados da autora evidenciem que essa flutuação não seja específica do português falado no Brasil e que ela é mais antiga do que se acreditava, a análise de nossos dados podem corroborar a hipótese de que se trata de uma variação influenciada pela oralidade, característica que será devidamente avaliada no capítulo de análise.

como não seria muito difícil acontecer, que os redatores dos dois documentos fossem naturais na colônia. (BARBOSA, 1999, p. 177, itálicos do autor, sublinhados nossos)

Da mesma maneira que Barbosa (1999), acreditamos que não só o alçamento da vogal [e] possa ser representativo da oralidade do período setecentista (aspecto que perdura até os dias atuais), como também seja estigmatizado, justamente por remeter à fala e atestar estágio inicial de aquisição da escrita. A análise de nossos dados, em capítulo destinado a isso, poderá nos oferecer maiores subsídios, na tentativa de elucidar tais hipóteses.

Em sentido oposto, segundo Barbosa (1999), o abaixamento das vogais <i> e <u> poderia representar casos ligados à “norma gráfica nos impressos setecentistas” (p. 177). Referenciando Marquilhas (1991), Barbosa (1999) alerta para um aspecto importante do período setecentista: o de que não havia, àquela época, uma normatização ortográfica que fosse homogênea, algo que se deu, segundo este autor, somente em 1885, com a publicação das *Bases de Ortografia Portuguesa*, de autoria de Gonçalves Vianna e Vasconcelos de Abreu. Por outro lado, não se pode afirmar que a escrita se restringia a um caráter fonético; havia, nesse período, um caráter pluriortográfico. O que se verificava, pois, era uma tentativa de estabelecimento e de imposição da norma gráfica, baseada nos diferentes manuais publicados durante esse século e na “prática das casas impressoras” (BARBOSA, 1999, p. 177). O fato de o autor ter encontrado maior quantitativo de casos de abaixamento das vogais <i> e <u> nos documentos oficiais sugere, segundo sua análise, que seus escreventes tenham se inspirado nos impressos portugueses no momento da redação dos documentos. Ademais, conforme salienta Barbosa (1999), embora o quantitativo de dados seja menor nos documentos particulares, exemplos como “pozerão” corroboram uma possível influência dos impressos setecentistas.

Fenômenos menos expressivos, identificados por Barbosa (1999), são a *anteriorização* (por exemplo, “rezão”) e a *posteriorização* (apenas uma ocorrência com o vocábulo “benovolencia” e ao qual o autor atribui um caráter mais fonético). Além desses, a *centralização* (ningam), a *epêntese* (adevinhar) e a *nasalização* (muinto) foram encontradas em seu estudo. Para interpretar a *centralização*, o autor retoma Teyssier (1980), que data o início da variação [e.] *tônico* > [ä] apenas no século XIX, sendo essa uma “inovação fonética” (p. 180). Apesar disso, o fato de Barbosa (1999) ter computado 15 ocorrências que se enquadram nesse fenômeno indica a sua existência já no século XVIII. Também a centralização de [e.] *átono* > [ä], que conta com somente uma ocorrência no *corpus* utilizado por Marquilhas (1996), mostrou-se mais recorrente nos *corpora* de Barbosa (1999), somando-

se 22 ocorrências. Barbosa (1999) menciona, ainda, um dado “que reflete bem a força do processo ocorrido” (p. 181-182):

Essa forma [dedachar] sem fronteira vocabular reúne *de dachar* (“de deixar”). Ao que parece, em *dachar*, o grafema corresponderia à monotongação de [ɑj]<[ei]. A distribuição das ocorrências em tônicas, pretônicas e postônicas também ratifica a força do dito *processo fonético*. Note-se que, no caso das postônicas, as cartas dos comerciantes portugueses registram mesmo uma átona final: [e] passando a [ã]: *Açucaras* (mss. 224/29). (BARBOSA, 1999, p. 182)

Somadas a isso, as três ocorrências de [e] > [ã] e uma de <o> para <a> (“escarbuto”) nos documentos oficiais evidenciam, de acordo com Barbosa (1999), que tal traço fonético seria mais generalizado nos escritos portugueses.

Por sua vez, o autor registrou poucos dados (apenas sete ocorrências) de epêntese, ao que atribui uma possível tentativa de se solucionar o problema das sílabas complexas, motivadas pela grafia etimologizante. Para Barbosa (1999), esse seria um exemplo claro de mão inábil, por representar uma tendência de escrita mais fonética. Do mesmo modo, a *nasalização* apresenta poucas ocorrências, sendo este fenômeno recorrente para o vocábulo *muito* (variando entre “muinto”, “munto(s)” e “munta”). Nos casos em que se verifica a presença da grafia <i> seguida de <n>, Barbosa (1999) argumenta que, para o “redator pouco hábil”, haveria uma correspondência “para cada som *sentido*” (p. 183). Outra explicação aventada pelo autor refere-se à “falta de fronteira vocabular” e de “vocábulos fonológicos” (p. 183):

Apesar de não se poder afirmar alguma relação sistemática, a grafia de um *n* entre um conectivo aditivo e um pronome indefinido, em cuja estrutura figura uma nasal, pode indicar que, nesse caso, o redator pode, por conta da escrita corrida de um texto ditado (a ausência de parágrafos e o *cursus* nessa carta permitem essa hipótese), ter passado ao nível da escrita não um dado de uma mutação fonética em curso na língua, mas sim da influência de um som sobre outro na articulação apressada. De qualquer maneira, são as cartas comerciais o tipo de *corpus* onde essas dúvidas aparecem, pois, quanto aos documentos oficiais, não há ocorrências de dados com supostas nasalizações. (BARBOSA, 1999, p. 183-184)

Por último, Barbosa (1999) menciona os casos especiais que, embora sejam menos numerosos, contando com apenas uma ocorrência para a maioria dos vocábulos, a análise em conjunto pode servir de comparativo entre a escrita dos documentos por ele analisados. É o caso, por exemplo, das formas estigmatizadas “té”, “despois”, “inda” e “própia” e das contrações “dir” e “d’accordo”, que refletem possíveis marcas de oralidade. Também se

enquadram nesse grupo “os erros de natureza inconsciente”: “*“i ago aseite”* (“e agora aceite”); “*tea paciência*” (“tenha paciência”); “*vendi meatade*” (“vendi metade”); “*nacoziã*” (“na ocasião”) e “*faço tem emção dir*” (“faço tenção de ir)” (BARBOSA, 1999, p. 188, itálicos do autor). Barbosa (1999) relata, ainda, que algumas dessas ocorrências podem representar tanto erros involuntários, como aspectos fonéticos, por exemplo, “carrenou” (“carregou”), que poderia representar um fenômeno de palatalização.

Em resumo, Barbosa (1999) adverte que, embora o registro escrito não transpareça a língua falada, há determinados tipos textuais que são “menos *refratários* às marcas de oralidade com força de uso consagrado, seja na norma geral, seja nos fatos normais em certos segmentos da sociedade” (p. 189, itálico do autor). O autor ressalta, por último, a necessidade de averiguação das formas etimologizadas, no intuito de se avaliar a produção escrita de ambos os manuscritos por ele estudados.

Em relação às inovações percebidas no PB no século XVIII (comparando-se ao PE), Noll (2006) argumenta que a primeira seria a redução do ditongo [ey], exceptuando-se as palavras monossílabas, as desinências verbais de primeira pessoa do singular, do tempo pretérito perfeito, e em contextos antes de /t/. Já a segunda seria a redução do grupo vocálico no PB, passando de oito para cinco vogais pretônicas, com a eliminação da oposição entre vogais abertas e fechadas. Porém, essa evolução não eliminou as pretônicas abertas, haja vista sua permanência nos dialetos do norte e do nordeste do Brasil. Ainda que não estejamos tratando especificamente desses fenômenos, eles podem nos fornecer pistas com algum direcionamento sobre as motivações de nossos escreventes quanto ao uso das vogais, em especial no caso do acréscimo de *e* ou do alçamento/abaixamento de vogais.

Já Oliveira (2006), além das irregularidades quanto à grafia de sílabas complexas, conforme relatado na primeira seção, reúne outros “fenômenos gráficos”. O autor adverte para a existência de poucos estudos relativos a esses fenômenos, indicando alguns poucos focados na escrita infantil e apenas um, de Cunha (2004), que faz um levantamento de “tipologia dos erros ou variantes em crítica textual”. Explica, inclusive, que a falta de uma literatura voltada para o assunto o fez decidir por essa nomenclatura, para referir-se a tais desvios encontrados em seu *corpus*. Entre os fenômenos identificados por Oliveira (2006), resumimos os seguintes:

Quadro 2 - Síntese dos fenômenos gráficos identificados na escrita de negros oitocentistas por Oliveira (2006)

Fenômeno	Considerações de Oliveira (2006)
Omissão de grafemas	<p>Fenômeno mais expressivo, que recaiu sobre vogais, consoantes e sílabas inteiras. Foi percebida, ainda, certa regularidade nos dados. Em menor quantidade, foi verificada a omissão de dois grafemas na mesma sílaba ou em sílabas diferentes e em partes maiores que uma sílaba. Já o quantitativo de omissões de vogais foi superior e teria correlação com a posição ocupada na sílaba, de ataque simples. Isso estaria relacionado à consciência fonêmica, denotando que o escrevente teria dificuldades em realizar “uma análise sonora dos fonemas que a compõem [a palavra]”, conforme expõe Zorzi (1998).</p> <p>Outras características referentes a esse fenômeno são a extensão das palavras, haja vista que mais de 70% dos dados são compostos por palavras de mais de duas sílabas, e o término da linha, o que leva o escriba a deixar de escrever o restante da palavra na sílaba seguinte.</p> <p>Também a grafia de dígrafos apresentou omissões, como em “aquille” (“aquele”), sendo a percepção auditiva a possível explicação para ocorrências desse tipo - princípio acrofônico²².</p> <p>Ainda acerca das omissões, foram listadas as reduções de ditongos [ow] e [ew] para <u>. Exceptuando-se dois dados (“Su” no lugar de “Seu”), os demais referem-se às desinências verbais. Em outros contextos, a redução se deu para <o>.</p> <p>Por último, são agrupadas as palavras relativas às grafias de sílabas complexas de /r/, /l/ ou /s/ que, segundo Oliveira (2006), não seriam sequências gráficas ilegítimas, mas omissões, por exemplo “decrto” (“decreto”) e “prtal” (“porta”).</p>
Substituição de grafemas - proximidade da morfologia das palavras	<p>Fenômeno também expressivo, ainda que em menor quantidade, quando comparado às omissões. Os tipos de substituição identificados foram estes: <m> por <n>, <n> por <m>, <u> por <v>, <i> por <u>, <u> por <e>, <l> por <d>, <d> por <l>, <v> por <u>, <z> por <r>, <r> por <s>, <r> por <i>, <j> por <l>.</p> <p>A substituição <m> por <n> foi a mais expressiva, seguida das substituições <n> por <m> e <u> por <v>. As demais apresentaram o máximo de cinco ocorrências.</p>
Substituição de grafemas - pares	<p>Fenômeno recorrente, no qual as distinções se dão pela presença/ausência de sonoridade. Foram identificadas substituições do tipo <t> ~ <d>, <g> ~ <c>²³, /s/ ~ /z/²⁴, <f> ~ <v>. A variação mais expressiva foi a <t> ~ <d>, seguida de <g> ~ <c>,</p>

²² Oliveira (2006) evoca Cagliari (1998) para explicar esse termo: “O princípio acrofônico existe desde a formação do primeiro alfabeto. O nome das letras traz, em seu início, o som mais característico que a letra representa no sistema de escrita. Assim, no nome ‘bê’, da letra B, encontramos o som ‘b’, que é o som mais comum que essa letra assume. E isso acontece com praticamente todas as letras. O princípio acrofônico na verdade é um conjunto de regras que usamos para decifrar os valores sonoros das letras. Num primeiro momento, atribuímos a cada letra o som que é dado pelo seu nome. Depois, somamos os sons para descobrir que palavra está escrita.” (CAGLIARI, 1998, p. 124, citado por OLIVEIRA, 2006, p. 304)

²³ A maioria das ocorrências recaiu sobre o item lexical *secretário*.

²⁴ O autor optou pela representação dos fonemas, haja vista a variabilidade gráfica que se apresenta para /s/ (“<s>, <ss>, <c>, <ç> e <sc>”) e para /z/ (“<s>, <sc>, <x> e <z>”). Ainda em relação à variação /z/~/s/, Oliveira (2006) admite que a variação “dispozição” ~ “disposiçãõ” refere-se a uma variação gráfica, comum a /z/, que pode ser grafado com <s> ou com <z>, e não uma variação fonêmica, como nos demais casos listados para os pares mínimos; porém, o intriga a presença da forma “dispocicaõ”, que traduziria /s/, mas não /z/. Contudo, ao olharmos mais detidamente para os dados listados pelo autor, com exceção das formas terminadas em -caõ (“çecucaõ”, “dispocicaõ” e “fiscalcacãõ”), as demais ocorrem em contextos de -e ou de -i, remetendo, dessa

mínimos	/s/ ~/z/, respectivamente. Já a variação <f> ~<v> apresentou apenas três ocorrências.
---------	---

Fonte: Adaptado de Oliveira (2006, p. 298-319).

No tocante à oposição de grafemas correspondentes a surdas e a sonoras, Oliveira (2006) aponta as oclusivas e as fricativas como sendo as que mais causam dúvidas nos escreventes. Embasando-se nos estudos de Zorzi (1998), Oliveira (2006) repele uma possível “inspiração fonética”, tendo em vista que as crianças do estudo de Zorzi (1998) não apresentam dificuldades para realizar os fonemas na oralidade. Como eventual explicação, Oliveira (2006) assume que a interferência se daria pelo som sussurrado, embora seus dados tenham se distanciado do que foi verificado por Zorzi (1998): nos dados computados por Oliveira (2006), há uma supremacia (61,6%) de substituições das surdas pelas sonoras. Conforme explanação deste autor,

se a escrita silenciosa que conduz ao ensurdecimento de fonemas sonoros, de um lado, pode estar dando a sua contribuição para o que se vê, por outro, é mais irresistível a conclusão de Zorzi (1998, p. 74), que, *mutatis mutandis*, aponta o seguinte caminho percorrido pelas mãos responsáveis pelas substituições fartamente elencadas: incerteza sobre o fato de o fonema ser surdo ou sonoro, consciência de existirem dois grafemas para transcrevê-los e escolha aleatória de um deles. (OLIVEIRA, 2006, p. 318)

Em uma visão mais geral dos dados levantados por Oliveira (2006), embora o autor descarte uma possível influência da oralidade em seus dados, alguns deles, especialmente os que refletem oposição entre consoantes surdas e sonoras, parecem nos direcionar para essa conclusão. Por outro lado, alguns dados, tal como a variação u ~ v claramente remetem às latinizações. De qualquer forma, e assim como adverte o autor, é inegável a dificuldade e a complexidade envolvida na rotulação dos dados computados.

Oliveira (2006) dedica-se, ainda, à avaliação de fenômenos fônicos no século XIX, mas que não serão retratados no presente capítulo, dada a delimitação temporal de nossos dados. Por ora, basta-nos a informação de que o autor identificou a elevação de vogais médias pretônicas em monossílabos como sendo um dos fenômenos mais expressivos. Também nesse viés, o abaixamento de vogais altas e a elevação de vogais médias postônicas apresentaram frequência elevada em seus dados. Já a elevação de vogais médias átonas, fenômeno que registrou números muito superiores do que os mencionados, seria um reflexo, segundo o autor, das terminações em português se darem em *e* ou em *o*.

maneira, a uma possível variação entre surdas e sonoras. Ainda, em respeito à forma “fiscalicacão”, o que parece estar em jogo é a analogia com a terminação da palavra.

Em análise dos fenômenos fônicos presentes nas cartas dos sertanejos baianos, Santiago (2012) esclarece a existência tanto de fenômenos considerados mais gerais, produzidos por hábeis e inábeis, quanto de fenômenos “mais raros”, configurando, dessa maneira, inabilidade do redator. Dos fenômenos avaliados, a autora relata que a elevação de vogais médias em monossílabos foi a mais expressiva, contando com mais de mil ocorrências. Já a elevação de vogais médias pretônicas e postônicas foi menos recorrente, situando-se na faixa entre 200 e 500 ocorrências. Em resumo, Santiago (2012) relata que marcas de oralidade estão presentes em todas as cartas analisadas, embora algumas apresentem mais dados que outras. Além disso, a autora defende que fenômenos como a elevação de vogais médias pretônicas ou postônicas seriam mais “generalizados no português brasileiro” (p. 159). Desse modo, eles não configuram, por si sós, marcas de inabilidade, sendo necessária a sua avaliação em conjunto com os “mais raros”, que possam revelar “um grau maior de inabilidade” (p. 159). Os fenômenos mais frequentes, conforme Santiago (2012), são a elevação de vogais médias em monossílabos e de médias [e] ~ [i] e [ẽ] ~ [ĩ] em posições pretônica e postônica. A elevação de vogal média postônica [o] ~ [u] foi menos frequente, além dos casos em que foi computada apenas uma ou duas ocorrências, como nos casos de desnasalização e de epêntese. Reconhecemos que o período em que se insere o estudo de Santiago (2012) é diferente do retratado no nosso, mas a compreensão dos achados da autora podem nos auxiliar, em alguma medida, na avaliação dos fenômenos que serão analisados, especialmente nos casos de abaixamento/alçamento de vogais, cuja análise foi escolhida para nossa pesquisa.

Outros estudiosos que se dedicaram, também, à análise das variações *e ~ i* e *o ~ u* são Barbosa, Lima e Marcotulio (2018). Numa perspectiva diacrônica, entre os séculos XIV e XVI, os autores computaram um quantitativo muito baixo em relação ao universo de palavras que compõem o *corpus*, inferior a 1%. Assim como para Oliveira (2006) e Santiago (2012), o entendimento do que fora encontrado por Barbosa, Lima e Marcotulio (2018) serve para nos desvelar, em alguma medida, o comportamento de nossos dados. Além disso, os autores argumentam que o entendimento desses dados não seria tão simples, comparando-se ao contexto contemporâneo, em que a representação *minino*, por exemplo, reflete um alçamento de vogal média pretônica. Em períodos muito anteriores, como o que estamos analisando, o texto escrito se caracteriza por um polimorfismo gráfico, resultado de uma pluriortografia. Acreditamos que o alçamento de vogais possa refletir dados de fala, mas devemos ponderar o que defendem estes autores, uma vez que estamos diante de um período que ainda não

apresenta uma sistematicidade consensual para as normas ortográficas. Partindo dessa problemática é que decidimos não apenas pela sistematização do que está prescrito na norma setecentista, tomando como base Feijó (1734) e Verney (1746), que apresentam posicionamentos diferentes no tratamento da ortografia, como também recorreremos à consulta do dicionário de Bluteau (1712-1728), na tentativa de melhor compreender os nossos resultados.

Somando-se ao que foi dito até o momento sobre o alçamento/abaixamento de vogais, evocamos Lima (2019). Nas missivas analisadas pelo autor, foi averiguado um quantitativo maior de ocorrência das variações [o] e [u] e [e] e [i] nas cartas escritas pelas mãos femininas, sendo que, em contrapartida, na escrita masculina, não foram identificadas ocorrências do primeiro grupo de variantes e foram encontrados poucos dados do segundo grupo. Os vocábulos “creatura” (criatura), com duas ocorrências, e “mi” (me), com apenas uma ocorrência, estão presentes nas cartas de José Machado, ao que Lima (2019) atribui serem influências da oralidade - abaixamento e alteamento das vogais [i] e [e], respectivamente. Apesar de essa assertiva oferecer uma explicação possível para esses dados, outra hipótese que poderia ser aventada para explicar a variação na escrita do noivo seria o eruditismo, dado que ambas as formas - “creatura” e “mi” - remetem às suas origens latina e grega (cf. Aulete on-line e CUNHA, 2012). A ausência dos excertos em que ocorrem tais dados nos impede de compreendermos as motivações que estariam por trás da escrita de José. Já nas missivas da noiva, foram encontrados os dados “ispirito” e “cousa”. Lima (2019) não expõe a análise para tais dados, mas é possível inferir que o primeiro vocábulo representa uma marca de oralidade, com o alçamento da vogal [i], enquanto o segundo vocábulo, assim como na escrita de José, refere-se a um eruditismo. Os dados obtidos por Lima (2019) podem nos servir como um paralelo, haja vista a semelhança guardada entre seus resultados e os nossos, conforme se avistará no capítulo de análise.

1.5.2 Avaliação dos fenômenos fônicos em uma perspectiva diacrônica

A partir do levantamento de informações sobre os aspectos grafofônicos encontrados nos *corpora* analisados por Barbosa (1999), por Oliveira (2006) e por Santiago (2012)²⁵, pretende-se, nesta seção, reunir as características que esses autores apresentaram em comum,

²⁵ Optou-se por estabelecer um comparativo entre esses estudos, primeiro por utilizarem documentos relativos ao Português Brasileiro e, em segundo, por se dedicarem ao estudo de ambas as orientações - grafia latinizada e fonética.

bem como os pontos em que divergem os seus resultados. Esse comparativo é relevante, não apenas por permitir um mapeamento dos fenômenos fônicos sob uma perspectiva diacrônica, tendo em vista que foram utilizados documentos dos séculos XVIII, XIX e XX para cada um dos autores mencionados, respectivamente, como também porque tendem a facilitar a comparação com os resultados obtidos no presente estudo. Considerando os fenômenos eleitos para a investigação em nosso *corpus*, quais sejam, o alçamento/abaixamento de vogais, a representação de nasalidade e a representação de surda *vs* sonora, sistematizamos, no quadro abaixo, um resumitivo com os dados colhidos nesses autores.

Quadro 3 - Comparativo dos fenômenos fônicos encontrados por Barbosa (1999), por Oliveira (2006) e por Santiago (2012)

Autor(a)	Barbosa (1999)	Oliveira (2006)	Santiago (2012)
Fenômeno			
Nasalização	Pouco recorrente, contando com quinze ocorrências, todas em documentos particulares.	Fenômeno pouco recorrente, sendo a maioria dos dados explicada pela proximidade com vogais ou consoantes nasais.	Fenômeno pouco expressivo, sendo que os dados “endinlidade” (“identidade”) e “sombranseha” (“sobranseha”) seriam motivadas pela nasal posterior.
Desnasalização	Não relatado pelo autor.	Fenômeno pouco recorrente, mas em maior quantidade do que o seu oposto. A maioria dos dados referem-se a sílabas iniciais, especialmente pretônicas. O restante dos dados refere-se à redução dos ditongos nasais finais, sobretudo nas desinências <i>-am</i> das formas verbais.	Conta com apenas um dado: “pasaje”.
Sonorização	Considerado caso especial, computando apenas duas ocorrências em documentos particulares e uma em oficiais.	Embora o autor não associe os dados a este fenômeno, pode-se dizer que os fenômenos gráficos relativos a pares mínimos se enquadram na sonorização, com resultados producentes. O ponto é que tanto a sonorização, quanto o movimento inverso, foram tratados em conjunto, mas se sobressai a passagem de consoantes surdas a sonoras.	Não relatado pela autora.
Elevação de vogais	Fenômeno mais expressivo que os demais, destacando-se sua presença nos documentos particulares.	Fenômeno também mais expressivo que os demais, destacando-se a elevação da oral [e] < [i] e a nasal [ẽ] < [ĩ] sobre a oral [o] < [u] e a nasal [õ] < [ũ], respectivamente, sobretudo na posição pretônica. Em posição postônica, também é expressiva e refere-se, essencialmente, à elevação [e] > [i]. Verificado,	Fenômeno mais expressivo que os demais, especialmente em monossílabos. Segue-se a elevação [e] > [i] e [ẽ] < [ĩ], respectivamente, como as de maior recorrência, tanto na posição postônica quanto na pretônica. Números pouco expressivos para a oral [o] < [u] e para a nasal [õ] < [ũ]. Na posição postônica, verifica-se

		possivelmente, em sílabas tônicas, na semivogal [y] dos ditongos nasais. Em monossílabos, verifica-se também grande recorrência do fenômeno, juntamente à posição pretônica, sobretudo para a elevação [i].	predominância em sílabas finais, demonstrando maior inabilidade dos escreventes. Elevação de [õ] foi identificada em apenas uma ocorrência: “cumpanhia”.
Abaixamento de vogais	Fenômeno produtivo, com valores equiparados, porém levemente acentuados, para os documentos oficiais.	Fenômeno recorrente, que pode estar associado à hipercorreção. Maior frequência de abaixamento [i] > [e], seguida de [ĩ] > [ẽ], [u] > [o] e [ũ] > [õ], respectivamente.	Fenômeno pouco expressivo de abaixamento de [i] e [ĩ] e de [u] e [ũ], concentrando o seu quantitativo na posição pretônica. Posição tônica apresentou quatro (4/34) ocorrências e não se identificaram ocorrências na posição postônica.

Fonte: Elaboração própria, adaptado de Barbosa (1999), de Oliveira (2006) e de Santiago (2012).

A partir do levantamento realizado, evidenciaram-se, mais nitidamente, os pontos em comum entre os achados de cada autor, o que nos auxiliará no estabelecimento de paralelos com os nossos resultados. Nesse sentido, visualizamos, por exemplo, que o fenômeno *elevação de vogais* foi o mais expressivo, ao contrário da *nasalização*, que foi pouco expressiva. Feitas as nossas considerações neste capítulo teórico, passaremos, pois, ao capítulo 2, que sistematiza as informações a respeito da norma setecentista.

CAPÍTULO 2

ASPECTOS NORMATIVOS DA ORTOGRAFIA NO SÉCULO XVIII: REVISITANDO FEIJÓ (1734) E VERNEY (1746)

No Capítulo 1, dedicamo-nos aos aspectos conceituais relativos aos metaplasmos e à analogia, bem como à descrição dos estudos linguísticos voltados para a análise de fenômenos ortográficos em diferentes sincronias. No presente capítulo, voltamos nossos olhos ao que era prescrito no século XVIII, passo importante para melhor compreendermos as práticas escritas da sincronia delimitada para nosso estudo. Seleccionamos, para tanto, duas obras de referência: (i) a *Orthographia, ou a arte de escrever, e pronunciar com acerto a Lingua portugueza*, de João de Moraes Madureira Feijó (1734); e (ii) o *Verdadeiro metodo de estudar, para ser util à Republica, e à Igreja*, de Luís António Verney (1746). Nossa escolha se deu baseada no levantamento realizado por Coelho (2018), que, em estudo sobre os sinais de pontuação, constatou que tais obras normativas seguiam abordagens distintas, sendo a primeira, mais atrelada à tradição latina, e a segunda, com uma visão mais simplificada da língua portuguesa. A interpretação do que era prescrito por ambos os autores poderá nos fornecer direcionamentos sobre a ortografia adotada pelos escreventes dos documentos adamantinos setecentistas, viabilizando, dessa maneira, a nossa análise (a ser apresentada e discutida no capítulo 4). Além disso, ao fim deste capítulo, dedicamos uma seção para a descrição dos períodos históricos da ortografia – *fonético, pseudoetimológico e simplificado*, com vistas a esclarecer sobre o contexto em que tais obras estão inseridas. Passemos, então, à resenha de Feijó (1734).

2.1 *Orthographia, ou a arte de escrever, e pronunciar com acerto a Lingua Portugueza, Feijó (1734)*

Feijó (1734) estabelece, em sua gramática, o que é tratado sob a temática “*Orthographia, ou Orthografia*”:

Arte, que ensina a escrever com acerto nas *letras*, de que se compõem as dicções; na *divisão*, que se faz das palavras, quando não cabem inteiras no fim das regras; nos *pontos, e virgulas*, com que se divide o sentido da orações; nos *acentos, ou tons*, com que se pronunciaõ as vogaes em cada palavra. (p. 1, itálicos do autor)

Com suas palavras, fica evidenciado o caráter adotado para essa temática, englobando aspectos para além da decodificação da palavra escrita, comportando, pois, o texto em toda a sua mancha textual, com a inclusão das noções relativas à pontuação e à organização do texto, bem como da tonicidade das palavras, isto é, no plano fonético. Todavia, Feijó (1734) assume a complexidade do tema, haja vista a diversidade de regras em sua sistematização, entendida, nas palavras de Marquilhas (1996), como pluriortografia (cf. Capítulo 1). Segundo o gramático,

sendo muitas as Orthografias, que tem sahido a luz, e nos ensinaõ regras para os *acentos*, para a *pontuaçaõ*, e *divisaõ*, que se reduzem a preceitos certos²⁶; ainda não sahio huma, que nos ensinasse a escrever com certeza as letras, de que se devem compor as dicçoens, ou palavras na nossa lingua Portugueza; porque ja nos dizem, que devemos observar a analogia, e etymologia das palavras, imitando nas letras aquellas, donde tiverem sua proporçaõ, e similhança; [...] Mas logo se desviaõ destas regras em muitas palavras, que não escrevem; nem por analogia, nem por etymologia, dizendo que assim escrevem os doutos na nossa lingua. Ja nos dizem, que a melhor Orthografia he aquella, que mais se accomoda com a recta pronunciaçaõ das palavras. (FEIJÓ, 1734, p. 1, itálicos do autor, sublinhados nossos).

É importante observar dois aspectos específicos dos dizeres de Feijó (1734): o primeiro tem relação com a justificativa apresentada pelo autor para a importância de sua obra, ao afirmar que não haveria uma gramática que “ensinasse a escrever com certeza as letras”, fruto, possivelmente, da falta de consenso entre autores da época e da pluriortografia observada; o segundo é a estreita correlação entre origem etimológica e ortografia portuguesa, por um lado, e por outro, o posicionamento de alguns autores sobre a língua escrita ser reflexo da falada. Nesse sentido, temos a influência exercida, sobretudo pela língua latina, sendo atribuído um caráter de erudição para esse tipo de conhecimento. Em sentido paralelo, tem-se uma perspectiva que visa à simplificação da língua, porém baseada na premissa de que haveria uma transposição da fala para a escrita.

Feijó (1734) segue, então, discutindo sobre a correlação pronúncia e escrita, e tece críticas aos autores que defendem esse aspecto, principalmente por esses não ensinarem a pronunciar e, dessa forma, estabelecer-se a norma escrita. O gramático complementa, ainda, alegando que “os innumeraveis erros na Orthografia” seriam consequência da “multidão de

²⁶ Feijó (1734) assume que a *pontuação* teria uma maior sistematização e consenso entre autores da época, ao dizer que se reduz “a preceitos certos”; porém, levantamento realizado por Coelho (2018) sobre os sinais de pontuação no século XVIII indica a existência de uma pluralidade de regras, sobretudo para sinais intermediários na oração, como a vírgula (que apresentou a maior diversidade de regras) e o ponto-e-vírgula (que, na visão de Verney (1746), por exemplo, seria um sinal moderno àquela época). Único sinal em que foi observado um afinamento de normas, com todos os estudiosos adotando a mesma regra, foi o ponto-final, usado em abreviaturas e em finais de frases.

erros, que andão introduzidos na pronunciaçãõ” (p. 2)²⁷. Defende, também, que é mais fácil “escrever com acerto, do que pronunciar sem erro” (p. 2); para garantir esse feito, bastaria espelhar-se na escrita de outros autores, pois seria esse material a que se teria acesso. Outro aspecto abordado por Feijó (1734) diz respeito ao fato de que, na pronúncia, nem todas as letras seriam faladas, como é o caso, por exemplo, de consoantes geminadas, como *agravvo* ou *affecto*, em que não se perceberia, pela audição, a existência de uma consoante ou de duas, ou da palavra *honra*, cuja pronúncia não assegura certeza da inscrição de *h* inicial.

Continuando seus questionamentos a respeito da variabilidade em que uma mesma palavra poderia ser escrita, Feijó (1734) reconhece o papel importante desempenhado por Padre Bento Pereira²⁸ e por Padre Raphael Bluteau no desenvolvimento de seus respectivos dicionários. Entretanto, verificam-se divergências entre eles; a título de ilustração, Feijó (1734) contrapõe o uso de *ç* em *çapato*, pelo primeiro dicionarista, e *sapato*, pelo segundo. Embora haja tal divergência, o autor explica que Padre Bento Pereira defende que, na dúvida sobre como se escreve determinada palavra, deve-se recorrer à língua latina, para se esclarecer quanto à grafia adequada. Além disso, Feijó (1734) expõe que, apesar de Bluteau (1712-1728) adotar uma sistematização que não reflete a pronúncia, foi o que mais se dedicou ao

exame das palavras Portuguezas; como doutamente faz, ensinandonos nas mais dellas a sua propria significaçãõ, a sua origem, e analogia: mas elle mesmo se queixa das muitas que se imprimiraõ alheyas do seu original, ou por culpa do amanuense, ou por erro da imprensa, ou por descuido doscorrectores, porque no mesmo paragrafo se acha muitas vezes a mesma palavra escrita de tres differentes modos, sem a conjunçãõ *ou*, com que em muitas dá a entender, que se pode escrever ou huma, ou outra (FEIJÓ, 1734, p. 3-4, itálicos do autor).

Também em relação a esse excerto, é necessário destacar alguns aspectos: o primeiro é que parece ser o dicionário de Bluteau a obra mais emblemática do período setecentista, sendo referenciado não apenas por Feijó (1734), como também por Verney (1746), como veremos na seção seguinte. Tal relevância foi um dos pilares que nos fez selecionar a consulta a essa obra lexicográfica como critério de averiguação da escrita nos documentos que selecionamos para compor nosso *corpus*, conforme detalhado no capítulo destinado à descrição da metodologia. Outro ponto, com o qual devemos ter cautela, refere-se às possíveis

²⁷ Com os avanços nos estudos linguísticos, hoje reconhecemos que os “erros” identificados por Feijó (1734) são variações linguísticas com que se observa nos diferentes dialetos. Além disso, fica subentendido, a partir de sua assertiva, a presença de escrita fonética nos textos do período.

²⁸ Trata-se de um dicionário português-latim, *Thesouro da Lingoa Portuguesa*, disponível no sítio <https://purl.pt/29129/1>.

interferências indicadas por Feijó (1734) na obra de Raphael Bluteau, o que pode impactar, em alguma medida, nossos resultados. Nesse sentido, importa-nos realizar o levantamento de todas as variantes no dicionário, ao considerarmos nossa análise.

Feijó (1734) mostra-se enfático, ao defender o apoio na língua latina, ao se escrever a língua portuguesa. Rechaça, ainda, os gramáticos da época que defendem uma ortografia que se distancia da língua original, exemplificando com os casos em que autores criticam o uso dos encontros *ct* (acto, convicto, dicto, victoria), *pt* (assumpto, prompto) ou *mn* (damno, condemnar), ao que Feijó (1734) diz:

sem distincão algũa reprovaõ muitas letras nas palavras traduzidas do latim, dizendo, que com ellas não escrevemos como pronunciamos [...] nas palavras, que ficaõ acima [exemplos entre parênteses] não escrevem como pronunciaõ os que sabem pronunciar; porque os que sabem pronunciar, não exprimem tanto as consoantes, de que se compõem a palavra, que as façã soar tanto, ou mais que as vogaes; mas la as tocaõ tam levemente que juntas com as vogaes fazem hum som muito proprio, e indicativo da palavra, que pronunciaõ: v. g. nesta palavra *Victoria*, não se pronuncia o *c* com tanta força, que sõe por si so separado do *t*, deste modo --*Vic-toria*, que faz este som --*Viq-toria*: mas pronunciasse com o *c* taõ unido com o *t*, que senaõ dá espaço no som entre hum, e outro, como se disseramos - *Vi-ctoria*. [...] O mesmo que digo da pronunciaçaõ do *mn*, e do *pt*, nas palavras em que se escrevem; porque na palavra *Damno*, não pronunciamos o *m* separado do *n*, exprimindo o som total do *m*: não dizemos *Dam-no*, que sôa *Dameno*, mas dizemos *Damno* [...] Na palavra *Prompto*, *Promptidaõ*, não pronunciamos o *p* com som separado do *t* [...] não dizemos *Prom-p-to*, que sôa como *Prompeto*: mas dizemos *Prompto*, ferindo taõ levemente o *p*, que sôa juntamente com o *t*, como se disseramos *Prom-pto*. Aonde se conhece melhor esta recta pronunciaçaõ, e se mostra o que fica dito, he nas palavras *Digno*, e *Dignidade*, nas quaes sem muyta especulaçaõ se está vendo, ou ouvindo, que o *g*, não se pronuncia com som separado do *n*. (p. 8, itálicos do autor)

Os apontamentos de Feijó (1734) nos fazem refletir sobre algumas características daquele período. O primeiro seria o embate experienciado pelos normativistas da época, uns defendendo uma linguagem mais simplificada, próxima da pronúncia, isto é, do que se idealizava como língua falada; e outros apegados à tradição latina. Somando-se a isso, tem-se o questionamento sobre o quanto haveria de influência da oralidade na escrita, uma vez que o autor cita que alguns sons (as consoantes de sílabas travadas, por exemplo) não eram pronunciados, ao passo que admite que, entre os conhecedores do latim, esses sons eram reproduzidos, ainda que de modo não tão evidente. Esse panorama nos traz um retrato do que se teria no século XVIII, colocando em xeque a correlação entre fala e escrita, e se haveria, de fato, influência daquela sobre esta, o que justificaria o apego à tradição. Outra leitura seria a

de que a ortografia mais simplificada estaria se pautando nos usos sociais, caso mencionado por Feijó (1734), mas não reconhecido por ele.

Em complementação à sua defesa, Feijó (1734) argumenta que a necessidade de se manter a grafia latinizada se dá pelo valor distintivo entre as palavras. Para justificar sua análise, exemplifica com as formas *dicta* e *dita*, em que a primeira se refere ao verbo *dizer*, enquanto a segunda seria sinônimo de *sorte*. Além disso, o gramático atribui um caráter valorativo à forma etimologizada, mantendo-se a tradição da grafia latina na língua portuguesa. Apesar da postura mais alinhada à tradição, Feijó (1734) assume

que não podemos dar regras certas, e infallíveis para a sua Orthografia; porque como cada dia se vay apurando, e aperfeiçoando mais, e este mais todo he da lingua latina mãy taõ rica, que lhe deixou uma herança perpetua, não podemos dar agora regras certas, para o que ainda ha de ser. (p. 11)

Em se tratando especificamente do tema *ortografia*, Feijó (1734) explica que seria a parte da gramática dedicada ao ensino da escrita de palavras e da divisão de sílabas em fim de regras (isto é, final da linha). Contempla, ainda, o ensino da pontuação²⁹. Interessante observar que, na proposta do autor, estão incluídas as letras gregas *k*, *y* e *z*, porém não se apresenta *j* dentre as consoantes. Afirma, também, serem seis as vogais do sistema alfabético, incluindo-se *y*. Quanto ao *h*, Feijó (1734) detalha que não seria uma consoante, para os latinos, mas sim um sinal indicativo “de aspiração nas letras, a que se ajunta” (p. 20), característica que se perdeu na passagem para o português, com o seu apagamento na pronúncia (lat. *homo* > port. *homem* - “omem”). Apesar disso, reconhece seu valor consonantal na língua portuguesa quando forma os dígrafos *ch*, *nh* e *lh*.

Quanto à sonoridade, Feijó (1734) divide as consoantes entre *mudas* ou *mutas* e *semivogais* ou *quasi vogais*. Dessa forma, *b*, *c*, *d*, *g*, *k*, *p*, *q* e *t* integrariam o grupo de consoantes mudas; *f*, *l*, *m*, *n*, *r*, *s*, *x* e *z* seriam as semivogais³⁰, sendo *l*, *m*, *n* e *r* consideradas líquidas³¹, pois assumiriam essa característica quando seguidas das consoantes mudas (*clamar*, *abrir*, *refracção*, por exemplo). As consoantes *x* e *z*, por terem valor de duas consoantes³², não seriam dobradas em nenhuma palavra. Isso posto, Feijó (1734) estabelece algumas regras para a ortografia, conforme sumarizadas a seguir:

²⁹ A respeito desse tema, cf. Coelho (2018).

³⁰ Feijó (1734) associa essa noção à percepção que se tem de tais letras, por exemplo, *f*, *l* e *m*, que se leem, respectivamente, *efe*, *ele* e *eme*, por isso as considera semivogais.

³¹ Atualmente, são consideradas líquidas apenas as consoantes *l* e *r*. Importante registrar, ainda, que Feijó (1734) não apresenta maiores informações que expliquem o porquê de *m* e de *n* serem consideradas líquidas.

³² Segundo Feijó (1734), *x* corresponde a *cs* ou a *gs*, enquanto *z* a *sd*.

- I. Deve-se seguir a ordem das letras na pronúncia; sendo assim, a pronúncia *Mestre* não pode ser escrita *Mester*. De modo semelhante, não se pode escrever *clama*, quando a palavra pronunciada é *calma*;
- II. Uso de maiúsculas na primeira palavra da “regra” (isto é, primeira linha), nos títulos de obras, nos epitáfios de sepulturas, nos nomes, nos sobrenomes, nos nomes adjetivos (*Portuguez, Castelhana*, por exemplo), nos nomes de dignidades e das ciências (*Duque, Arcebispo, Theologia, Mathematica*), nos nomes de parentesco (*Pay, Irmaõ, Meu Amigo e Senhor*), nos pronomes de tratamento (*Vossa Senhoria, Vossa Mercê, Vossa Alteza*), nas orações iniciadas após ponto-final ou dois-pontos (quando este é usado para marcar discursos diretos);
- III. Não se devem usar consoantes ou vogais dobradas no início ou no final de palavras;
- IV. As palavras portuguesas em que se dobram consoantes no meio das palavras devem ser originadas do latim;
- V. As palavras compostas, formadas pela união com preposições, devem ser escritas de acordo com a pronúncia exibida (*Acometer, Admirar, Desfazer, Permitto*)³³;
- VI. Palavras derivadas, cuja palavra primitiva tenha se originado do latim, devem seguir a grafia latina.

Seguindo os propósitos anunciados em nossa pesquisa, interessam-nos, especialmente, os tópicos III, IV, V e VI, cujas explicações estariam mais alinhadas aos fenômenos identificados e selecionados para análise em nosso *corpus*.

Em III e em IV, são tratadas as regras específicas para o uso de letras dobradas. Segundo Feijó (1734), não haveria necessidade para o uso de vogais dobradas no início ou no final de palavras³⁴, “porque cada vogal por si tem voz, ou som taõ claro, e distincto, que não necessita de outra vogal para soar com tom agudo, ou circunflexo, ou grave, nas palavras em que for necessario. E por isso erraõ os que escrevem *Saa, See, Soo, Fee, Tuu*” (p. 30, itálicos do autor). Excetuam-se os verbos seguidos de pronomes (amava-a = amavaa), pois referem-se a vocábulos de classes de palavras distintas. Semelhante a isso, palavras compostas (*cooperação*, por exemplo) seguem esse mesmo princípio. Semelhantemente ao que se prevê

³³ As preposições (sublinhadas nos exemplos) podem ser entendidas, conforme literatura atual, como prefixos.

³⁴ Feijó (1734) dedica uma seção em sua obra para o tratamento de vogais dobradas, consideradas ditongos, quando se encontram no interior de palavras. Devido aos contornos definidos para a nossa pesquisa, optamos por não trazer reflexões a respeito desse tema no presente estudo.

para as vogais, o gramático estabelece o porquê de não se utilizarem consoantes geminadas no início ou no fim das palavras:

a razão porque senão dobraõ as consoantes nem no principio, nem no fim das palavras he, porque as consoantes, ou precedaõ, ou succedaõ ás vogaes no principio, e fim das palavras, assim soaõ com toda a sua consonancia, ou tom, que naõ necessitam de outra, para soarem como ellas saõ. E por isso erraõ os que dobraõ o S para escreverem *Ssá, Ssé, Ssó*; e os que dobraõ o R para escreverem *Rrapaz, Rrey, Rrosa, Rrude &c.* Porque o S, e o R, no principio das palavras assim terem a vogal seguinte com toda a sua força de som, que naõ podem soar senão como ellas saõ, pronunciadas sem a vogal [...]. (FEIJÓ, 1734, p. 31, itálicos do autor)

Ademais, Feijó (1734) sinaliza como regra geral para o uso de consoantes dobradas a ocorrência sempre entre vogais. Exceção para isso são as sílabas formadas por consoante mais *l* ou *r*, como as palavras *acclamo* e *aggravo*, que, segundo o autor, justifica-se pelo fato de tais consoantes, depois de *f* e de *g*, respectivamente, serem consideradas líquidas. O autor relata, também, dificuldades em sistematizar o uso de consoantes geminadas no meio das palavras, haja vista que a consoante, dobrada ou não, exhibe o “mesmo som”. Tendo ciência dessa dificuldade, Feijó (1734) prescreve, como regra geral, a correspondência com a língua latina, já que as palavras portuguesas devem seguir o padrão das palavras que as originaram. O gramático explica, ainda, que consultou “nove Vocabularios”, chegando à conclusão de que “o H, o F, e V, consoantes, o X, e o Z nunca dobrão, porque os Latinos tambem os naõ dobraõ. E ja dissemos, que o X, e o Z valiaõ por duas consoantes, como sabem os Grammaticos” (p. 33).

Em relação à regra V, dedicamos especial atenção ao que explica Feijó (1734) sobre a preposição *Ad*. Conforme explicitação do gramático,

a preposição *Ad*, na composição ordinariamente muda o *D*, na consoante por onde principia o verbo, com quem compõem: v. g. Em *Afficio*, muda o *D* em *F*, porque compõem com *Facio*, que tambem mudou o *A* em *I*: e esta he a razão, porque escrevemos *Affeição, Affeçoar, Affecto* com dous *ff*. (p. 34)

Feijó (1734) prossegue com exemplos semelhantes, nos quais há supressão de *d* e geminação da consoante inicial da palavra. Adicionalmente, afirma existirem casos em que não há modificação do prefixo *ad*, como em *adspicio*, ou em que *d* passa a *c*, como em *aquiesco*, lembrando que a consoante *g* não se pode dobrar.

Interessante observar que, em seu levantamento, a junção com outros prefixos também gera palavras com geminação de consoantes, tais como *diffundir*, *dissolver* (prefixo *dis*), *efeito* (prefixo *e*), *illudir* (prefixo *in*), *sufficiente*, *suggestaõ* (prefixo *sub*) etc. Quanto à

preposição *in*, reforça que, na composição com este prefixo em palavras iniciadas por *r*, há a elisão de *n*, deixando claro que a nova palavra seria *irracional*, e não *inracional*, por exemplo.

A respeito das derivações, Feijó (1734) exemplifica com as palavras latinas *vendo*, *venditio* e *vendere*, cujas formas portuguesas seriam, respectivamente, *venda*, *vendido* e *vender*, e, por esse motivo, as formas *vinder* e *vindido* seriam equivocadas. De modo análogo, as formas portuguesas *semelhança* e *semelhante* seriam as adequadas, haja vista as formas latinas *similis* e *similitudo*, refutando, dessa maneira, a redação de ambas com a vogal *e* (semelhança e semelhante). Nesse sentido, o gramático defende a necessidade de se pautar a ortografia na analogia das palavras, pois, assim, se “escreverá com fundamento, e acerto” (p. 39). E não apenas deve-se guiar pela analogia, como também pela etimologia no processo de derivação das palavras portuguesas. Sobre isso, Feijó (1734) tece a seguinte crítica:

O que a mim me admira he, que os mesmos doutos, e criticos, que deviaõ saber, e na duvida consultar livros, abusem tanto desta regra, que nas suas conversaçõens trazem introduzidos estes, e semelhantes erros *Ginella*, *Triannio*, *Cónclave*, e *Rúbrica*: as duas primeiras erradas na Orthografia; porque de *Janua* se diz *Janella*, e não *Ginella*: de *Triennium* se diz *Triennio*, *Triennial*, que são palavras latinas traduzidas ao nosso uso; e não *Trianio*, *Triannual*; porque no Latim não ha taes palavras, e no *Portuguez* se ha *Anno* não ha *Tri*, que he particula Latina, e significa tres. (p. 40, itálicos do autor)

Além do reforço dado à manutenção da grafia latina em palavras portuguesas, característica muito defendida por Feijó (1734), outro aspecto que nos interessa em sua preleção diz respeito à ciência dos homens considerados doutos nesse tipo de conhecimento, indicando, inclusive, acesso a materiais, no caso, livros, que possam assessorá-los na escrita. Esse dado não é apenas relevante pela tentativa de sistematização da ortografia, como também nos revela características sociais, evidenciando o contato dos indivíduos letrados com esse tipo de material e demonstrando (embora não se tenha certeza) um possível acesso facilitado a essas obras.

Feitas as considerações sobre o tema *ortografia*, Feijó (1734) passa, então, ao tratamento particular de cada consoante, que sistematizamos no quadro a seguir:

Quadro 4 - Normatização para a ortografia segundo Feijó (1734)

Consoante	Características
B	<ul style="list-style-type: none"> O uso de <i>b</i> no lugar de <i>v</i>, e vice-versa, tem sua origem atribuída aos gregos que habitaram na região entre Douro e Minho. Apesar disso, é considerado um equívoco no português, que, segundo o autor, basta seguir a origem latina para se evitar a confusão entre ambas as consoantes;

	<ul style="list-style-type: none"> ● As palavras com geminação de <i>b</i> são devidas à “sua composição” ou à “sua natureza”. Para o autor, são poucas as palavras que apresentam essa geminação: <i>abbacial, abbade, abbadia, abbatina, abbadessa, abbadessado, abbreviatura, abbreviação, abbreviar, abbreviado, gibboso, rabbi, rabbino, rabbáni, rabbóth, sabbado, sabbatina</i>; ● Palavras portuguesas não terminam em <i>b</i>. Nomes próprios, como <i>Jacob, Acab, Moab</i> são todos de origem hebraica.
C	<ul style="list-style-type: none"> ● Pronúncia diferenciada: <i>c</i> (/s/) antes de <i>e</i> e de <i>i</i> (<i>cear, cinco</i>) e como <i>q</i> (/k/) antes de <i>a</i>, de <i>o</i> e de <i>u</i> (<i>caco, coco, cuco</i>). “Mas escripto com uma plica [cedilha] por baixo, [...] sôa como <i>C</i> [...] <i>Faça, Faço, Açucar</i>” (p. 43, itálicos do autor); ● Desnecessário uso de cedilha quando <i>c</i> estiver antes de <i>e</i> e de <i>i</i>, pois sempre terá som de [s]; ● Estabelece distinção para a pronúncia de <i>c</i> e de <i>s</i>: o primeiro “se pronuncia com a extremidade anterior da lingua tocando nos dentes quasi fechados, em quanto sahe o seu som, que he suavemente brando” (p. 44); já o segundo “pronunciase com a ponta da lingua moderadamente applicada ao paladar, junto aos dentes de cima com os beiços abertos, em quanto sahe um som quasi assobiando do meyo da boca” (p. 44). Argumenta, ainda, que os sons de ambas as letras “naõ se equivocãõ”, mas sim que “nós somos os que erramos a nossa pronunciaçãõ” (p. 44); ● Caso o falante não consiga distinguir <i>c</i> de <i>s</i> pela pronúncia, deve “observar as palavras latinas” (p. 45), por exemplo, lat. <i>Civitas</i> > port. <i>Cidade</i> e lat. <i>Senatus</i> > port. <i>Senado</i>. Porém, nem todos os indivíduos (daquele período) tinham conhecimento sobre a língua latina e, por isso, prescreve a seguinte regra: palavras finalizadas em <i>ece</i> escrevem-se com <i>c</i> (<i>amanhece, enfraquece</i>), excetuando-se “as linguagens impessoais passivas, que acabaraõ em <i>ese</i> (<i>amase, ensinase</i>); há, ainda, as palavras terminadas em <i>ice</i> (<i>doudice, ladroice</i>); ● Nas palavras latinas, em que se escreve <i>t</i> antes de ditongos decrescentes, no português são redigidas com <i>c/ç</i> (lat. <i>negotium</i> > port. <i>negócio</i> e lat. <i>justitia</i> > port. <i>justiça</i>); ● Para distinguir <i>c</i> de <i>q</i>, o autor explica que há um som intermediário³⁵ nas palavras escritas com <i>q</i> (<i>arca, quaresma</i>); ● As palavras com geminação de <i>c</i> são escritas conforme sua origem latina ou por sua “composição”, seguindo-se o caso das “preposições” (<i>abstracçãõ, bocca</i>); ● Quanto ao encontro <i>ch</i>, adverte que palavras latinas soam como <i>q</i> (/k/: <i>charitas</i>) e as portuguesas não soam como <i>c</i> (/s/) ou como <i>q</i> (/k/), mas como um terceiro som, semelhante a <i>x</i>, utilizado em Lisboa (/ʃ/: <i>chave, chove</i>); ● As palavras com o encontro <i>ct</i> seguem a origem latina (<i>activo, colectivo, districto</i>); ● As palavras terminadas em <i>c</i> são de origem hebraica (<i>Abimelec, Amalec, Baruc</i> etc.).
D	<ul style="list-style-type: none"> ● Segundo o gramático, tanto <i>d</i> quanto <i>t</i> são pronunciados da mesma maneira (isto é, compartilham o mesmo ponto de articulação, conforme literatura atual), porém <i>t</i> soaria “mais forte” (p. 59); ● No latim, quando em posição final e precedido de vogal, a distinção entre os sons <i>t</i> e <i>d</i> é considerada mais difícil (<i>ad/at, id/it</i>), mas reforça que o primeiro

³⁵ Feijó (1734) não deixa claro, mas dá-se a entender que se refere à semivogal *u*.

	<p>teria uma “pronúnciação [...] mais violenta, e aspera”, enquanto o segundo “he branda, e suave” (p. 59)³⁶;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Na passagem do latim para o português, a consoante <i>t</i> passou a <i>d</i>, como em <i>datus</i> > <i>dado</i>, <i>pater</i> > <i>padre</i>, <i>peccatum</i> > <i>peccado</i>, <i>amatus</i> > <i>amado</i>, <i>doctus</i> > <i>ensinado</i>, <i>auditus</i> > <i>ouvido</i>; • A gemação da consoante <i>d</i> somente ocorre na junção da preposição <i>ad</i> com palavras iniciadas por <i>d</i> (<i>addensar</i>, <i>addiçaõ</i>, <i>addicionar</i>, <i>addir</i>); • As palavras terminadas em <i>d</i> são “peregrinas” (isto é, estrangeiras), por exemplo, <i>Cid</i>, <i>David</i>, <i>Madrid</i>, <i>Valhadolid</i>.
F	<ul style="list-style-type: none"> • É considerada semivogal pelo gramático, “porque tem no principio uma consonancia quasi da vogal <i>E</i>; como se disseramos <i>Ef</i>” (p. 60, itálicos do autor); porém, torna-se líquida quando seguida por <i>l</i> ou por <i>r</i> (<i>franco</i>, <i>frango</i>); • Não haveria, na concepção do autor, consoante cujo som possa ser confundido com o de <i>f</i>, mas, graficamente, existia o encontro <i>ph</i> de palavras originadas do grego. Questiona-se qual grafia adotar - <i>f</i> ou <i>ph</i> - nestas palavras e defende a inclusão do dígrafo no alfabeto da língua portuguesa, assim como fizeram com a letra <i>k</i>³⁷. Além disso, destaca a adoção de <i>ph</i> para se preservar a grafia grega, mas reconhece a forma aportuguesada, redigida com <i>f</i>, afirmando que não seria um erro, já que se mantém a pronúncia; • Para as palavras com gemação de <i>f</i>, sumariza algumas regras: (i) manutenção da grafia latina; (ii) em formações de <i>a</i> com palavras iniciadas por <i>f</i>, estas seguidas por vogais ou pelas líquidas <i>l</i> e <i>r</i> (<i>affadigado</i>, <i>affligir</i>, <i>affrontar</i>), excetuando-se a palavra <i>Africa</i>. Existem, também, casos de gemação de <i>f</i> em palavras iniciadas por <i>e</i>, <i>di</i>, <i>in</i>, <i>o</i> e <i>su</i> (<i>efeito</i>, <i>diferença</i>, <i>inefficaz</i>, <i>offensa</i>, <i>sufficiente</i>), porém não seriam todos os casos.
G	<ul style="list-style-type: none"> • Possui dois sons distintos: de <i>G</i> (/g/) antes de <i>a</i>, <i>o</i> e <i>u</i> (<i>gama</i>) e de “I consoante” (/ʒ/) antes de <i>e</i> e de <i>i</i> (<i>genro</i>); • A dificuldade seria, portanto, estabelecer regra para distinguir o uso de <i>G</i> e de <i>I</i>³⁸, para o que se propõe o apoio na origem da palavra, seguindo a escrita latina (<i>virgo</i> > <i>virgem</i>, <i>rugire</i> > <i>rugir</i>, <i>jejunare</i> > <i>jejuar</i>). Além disso, para desfazer dúvidas quanto às terminações <i>gem</i> e <i>jem</i>, sugere que os nomes são finalizados com a primeira terminação (<i>garagem</i>, <i>linguagem</i>), enquanto os verbos com a segunda (<i>invéjem</i>, <i>pelêjem</i>); • Quanto à posição intermediária, defende a origem latina como critério e refuta, dessa maneira, a escrita <i>sogeitar</i>, <i>sogeição</i> e <i>sogeito</i>, haja vista a grafia com <i>j</i> e <i>u</i> da forma latina <i>subjectus</i>; • A distinção entre <i>g</i> seguido de vogal e <i>g</i> seguido de <i>u</i> e de vogal se percebe pela pronúncia: “<i>U</i> perde o seu som, porque se faz liquido; [...] mas não deixa de se perceber, que as palavras o tem pela demora da lingua, e tardança da voz na sua pronúnciação” (p. 67, itálicos do autor). Não haveria, no português,

³⁶ É necessário salientar que, conforme a literatura atual, a distinção entre *t* e *d* se dá pela ausência, ou não, de vozeamento. (cf. SILVA, 2021).

³⁷ A esse respeito, Feijó (1734) diz o seguinte: “nem me digaõ, que he letra escusada [ph]; porque mais escusada he a letra *k*, que entre nós nunca serve senão para se escrever a palavra *Kyrie eleison* [Senhor, tende piedade]; porque em todas as mais, em que podia ter lugar, serve o nosso *C*. Pois se o *K*, sendo taõ inutil para nós, foi admittido entre as letras de que usamos, só para que os meninos saibaõ [...]; porque não ha de ser admittido o *Ph*, não só para que os meninos saibaõ [...]?” (p. 61, itálicos do autor).

³⁸ Na gramática de Feijó (1734), ora a grafia é *i* maiúsculo, ora é *j* maiúsculo, mas todos remetidos a “*I* consonantal”.

	<p>palavras com os segmentos <i>guo</i> e <i>gui</i>, apesar de o latim apresentá-los em determinadas palavras (<i>distinguo</i>³⁹, <i>exiguus</i>);</p> <ul style="list-style-type: none"> • Seriam poucas as palavras com geminação de <i>g</i>, todas por processo de composição e associadas à sua origem latina (<i>aggravante</i>, <i>agressor</i>, <i>exaggerar</i>, <i>suggerir</i>); • Palavras que apresentam os segmentos <i>gm</i> e <i>gn</i> seguem a grafia latina (<i>augmento</i>, <i>dogma</i>, <i>enigmático</i>, <i>assignado</i>, <i>benigno</i>, <i>digno</i>, <i>impugnação</i>)⁴⁰; • Palavras terminadas em <i>g</i> são de origem hebraica (<i>Agog</i>, <i>Og</i>, <i>Magog</i>).
H	<ul style="list-style-type: none"> • Nos dígrafos <i>ch</i>, <i>lh</i> e <i>nh</i>, possui valor distintivo (<i>chave</i> - <i>cave</i>, <i>tenho</i> - <i>teno</i>, <i>linha</i> - <i>lina</i>); • Também é usado para distinção entre determinadas palavras, como <i>he</i> (terceira pessoa singular do verbo <i>ser</i>) e <i>e</i> (conjunção); • As palavras terminadas com <i>h</i> não são de origem latina ou grega, mas sim “peregrinas” (isto é, estrangeiras), como <i>Elisabeth</i>, <i>Ruth</i>, <i>Joseph</i>.
J	<ul style="list-style-type: none"> • Com valor de consoante, é seguido por vogal (<i>Jesus</i>, <i>Jacinto</i>, <i>jarro</i>, <i>jogar</i>); • Não há palavras com geminação de <i>j</i> ou terminadas com a consoante.
K	<ul style="list-style-type: none"> • Letra importada do grego pelos latinos, seria desnecessária, haja vista sua sonoridade semelhante a <i>c</i>.
L	<ul style="list-style-type: none"> • Apesar de seguir, de modo geral, a grafia latina, em determinadas palavras apresenta-se de modo diverso na passagem para o português, ora transformando-se em <i>r</i> (<i>blandus</i> > <i>brando</i>, <i>clavus</i> > <i>cravo</i>), ora inserindo-se <i>h</i> (<i>alium</i> > <i>alho</i>, <i>folium</i> > <i>folha</i>); • Ocorre geminação de <i>l</i> em palavras formadas pelas preposições <i>ad</i>, <i>con</i> e <i>in</i> e por palavras iniciadas por <i>l</i> (<i>allego</i>, <i>collateral</i>, <i>illicito</i>). Do mesmo modo, “diminutivos acabados em <i>la</i>, e <i>lo</i>, dobram o <i>L</i>” (p. 75) (<i>bella</i>, <i>castello</i>, <i>cadella</i>, <i>janella</i>, <i>portella</i>, <i>pupillo</i>, <i>caravella</i>, <i>singello</i>, <i>verdizello</i>) e também alguns superlativos (<i>difficillimo</i>, <i>facillimo</i>, <i>humillicimo</i>, <i>simillimo</i>); • Muitas seriam as palavras terminadas em <i>l</i>, sendo elas portuguesas ou estrangeiras (<i>annil</i>, <i>anzol</i>, <i>azul</i>).
M	<ul style="list-style-type: none"> • Uso de <i>m</i> sempre antes de <i>p</i> e de <i>b</i>. Nos casos de palavras formadas pelas preposições <i>con</i> e <i>in</i> junto às iniciadas por <i>m</i>, esta é dobrada, substituindo-se o <i>n</i> da preposição (<i>commissario</i>, <i>immortal</i>). As palavras formadas com o prefixo <i>circum</i> (<i>circumferencia</i>, <i>circumstancia</i>) não apresentam geminação da consoante; • Na distinção entre <i>am</i> e <i>aõ</i>, o primeiro teria um som mais “breve” enquanto o segundo tem um “som forte” (p. 82), por exemplo, <i>Sebastião</i>, <i>alemaõ</i>; • Para os verbos terminados em <i>em</i> (<i>poem</i>, <i>compoem</i>, <i>dispoem</i>), orienta a inclusão de til, para distinguir esse ditongo das terminações não consideradas ditongos (<i>tõem</i>, <i>sõem</i>)⁴¹; • As palavras com geminação de <i>m</i> são aquelas formadas pelas preposições <i>con</i>, <i>in</i> e <i>em</i>, alguns nomes e verbos (<i>accommodar</i>, <i>commum</i>, <i>emmudecer</i>, <i>gemma</i>, <i>immaturato</i>, <i>summa</i>);

³⁹ Importante salientar que o segmento *-guo* é identificado em palavras do português contemporâneo, como em *ambíguo*, *exíguo*, *contíguo*.

⁴⁰ É necessário ressaltar que muitas dessas palavras mantêm a grafia latina no português contemporâneo.

⁴¹ Feijó (1734) não fornece maiores informações para explicar o porquê de *tõem* e de *sõem* não serem considerados ditongos, mas reforça que o uso do til no verbo *por*, e suas derivações, serve para representar a pronúncia.

	<ul style="list-style-type: none"> As palavras com o segmento <i>mn</i> estariam em desuso, porém não se descarta a sua manutenção, seguindo sua origem latina (<i>calumnia, damno, solemne</i>).
N	<ul style="list-style-type: none"> Seu uso é considerado mais fácil, já que não é utilizada, apenas, antes de <i>p, b</i> e <i>m</i> e nas palavras formadas com a preposição <i>circum</i> (<i>circumloquio, circumferencia</i>), apesar de alguns autores escreverem <i>circumstancia</i> e <i>cicumspecto</i> com <i>n</i>; A geminação de <i>n</i> ocorre por analogia à forma latina ou em palavras formadas pelas preposições <i>ad, en, in</i> e pelas iniciadas em <i>n</i> (<i>anno, annullar, connexo, ennobrecer, innovar, penna, tyrannia</i>); As palavras terminadas em <i>n</i> são peregrinas: Ammôn, Imân, Palémon.
P	<ul style="list-style-type: none"> Além das palavras usualmente redigidas com <i>p</i> (<i>pedir, ponho</i>) e da grafia <i>ph</i>, originária do grego, são indicadas as inscrições <i>pc</i> e <i>ps</i>. A primeira é encontrada em palavras cuja forma latina apresente <i>pt</i> (lat. <i>acceptio</i> > port. <i>accepção</i>, lat. <i>assumptio</i> > port. <i>assumpção</i>). Já a segunda é referida em apenas duas palavras: <i>relapso, rêlapsia</i>; Além da transformação supramencionada, existem casos de palavras portuguesas que mantêm o dígrafo <i>pt</i>, pautando-se em sua origem latina (<i>adoptar, apto, corrupto, esculptura, optica, ruptura, sumptuoso</i>); A geminação ocorre em palavras formadas pelas preposições <i>ad, ob</i> e <i>sub</i>, seguidas das iniciadas por <i>p</i>, bem como nas que se mantêm a grafia latina (<i>apparato, apelido, hippódromo, mappa, oportunidade, poppa, supplicar, suppirmir</i>).
Q	<ul style="list-style-type: none"> Sempre é seguido de <i>u</i>, servindo para distinguir <i>q</i> de <i>c</i> (<i>qual</i> e <i>cal</i>). <i>U</i> deve ser sempre pronunciado; Não há palavras portuguesas iniciadas por <i>quu</i>.
R	<ul style="list-style-type: none"> Em posição inicial, não é necessário dobrá-lo e não há distinção entre maiúsculas e minúsculas quanto à sonoridade; Entre vogais, há distinção entre <i>r</i> (amaro) e <i>rr</i> (amarra): o primeiro teria um “som brando, e debil”, enquanto o segundo teria “todo o som de <i>R</i> forte, e aspero” (p. 92, itálicos do autor). A determinação entre um e outro se dá pela própria pronúncia; No contexto intervocálico, o uso de <i>R</i>₂ ou de <i>R</i> (maiúsculo) seria equivocado para substituir <i>rr</i>; Após <i>n</i> ou <i>s</i>, <i>r</i> tem sempre o som de <i>rr</i> e, por isso, não necessita ser dobrado (<i>honra, Israel</i>); Quando depois de <i>b, c, f, g, p</i> e <i>t</i>, tanto no início quanto no meio das palavras, torna-se “brando, e debil, porque depois de taes letras sempre se faz liquido” (p. 93): <i>branco, cravo, pedra, centro</i>. Exceção para esses casos são as palavras formadas pelas preposições <i>ad, ab</i> e <i>sub</i> e pelas iniciadas por <i>r</i> (<i>adrepo</i>⁴², <i>abrogar</i>⁴³, <i>subrogar</i>⁴⁴); <i>R</i> antes de consoantes e em posição final tem um “meyo som”, que “nem he taõ forte [...]”; nem he taõ debil” (p. 94): <i>arca, arcar, barba, circo</i>.

⁴² *Ad-repo* ou *arrepo*, forma latina, significa “ir de rasto, rastejar. Insinuar-se brandamente” (REZENDE; BIANCHET, 2021, p. 44)

⁴³ *Ab-rogar* significa “Tornar inexistente ou extinguir a obrigatoriedade de (lei, medida, disposição etc.); REVOGAR” (Aulete on-line. Disponível em: <https://www.aulete.com.br/ab-rogar>. Acesso em: 03 fev. 2022).

⁴⁴ *Sub-rogar* significa “Pôr em lugar de ou assumir o lugar de; SUBSTITUIR; [...] Passar para (outrem) (encargo ou direito recebidos); SUBESTABELECER”. (Aulete on-line. Disponível em: <https://www.aulete.com.br/subrogar>. Acesso em: 03 fev. 2022)

S	<ul style="list-style-type: none"> ● Existe dúvida quanto ao emprego de <i>s</i> simples, que “humas vezes sôa como <i>S</i>, e outras como <i>Z</i>” (p. 94). São estabelecidas, portanto, as seguintes regras: (i) <i>s</i> inicial nunca é dobrado e “sempre sôa como <i>S</i>” (p. 94), por exemplo, <i>sarar</i>, <i>sancto</i>, <i>signo</i>, <i>supprir</i>; (ii) <i>s</i> após consoantes também possui essa sonoridade e nunca deve ser dobrado, como <i>falso</i>, <i>manso</i>, <i>imprensa</i>; ● <i>S</i> intervocálico possui som de <i>z</i>, sendo mantida, no português, a grafia latina (lat. <i>musa</i> > port. <i>musa</i>, lat. <i>casus</i> > port. <i>caso</i>). O mesmo se observa para as terminações <i>ôso</i> e <i>ósa</i> (amorôso, amorôsa) e para algumas palavras terminadas em <i>êsa</i> (mesa, defesa, princesa), cuja grafia latina seja em <i>s</i>. O emprego de <i>s</i> ou de <i>z</i> é distintivo nas palavras <i>coser</i> e <i>cozer</i>, referindo-se a <i>costurar</i> e <i>cozinhar</i>, respectivamente; ● Todos os superlativos em português terminados em <i>simo</i> (do lat. <i>simus</i>) são escritos com <i>ss</i> (lat. <i>amantissimus</i> > port. <i>amantissimo</i>, lat. <i>doctissimus</i> > port. <i>doutissimo</i>), bem como as derivações femininas <i>abbadêssa</i>, <i>barônessa</i>, <i>condêssa</i>, <i>priorêssa</i> etc.. Também se enquadram nesse grupo as formas verbais dos tempos “Optativo, ou Conjunctivo, ou Infinito” (p. 96): amasse, amasses, amassemos, amassem, ensinásse, lêsse, usásse, excetuando-se dessa regra as formas verbais de terceira seguidas do pronome <i>se</i> (<i>ama-se</i>, <i>ensina-se</i>, <i>le-se</i>, <i>usa-se</i>). De modo geral, “todas as vezes, que o <i>S</i> entre duas vogaes ferir a vogal seguinte com todo o som de <i>S</i>, se escreverá dobrado: v. g. <i>Assar</i>, <i>Assanhar</i>, <i>Assegurar</i>, <i>Assignar</i>, <i>Assolar</i> &c.” (p. 96, itálicos do autor); ● Muitas seriam as palavras finalizadas em <i>s</i>, sendo poucas as que finalizam em <i>z</i> (que será discutido mais à frente, na descrição de <i>Z</i>).
T	<ul style="list-style-type: none"> ● <i>T</i> e <i>d</i> tem pronúncias muito semelhantes, mas <i>T</i> “se pronuncia com mayor fôrça” (<i>travar</i>, <i>tecer</i>), enquanto <i>d</i> “pronunciase mais brandamente” (p. 98); ● O dígrafo <i>th</i> deriva de palavras latinas ou grecolatinas, mantendo-se a grafia no português (athé, mythologíã, thesouro); ● A gemação de <i>t</i> ocorre em palavras portuguesas de origem latina (atenção, attender, cometter, omittir, permittir, settenta)⁴⁵; ● Não há palavras portuguesas terminadas em <i>t</i>.
V	<ul style="list-style-type: none"> ● <i>V</i> consoante tem um som similar a <i>f</i>; ● O uso de <i>u</i> no lugar de <i>v</i>, e vice-versa, é equivocado (uuas, savde), porque o primeiro “nunca fere a vogal”, enquanto o segundo “sempre fere a vogal seguinte, e nunca se escreve antes de consoantes” (p. 101); ● Também o uso de <i>b</i> e de <i>v</i>, e vice-versa, é equivocado, sendo tal confusão identificada ainda na grafia latina (bovem⁴⁶ ~ vobem; benignior⁴⁷ ~ venignior).
X	<ul style="list-style-type: none"> ● É considerada letra dobrada, porque, no latim, equivale a <i>c</i> e a <i>s</i> nos nomes com genitivo <i>cis</i> (<i>crux/crucis</i>, <i>lux/lucis</i>, cujas pronúncias são “crucs” e “lucs”, respectivamente) e a <i>g</i> e <i>s</i> nos nomes com genitivo <i>gis</i> (<i>lex/legis</i>, <i>rex/regis</i>, cujas pronúncias são “legs” e “regs”, respectivamente); ● Como já mencionado para a letra <i>c</i>, há dúvidas quanto ao uso de <i>ch</i> e de <i>x</i>, porém não são muitas as palavras iniciadas por <i>x</i> (por exemplo, xadrêz, xerêz).

⁴⁵ Feijó (1734) referencia Bluteau (1712-1738) para dizer que palavras terminadas em *eta* e *ete* (pequenetta, pequenette) teriam gemação de *t*, mas descarta tal norma, por não haver regra a respeito disso.

⁴⁶ *Bos* ou *bouis* significa “animal bovino” (REZENDE, BIANCHET, 2021, p.53).

⁴⁷ *Benignus* significa “benigno, bondoso, indulgente” (REZENDE, BIANCHET, 2021, p.52).

Y	<ul style="list-style-type: none"> • Letra grega, utilizada no latim apenas nas palavras derivadas daquela língua; • Não há necessidade para representar com a letra <i>y</i>⁴⁸ os ditongos, como <i>pay</i> e <i>ley</i>, pois <i>i</i> teria o mesmo som; contudo, as terminações de verbos sempre são em <i>i</i>, porque se segue a origem latina; • O uso de <i>y</i> deve se restringir às palavras grecolatinas, assim como se propõe nas regras seguintes: (i) palavras formadas pela preposição <i>syn</i> (port. <i>como</i>) (<i>syllaba</i>, <i>synodo</i>, <i>sympathia</i>); (ii) formações com <i>chrysos</i> (port. <i>ouro</i>) (<i>chrysopeia</i>, <i>chryólogo</i>); (iii) palavras formadas pela preposição <i>pyr</i> (port. <i>fogo</i>) (<i>pyra</i>, <i>pyramide</i>); (iv) formações com <i>lyco</i> (port. <i>lobo</i>) (<i>Lycópolis</i>); (v) palavras formadas com <i>poly</i> (port. <i>muito</i>) (<i>polydoro</i>, <i>polígono</i>); (vi) derivações com <i>hydor</i> (port. <i>água</i>) (<i>hydria</i>, <i>hydrographia</i>); (vii) derivações com <i>physis</i> (port. <i>natureza</i>) (<i>physica</i>, <i>physiologia</i>); (viii) derivações com <i>hyper</i> (super, ultra) (<i>hyperbole</i>, <i>hyperbóreo</i>); (ix) derivações com <i>hypo</i> (sub) (<i>hypócrita</i>, <i>hypotheca</i>, <i>hypóthesis</i>); • Nas palavras que não são de origem grega, <i>y</i> só deve ser usado quando entre vogais, isto é, tritongos (<i>meyo</i>, <i>payo</i>, <i>veyo</i>); • Sobre as palavras <i>mãy</i> e <i>pay</i>, alerta para a necessidade do uso do til na primeira, já que o som é diverso do da segunda; • Poucas são as palavras iniciadas ou finalizadas em <i>y</i>: <i>Yendo</i>, <i>Yepes</i>, <i>Ylhescas</i>, <i>Yónia</i>, <i>Yria</i>, <i>Yva</i>, <i>Yupi</i>, <i>ay</i>, <i>rey</i>, <i>frey</i>, <i>ley</i>, <i>mãy</i>, <i>pay</i>, <i>paroly</i>.
Z	<ul style="list-style-type: none"> • De origem grega, possui um “som com mais força, e hum certo zunido” (p. 108) e é considerado letra dobrada por equivaler a <i>sd</i>. Deve ser utilizado apenas nas palavras grecolatinas (<i>zelo</i>, <i>zeugma</i>, <i>zodiacus</i>); • Em posição intermediária, pode-se confundir com <i>s</i> simples, sendo listadas as regras seguintes: (i) utilizado nos verbos <i>fazer</i>, <i>dizer</i>, <i>prazer</i> e <i>trazer</i> e suas respectivas conjugações, quando “Z fere a vogal seguinte” (p. 109) (<i>fiz</i>, <i>dizeis</i>); (ii) é mantido no plural dos nomes terminados em <i>z</i> (<i>cruzes</i>, <i>luzes</i>, <i>rapazes</i>, <i>nozes</i>); (iii) escrevem-se com <i>z</i> “os nomes appellativos femininos” (p. 109) (<i>avareza</i>, <i>belleza</i>, <i>dureza</i>, <i>esperteza</i>, <i>grandeza</i>, <i>fraqueza</i>, <i>marqueza</i>), sendo exceção as formas <i>princesa</i> e <i>duquesa</i>, devido às terminações de <i>principes</i> e de <i>duques</i>, respectivamente; (iv) escrevem-se com <i>z</i> os numerais de <i>onze</i> a <i>trezentos</i>; • Palavras terminadas em <i>az</i> têm “som forte, e agudo” (p. 112) (<i>capaz</i>, <i>capataz</i>); em <i>ez</i> têm “som médio” e “accento circumflexo” (p. 112) (<i>cortêz</i>, <i>mêz</i>, <i>xadrêz</i>) ou “som forte, e agudo” (p. 112) (<i>dez</i>, <i>envêz</i>, <i>revêz</i>) ou, ainda, referem-se a nacionalidades (<i>francez</i>, <i>holandez</i>, <i>inglez</i>); em <i>iz</i> têm “som forte, e agudo” (p. 112) (<i>cordóniz</i>, <i>chamariz</i>, <i>matriz</i>), com exceção de <i>appendiz</i>, que tem “som breve”; em <i>oz</i> têm “som agudo” (<i>atróz</i>, <i>feróz</i>) com exceção dos plurais <i>algôzes</i> e <i>arrôzes</i>, cujo som é fechado; em <i>uz</i> têm “som agudo” (<i>alcaçúz</i>, <i>luz</i>, <i>conduz</i>, <i>produz</i>), com exceção das formas verbais de <i>pôr</i> “e seus compostos”, que são escritos com <i>s</i> (<i>pús</i>, <i>antepús</i>, <i>compús</i>); • “Nomes <i>Patronimicos</i>, [...] que se derivam de <i>pays</i>, e avós, também acabaõ em <i>z</i>: como <i>Alvarez</i> de <i>Alvaro</i>, <i>Antunez</i> de <i>Antonio</i> [...] &c.” (p. 1112, itálicos do autor).

Fonte: Adaptado de Feijó (1734, p. 41 - 113)

Interessante observar que Feijó (1734) não distingue nomes de verbos e trata como homonímia a terminação *-ce* e *-ci* dos nomes com o pronome *se* enclítico dos verbos. Além

⁴⁸ Feijó (1734), ao retomar a obra “Arte da Grammatica Portugueza”, de Padre Bento Pereyra, descreve a letra *y* com um “som mais brando, e debil”, quando formados os ditongos, sendo essa uma característica do que hoje compreendemos serem das semivogais.

disso, retoma a noção de pronúncia, reafirmando que haveria uma distinção, caso as formas verbais fossem redigidas com *ce*. Reforça, sempre, a sua argumentação, baseado em uma possível distinção entre *s* e *c* por meio da pronúncia, ao que exemplifica dizendo que *faço* e *açúcar* seriam diferentes, caso fossem escritos *fasso* e *assucar*. Haveria, conforme aponta o gramático, pouco consenso em relação aos usos de *s* e de *ç*, alegando que Padre Bento Pereira elege palavras que se escreve com *ç*, as quais não aprova, e que Padre Bluteau, buscando evitar variações na língua, adota a grafia em *s* para todas as palavras desse grupo. Numa tentativa de facilitar o entendimento do conteúdo e em defesa do que expõe, o autor elenca listas de palavras, as quais seriam escritas com *ç*. Feijó (1734) explica, ainda, que não foram encontradas, por ele, palavras redigidas com *ço*, reduzindo, dessa maneira, todas as grafias a *so*. Em relação ao encontro *ch*, o gramático explicita a dubiedade apontada pelos normativistas da época quanto a qual postura adotar, haja vista a distinção da pronúncia do encontro *ch* no latim (/k/) e no português (/ʃ/): seguindo a defesa de padronizar pelo caráter etimológico, o problema esbarra em questões próprias da língua portuguesa, por exemplo, a palavra latina *choro* é correspondida pela forma *coro* ([ˈkoru]) no português, cujo significado é “conjunto de pessoas que cantam juntas” (Aulete on-line, s.d.)⁴⁹; já a forma escrita por *ch* ([ˈʃoru]) significa “pranto” (Aulete on-line, s.d.)⁵⁰. Entretanto, conforme explanação do gramático, existem palavras no português que exibem significados diversos, sendo o seu sentido percebido pelo contexto. Adicionalmente, Feijó (1734) argumenta que não há necessidade de incluir *h* no encontro *ch* das palavras originadas do latim (ou do Grego), porque naturalmente, no português, *c* antes de *a*, *o* e *u* possui som de *q* (/k/). Feijó (1734) menciona também o uso do encontro *ct*, sobre o qual diz ser insuficiente a correspondência com a sua origem latina; entretanto, não fornece qualquer explicação adicional sobre quando utilizá-lo, apenas listando palavras que são de seu conhecimento e que possuem esse segmento.

De modo geral, Feijó (1734) apresenta diversas listas, por exemplo, para as palavras com *ph*, porém reconhece o uso de *f* em tais palavras, e para as que têm *f* dobrado. Além dessas, o gramático lista as palavras portuguesas que seriam transcritas com *je*, todas retiradas, segundo ele, das obras de Padre Bento Pereira e de Padre Raphael Bluteau. Em sua busca, não encontrou palavras iniciadas por *ji* ou finalizadas em *jim*, ao que explica haver confusão, apenas, com as terminações *-gem* ou *-jem*. Em posição intermediária, relata ter

⁴⁹ Disponível em: <https://www.aulete.com.br/coro>, acesso em 30 jan. 2023.

⁵⁰ Disponível em: <https://www.aulete.com.br/choro>, acesso em 30 jan. 2023.

encontrado apenas a palavra *çujidade*, no Thesouro da Lingua Portugueza, de P. Bento Pereira.

Outra característica interessante, que podemos inferir a partir da fala de Feijó (1734), é que, àquela época, a semivogal *u* era pronunciada nos segmentos *gue* e *gui*, como se observa nos exemplos *guerra* e *guia*, fornecidos pelo gramático⁵¹. Esse é um dado importante, por apontar direcionamentos para a compreensão sobre a língua falada.

Quanto à letra *h*, apesar de, segundo relatos de Feijó (1734), alguns gramáticos duvidarem da necessidade de inscrevê-la no verbo *haver* e suas formas conjugadas, o gramático defende essa utilização. Feijó (1734), seguindo o mesmo padrão de outras consoantes, apresenta uma lista com todas as palavras de que teve conhecimento que seriam iniciadas por *h* (*hábil, há, he, homenágem, hospital* etc.), bem como com outras em que a inscrição da consoante ocorre no interior das palavras (*abstrahir, bahia, cahida, comprehender, exhausto, inibição, etc.*).

A respeito da consoante *l*, Feijó (1734) tece algumas observações. A primeira delas é que o verbo *annullar* somente terá geminação de *l* quando se referir a “alguma cousa nulla [...] porque vem da palavra latina *Nullus*” (p. 79, itálicos do autor). Já o adjetivo *annular*, “que significa cousa do anel” (p. 79), é escrito com um *l*, porque sua origem é a palavra latina *annulus*. Adverte, ainda, para o uso facultativo de *ll* nas formações das preposições *per* e *por* mais artigo (*pêllo, pôllo, pêlo, pôlo*), haja vista que “saõ palavras compostas, e mudaõ o *R* em *L*” (p. 79). Por outro lado, refuta a geminação de *ll* nos pronomes *la* e *lo*, quando em posição enclítica, porque, segundo o gramático, é necessária a utilização de hífen. Ilustra com o seguinte exemplo (dentre outros), “*Esta obra fi-la eu*” (p. 80, itálicos do autor), afirmando que

a palavra *Fila* está em lugar de *Fiz a ella*; que no Latim he *Feci illam*. [...] Isto assim explicado, fica claro, que he mal fundada a opiniaõ dos que escrevem estas palavras com dous *ll*; porque he preciso fazer divisam entre a linguagem do verbo, e as particulas *La*, e *Lo*, ou *Las*, e *Los* com a risquinha intermedia [hífen], para que se conheça o verbo, e o relativo. [...] e ninguem escreveo athe agora *Filla*, e *Fi-llo*, ou *Tra-lla*. Nem digaõ, que as dictas particulas juntas com o verbo, fazem huma so palavra composta; porque aqui naõ ha composiçaõ, mas ajuntamento de duas palavras diminutas por brevidade. (FEIJÓ, 1734, p. 80, itálicos do autor)

Embora tente justificar sua concepção, o argumento utilizado por Feijó (1734) mostra-se contraditório, baseando-se na repetida defesa que faz da manutenção da grafia latina. Isso

⁵¹ É necessário salientar que, na pronúncia do português contemporâneo, o segmento *gu*, seguido de *e* ou de *i*, representa um dígrafo.

porque o escrevente pode associar o pronome à forma *illam*, que apresenta *l* dobrado. Outro problema, para o qual possivelmente o gramático não tenha se atentado, é que *o* e *a* receberam o acréscimo de *l* nessas justaposições, descartando-se, assim, a necessidade de se geminar a consoante. Talvez este não seja um conhecimento amadurecido no século XVIII, gerando dificuldade para o gramático em explicar sua advertência.

Última observação feita sobre a consoante *l*, Feijó (1734) alerta para o equívoco de escreventes que grafam a palavra *Plurar*, o que, conforme sua avaliação, seria errado, “porque não dizemos *Plurares*, mas sim *Pluraes* no plural” (p. 81, itálicos do autor). Refletindo sobre sua observação, podemos levantar duas possíveis explicações: a primeira é a de que a terminação em *r* poderia representar uma marca de oralidade, em que se tem a substituição de *l* por *r* em determinados contextos, como a variação *planta* e *pranta*, por exemplo; a segunda explicação seria uma analogia à forma *singular*, causando, dessa maneira, dubiedade sobre qual grafia adotar.

Em relação aos segmentos *am* e *aõ*, o gramático sinaliza para uma diferença na pronúncia, em que seria percebido o som de *o*, ainda que “levemente tocado”. Retoma, ainda, as obras de Duarte Nunes de Leão e de Raphael Bluteau, dizendo que, para o primeiro, todas as palavras portuguesas, nomes ou verbos, seriam finalizadas em *-aõ*; já para o segundo apenas as formas verbais de terceira pessoa do plural seriam terminadas em *-aõ* (amaõ, ensinaõ, liaõ). Feijó (1734) discorda, em parte, de ambas as concepções, afirmando haver distinção entre os segmentos:

nem estes Auctores podem negar, que nós pronunciamos muitas palavras em *aõ*, ou *am*, com som diverso de outras; porque de muito differente modo pronunciamos *Elles eraõ* no imperfeito; e *Elles seraõ* no futuro: *Elles amáraõ* no plusquam⁵² perfeito, e *Elles amaraõ* no futuro &c. Porque nas primeiras [*eraõ* e *amáraõ*] o som final he debil, e submisso; e nas segundas [*seraõ* e *amaraõ*] he forte, e agudo. E para sabermos quaes se pronunciaõ do primeiro modo, e quaes do segundo, necessariamente ha de haver differença na orthografia. (FEIJÓ, 1734, p. 82, itálicos do autor)

Em complementação, Feijó (1734) argumenta que existem autores que defendem a adoção de *am* nos sons breves (*elles amam*) e de *aõ* nos sons fortes (*amaraõ*), por um lado, e os que afirmam haver distinção quanto ao uso de acentos, por outro. Apoiando-se em uma sistematização alinhada à desses estudiosos, regulamenta “que todos os nomes, que acabaõ com som forte, [...] se escrevaõ com *aõ*, como *Alemaõ*, *Christaõ*, *Joaõ*, *Sebastiaõ*” (p. 82, itálicos do autor). Já os nomes e os verbos que “acabarem breves” recebem acento na

⁵² *Plusquam perfeito* é o mesmo que *mais-que-perfeito*, tempo verbal do indicativo. (cf. <https://www.aulete.com.br/plusquam>)

penúltima sílaba, por exemplo, *Christóvaõ*, *amáraõ* (forma pretérita de *amar*). As pronúncias consideradas longas não são acentuadas. Feijó (1734) explica que, caso ainda permaneçam dúvidas,

que se escrevaõ as linguagens do futuro com *am*, e acento agudo sobre o *A*, v. g. se quisermos dizer que as não*s partiraõ* hontem, ou *partiraõ* á manhaã; quando escrevermos so *Partiraõ* se for do preterito, será *Partíraõ* com accento agudo, ou circumflexo no *I*; e se for do futuro, será *Partirâm* com o mesmo accento no *A*; e naõ *Partiraõ*, porque o til occupa o lugar do accento. (p. 83, itálicos do autor)

A partir da explanação de Feijó (1734), o que fica evidenciado é o caráter distintivo atribuído ao acento; apesar disso, a regra proposta pelo autor gera dúvidas maiores quanto à escolha, demonstrando a dificuldade, àquele período, em se sistematizar a marca de nasalidade.

Outro aspecto abordado por Feijó (1734) é quanto à correta pronúncia da palavra *huma*, cuja dificuldade o autor atribui à divisão “hum-a”, já que se trata da união de *hum* e *a*, do mesmo modo que ocorre com as formas *boma* (bom + a) e *alguma* (algum +a). Quanto ao uso de til para marcar a nasalidade (*hũa* e *algũa*), assume que essa seria uma alternativa aceita, porque “o til nunca fere na pronunciaçaõ alguma vogal” (p. 84).

No que tange à letra *p*, Feijó (1734) apresenta algumas observações a respeito da sua geminação que têm correspondência direta com a nossa pesquisa, haja vista a presença de dados semelhantes em nosso *corpus*: as palavras *cappa*, *cappella*, *cappellaõ* e *cappello* seriam registros equivocados, por não possuírem correlação com sua origem latina. Seguindo-se essa linha de raciocínio, a forma *pappa* também não seria aceita, pois, conforme explicação do gramático, trata-se da associação com a palavra *pater*, “como se disseramos *Pater Pater*, duas vezes Pay” (FEIJÓ, 1734, p. 88, itálicos do autor).

A respeito da letra *q*, Feijó (1734) traz vários questionamentos sobre as dúvidas que permeavam a sua utilização, entre as quais resgatamos a que se relaciona ao uso de *ch* e de *qu*:

so tem desculpa na ignorancia do que naõ sabem , que o *C* aspirado com *He* sempre sôa, e se pronuncia como *Q*, ou *k*, e naõ como *X*, nas palavras Latinas, e Grecolatinas; e por isto dizem elles, e devemos dizer nós: *Monarcha*, *Monarchico*, *Monarchía*: *Patriacha*, *Patriarchado*, *Patriarchal* &c. E naõ com *C*, ou *Q*. (p. 90, itálicos do autor)

Para o presente estudo, a compreensão desses dizeres nos direciona para os comportamentos gráficos do século XVIII, especialmente pelo fato de ser uma característica presente em nossos dados, como será apresentado oportunamente no capítulo de análise. Isso

nos fornece pistas sobre a influência etimológica, em especial do uso de *h*, na escrita portuguesa.

Feijó (1734), além de categorizar as consoantes, explica os usos de til. Segundo o gramático, esse sinal é utilizado em abreviaturas, indicando supressão de letras; por exemplo, inscreve-se til em palavras em que *m* seria dobrado, como *cômungar*, *cômunicação*, – característica igualmente aplicada para a geminação de *n* (Anna - Aña) –, ou que são finalizadas por esta consoante, como *bê*, *convê*, *irmão*. A este respeito, diz o seguinte:

he indigno da orthografia, o fundamento do que reprovaõ as palavras acabadas em *aõ*; e so approvaõ as em *am*, como *Joam*, *Sebastiam*, *Christam* &c. Porque dizem elles, que se o til suppre o *M* em lugar de *til*, ficará *Joaom*, *Sebastiaom* &c. Digo, que este fundamento he indigno; porque toda a causa, porque escrevemos *Joaõ*, *Sebastiaõ*, *Crhistãõ*, *Irmaõ*, *Amarãõ*, *Leraõ* &c. he porque no fim da nossa pronunciaõ nestas palavras soa hum *O*; e por isso se escrevessemos o *M* em lugar de til, ficaria *Joam-o*: *Sebastiam-o*: *Chistam-o* &c. e por naõ escrevermos com esta divisaõ, fazemos o dithongo de *aõ* ligado com o til por cima: logo he ridiculo dizer, que se desfizemos o dithongo, ficará *Joaom*, quando o *O*, naõ sôa antes, mas depois do *M*. (FEIJÓ, 1734, p. 114, itálicos do autor)

Com este excerto, ficam evidenciadas duas questões: a primeira é a de que haveria uma maior aceitação e preferência pela terminação *am* pelos indivíduos letrados; e a segunda é a clara correlação com a fala, ao estabelecer uma conexão com a pronúncia percebida pelo gramático. Com tais dizeres, temos pistas sobre o comportamento da época no trato com a marcação de nasalidade, fenômeno a ser analisado em nosso estudo.

Feijó (1734) continua sua explanação, apontando que “os mesmos Orthógrafos, que reprovaõ o dithongo *aõ*, reprovaõ tambem este *aã* nos nomes femininos, como *Irmaã*, *Christaã*, *Maçaã* &c.” (p. 114, itálicos do autor). A alegação, segundo o gramático, é de que consideram o *a* supérfluo, bastando apenas a inscrição de *til* no primeiro *a*, para diferenciar *irmão* de *irmã*, por exemplo. Feijó (1734) refuta tal concepção, reafirmando que o ditongo *aã* é pronunciado, o que justificaria a sua manutenção na escrita. Ademais, Feijó (1734) adverte que *til* nunca poderá suprir *m* quando estiver antes de consoantes (*combinar* - *cõbinar*) ou quando for seguido de vogal (*Roma* - *Rõa*, *amaro* - *ãaro*); contudo, excetuam-se as palavras *alguma* e *huma* (*algũa* e *hũa*, respectivamente), porque “o *M* naõ fere a vogal seguinte” (p. 115, itálicos do autor).

Outra característica relevante em nosso estudo, e que é descrita por Feijó (1734), é a formação de plurais no português. A regra geral é acrescentar *s* à palavra, para marcar o plural (*casa* - *casas*, *anno* - *annos*); contudo, há regras especiais para casos mais específicos. Quanto às terminações *-ãos* (*cidadam* - *cidadeãos*), *-ães* (*Capitaõ* - *Capitaães*) e *-ões* (*esquadram* -

esquadoês), Feijó (1734) sumariza as seguintes regras: (i) os nomes terminados em *an/anes*, no Castelhana, são terminados em *ães* na língua portuguesa (Aleman - Alemanes/Alemão - Alemaês); (ii) os nomes terminados em *ano/anos*, no Castelhana, fazem o plural no português em *aõs* (*villano - villanos/ villão - villaõs*); (iii) os nomes finalizados em *on/ones*, no Castelhana, têm plural *oês* em português (*padron - padrones/ padraõ - padroês*). Os nomes terminados em *al* formam o plural *aes* (*canal - canâes, animal - animâes*); enquanto os finalizados em *el* formam *eis* (*coronel - coronéis*); já os terminados em *il* requerem a substituição de *l* por *i*, com acréscimo de acento agudo (*barril - barrís*), exceto os casos de “*il* breve”, como *aquatil, facil, reptil, volatil*, cujas terminações ficam *eis* (*aquateis, faceis, repteis, volateis*); os nomes terminados em *ol* formam o plural *oes* (*anzol - anzoës, sol, sóës*); as terminações *ul* finalizam-se em *ues* (*azul - azues*). Os verbos terminados em *ar* têm plural *aïs* (*amais, usais, ensinais*); e, para os nomes terminados em *r*, acrescenta-se *es* (*açúcares, colhéres, mártires, ophíres, amores, assúres*). Terminações *em, im* e *om* fazem o plural em *ens, ins* e *ons*, respectivamente (*bem - bens; rubim - rubins, som - sons*). Por último, palavras finalizadas em *z* têm plural marcado em *zes* (*rapaz - rapazes, portuguez - portuguezes, codoniz - codonizes, noz - nozes, andaluz - andaluzes*).

Também a análise sobre como Feijó (1734) se apropria da escrita é um dado importante para a nossa pesquisa. O autor tende a seguir, de modo mais fidedigno, o que prescreve em sua gramática, característica que se pode observar, por exemplo, na utilização das consoantes geminadas. Já o uso de til para marcar a nasalização em finais de palavras, embora pareça ser preponderante, sinaliza para uma característica que nos chama a atenção: trata-se das conjugações dos verbos *ter* e *ser*, em que o primeiro apresenta-se *elles tinhaõ*, na terceira pessoa plural do pretérito imperfeito do indicativo (aspecto bastante comum por toda a sua obra), mas o segundo, *elles eram*. Esse comportamento não foi especificado pelo autor e não estaria suficientemente clara a motivação para a sua escolha.

2.2 Verdadeiro metodo de estudar para ser util à República, e à Igreja, Verney (1746)

Verney (1746), logo em sua “Carta Primeira”, argumenta para a necessidade de se modernizar a ortografia, evocando, inclusive, o vocabulário apresentado por Bluteau (1712-1728). Isso porque, assim como Bluteau, Verney é estrangeiro e acredita que, por esse motivo, seria julgado em sua proposição de norma da língua portuguesa; conforme salienta, Bluteau foi duramente criticado; apesar disso, o que sabemos atualmente é que seu vocabulário seria

uma referência naquela época, haja vista a menção a seu nome nas gramáticas e nos manuais do período. A respeito das críticas que possa receber, Verney (1746) se justifica:

Isto me basta advertir, e estas pessoas, que querem saber mais que os autores: e quererám explicar, e interpretar mal as minhas palavras. Onde concludo, que a todos venero, e estimo mui particularmente: somente dirci, o que me parece se-devia fazer, para poder instruir com fruto. A segunda coiza é: que eu nam me-cansarei, em escrever Portuguez elegante: mas me-servirei das-palavras, de que comumente me-sirvo, no discurso-familiar. (p. 4)

O referido excerto nos traz diferentes informações que evocam alguma reflexão de nossa parte. A primeira seria a defesa do autor em se ater às características da fala em seu texto escrito, algo avistado no trecho “me-servirei das-palavras, de que comumente me-sirvo, no discurso-familiar”. Vê-se, dessa maneira, a forte tendência para uma escrita mais fonética, diferente do posicionamento adotado por Feijó (1734), mais apegado às tradições latinas. Destacam-se, ainda, em sua escrita, alguns elementos que nos chamam a atenção: o uso de *z* em contextos sonoros e de *s* simples em contextos intervocálicos, bem como a preferência pela marcação de nasalidade em *m*, ao contrário do que é pregado e adotado por Feijó (1734). Além desses casos, temos o deslocamento de *r*, como em *progutando* (VERNEY, 1746, p. 1), e a inscrição de *r* em “dirci”, apontado no excerto reproduzido acima, podendo, esses casos, serem influenciados pela oralidade. Outro aspecto observado é a ausência de *h*, como em *á*, *oje* e *Istoria* (p. 2). Embora se perceba a prevalência da escrita fonética, a modernização de alguns vocábulos, como “autores” e “frutos”, por exemplo, nos dá indícios da tentativa de simplificação da língua adotada por Verney (1746), distanciando-se, dessa forma, da grafia etimológica representada nos setecentos. Já a presença dos advérbios “particularmente” e “comumente” são indicadores de um possível amadurecimento linguístico.

Feitas as suas ponderações iniciais, Verney (1746) passa, então, ao estudo específico da gramática. Segundo este autor,

a Gramatica , é a arte de escrever, e falar corretamente. Todos aprendem a sua lingua no-berço: mas se acazo se-contentam com esa noticia, nunca falarám como omens doutos. Os primeiros mestres das-linguas vivas, comumente sam molheres, ou gente de pouca literatura: de que vem, que se-aprende a propria lingua com muito erro, e a palavra impropria, e pola maior parte plebeias. É necessario emendar com o estudo, os erros daquela primeira doutrina. (p. 5)

Destaca-se, nessa passagem, o papel das mulheres e da “gente de pouca literatura” na aquisição da língua, haja vista que todos nós, desde que nascemos, estamos expostos a esse sistema. Contudo, Verney (1746) enfatiza a necessidade do estudo, alegando que esta seria

uma forma de “emendar [...] os erros daquela primeira doutrina”. Hoje, sabemos que o ensino (ou seja, o repasse institucionalizado das normas gramaticais) é apenas parte complementar, uma vez que os indivíduos naturalmente possuem conhecimentos acerca de sua língua materna e a utilizam em suas comunicações diárias (cf. SOARES, 1999; MARCUSCHI, 2001). A partir de sua fala, observamos a supremacia da considerada norma padrão sobre as modalidades escrita e falada, além da estigmatização que se tem sobre os indivíduos de outras classes sociais, que não tiveram acesso, por vias regulares, ao ensino institucionalizado (cf. Capítulo 3).

Outra característica relevante, que pode nos fornecer pistas sobre o perfil social no século XVIII, é evocada quando Verney (1746) comenta a atuação de religiosos, regulares e seculares⁵³ no ensino tanto dos membros da igreja, como da população externa. Esse é um dado importante para nosso estudo, haja vista que nosso *corpus* contempla documentos redigidos por padres. Além disso, o gramático menciona a existência de poucos materiais voltados para a instrução de “um secretario principiante”. Verney (1746), então, argumenta que,

em Portugal, é desconhecido este método [o de instruir]. Um secretario de um Bispo, ou Cardial, ou Fidalgo, ou Dezembargador &c. governa-se por uma pura tradisam; ou porque assim vio alguma carta; sem mais conhecimento da-materia. Comtantoque um moso, tenha um carater comprido, e dezembarasado, a que eles chamam, letra de Secretaria, é o que basta. (VERNEY, 1746, p. 10)

Embora esteja se referindo a uma prática no país europeu, é importante considerarmos tal comportamento, haja vista que as condutas admitidas na colônia brasileira normalmente refletiam aquelas praticadas na metrópole. Nesse sentido, mostra-se necessário ponderar esses aspectos em nossa análise, considerando-se a possibilidade de os escreventes de nosso *corpus* terem tido acesso à norma (ou ao que se acreditava ser a norma) de forma indireta.

Em se tratando especificamente da ortografia, Verney (1746) defende que “os Portuguezes [...] devem escrever a sua lingua, da-mesma sorte que a-pronunciam. Esta é uma singularidade da-lingua Portugueza, que so se-acha nela, na Italiana, e na Castelhana” (p. 14). Além disso, o autor refuta a língua latina, “que é morta” (p. 14). Com isso, Verney (1746) relata que devem ser descartadas as consoantes dobradas, uma vez que não são pronunciadas. Inclusive, enquadra nesse rol a duplicata *s*, considerada “superflua”. Apesar de sua postura enfática, reconhece a gemação de *r*, por esta ter valor distintivo da sua apresentação

⁵³ A distinção entre clero regular e secular será devidamente explicada em seção própria, no capítulo relativo à metodologia.

simples. Para exemplificar seu ponto de vista, apoia sua argumentação em características específicas do italiano, cujas letras dobradas possuem valor distintivo da sua apresentação simples⁵⁴. Acredita, ainda, que isso seja devido à tradição latina, que se manteve na referida língua moderna. Verney (1746) cita, também, a língua francesa, que, em sua avaliação, utiliza-se de consoantes dobradas, seja para marcar diferenças na pronúncia, seja pelo valor etimológico (do grego ou do latim). Mais adiante, em sua obra, Verney (1746) expõe que alguns autores adotam a gemação de consoantes, baseados em alguma explicação, por exemplo, uso de *tt* em *escritto*, com a finalidade de indicar a origem latina *scriptus*, ou o emprego de *ss* em *amasse*, para se diferenciar da forma presente *ama-se*. Apesar disso, Verney (1746) mantém sua recusa pela grafia dobrada, considerando que “a maior parte das palavras Portuguezas, tem origem Latina” (p. 47)⁵⁵.

A partir dessas ponderações, o autor passa a apresentar normas de emprego de cada uma das letras do alfabeto, as quais sumarizamos a seguir:

Quadro 5 - Normatização para a ortografia segundo Verney (1746)

Letras	Características
A	<ul style="list-style-type: none"> Apesar de alguns autores, como Nunes de Leão, indicarem o seu uso dobrado (vaan, menhaam), não considera correto, por não ser pronunciada.
B	<ul style="list-style-type: none"> Deve-se mantê-la nos casos em que é pronunciada (obstaculo, obstante).
Ch, K, Qu e X	<ul style="list-style-type: none"> <i>Ch</i> tem som semelhante a <i>x</i> (choro, chove), porém há casos de palavras originadas do grego que a pronúncia é semelhante a <i>k</i> (architettura, machina, monarchia)⁵⁶; Em tais palavras, defende o uso de <i>qu</i> (monarquia). Defende que é preferível manter a grafia <i>k</i> nas palavras gregas, caso <i>ch</i> não seja aceito pelos portugueses⁵⁷; Em posição intermediária, <i>x</i> tem pronúncia parecida com <i>cs</i> (conexam, reflexam), algo semelhante ao que se verifica no Latim, excetuando-se desse caso a palavra <i>paixam</i>.

⁵⁴ Essa característica permanece até os dias de hoje no italiano, cuja pronúncia é sentida na duração: palavras com consoantes dobradas, como *bicchiere* (port. *copo*), por exemplo, a pronúncia de *c* é alongada; já as palavras com consoantes simples, como *chiaro* (port. *claro*), a pronúncia de *c* é breve. Além disso, a gemação possui valor distintivo, como em *capello* (cabelo) e *cappello* (chapéu) (VERNEY, 1746, p. 48).

⁵⁵ Seguindo a lógica de outros autores que defendem a correlação com o Latim, Verney (1746) argumenta que seria necessário, então, manter o *s* antes de *ciencia* ou os dígrafos *ct*, *mn*, *pn*, *ps*, *sp* em todas as palavras de origem latina, característica que questiona se é respeitada por tais autores.

⁵⁶ Verney (1746) retoma Bluteau para dizer que, em seu dicionário, o referido padre defende que *ch* tenha sempre pronúncia de *x*; porém, encontram-se listadas palavras com *ch* cuja pronúncia remete a *k* (patriarcha, archanjo).

⁵⁷ Verney (1746) cita que, para alguns ortógrafos, *k* seria uma letra inútil, mas defende que é melhor utilizá-lo do que recorrer ao dígrafo *ch*.

C, S, X e Z	<ul style="list-style-type: none"> • É comumente utilizado o cedilha antes das terminações <i>aõ</i>; • Não há distinção de pronúncia entre <i>c</i> e <i>s</i>; • Refuta o uso de <i>ss</i> no lugar de <i>c</i>; • Apesar de ser evitado por autores da época, não condena a grafia em <i>s</i> (sapato); • Cedilha representa dois <i>c</i>'s contrapostos; • Preferência pelo <i>s</i> simples, em vez de <i>c</i>, já que possuem o mesmo som, principalmente antes de <i>a</i>, <i>o</i> ou <i>u</i>; • Recusa pela recomendação de Bluteau de acrescentar <i>s</i> no início de palavras (<i>scena</i>, <i>sciencia</i>, <i>squeleto</i>, <i>spasmos</i>). Isso porque, em português, o <i>s</i> inicial é "um verdadeiro sibilo ou letra sibilante" (p.29), fazendo com que o falante pronuncie um <i>e</i> antes ou depois de <i>s</i>; • Nunca se deve colocar <i>s</i> simples antes de consoante; • Palavras terminadas em <i>s</i> são pronunciadas como se fosse <i>x</i>, o que justifica o emprego desta consoante (simprex)⁵⁸; • Contextos em que se usam o <i>z</i> no lugar de <i>s</i> final resultam de apócope, nos quais há uma vogal após <i>z</i>; • De modo semelhante, palavras terminadas em <i>z</i> também se pronunciam como <i>x</i> (<i>diz</i>, <i>Luiz</i>). Argumenta ser essa a facilidade de se adotar <i>z</i> no final dos verbos (<i>diz</i>, <i>faz</i>), porque bastaria o acréscimo de <i>es</i> para se formar o plural (<i>dizes</i>, <i>fazes</i>); • Utiliza-se <i>Z</i> em palavras quando o som for <i>áspero</i>, ou seja, em contextos sonoros.
C e U	<ul style="list-style-type: none"> • Embora alguns pronunciem <i>c</i> antes de <i>t</i> (<i>docto</i>, <i>doctrina</i>), refuta este uso tanto na fala quanto na escrita; • Há casos em que <i>u</i> era adotado no lugar de <i>c</i> (<i>auto</i>, <i>douto</i>), mas também repudia esse uso.
E	<ul style="list-style-type: none"> • Refuta o uso de <i>ee</i> (<i>fée</i>, <i>sée</i>), por não se pronunciarem ambas as vogais⁵⁹.
F e Ph	<ul style="list-style-type: none"> • Recusa pelo emprego de <i>ph</i> no lugar de <i>f</i>, por não haver o mesmo som entre ambos, isto é, a pronúncia <i>ph</i> em grego diverge da pronúncia <i>f</i> do português; • Uso de <i>f</i> simples nas palavras de origem grega (<i>filozofia</i>, <i>triumfo</i>).
G e J	<ul style="list-style-type: none"> • Para suprir dúvidas sobre a utilização de <i>g</i> ou de <i>j</i> antes de <i>e</i> e de <i>i</i>, indica a conferência na origem latina; • Nas palavras iniciadas por <i>j</i> (isto é, <i>i</i> consoante), sugere a substituição por <i>g</i>; • No interior de palavras, defende o emprego de <i>g</i>, salvo quando se sabe a derivação⁶⁰.

⁵⁸ A esse respeito, retoma Alvaro Ferreira Vera (1631), segundo o qual a grafia em *x* final seria errada, pois não haveria nenhuma palavra terminada com tal consoante no português. Verney (1746), ao contrário do que defende Vera, argumenta que esse som é percebido em todas as palavras finalizadas em *s*. Outra observação que deve ser salientada é que Coelho (2018) verificou que Feijó (1734) adota uma postura muito semelhante à de Vera (1631) no que se refere aos sinais de pontuação; isso sugere que haveria um alinhamento entre o que prescreve Vera (1631) e Feijó (1734) para o sistema ortográfico. Por outro lado, assim como foi visto até o momento, Verney (1746) se distanciou dessa tradição ortográfica, algo visto, também, no tratamento dos sinais de pontuação.

⁵⁹ Segundo Verney (1746), o uso do acento não apenas serviria para suprir a dupla ocorrência de *e*, como sugerido por Padre Bluteau, mas também seria utilizado para indicar o som forte.

⁶⁰ Em complementação, Verney (1746) sugere que "os ignorantes sigam o costume e a prática, dos-que melhor escrevem" (p. 25). Fica implícita, nessa observação, uma possível assimilação do conhecimento ocorrida de

H	<ul style="list-style-type: none"> • Deve ser mantido, quando tiver valor distintivo (<i>ouve</i>, de <i>ouvir</i>, e <i>houve</i>, verbo <i>haver</i>⁶¹); • Nos dígrafos <i>ch</i> (chave) e <i>nh</i> (minha) deve ser empregado, pois interfere na pronúncia.
I e J	<ul style="list-style-type: none"> • A diferença entre <i>i</i> vogal e <i>i</i> consoante é que um “fere” a vogal da primeira sílaba e outro não. Desse modo, <i>i</i> consoante seria representado por <i>j</i>; • Poucas são as palavras que têm <i>i</i> vogal em posição inicial (<i>iam</i>).
M, N e Til	<ul style="list-style-type: none"> • Til é um “risco” considerado “um verdadeiro <i>n</i>” (p. 25, itálicos do autor); • Não há distinção de pronúncia entre <i>am</i> e <i>aõ</i>. <i>An</i> é terminação de formas femininas (<i>vam/van</i>, <i>irmam/irman</i>)⁶².
P	<ul style="list-style-type: none"> • Da mesma maneira que se deve descartar o uso de <i>ph</i>, acredita ser desnecessário o uso de <i>p</i> antes de <i>t</i> (<i>prompto</i>), devido ao fato de este não ser pronunciado⁶³.
R	<ul style="list-style-type: none"> • Introdução de <i>rr</i> no português, para marcar som forte. Cita que deve se observar quando usá-lo, haja vista que há autores que advertem para o emprego de apenas um <i>r</i>.
U e V	<ul style="list-style-type: none"> • Deve-se ter atenção ao se distinguir <i>u</i> vogal de <i>v</i> consoante, quando forem minúsculas: a grafia deve ser distinta, já que a pronúncia de ambos também é.
Y	<ul style="list-style-type: none"> • Crítica Bluteau e Bento Pereira, que defendem o uso de <i>y</i> em palavras, especialmente, de origem grega. Nesse sentido, acredita ser melhor o emprego de <i>i</i>, já que, no grego, o som é mais semelhante a <i>u</i>; • O uso de <i>y</i> em palavras como <i>hey</i>, <i>rey</i>, <i>meyo</i>, <i>ley</i> é equivocado, porque se trata de palavras portuguesas, e não de origem grega; • Crítica Bluteau, também, por defender o uso de <i>y</i> no ditongo <i>ay</i>, uma vez que <i>ai</i> e <i>ay</i> têm o mesmo som, descartando-se, pois, a necessidade de emprego do <i>y</i>.

Fonte: Verney (1746, p. 16-33).

Embora Verney (1746) defenda um uso mais simplificado da ortografia, acredita que para “coizas pertencentes a Artes, ou Ciencias” (p. 20) o melhor é manter a grafia original, para se evitarem problemas de compreensão. Nesse sentido, as formas *Homero*, *Herodes*, *Herodoto*, ainda que possam ser escritas sem *h*, podem igualmente ser redigidas com a sua

modo indireto, ou seja, sem que haja a consulta a materiais normativos, mas por imitação daqueles que os consultam.

⁶¹ Importante ressaltar que, para Verney (1746), as formas *ás* e *á* (conjugações do verbo *haver*) dispensariam o uso de *h*, por serem distintos de *às* e *à* (consideradas “partículas”), característica identificada pelos acentos e pelo contexto.

⁶² Verney (1746) tece uma crítica a Nunes de Leão, autor que defende o uso de *aa* (*vaã*, *menhaã*), alegando que se deve expressar o *n* e descartar o uso de *til*.

⁶³ Diferentemente disso, Verney (1746) adverte para a manutenção de *b*, de *d* e de *g* (obscuro, adverte e magnífico), pois essas consoantes são percebidas na fala.

inscrição. Mesmo reconhecendo tal particularidade, mostra-se irreduzível na defesa por uma grafia mais alinhada à pronúncia, sobre a qual diz: “e assim parece-me escrupulo ridiculo, querer conservar em *Ieronimo*, o *h*, e o *y*: e em *Iozé*, o *ph* &c. tudo isto se-deve evitar, escrevendo os nomes com as letras, com que-se pronunciam em Portugal” (p. 21, itálicos do autor). Verney (1746) comenta, ainda, que a alegação de que *h* marca aspiração (he, hei) não é suficiente para justificar esse uso. Retoma, novamente, Bluteau, reiterando seu equívoco na defesa pela manutenção de *h*, baseado na ortografia italiana. Explica que, mesmo nesta língua, o emprego de *h* estaria em desuso, sendo mantido apenas após *c* e *g* (*bianche*, *vaghe*) dado o seu valor distintivo (/k/ para o primeiro e /g/ para o segundo), bem como por diferenciar certas formas conjugadas de *havere* de demais palavras (*hanno* e *anno*, por exemplo). Verney (1746) registra, também, sua incompreensão quanto ao emprego de *h* no verbo *he*, por não haver dúvidas quanto às formas *é* e *e*, bem como por não se utilizar da referida consoante em outras conjugações do verbo (era, eram). Outro exemplo para demonstrar esse contraste é o das palavras *Madalena* e *magnifico*; para o autor, não se justifica a inscrição de *g* na primeira, porque esta não é pronunciada, ao passo que, na segunda, ela é sentida, o que validaria o seu emprego.

A respeito da discussão sobre *m* e *til*, Verney (1746) remete a explicações dadas por Bluteau, segundo quem o “*til* supre a letra *n*” (p. 25, itálicos do autor), além de defender a manutenção de *til*, já que *aõ* e *am* apresentam pronúncias diferentes. Verney (1746), ao contrário disso, argumenta ser muito vaga a afirmação de que *til* é apenas um risco e acredita que *aõ* e *am* têm a mesma pronúncia. Conforme elucida,

os que contrareiam isto, nam íntendem bem a materia; nem d’onde naceo, esta particula em *aõ*. Quem bem considera o ponto, reconhece facilmente, que aquele *til*, é um rigoroso *m* final: e deveria escrever-se, *Falaom*: porque escrevendo-se desta sorte, e pronunciando-se depresa, faz o mesmo soido, que *Falaõ*. Daqui naceo, aquela particular terminasam em *aõ* dos Portuguezes: porque com a presa de pronunciarem, tocam tam de passagem o *o*; que nam se-ouve mais, que o *m*: o qual, em vez de o-pronunciarem com os beisos fechados, que é a sua propria pronuncia; pronunciam com um soido fanhozo do-nariz: que é o estilo prezente de pronunciar todo o *m* final, em Portugal: nam avendo aqui *m*, que se-pronuncie como deve ser: Alemdeque bastava alguma reflexam, para conhecer isto; achase manifesta razam, para o-persuadir. A *plica* ou *til*, deve significar alguma letra: de outra sorte sería superflua, e nam produziria algum efeito. Esta letra só pode ser *m*, ou *n*, e ambos finais: porque de outra sorte sería, *Falamo*, ou *Falano*: o-que nam pode ser. Onde fica claro, que *Falam*, é uma síncope de *Falaom*: e que tanto se-pode escrever um, como outro. Reconhece-se isto nos-plurais. v. g. *Maõ*, faz *maons*: *Varaõ*, *varoens*: nos-quais declaradamente se-ve o *m*, ou *n*, segundo a pronuncia. E eu creio, que antigamente nestes plurais, em vez de *n*, punham *m*; e que a dificuldade de pronunciar *m* junto com o *s*; ou o som do nariz, que pouco a pouco se-foi introduzindo no-*m*, o-converteo em *n*

nestas terminações: pois ainda oje escrevendo-se com um *m* final, a pronuncia o-faz parecer, como *n*. O que, como dise, é um idiotismo particular dos-Portuguezes. (VERNEY, 1746, p. 26, itálicos do autor)

Em sua argumentação, Verney (1746) se apoia na pronúncia, para dizer que o *til*, na verdade, seria um *m*, mas “que os Portuguezes, por-corrusam, pronunciam como um *n*” (p. 25, itálicos do autor). Tendo isso em vista, alega que ambos, *aõ* e *am*⁶⁴, podem ser usados indistintamente. Embora reconheça não haver diferenças entre *til* e *m*, defende a adoção de *m*, pois, assim, evitar-se-iam “confuzoens”. Segundo Verney (1746), haveria uma discussão sobre possível substituição de *m* por *n* em *tempo*, porque se pronunciaria este e não aquele. Na avaliação do autor, há, na verdade, um problema de quem pronuncia dessa forma. Por outro lado, em *contigo* e *consigo*, por exemplo, a mudança é aceitável.

Quanto à consoante *z*, Verney (1746) é bastante enfático em sua crítica aos escritores “bem modernos”, que recusam o uso de *z* em favor da escrita em *s*, especialmente no interior de palavras. Cita exemplos encontrados em alguns desses escritos, como “*Cezar, Fazer, Quizeram, Miudeza, Reduzir, Fazendo &c.* tudo escrito com *s*” (p. 31, itálicos do autor). Continua sua explanação, dizendo que

entre eles [um dos autores] achei um, de mui boa fama, que em uma orasam ** escreve, *Alteza, Solenizado* com *z*: e pouco abaixo, *Usurpáram, Lisonja* com *s*. poem *Riqueza*, e logo *Luminoso, Profusam*. poem *Fazem*, e logo *Religioso*. Enfim a maior parte destes modernos doutisimos escrevem *Alteza, Luzes*, e outras poucas palavras com *z*: e tudo restante, em que devia entrar o *z*, vai com *s*. O Vieira, e outros, que nam admitem tantos *ss*⁶⁵, contudo em algumas disoens seguem o mesmo, e escrevem vg. *Brazil*, com *z*, e *Reside*, com *s*. Mas eu creio, que é necessaria mui pouca meditasam para conhecer, que todos estes erram. Os Portuguezes tem a pronuncia do-*z* asperisima: (VERNEY, 1746, p. 31-32, itálicos do autor)

Fica claro, nesse excerto, o apoio na oralidade. Isso porque o autor sistematiza que em todos os contextos em que a sibilante é *áspera*, isto é, sonora, deve-se utilizar o *z*. A generalização defendida por Verney (1746) pode ser entendida como uma sistematização mais simplista da ortografia, descartando-se, assim, casos mais complexos. Essa concepção fica bastante evidente quando se avalia a afirmação de que “em Portugal [...]. Onde tendo o *s*, e *z*, diferentisimas pronuncias, é erro sem desculpa, pòr o *s*, em lugar do-*z*, quando este deve ter toda a sua forsa, como no-principio, ou no meio das-disoens” (p. 32, sublinhado nosso). Nessa assertiva, tem-se clara correspondência biunívoca entre som e escrita, assumida pelo autor, apontando para uma regularidade em que, quando sonoro, adota-se o *z* e, em caso contrário,

⁶⁴ Segundo Verney (1746), nas províncias de Entre Doiro e Minho era comum a pronúncia em *o* (tabaliom, escrivom).

⁶⁵ A duplicata, neste caso, remete ao plural: tantos *s*'s.

emprega-se o *s*. A fim de ilustrar sua explanação, apresenta os pares *luzes e lizonja, abrazado e plauzível, riqueza e religiozo*, argumentando que não há diferença de som entre os grupos, o que não justifica a utilização de *s* “nas segundas” (*lizonja, plauzível, religiozo*). Continua sua defesa, expondo as diferenças de pronúncia entre os pares *azeite e aceite, razam e raçam*:

ninguem dirá, que estas duas palavras soam da-mesma sorte: porque em tal cazo nam averia motivo, para as-distinguir na pronuncia. todos tambem conhecem, que o *c*, com cedilha *ç*, antes de vogal, pronuncia-se como *s*; e que por-esta razam muitisimos Portuguezes indiferentemente uzam delas. (VERNEY, 1746, p. 32, itálicos do autor)

O que o autor deseja esclarecer, a partir do exposto, é que, além do som distinto entre ambos (*z* e *s*, incluindo-se *c* e *ç*, que seriam semelhantes a *s*), eles figuram em palavras com significados diferentes, característica que validaria sua argumentação.

Verney (1746) também discorre sobre algumas questões a respeito dos plurais. Retoma Padre Bento Pereira, para informar que “o plural de *al*, é *ais*, e nam *aes*” (p. 38, itálicos do autor). Para melhor explicar essa concepção, com a qual concorda, diz que a “pronuncia mostra um *i*, nam um *e*” (p. 38, itálicos do autor). Esse dado mostra-se bastante relevante para a nossa pesquisa, pois nos fornece indícios sobre a oralidade da época, pelo menos no que se refere ao praticado em Portugal, podendo, assim, ter influência sobre a língua utilizada na colônia brasileira. Embora se tenha essa percepção, Verney (1746) adverte haver variedade entre *aes* e *ais*, entre os autores. Buscando ilustrar isso, retoma Raphael Bluteau, que, em sua “Proza Gramatonomica”, adota ambas as terminações, o que, na visão de Verney (1746), demonstra “que o Bluteau é inconstante na Ortografia” (p. 38). Outro ponto problemático apontado por Verney (1746) é a terminação *er*, como na palavra *chanceler*, para a qual alguns autores adotam o plural *chancereis*, ao passo que sugere o plural *chanceleres*, considerado por ele “mais proprio, e mais chegado à analogia” (p. 38). O acréscimo de *es* também é indicado para a terminação *ar* (almicar - almicares). Dúvidas permeiam, ainda, as palavras terminadas em *s/z*, como *simplez* e *feliz*, para cujo plural o autor sugere o acréscimo de *es* (simpleses/simplezes, felizes). Ademais, o plural de *Brazil* seria *Brazis* e de *Malsim*, cuja terminação é *m*, seja substituídos por *ns*, *Malsins*.

De modo geral, Verney (1746) defende uma pronúncia mais simplificada, tanto para os “nomes novos” como para os “antigos”; por exemplo, em vez de *exceptas*, palavra adotada por escritores da época, utilização de *excetuadas*, haja vista a forma verbal *excetuar*. De maneira semelhante, o emprego de *erezia*, em vez de *eregia*, seria a melhor opção. Também para a palavra *may* sugere a grafia *maen*, pois, em sua avaliação, ouve-se *e* e *n*. O autor

chama, ainda, a atenção para outros aspectos considerados problemáticos, no que se refere à pronúncia:

finalmente devo advertir a V. P. que estes seus nacionais, ainda falando, pronunciam mal muitas letras no-meio; mas principalmente nos-fins das-disoens. V. g. *e* final, pronunciam como *i*: como em *De-me, Pos-me* &c. todo o *o* final, acabam em *u*: v. g. em *Tempo, Como, Buxo* &c. cujos nomes quem quer pronunciar à Portugueza, deve acabar em *u*. todo o *m* final, e no-meio, como *e*. todo o *e* antes de *a* no-meio da-disam, pronunciam com se-fose um tritongo. v.g. *Cea, Veia*: que pronunciam *Ceia, Veia*: namobstanteque na escritura, comumente nam ponham o *i*. E nisto merecem rizo alguns Portuguezes, que nas suas Ortografias impresas ensinam, que na lingua Portugueza se-devem pronunciar algumas letras, aindaque nam estejam escritas: e que umas letras devem pronunciar-se por-outras: v.g. achando-se *Outo, Dous* &c. se-deve pronunciar o *u*, como *i*. Isto, como digo, é querer confirmar os rapazes, nos-seus erros. Deveriam polo contrario dizer, que, pronunciando-se o *i* em *Cea*, se-deva escrever tambem com *i*, para se conformar com a pronuncia: Muito mais porque eles escrevem *Meio, Veio, Correio* com *i*, e a mesma razam milita, nos-que apontamos, e semelhantes. Damesma sorte achando-se escrito *Outo* com *u*, deveriam ensinar aos rapazes, a conformar-se com a escritura, se intendem que é arzezoada, como na verdade é, que parece aspera e dura; deviam dizer, que se-escrevêse com *i*; e nam enganar os rapazes na pronuncia. E na verdade nam poso intender, por-que razam, pronunciando os omens doutos nos-seus discursos, *Dois, Oito, Oitenta, Toiros, Coiza* &c. devam na escritura mudalo em *u*; (VERNEY, 1746, p. 43, itálicos do autor).

Embora Verney (1746) esteja descrevendo práticas linguísticas de Portugal, podemos pressupor que tais práticas seriam refletidas no Brasil colônia. A exemplo, o alçamento das vogais médias baixas em posição final é uma característica ainda hoje percebida na língua falada no nosso país. De qualquer forma, o autor nos desenha aspectos importantes para compreendermos como se dava a oralidade no XVIII. A partir disso, fenômenos tais como o processo de ditongação, o mencionado alçamento, além da variação *i~u* podem nos fornecer pistas sobre algo que dificilmente teremos acesso, haja vista que não dispomos de *corpus* orais, contando, apenas, com os relatos escritos. É algo que, somada à análise linguística tal como a que aqui propomos, pode nos ajudar a desvelar as características da língua falada nos setecentos.

Por último, o que podemos destacar da escrita de Verney (1746), ou seja, do quanto ele se apropria da sistematização indicada, é que busca se ater ao que prescreve. Sendo assim, não foram identificados casos de geminação de consoante e inscrições de *h* em boa parte das palavras, bem como foram observadas a adoção de *s* para marcar a sibilante surda e a de *z* para a sonora, além da marcação em *m*, em vez de *til*, para as terminações nasais. De modo

geral, procura praticar uma ortografia mais simplificada, dentro dos parâmetros por ele estabelecidos.

2.3 Comparativo entre Feijó (1734) e Verney (1746)

O apanhado realizado no presente capítulo nos proporcionou a compreensão das propostas ortográficas orientadas por Feijó (1734) e por Verney (1746). Foram evidenciadas as diferentes abordagens desses autores - o primeiro mais voltado para a grafia etimológica e o segundo para a grafia mais fonética -, embora ambos mencionem a relevância da pronúncia, o que subtende o provável apoio na oralidade. Feijó (1734), por exemplo, ao explicar a inscrição do segmento *pt*, da palavra *prompto*, assevera que *p* é percebido, ainda que de modo discreto, ao passo que Verney (1746) refuta a sua inscrição, uma vez que, para ele, *p* não é pronunciado. Tal comportamento nos imprime certas dúvidas, haja vista que não fica suficientemente claro se as grafias etimológicas, apontadas por Feijó (1734), seriam, em alguma medida, reflexos da oralidade, ou apenas características escriptológicas. Além disso, poderíamos presumir que a grafia etimológica poderia representar, de certa maneira, uma pronúncia consciente, apenas como mecanismo de prestígio social, no qual os que se empenham em pronunciá-la seriam considerados *homens doutos*, destacando-se dos demais membros da sociedade. De qualquer modo, Verney (1746), com uma proposta voltada mais especificamente para a língua portuguesa (cf. Capítulo 3), busca o rompimento com a tradição latina, prática perpetuada por muitos séculos até então. Sua abordagem, nesse sentido, pode ser entendida como inovadora, por direcionar os falantes para uma ortografia mais conforme às características do português. Sendo assim, a partir do que expusemos sobre a sistematização da ortografia pelos dois autores de referência para a sincronia estudada, buscamos, nesta seção, o comparativo das regras estabelecidas, voltando nossas lentes, em especial, aos fenômenos que serão objeto de nossa análise, a saber: (i) geminação de consoantes; (ii) representação da nasalidade; (iii) representação de /s/ e de /z/; (iv) alçamento/abaixamento de vogais. Esse é um passo relevante, tendo em vista que poderemos não apenas estabelecer aspectos convergentes e divergentes entre autores, bem como avaliar em que medida os escreventes de nosso *corpus* se apoiaram em um ou outro e ou, ainda, nos dois autores.

Quadro 6 - Comparativo entre Feijó (1734) e Verney (1746) no que tange à normatização dos fenômenos linguísticos

Fenômeno	Feijó (1734)	Verney (1746)
<i>Geminação de consoantes</i>	Deve acompanhar a formação das palavras e a origem latina. Valor distintivo entre <i>rr</i> e <i>r</i> e <i>ss</i> e <i>s</i> . Todas as geminações ocorrem em contexto intervocálico. Não geminam <i>h</i> , <i>v</i> , <i>x</i> e <i>z</i> .	Recusa pela geminação, por não se fazer perceber na pronúncia, incluindo-se <i>ss</i> e <i>rr</i> (embora reconheça o som distintivo de <i>rr</i> em determinados contextos).
<i>Representação da nasalidade</i>	Preferência por <i>aõ</i> em vez de <i>am</i> . Manutenção de <i>mn</i> conforme origem latina. Uso de <i>m</i> antes de <i>p</i> e de <i>b</i> e nas palavras derivadas de <i>circum</i> .	<i>Til</i> tem valor de <i>n</i> . Preferência pelo uso de <i>m</i> .
<i>Representação de /s/ e de /z/</i>	Uso de <i>c</i> ou de <i>s</i> para contextos surdos conforme origem latina. Apresenta regras mais específicas para uso de <i>s</i> e de <i>z</i> , pautando-se na etimologia ou na analogia.	Não distingue <i>c</i> e <i>s</i> . Utilização de <i>s</i> simples em contextos surdos e de <i>z</i> em sonoros.
<i>Alçamento/abaixamento de vogais</i>	Uso de <i>e</i> ou de <i>i</i> deve se basear na origem latina. Marcação de plural em <i>-es</i> .	Escrita de acordo com a pronúncia e vice-versa. Recusa pelo alçamento em <i>i</i> e <i>u</i> nas terminações. Marcação de plural em <i>-is</i> . Terminação <i>-r</i> , plural <i>-res</i> .

Fonte: Elaboração própria (2023).

Podemos generalizar, a partir do exposto no quadro 6, o que já foi supramencionado: Feijó (1734) apresenta uma maior tendência em ser fidedigno à etimologia, sobretudo, da língua latina, ao passo que Verney (1746) se pauta mais nos aspectos relativos à pronúncia, isto é, apoia-se mais na oralidade. Somando-se ao levantamento no dicionário de Bluteau (1712-1728), estamos, assim, em condições de analisar nossos dados, identificando qual o direcionamento em que nossos escreventes se basearam. O entendimento a respeito disso será melhor avaliado no capítulo 4, mas, antes de prosseguirmos para os critérios metodológicos, cabe uma sucinta descrição a respeito dos períodos ortográficos da língua portuguesa, haja vista as suas características relevantes para se compreender as abordagens supramencionadas.

2.4 Períodos da história da ortografia

Em relação à consoante *s*, Said Ali (1971 [1921]) menciona que, apesar da padronização sistematizada na contemporaneidade, na qual, quando a sibilante encontra-se

em posição intervocálica, apresenta-se como surda em sua representação geminada *ss* e sonora quando simples *s*, o autor enfatiza que, “em escritos antigos”, é comum “a troca de *s* por *ss*, e *ss* por *s*, que nos depara nos documentos anteriores ao século XVI” (p. 67, itálicos do autor). Conforme sua defesa, isso seria natural, dada a ausência, naquela época, de um sistema ortográfico fixado. Em consonância à explanação do referido autor, observamos divergências quanto às regras para a representação de sibilante entre os gramáticos Feijó (1734) e Verney (1746). Além disso, verificamos, como se verá no Capítulo 4, uma variação ortográfica para essa representação, presente em nosso *corpus*, decorrente da chamada *pluriortografia*, termo adotado por autores como Marquilhas (1996; 2000) e Barbosa (1999; 2017) (cf. Capítulo 1). A fim de fornecer maiores esclarecimentos sobre a falta de uma sistematização, Said Ali (1971 [1921]) retoma Gil Vicente, escritor português que adotou, em alguns de seus versos, rimas entre vocábulos tais como *paraíso, isso, siso e riso, e missa e camisa*; isso demonstra que “a par da pronúncia culta, ouvia-se em Portugal, pelo menos em certas regiões, *s* simples intervocálico como sibilante surda à semelhança do que se dá na língua espanhola, onde a *s* intervocálico se atribui o mesmo valor que a *s* inicial” (p. 28, itálicos do autor). Ademais, em relação às sibilantes surdas e sonoras, o autor diz que os conjuntos formados por *s* e *ss* e por *ç*⁶⁶ e *c* eram considerados “parecidos, porém não idênticos” (SAID ALI, 1971 [1921], p. 49) e informa o seguinte:

- (a) na passagem do latim para o português, manteve-se o *s* original enquanto *c* e *ç* correspondem a *c* ou a *ti* latinos;
- (b) já nos séculos XV e XVI, os vocábulos de origem asiática ou africana impunham dúvidas quanto ao uso de *s* ou de *c/ç* (*Singapura/Cingapura, Samatra/Çamatra*)⁶⁷;
- (c) *s* ou *ss* entre vogais e *ç* ou *c* antes de *e* e de *i* representavam a sibilante surda e a escolha por um ou por outro grafema era orientada pela etimologia;
- (d) também este critério é o que explica a grafia de palavras com *sc* no lugar de *c* (*crescer ~ crecer*);
- (e) no século XVI, por analogia, passou-se a escrever *pecego* (pêssego) e *socego* (sossego);
- (f) a falta de uma explicação para o uso de *ç* inicial foi a motivação para a grafia em *s* (*çapato - sapato, çujo - sujo*);

⁶⁶ A esse respeito, Said Ali (1971 [1921]) adverte que a cedilha “acabou por ser dispensada antes de *e* e de *i*” (p. 49, itálicos do autor).

⁶⁷ Conforme explicação fornecida por Said Ali (1971 [1921]), “o sinal a que chamamos cedilha resulta de um pequeno *z* e colocava-se entre a consoante e a vogal sempre que se empregava *C* maiúsculo, tomando depois a forma simplificada de vírgula: *C,ingapura, C,unda,C,cotorá, etc.*” (p. 49, itálicos do autor)

(g) já a palavra *assucar* pode ter sua influência do francês *sucre*, sendo importante ressaltar que *assucar* é originado do árabe *as-sukar* “e não do latim *saccharum*” (SAID ALI, 1971 [1921], p. 49, itálicos do autor);

(h) tanto a sibilante surda quanto a sonora apresentam diferentes representações gráficas; uso de *s* ou de *z* entre vogais ou no final de palavras ocorre de acordo com a percepção auditiva;

(i) isso explica variações do tipo *Vaasquez* ~ *Vaasques* na escrita do século XVI⁶⁸;

(j) na grafia antiga, era comum o uso de *z* entre sílabas quando antes de consoante, sendo que soava como fonema surdo, caso fosse seguido por consoante surda;

(k) a grafia de *s* ou de *z*, nos escritos seiscentistas, seguia a tradição ortográfica da antiguidade ou era influenciada pelo espanhol;

(l) isso seria a motivação para que houvesse confusão entre as duas grafias em períodos posteriores a esse, como na obra *Diálogos*, de Amador Arrais (1604), em que se verificam as ocorrências *portuguesa*, *uzar* e *introduzir*, bem como as variações *fazer* ~ *faser*, além das formas *sujo* e *sapatos* no lugar das formas tradicionais *çujo* e *çapato*, respectivamente;

(m) a partir do século XVII, perde-se o critério da percepção auditiva e da influência da grafia tradicional na escolha de *s* ou de *z*;

(n) porém, os editores, a fim de evitarem a “balbúrdia”, optavam pela grafia antiga;

(o) casos dúbios, em que não se sabia a etimologia ou não se sabia a relação fonética entre vocábulos das diferentes línguas, resultavam em grafias que contradiziam a tradição antiga;

(p) já no século XVIII, podia-se encontrar a grafia de *z* intervocálico no lugar de *s*, como nas formas *quazi*, *filozofia*, *dezalmado*, *fermozo*, sendo essa por influência de Verney (1746), que defende a reforma ortográfica, incluindo tal modificação na redação de sua obra;

(q) de modo antagônico, neste mesmo século, alguns autores optaram pela etimologia latina em palavras cuja origem era mais evidente⁶⁹;

⁶⁸ Segundo anotação de Said Ali (1971 [1921]), não haveria uma distinção fonética entre as terminações *-ez* e *-es*, e o uso de *-ez* (adotado unicamente até o século XIV) seria apenas por “fôrça do hábito” (p. 50).

⁶⁹ Assim como observamos na descrição de Feijó (1734).

(r) a confusão entre *s* e *z* em contexto intervocálico resolveu-se, no século XIX, pela substituição de *-isar* por *-izar*, influenciada pela escrita grega (*horrorisar* - *horrorizar*, *baptisar* - *batizar*, *caracterisar* - *caracterizar*);

(s) isso facilitou a prática da escrita não apenas neste contexto, mas também nos ambientes entre a vogal *i* e *a/o* (*briza* - *brisa*, *avizar* - *avisar*, *frizo* - *friso*).

Já em se tratando de *l* intervocálico, Said Ali (1971 [1921]) disserta que se manteve nas palavras em que, no latim clássico, tal consoante era geminada, como em *belo* < *bellu-*, *cabelo* < *capillu-*, *vila* < *villa*. Esse comportamento se deu, segundo o autor, pela “nítida [...] articulação demorada do *ll*” (p. 30). Assim como os apontamentos relativos à sibilante, essa informação é relevante ao nosso estudo, pois, assim como será observado no Capítulo 4, a geminação de *ll* mostrou-se bastante proeminente em nossos dados.

Outro autor que se dedicou à historiografia da língua portuguesa foi Williams (1975). Conforme este autor, os primeiros documentos escritos em língua portuguesa estão datados do fim do século XII, marcando, assim, o início do português arcaico. Até o século XVI, várias foram as modificações sofridas na língua; entre essas, “a intensificação do acento dinâmico” (p. 27), ocorrida neste século, marca a mudança mais relevante, segundo o autor. As consequências dessa modificação se fazem sentir no aumento de sínopes e na “tendência para maior individualização vocabular” (p. 27). Williams (1975) enfatiza que, já neste século, “as características distintivas do português arcaico haviam desaparecido; a língua se tornara, no essencial, a mesma de hoje em dia” (p. 27).

Outro aspecto importante, mencionado por Williams (1975), diz respeito à incorporação dos vocábulos latinos na língua portuguesa: primeiramente, por meio da Igreja e da Lei; em seguida, “pela obra dos eruditos e dos homens de letras e por fim pela ciência” (p. 28). Nesse sentido, as ditas palavras eruditas, ou semi-eruditas, não sofreram as mesmas modificações que as demais palavras, consideradas populares, seja porque foram incorporadas após esse processo, seja pelo “esforço consciente de preservar-lhes a forma latina” (p. 28). Além disso, alguns vocábulos eruditos ou semi-eruditos já existiam como vocábulos populares, havendo, portanto, convivência entre as duas formas; é o caso, por exemplo, de *artigo* e de *artelho*. Outra mudança relatada por Williams (1975) seria a de que alguns vocábulos populares foram modificados ou substituídos pela forma latina, chamados, pois, de vocábulos regressivos; exemplo disso é o prefixo *-ão*, do português arcaico, que foi substituído por *-ano*.

Por seu turno, Coutinho (2004 [1976]) esclarece que, antes do período pseudoetimológico, havia uma tendência pela escrita fonética. Segundo este autor, foi sobretudo no período Renascentista, com a busca pelos clássicos, que se passou a observar a influência de uma escrita etimológica no português. Assim como Said Ali (1971 [1921]), o autor referencia Verney (1746) como sendo um dos principais nomes na proposição de uma ortografia mais modernizada. No que tange ao conceito de *pluriortografia*⁷⁰, Coutinho (2004 [1976]) admite que “não [se] admira, pois que, em vez de uma houvesse várias ortografias, dado que a etimologia, nessa época, era uma ciência que dependia, em grande parte, da fantasia de cada escritor” (p. 71, grifos nossos). Com sua fala, o autor evidencia o (des)conhecimento dos princípios que regiam a origem das palavras, ficando clara a subjetividade que imperava no período, uma vez que a ortografia, ainda não sistematizada (ou, pelo menos, não padronizada), apresentava flutuação, dependendo das noções implícitas da escrita. Outro ortógrafo mencionado por Coutinho (2004 [1976]) é Gonçalves Viana, autor da *Ortografia Nacional* e responsável pelas reformas que visavam a uma escrita mais simplificada.

É consensual, pois, entre os autores (como se observará adiante), que a história da ortografia da língua portuguesa se deu em três momentos distintos. Feitas as considerações sobre a formação da língua, passemos, nas próximas subseções, à discussão sobre as características que compõem cada um dos períodos ortográficos do português: *período fonético*, *período (pseudo)etimológico* e *período simplificado*.

2.4.1 Período fonético

Conforme Williams (1975) e Coutinho (2004 [1976]), o período fonético coincide com o período arcaico da língua portuguesa, que se inicia com os primeiros escritos portugueses, perdurando até o século XVI. Tem-se como marca principal a tentativa dos redatores em reproduzir a escrita utilizando-se os sons das palavras. De acordo com Williams (1975), a ausência de uma representação em latim para os novos sons que surgiram impôs a necessidade de se adaptar velhas grafias ou de se criarem novas. Alguns resultados disso são a mesma representação gráfica para diferentes sons ou diferentes representações gráficas para um mesmo som, noção compartilhada, também, por Coutinho (2004 [1976]). Este autor

⁷⁰ Os impactos dessa *pluriortografia*, isto é, das diferentes sistematizações ortográficas observadas em períodos pretéritos, estão descritos no Capítulo 1, a partir da análise de estudos como os de Marquilhas (1996; 2000) e de Barbosa (1999; 2017).

acrescenta, por sua vez, que “apesar de certa flutuação que se observa na grafia das palavras, a preocupação fonética transparece a cada momento. A língua era escrita para o ouvido” (p. 71). Outra observação feita por Coutinho (2004 [1976]) é a de que, embora se pautasse na modalidade falada, “a grafia, tradicional como é, não pode acompanhar muito de perto a evolução da língua oral” (p. 72). Exemplo disso, na visão do autor, são as vogais dobradas, resultadas da síncope da consoante medial. Mesmo após a sua fusão por crase, a grafia permaneceu. Quanto à representação das vogais, segundo Coutinho (2004 [1976]), o modo é semelhante ao que se tem no português moderno. As particularidades ortográficas relatadas por ambos os autores estão dispostas no quadro a seguir:

Quadro 7 - Comparativo de características do período fonético

Fenômenos	Características
Vogais dobradas	<ul style="list-style-type: none"> • são decorrentes da queda de consoante intervocálica (cree - credit, colore > coor, unu > ùu); • representam vogal tônica <i>a</i>, <i>e</i> e <i>o</i> (ceeo - céu, taaes - tais) ou, segundo Williams (1975), indicam acento de intensidade por “contaminação ortográfica” (deestro - dextrum em imitação à seestro- sinistrum); • conforme Williams (1975), demarcam nasalidade da vogal ou seu alongamento (coontar - computãre, seentir - sentĩre)⁷¹.
Consoantes dobradas	<ul style="list-style-type: none"> • somente as duplas <i>rr</i> e <i>ss</i> possuem som diferente de suas respectivas consoantes simples⁷². Para Williams (1975), a geminação de <i>r</i> no início de palavras (rreter) ou anteposto/posposto a <i>l</i> ou a <i>n</i> (Carrlos, honrra) indica maior vibração de <i>r</i>, enquanto a geminação de <i>s</i> no início de palavras (ssemprẽ) ou após consoantes (conselho, converssar) indica <i>s</i> surdo⁷³. Também para Coutinho (2004 [1976]), <i>r</i> geminado, no início ou no interior de palavras, tinha valor distintivo do tepe <i>r</i> (rrainha, omrrado). Isso não descartava, contudo, o emprego de <i>r</i> simples com valor de <i>rr</i> (recorer); • uso de <i>ff</i> em posição inicial (ffe, fficar) ou em medial, após consoantes (conffirmar). Na avaliação de Coutinho (2004 [1976]), as grafias <i>iffante</i> e <i>ifferno</i> poderiam ser decorrentes da assimilação de <i>n</i> a <i>f</i>. Já Williams (1975) explica que houve substituição de <i>ff</i> intervocálico por <i>f</i> como indicativo do som [f] (deffender)⁷⁴;

⁷¹ Williams (1975) cita que, em muitos casos, ocorreu a queda do *n* intervocálico, como em *liodẽs* (*leoñes*) e em *maõ* (*manum*).

⁷² Nos casos em que se utiliza a dupla *rr* ou *ss* no lugar das respectivas consoantes simples *r* ou *s*, e vice-versa, por exemplo, *ussar* em vez de *usar* e *dise* em vez de *disse*, Williams (1975) acredita que seja por “falha de reconhecimento da diferença dos sons”, por parte do escriba. Seria, pois, por possível influência da escrita de consoantes duplas ou simples que não interferem na pronúncia, tal como em *pallavra/palavra* ou *cavallo/cavalo*. Apesar disso, de acordo com esse autor, a duplicação em posição intervocálica teria função fonética para a maioria dos vocábulos.

⁷³ Segundo Williams (1975), isso seria em decorrência do conhecimento que se tinha de que *ss* intervocálico era surdo e que *s* intervocálico era sonoro.

⁷⁴ Sobre isso, Williams (1975) explica que o *f* intervocálico na língua latina tornara-se *v*, com pronúncia [u]. Essa seria a motivação para se substituir a dupla consoante.

	<ul style="list-style-type: none"> • <i>ll</i> medial (<i>malldade</i>) ou <i>ll</i> final (<i>mortall</i>, <i>tall</i>) indicam um som velar. Ademais, Williams (1975) acrescenta que <i>ll</i> inicial indica um som mais longo (<i>llãa</i>); • a dobrada <i>nn</i> representa o som [ɲ] e a <i>ll</i> representa o som [λ]⁷⁵; • de modo geral, segundo Coutinho (2004 [1976]), as consoantes geminadas possuíam valor distintivo das simples (<i>r</i>, <i>s</i>, <i>f</i>, <i>l</i>, <i>m</i>). Ressalta-se que se dobrava o <i>m</i> apenas quando precedido por vogal nasal (<i>emmendar</i>).
<i>i, j e y</i>	<ul style="list-style-type: none"> • problemas na distinção entre <i>i</i>, <i>y</i> e <i>j</i> (<i>aya</i>, <i>iulgar</i>, <i>muyto</i>, <i>mjnas</i>); • Coutinho (2004 [1976]) explica, inclusive, que, quando com valor de semivogal, substituía-se <i>i</i> por <i>h</i> (<i>dormio</i> ~ <i>dormho</i>).
<i>m, n e til</i>	<ul style="list-style-type: none"> • problemas na distinção entre <i>m</i>, <i>n</i> e <i>til</i>⁷⁶ (<i>ãno</i>, <i>añno</i>, <i>anno</i>, <i>camïho</i>, <i>hõe</i>, <i>home</i>, <i>menesmo</i>, <i>mêesmo</i>, <i>senpre</i>, <i>omde</i>). • a nasalidade podia ser representada, ainda, por dois acentos (<i>húú</i>, <i>mááo</i>s, <i>séér</i>)⁷⁷; • uso de <i>n</i> antes de <i>b</i> ou de <i>p</i>⁷⁸.
<i>b e v</i>	<ul style="list-style-type: none"> • de acordo com Coutinho (2004 [1976]), o uso de consoante <i>b</i> no lugar de <i>v</i> (<i>aber</i> - <i>haver</i>) possivelmente era por influência do latim ou do espanhol.
<i>c e q</i>	<ul style="list-style-type: none"> • uso de <i>qu</i> no lugar de <i>c</i> (<i>cinquo</i>, <i>riquo</i>, <i>quada</i>) e vice-versa (<i>pecena</i>); • de acordo com Coutinho (2004 [1976]), a consoante <i>q</i> aparece em contextos antes de <i>e</i> e de <i>ẽ</i> (<i>aqela</i>, <i>qẽ</i>). Além disso, por influência do latim, <i>c</i> era utilizado antes de <i>t</i>, no lugar de vogais (<i>derecto</i>, <i>octubro</i>) e assumia valor de velar, quando acompanhado de <i>h</i> (<i>nucha</i> - <i>nunca</i>).
<i>/s/ e /z/</i>	<ul style="list-style-type: none"> • para Williams (1975), era comum o uso de <i>z</i> no lugar de <i>is</i> (<i>rez</i> ~ <i>reis</i>, <i>ez</i> ~ <i>eis</i>); • já para Coutinho (2004 [1976]), <ul style="list-style-type: none"> ❖ uso de <i>c</i> antes de <i>o</i> ou de <i>u</i>, tinha “valor de fricativa surda” (p. 37) (<i>particon</i> ~ <i>partiçom</i>), podendo ser cedilhado, quando antes de <i>e</i> e de <i>i</i> (<i>reçebi</i>). Utilizava-se, ainda, antes de <i>z</i> para representar o som de <i>ç</i>

⁷⁵ Para Coutinho (2004 [1976]), a posição medial poderia, ainda, ser influência do latim (*castello*), ou do Castelhana, indicando o som do grupo *lh* (*vallam* - *valham*), sendo, inicialmente, representado pelo segmento *li* (*lhe* - *li*, *filia* - *filha*). Alinhando-se a esse pensamento, Williams (1975) relata que as grafias *nn* (em variação com *n*, *ni*) e *ll* (em variação com *l*, *li*), no galego arcaico, eram utilizadas no lugar de *lh* e de *nh*. Considera-as, também, influências do espanhol e estão presentes, particularmente, no “Cancioneiro da Ajuda”. Além disso, Williams (1975) argumenta não existir o som [ɲ] em todas as palavras do português arcaico; para ilustrar isso, cita a presença de palavras como “rainha” [raïa] e “senior” em um mesmo texto. De acordo com este autor, “as grafias *-ïho* e *-ïha* (do latim *-inu* e *-ina*), nas quais o *h* era simplesmente usado para indicar o hiato, representaram, no início, as pronúncias [iũ] e [ia]. E a combinação *nh* (ou *h*) na palavra *nenhum* (ou *nẽhum*) não representou, no início, o som [ɲ], mas provinha da união, em um novo composto, das palavras *nen* (ou *nẽ*) e *hum*”. (p. 37)

⁷⁶ Eis algumas observações feitas por Williams (1975) a esse respeito: (i) tal confusão não ocorria quando as nasais se encontravam em posição inicial; (ii) o *til* foi incluído junto ao *m* intervocálico visando-se a manter a linha nos limites das margens; (iii) o *m* em posição final, com fins para sinalizar a nasalização da vogal final, pode ter aparecido nos monossílabos numa tentativa de reprodução da ortografia latina, como em “tam”, por exemplo, sendo que a substituição de *n* por *m* possa ter origens no século XIII. Além desses aspectos, para Coutinho (2004 [1976]), *m*, quando seguido de consoante, funcionava como marca de nasalidade da vogal anterior, podendo “ser empregado mesmo antes de alveolar ou dental” (p. 74) (*emsinar*, *aquemtar*).

⁷⁷ Segundo Williams (1975), utilizava-se o *til* para demarcar duas vogais seguidas que possuíssem acentos agudos (*húú* - *hũu*). Já para Coutinho (2004 [1976]), os dois acentos ocorriam em vogais nasais ou orais.

⁷⁸ Para Williams (1975), isso seria possivelmente para demarcar a dicotomia de *m* implosivo vs explosivo, sendo reforçado, por Bento Pereira, em obra intitulada *Ars Grammaticae*, a persistência pelo uso de *m* antes de *p/b*.

	<p>(faczo). Em alguns casos, substituía o <i>z</i>, provavelmente por influência do latim (doncela - donzela);</p> <ul style="list-style-type: none"> ❖ não havia uma sistematicidade quanto ao uso de <i>s</i>, sendo, às vezes, empregado no lugar de <i>ç</i> ou de <i>c</i> (composisom, sima). Podia, inclusive, ocorrer em posição inicial sem a presença de <i>e</i> (screver, star). Variava com a dupla <i>ss</i> (noso ~ nosso). Era comum, também, o emprego da geminada com valor da simples intervocálica (messa - mesa). A gemação ocorria em posição inicial, possivelmente como forma de distinção fonética entre surda e sonora (sseu); ❖ empregava-se <i>x</i> com valor de <i>ss</i> (dixe) ou, por influência do latim, com valor de <i>is</i> (sex - seis); ❖ <i>z</i> era empregado no lugar de <i>ç</i>, quando em posição inicial ou medial (zapateiro, lanzar).
<i>g e j</i>	<ul style="list-style-type: none"> ● alternância de uso entre <i>g</i> e <i>j</i> (sega, mangar, jente); ● Coutinho (2004 [1976]) acrescenta que antes de <i>e</i> e de <i>i</i> possuía som velar (Agiar) e que antes de <i>a</i>, de <i>o</i> ou de <i>u</i> possuía valor palatal (mangar), sendo frequente sua associação com a vogal <i>i</i> (beigio). Para os contextos em que possuía som velar antes de <i>a</i>, era comum sua escrita junto à vogal <i>u</i> (julgava). Por outro lado, o grupo <i>gn</i>, com valor de <i>i</i>, é considerado um latinismo (regno); ● Segundo Williams (1975), havia problemas na distinção entre <i>g</i> e <i>gu</i> (alguo, algem).
<i>h</i>	<ul style="list-style-type: none"> ● usado na demarcação de hiatos entre duas vogais distintas ou com características diferentes (poher, tehudo, mãho, sahir, cahir), bem como no lugar de <i>i</i>⁷⁹ (servho, sabha, sabhã, camho) ● ausência de sistematicidade para seu uso em posição inicial (hum, honde, hir, homões, aver)⁸⁰; ● uso por influência latina (themor, hordenar); ● ademais, Coutinho (2004 [1976]) explica que <i>h</i> inicial era usado, também, para indicar que a vogal dos monossílabos era aberta (he - é).
<i>p</i>	<ul style="list-style-type: none"> ● uso de <i>p</i> entre nasais (dampno, dãpno, solepnemente, solêpne, compdenar), porém, sem valor fonético⁸¹; ● conforme Williams (1975), era comum a inclusão de <i>p</i> no verbo <i>escrever</i> (escrepver, escrito)⁸²;
<i>v e u</i>	<ul style="list-style-type: none"> ● falta de sistematicidade no uso de <i>u</i> e de <i>v</i> (auer, vsar, liurar, ovuir).

Fonte: Adaptado de Williams (1975) e Coutinho (2004 [1976]).

⁷⁹ A esse respeito, Williams (1975) afirma que esse uso permaneceu somente nas grafias *lh* e *nh*. O autor cita, ainda, que a origem dessas grafias data da primeira metade do século XIII e que seria um empréstimo do provençal. Esta teoria encontra respaldo na ocorrência da palavra *Vidalhae*, nome próprio provençal, em um documento de 1281, no qual as demais ocorrências são da grafia dupla *ll* para representar o som [λ].

⁸⁰ Para Williams (1975), este uso ocorria, provavelmente, para demarcar o hiato junto à vogal final da palavra anterior, tornando-se, posteriormente, integrante da palavra à qual foi adicionado. Além disso, quando utilizado antes do verbo *é* (“he”), funcionaria como forma de distinção entre a conjunção *e* e o verbo. Williams (1975) relata, ainda, que Magalhães de Gandavo, em obra intitulada *Regras que ensinam a maneira de escrever a orthographia da lingoa portuguesa*, de 1574, considerava esse uso de *h* inovador. Em relação à palavra *alghũum*, Williams (1975) acredita que o acréscimo de *h* possa ser influência da palavra *hũu*.

⁸¹ Coutinho (2004 [1746]) atribui a isso possível influência latina.

⁸² Isso teria possível correlação com as formas latinas *scripsi* e *scriptus*, segundo relato de Williams (1975). O autor menciona, também, que *p*, por vezes, era escrito no lugar de *c*, como em *esprever* e *esprito*.

2.4.2 Período etimológico ou pseudoetimológico

Esse período, conforme Williams (1975) e Coutinho (2004 [1976]), tem início no século XVI e se caracteriza pelo uso de grafias latinas ou gregas, embora não tivessem valor fonético. Para Coutinho (2004 [1976]), tal período possui como característica principal o emprego de consoantes geminadas, de consoantes gregas *y*, *k* e *w* e “de grupos chamados de gregos” (p. 72). Williams (1975) defende, ainda, que essa prática antecede o século XVI, como se verifica nos vocábulos “*escripto, feicto, nocte, reigno, sancto*”, mas que foi perpetuada pelos escritos e pelos impressos renascentistas, como se verifica nas caracterizações a seguir:

- a. emprego de *ch*, de *ph*, de *rh*, de *th* e de *y* em palavras de origem, ou supostamente de origem, grega (“*chrystallino, eschola, phrase, rhetorico, teatro, estylo, nympa*”);
- b. uso de “*ct, gm, gn, mn, mpt* e consoantes duplas em palavras de origem latina” (“*auctor, fructo, augmento, digno, magno, damno, somno, prompto, bocca, peccar, cabbello, setta*”);
- c. ocorrência de regressões ortográficas falsas, como “*th* em *thesoura* e em *ethymologia*; *y* em *phylosophía*; duplo *cc* em *occeano*”;
- d. na mesma linha que o tópico anterior, uso de *z* no lugar de *s* (“*mez*”, “*portuguez*”), por influência de formas latinas como “*simplez*” e “*fez*”.

Williams (1975) disserta que não eram unânimes as opiniões dos autores em relação aos usos de uma nova ortografia. Enquanto Nunes Leão (1576) e Véra (1631) criticavam-na, em defesa da manutenção de uma grafia latina, Barreto (1671) propunha um uso modernizado de acentuação, com vistas a demarcar vogais abertas e fechadas, bem como Pereira (1672) recomendava os usos modernizados de *i*, de *j*, de *u* e de *v*, refutando a utilização de vogais duplas ou de consoantes duplas em posição inicial. A respeito, mais precisamente, do período que estudamos, Williams (1975) explica que

o século XVIII foi período de amargas polêmicas ortográficas; e terminou por predomínio arrasador da ortografia etimológica. Um livro em particular, a *Orthographia* ou arte de escrever e pronunciar com acerto a lingua portugueza, de João de Moraes Madureira Feyjó, que foi impresso pela primeira vez em 1734, teve tremenda influência em favor da causa das grafias etimológicas por mais de um século e meio. O autor não só instava pela grafia latina de palavras recém-introduzidas, mas também pela sua pronúncia na conformidade com a grafia [...]. A restauração do som [g] assim como da letra *g* em palavras como *digno* e *phleugma* resultou de esforços dessa natureza por parte dos gramáticos. (p. 41, itálicos do autor)

Em complementação, Williams (1975) apresenta um contraponto entre a postura da Academia Espanhola e a da Academia de Lisboa: ao passo que a primeira, no século XVIII, adotava uma ortografia baseada em aspectos fonéticos racionais, a segunda optava por “consagrar a etimologia como supremo princípio ortográfico” (p. 41). O autor considera ser Madureyra Feijó (1734) um dos principais nomes na defesa pela grafia etimológica, além de destacar o resgate de -g- (*benigno* e *phleuma*) como o resultado dos “esforços dessa natureza por parte dos gramáticos” (WILLIAMS, 1975, p. 41). Sendo assim, defende haver uma influência política sobre os princípios que regiam a ortografia do período, manifesto no desejo de distinguir “os homens de letras e o pequeno número de pessoas que sabiam ler” (p. 41).

Nesse mesmo viés, Coutinho (2004 [1976]) salienta a influência do latim, que predominava na escrita a partir do século XVI, sendo neste século que se iniciam “os primeiros tratados de ortografia” (p. 75). O autor cita, assim como Williams (1975), alguns dos principais autores do período:

- (i) século XVI: Pêro de Magalhães de Gândavo (Regras de escrever a ortografia da Língua Portuguesa, 1574) e Duarte Nunes de Leão (Ortografia da língua portuguesa, 1576);
- (ii) século XVII: Álvaro Ferreira de Vera (Ortografia ou modo para escrever certo na língua portuguesa, 1631) e João de Franco Barreto (Ortografia da língua portuguesa, 1671);
- (iii) século XVIII: Madureira Feijó (Ortografia ou arte de escrever e pronunciar com acerto a língua portuguesa, 1734) e Monte Carmelo (Compêndio de ortografia, 1767)⁸³.

Nesse sentido, Coutinho (2004 [1976]) explica que não apenas as novas palavras da língua portuguesa eram escritas sob a influência do latim, como também as que já se apresentavam em “formas vulgares” sofreram “o travestimento etimológico” (p. 76):

Foi o que se deu, por exemplo, com *digno*, *benigno*, *maligno*. De conformidade com a pronúncia antiga, estas palavras eram grafadas *dino*, *benino*, *malino*. Assim se acham escritas ainda em obras de Camões. Surgiram os pseudo-etimologistas e, verificando que no latim tais vocábulos se escreviam com -g-, restabeleceram esta letra. A presença do -g-, a princípio mero sinal etimológico, passou a ser assinalada na ortografia. (COUTINHO, 2004 [1976], p. 76, itálicos do autor)

Outro fator histórico que contribuiu para a retomada da escrita etimológica foi o Romantismo. A diferença, contudo, é que nesse período se buscava a origem das palavras não no latim, mas no francês. O principal adepto dessa prática foi “José de Castilho, que escrevia:

⁸³ Importante salientar que tanto Williams (1975) quanto Coutinho (2004 [1976]) consideram Feijó (1734) um dos principais autores na manutenção da grafia etimológica, exercendo forte influência na escrita dos setecentos. Fica evidenciado, com tais posicionamentos, o porquê de nossa escolha por comparar os nossos dados ao que prescreve esse ortógrafo.

thio, poncto, inceptar, ropto, septa, septembro, mulcta, enxucto, ermão, mactar, amarhei, vacqueiro, aptar, etc.” (COUTINHO, 2004 [1976], p. 76, itálicos do autor).

Coutinho (2004 [1976]) reforça a dificuldade que a escrita etimológica acarretava, uma vez que exigia do escriba o conhecimento de diferentes línguas, além do fato de esse sistema ortográfico ser “anacrônico, assinalando um divórcio total entre a língua falada e a escrita” (p. 76). O desconhecimento da origem de determinadas palavras ou a proposição de diferentes grafias, bem como a falta de conhecimento sobre como se pronunciavam as palavras de grafia etimologizante, são outros problemas apontados pelo autor. Em face disso, Coutinho (2004 [1976]) argumenta que a validade da adoção desse sistema ortográfico excluía aqueles que não possuíam conhecimentos suficientes sobre ele; além disso, reforça a ideia de que esse conhecimento se restringia, sobretudo, “aos sacerdotes e iniciados (*sic.*)” (p. 76). É enfático, ainda, ao defender a necessidade de se “democratizar a ortografia” (p. 76), alegando que “a presença de tantos símbolos inúteis” (p. 76) tirava do “idioma escrito a simplicidade primitiva” (p. 76). Visando a ilustrar seus questionamentos, cita alguns exemplos: *thesoura, systhema, tradicção, Cllyseu, Ignez, dacta, innundar*.

Dado importante mencionado pelo autor é a ainda presente grafia etimológica no período em que sua obra foi produzida, na década de 1970, documentada, principalmente, na escrita de pessoas mais velhas. Com sua fala, o autor nos evidencia a imbricação dos períodos ortográficos, demonstrando que não se caracterizavam por aspectos estanques, mas que co-ocorriam e concorriam. Esse panorama compactua, em certa medida, com a hipótese de nossa pesquisa, já que, mesmo no século XVIII, é possível que haja a presença de marcas da escrita fonética em nosso *corpus*.

2.4.3 Período reformado ou simplificado

Seu início, como exposto por Coutinho (2004 [1976]), é marcado pela publicação da Ortografia Nacional, de Gonçalves Viana, em 1904, perdurando até o português contemporâneo. Williams (1975), por seu turno, defende que nesse período há um “retorno às grafias fonéticas”, porém o ponto-chave que diferencia esse período da ortografia utilizada na Idade Média é a uniformização por meio de convenções.

Segundo Coutinho (2004 [1976]), a comprovada pluriortografia, na qual “cada autor possuía uma grafia própria” (p. 77), foi o principal motivo que impulsionou a “necessidade de uma reforma” (p. 77). Cita alguns autores que, em séculos anteriores, já defendiam a simplificação da ortografia, apesar de não conseguirem êxito: “Verney, Morais e Castilho” (p.

77). Nesse contexto, entra em vigor, pois, a reforma proposta por Gonçalves Viana, responsável por simplificar vocábulos para os quais não se justificava a “grafia tradicionalmente aceita” (p. 78), pautando-se em quatro princípios gerais:

1. Proscrição absoluta e incondicional de todos os símbolos da etimologia grega, *th*, *ph*, *ch* (=k), *rh* e *y*.
2. Redução das consoantes dobradas a singelas, com exceção de *rr* e *ss* mediais, que têm valores peculiares.
3. Eliminação de consoantes nulas, quando não influam na pronúncia da vogal que as preceda.
4. Regularização da acentuação gráfica. (COUTINHO, 2004 [1976], p. 78, *itálicos do autor*)

Coutinho (2004 [1976]) ressalta, também, que a diferença entre a grafia fonética e a grafia simplificada seria a de que a primeira se baseia “exclusivamente na pronúncia”, enquanto a segunda, “orientando-se pela pronúncia, não descarta também da etimologia e do elemento histórico” (p. 78).

Quanto ao sistema português, o Governo de Portugal nomeou uma comissão formada por linguistas renomados⁸⁴. Os princípios básicos supramencionados foram os “que nortearam a reforma” (COUTINHO, 2004 [1976], p. 78), sendo esta encaminhada ao chefe do Executivo Português, que sancionou a Portaria em primeiro de setembro de 1911 (cf. WILLIAMS, 1975; COUTINHO, 2004 [1976]), tornando obrigatória a adoção desse sistema em Portugal e em seus domínios. O empecilho para a padronização, porém, é que tal reforma atendia apenas à língua do além-mar, uma vez que linguistas brasileiros não foram convocados para colaborar em sua resolução. Visando, principalmente, a resolver futuros problemas no mercado literário, em comum acordo, a Academia Brasileira de Letras e a Academia das Ciências de Lisboa “celebraram um *Acordo gráfico*” (COUTINHO, 2004, [1976], p. 79, *itálicos do autor*), que se tornou obrigatório no solo brasileiro.

Em relação ao sistema luso-brasileiro, por sua vez, Coutinho (2004 [1976]) relata que, já em 1907, a Academia Brasileira passou a adotar, em “suas publicações oficiais, um sistema de grafia objetivo manifestamente simplificador” (p. 79). Em 1912, publicou uma regulamentação definitiva, incluindo-se os aditamentos ocorridos durante esse período, e, em 1915, foi aprovada a proposta de Silva Ramos, a qual visava à harmonização da reforma de 1907 com a reforma de Portugal. Entretanto, em 1919, foi revogada. Nas palavras de Coutinho (2004 [1976]),

⁸⁴ “Gonçalves de Viana, Leite de Vasconcelos, Carolina Michaëlis, José Joaquim Nunes, Adolfo Coelho, Epifânio Dias, Júlio Moreira, Cândido de Figueiredo, etc.”. (COUTINHO, 2004 [1976], p. 78)

esta atitude incongruente do maior cenáculo de letras do país foi, em verdade, desastrosa. Contra ela, em vão protestaram acadêmicos esclarecidos, em cujo número figuravam Silva Ramos, Amadeu Amaral, Mário de Alencar e Medeiros de Albuquerque. O espírito de rotina triunfou à babel precedente. (p. 79-80)

Visando à publicação de seu dicionário, a Academia decidiu fixar um sistema pautado, basicamente, na etimologia. Esse novo sistema, lançado em 1929, não obteve completa aceitação do povo e, em especial, dos jornalistas e dos literatos. Foram essas as motivações para que o Governo Brasileiro adotasse, em 1931 (cf. WILLIAMS, 1975; COUTINHO, 2004 [1976]), o já mencionado Acordo gráfico, tornando-o oficial no território nacional. Em 1938, foi sancionado o Decreto-lei 292, que objetivava sanar dúvidas persistentes quanto ao emprego de acentuação. Após isso, dois novos acordos foram celebrados, em 1943 e em 1945, o primeiro adotado no Brasil e o segundo em Portugal.

Feito o levantamento da normativa ortográfica setecentista, embora divergente entre os autores revisitados, e da contextualização dos períodos históricos da ortografia, passamos, no capítulo 3, aos critérios metodológicos adotados para o desenvolvimento de nosso estudo.

CAPÍTULO 3

PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS

Quando se visa à investigação em documentos antigos, muitos são os desafios a serem pensados pelo pesquisador. A respeito disso, Barbosa (1999) apresenta importantes considerações sobre os estudos que objetivam analisar as mudanças linguísticas baseando-se nos princípios sociolinguísticos propostos por Labov, Herzog e Weinreich (1968), entre as quais, a dificuldade em se avaliar classes sociais ou formalidade/informalidade dos documentos, haja vista que podem ser um complicador, dadas as divergências culturais de cada período histórico. Desse modo, Barbosa (1999) adverte para a necessidade de se ponderar o contexto no qual o texto foi produzido, para, assim, depreender-se os limites impostos à análise do *corpus*.

Em outras palavras, fontes são fontes; não há fontes ruins para investigações em Linguística Histórica, mas há de saber-se que dados ou inferências elas podem nos oferecer para chegarmos a níveis de análise mais elaborados (*sic.*), por exemplo, sobre as *estratégias de planejamento* segundo esse ou aquele quadro teórico, essa ou aquela metodologia e objetivos. (BARBOSA, 1999, p. 106, itálicos do autor)

Tendo em mente as advertências supracitadas, bem como pelo fato de a presente pesquisa se inserir no bojo dos preceitos da sociolinguística (LABOV, 2008 [1972]; ROMAINE, 2009), é válido considerarmos os diferentes aspectos que possam estar imbricados no processo de análise dos nossos dados. No presente capítulo abordamos, portanto, questões relativas ao contexto sócio-histórico da produção dos documentos, bem como das práticas letradas que perfaziam o século XVIII. Esse é um passo importante, dado que a pesquisa sociolinguística considera fatores internos e externos à língua. Assim, entender como se estruturava a sociedade mineira colonial e os papéis exercidos pelos sujeitos que dela faziam parte pode nos evidenciar como isso se refletia no texto escrito. A partir desse levantamento, passaremos às especificações do *corpus* que utilizaremos em nossa pesquisa, acompanhados dos critérios de coleta e de análise dos dados. Passemos, pois, a essa discussão.

3.1 Caracterizações da pesquisa sociolinguística

Segundo Labov (2008 [1972]), “a língua é uma forma de comportamento social [...]; ela é usada por seres humanos num contexto social, comunicando suas necessidades, ideias e emoções uns aos outros” (p. 215). Além disso, o autor menciona que “a questão sociolinguística fundamental é suscitada pela necessidade de entender por que alguém diz alguma coisa” (p. 242). Com essas palavras, postula que língua e sociedade são indissociáveis, sendo necessários estudos que contemplem aspectos da esfera social para se compreenderem determinadas mudanças linguísticas. Nesse sentido,

podemos definir uma *variável sociolinguística* como correlacionada com alguma variável não-linguística do contexto social: o falante, o interlocutor, o público, o ambiente etc. Alguns traços linguísticos (que chamaremos de *indicadores*) mostram uma distribuição regular pelos grupos socioeconômicos, étnicos e etários, mas são usados por cada indivíduo mais ou menos do mesmo modo, em qualquer contexto. Se os contextos sociais puderem ser ordenados em algum tipo de hierarquia (como grupos socioeconômicos ou etários), podemos dizer que tais indicadores são *estratificados*. Variáveis sociolinguísticas mais altamente desenvolvidas (que chamaremos de *marcadores*) não somente exibem distribuição social, mas também diferenciação estilística. [...] o contexto estilístico pode ser ordenado ao longo de uma única dimensão segundo o grau de atenção prestado à fala, de modo que temos *estratificação* tanto *estilística* quanto *social*. (LABOV, 2008 [1972], p. 275-276, itálicos do autor)⁸⁵.

Uma das características apontadas por Labov (2008 [1972]), no que se refere ao estrato socioeconômico, é que grupos cujo *status* social seja mais alto tendem a reproduzir padrões de hipercorreção, configurando, assim, uma mudança de cima para baixo. “Valores sociais são atribuídos a regras linguísticas somente quando há variação. [...] Se dado grupo de falantes usa uma variante particular, então os valores sociais atribuídos a esse grupo serão transferidos a essa variante linguística” (LABOV, 2008 [1972], p. 290). A partir dessa explicação, e tendo como base o contexto social em que os sujeitos investigados estão, acreditamos que essa seria a motivação para que os grupos da elite cultural, no caso de nosso *corpus* representado pelo clero, optassem por uma grafia etimológica, considerando-a como uma forma de prestígio. Isso se insere, inclusive, na perspectiva da formação desses indivíduos, haja vista a importância do conhecimento sobre a língua latina para a formação eclesiástica. Ainda segundo Labov (2008 [1972]), “o *status* social de um indivíduo é determinado pelas reações subjetivas de outros membros da sociedade, mas para quem é de

⁸⁵ Os *indicadores*, segundo Labov (2008 [1972]), “são os traços linguísticos encaixados em uma matriz social, exibindo diferenciação segundo a idade e o grupo social, mas que não exibem nenhum padrão de alternância estilística e parecem ter pouca força avaliativa” (p. 360). Já os *marcadores* “exibem estratificação estilística tanto quanto estratificação social” (LABOV, 2008 [1972]), p. 360).

fora é mais fácil usar indicadores sociais e econômicos objetivos para avaliar a posição de indivíduos particulares” (p. 328). No entendimento do autor, as inovações feitas pelo grupo de *status* social mais elevado seriam, relativamente, conscientes e, salvo algumas exceções, consideradas formas de prestígio. Quanto aos grupos étnicos, o autor explica que eles tenderiam a evitar “o padrão de baixo prestígio de seus pais” (p. 342). Desse modo, “vários grupos étnicos podem tratar a mesma variável de modos diferentes” (p. 342). Embora o autor esteja se referindo a dados de fala de sincronias atuais, esse comportamento pode ser aplicável aos nossos dados⁸⁶, o que nos faz levantar a hipótese de que os escreventes do Estatuto da Ordem Terceira de São Francisco e o dos Termos de Devassa tenham recorrido às formas de prestígio - latinismos - enquanto os escreventes das irmandades leigas imprimiriam marcas de escrita fonética nos livros de compromisso. Isso não descarta, porém, a tentativa de que os grupos das classes sociais mais populares tenham também adotado grafia etimológica, ainda que em menor escala que os membros da elite cultural.

Acerca dos estudos sociolinguísticos, Romaine (2009 [1982]) corrobora a visão de Labov (2008 [1972]), ao defender que a metodologia aplicada para identificar a variação em contextos de fala pode ser utilizada no texto escrito, auxiliando, inclusive, nos estudos históricos. Para a autora, escolhas relativas a determinadas variantes podem ter por influência os fatores extralinguísticos; daí a aplicabilidade dos preceitos da sociolinguística na pesquisa diacrônica. Além disso, Romaine (2009 [1982]) questiona a visão que se tem de que *oralidade* seria sinônimo de *linguagem* e argumenta que, embora *língua falada* e *língua escrita* sejam correspondentes, em certa medida, existem situações em que algo pode ser escrito, sem antes ser falado, como é o caso dos textos de caráter jurídico. Para a referida estudiosa, se no texto escrito é possível identificar uma variação ortográfica, isso também seria perceptível na oralidade, por meio da variação alofônica.

Também Olinda (2003) esclarece que, para a sociolinguística histórica,

não é possível compreender o desenvolvimento de uma mudança fora da estrutura social da comunidade em que ocorre, já que a variação social desempenha um papel importante na mudança. Assim, acredita-se que investigar a sócio-história e a heterogeneidade do português brasileiro é condição *sine qua non* para o conhecimento das mudanças ocorridas na gramática brasileira. (p. 154, itálicos da autora).

A autora enfatiza, ainda, a necessidade de se entender como se processava o sistema educacional no Brasil colônia, haja vista que se caracterizava como um espaço “multilíngüe,

⁸⁶ Labov (2008 [1972]) questiona, inclusive, o porquê de a linguística histórica, até o momento do estudo, não embasar suas pesquisas nos aspectos sociais do contexto de produção dos documentos em análise.

multidialeto e etnicamente plural” (p. 155). Nesse sentido, entender quem tinha acesso à educação e em quais circunstâncias seria um norteador para se verificar quais seriam as condições sociais que interferiram no processo de formação da gramática do PB. Para a autora, especialmente entre os séculos XVI e XVIII, além das características multilíngue e diversidade étnica, a colônia era “eminentemente rural” e não-escolarizada (p. 158). Antes, porém, de iniciarmos nossa investigação a respeito dos processos educacionais e das práticas letradas no Brasil colônia, discutimos, na próxima seção, sobre as características da sociedade colonial, em especial, do Arraial do Tijuco, berço de nossos documentos.

3.1.1 Aspectos sociais no Brasil colônia: a capitania de Minas

Tendo em vista que a pesquisa sociolinguística pauta-se não apenas nos fenômenos intralinguísticos, como também naqueles externos à língua, mostra-se primordial trazermos à luz o contexto cultural e social dos falantes/escritas de nosso estudo. Nesta seção, apresentamos, portanto, as questões que envolvem a formação da Minas colonial e, também, o papel exercido pela Igreja católica e pelas irmandades nesse processo.

3.1.1.1 A sociedade mineira colonial e o arraial do Tijuco

A respeito dos "núcleos urbanos coloniais", Moraes (2007) informa a impossibilidade de se pautar em “parâmetros contemporâneos na análise do processo de urbanização” (p. 59). Isso porque o *status* de cidade, na metrópole ou nas colônias portuguesas,

implicava a concessão de certas prerrogativas de caráter honorífico às aglomerações de maior importância religiosa, política ou militar. As cidades, nesse sentido, eram aglomerações superiores às vilas por se assentarem em terras próprias, de modo a perpetuar em si o sentido de município romano, independente e livre. Para que um determinado núcleo urbano, por exemplo, viesse a receber uma diocese ou sede de bispado, era necessário que a vila fosse elevada à condição de cidade. (p. 59-60)

Moraes (2007) explica também que, no Brasil colonial, o título de cidade ou de vila “nem sempre correspondeu ao reconhecimento da existência de determinado grau de desenvolvimento” (p. 60), seja ele demográfico ou econômico. Em muitos casos, a emancipação era decorrente da necessidade de controle Estatal - administrativo, fiscal, judiciário ou militar -, garantindo “controle fiscal sobre as riquezas produzidas” (p. 61) e imposição de ordem. Em território mineiro, Moraes (2007) explica que, embora vários núcleos urbanos estivessem “em condições de receber títulos de cidade ou de vila [...], foram

erigidas em seu território uma única cidade, Mariana, ao passo que a Capitania da Bahia contava com 40 vilas, e a de São Paulo, com 31” (p. 61-62). A autora cita, ainda, o caráter diverso com que se deu a formação da Capitania de Minas: nas demais capitanias da colônia, a economia era baseada em atividades agrícolas, pecuárias ou de extrativismo, observando-se “assentamentos humanos pouco densos e com baixas taxa de crescimento” (p. 62). Além disso,

até fins do século XVII, as várias regiões da América Portuguesa foram alvo de processos de povoamento relativamente autônomos, determinados por questões ligadas diretamente à conquista, proteção da costa e expansão, concomitantes à implementação e desenvolvimento de atividades econômicas diferenciadas segundo o potencial local.

A descoberta de ouro em Minas Gerais inseriu uma nova atividade, que desencadeou expressivas transformações na estrutura político-administrativa, econômica e territorial da América Portuguesa. Foi como se, por assim dizer, fosse introduzido o elo que faltava à articulação de um imenso território colonial até então constituído por compartimentações geográficas, nas quais igualmente compartimentadas se desenvolviam atividades produtivas e mercantis. (MORAES, 2007, p. 62-63)

A somatória desses fatores, na avaliação de Moraes (2007), facilitou o processo de urbanização das Minas coloniais, sendo tal processo mais efetivo e evidente nessa região, retirando, dessa forma, a condição de “coisa provisória” atribuída a Minas, fato que se deu já no início do século XVIII. A mineração, segundo Moraes (2007), favoreceu não apenas o “rápido povoamento das Minas Gerais”, como também estimulou as “atividades mercantis” (p. 64) para manter o desenvolvimento dessa nova atividade. Para a autora, todo esse desenvolvimento assistido na Capitania de Minas fez com que a região fosse considerada a “mais populosa da América Portuguesa”, atingindo o contingente populacional de “319769 habitantes, em 1776” (p. 64). A consequência desse processo, segundo Moraes (2007), foi “o deslocamento do eixo econômico-administrativo para o Centro-Sul” (p. 65). A expressividade do desenvolvimento econômico em Minas acarretou o declínio da atividade mineradora, já na segunda metade do século XVIII. Apesar disso, conforme salienta a autora, a composição de atividades diversificadas, não restritas à mineração, serviram para “garantir estabilidade e dinâmica ao mercado interno mineiro” (p. 66).

Recuando-se no tempo, segundo explicação dada por Moraes (2007), vê-se a pecuária como importante atividade econômica, resultado da “proliferação de fazendas e currais”, sobretudo às margens do Rio São Francisco, instalados “em território mineiro antes mesmo da divulgação das notícias da descoberta do ouro” (p. 66). Observa-se, assim, o aumento no

número de vilas, de arraiais e de freguesias, além do intenso “povoamento da região do Distrito Diamantino” (p. 70).

Figura 1 - Mapa da costa do Brasil, século XVII-XVIII



Fonte: Costa (2004, citado por MORAES, 2007, p. 67)

Interessante observar, a partir do mapa acima, retirado de Moraes (2007), como se disseminaram as fazendas no Brasil colonial (identificadas sob o símbolo de um retângulo branco), sobretudo às margens do Rio São Francisco (pela linha contínua, à esquerda), adentrando o território mineiro. Conforme explicação da autora, esse seria um “detalhe do mapa da maior parte da Costa, e Sertão, do Brasil, extrahido do original do Pe. Cocleo” (COSTA, 2004, citado por MORAES, 2007, p. 67), cuja datação aproximada seria entre 1699 e 1702. Esse mapa nos mostra o quão povoada era a região onde hoje se encontra Minas Gerais, levando-se em consideração os senhores e a força trabalhadora desses espaços, o que já nos indica a densidade populacional existente em Minas, antes da oficialização da atividade

mineradora. Apesar disso, a criação da Capitania de Minas, de acordo com Moraes (2007), veio a ocorrer somente em 1720, em decorrência, essencialmente, da necessidade de uma atuação mais ostensiva da Coroa, devido a “uma sucessão de insurreições”, como as “revoltas escravas ocorridas entre 1711 e 1719; os motins do Morro Vermelho (1715), de Pitangui (1717-1719); (*sic.*) de Barra do Rio das Velhas (1718-1719); e o levante de 1720, também conhecido como Sedição de Vila Rica” (p. 76). Dado esse processo, um novo “recorte territorial” foi adotado: as Comarcas; sendo a do Rio das Velhas (ou Sabará), a do Rio das Mortes e a de Vila Rica as três primeiras, seguidas das do Serro do Frio (cuja sede é a Vila do Príncipe) e a de Paracatu. A respeito do Arraial do Tejuco⁸⁷, Moraes (2007) relata que

é igualmente significativo ter o Tejuco se mantido como arraial, apesar de sediar a Intendência dos Diamantes - criada em 1734 e responsável pelo controle e fiscalização da exploração dos diamantes -, com o intendente exercendo ainda as funções de ouvidor no Distrito Diamantino. A ereção do arraial à vila foi descartada para se evitar confrontar as disposições expressas nas Ordenações do Reino com toda uma regulação específica e bastante rígida que se pretendia fazer vigorar no Distrito Diamantino. (p. 81)

Esse seria o reflexo de um rigoroso controle da região que, como será visto mais à frente, tratava-se de uma forma de limitar a exploração dos diamantes e garantir que os recursos ficassem sob a responsabilidade da Coroa, restringindo o acesso das pessoas a essa região. Além disso, buscava-se impedir (ou, ao menos, diminuir) a atuação da Igreja (fenômeno que será discutido na seção seguinte), haja vista que, conforme mencionado por Moraes (2007), o processo evolutivo dos centros urbanos exige a instalação de organismos dessa instituição, como as dioceses.

Outro estudo dedicado às caracterizações do Distrito dos Diamantes é o de Furtado (2007). De acordo com a autora, seria desde meados do século XVI que se tinha “notícias esparsas de que os diamantes se encontravam entre as riquezas do Brasil” (p. 303), sendo a expedição de Marcos de Azeredo, em 1596, a que alcançou a região onde hoje se localizam Diamantina e Serro. Apoiada nas narrativas de Ambrósio Fernandes Brandão, em 1618, Furtado (2007) diz que, entre as riquezas encontradas por Marcos de Azeredo, estariam as pedras de diamante. Além desse dado, a autora menciona que padre Simão de Vasconcelos, em 1658, e que frei Antônio do Rosário, em 1702, relataram a existência e o envio para o reino, respectivamente, dos diamantes achados na colônia brasileira. Para Furtado (2007),

a despeito dessas notícias, foi somente com os achados de diamantes na região do Serro do Frio, no segundo quartel do século XVIII, que a América Portuguesa se tornou grande produtora de diamantes. Os primeiros

⁸⁷ Importante destacar que são adotadas, nos estudos contemporâneos, ambas as formas *Tijuco* e *Tejuco*.

deslocamentos populacionais para a área foram provocados pela atração do ouro encontrado em torno da Vila do Príncipe, e a descoberta dos diamantes ocorreu mais tarde, pouco antes de 1720. As primeiras pedras apareceram nos ribeirões mais próximos do arraial do Tejuco, como o Caeté-Mirim, Santo Antônio, Inferno, e outros tributários do rio Jequitinhonha, onde já havia exploração aurífera. (304-305)

Furtado (2007) narra, ainda, que muitos viajavam para a região da Comarca do Serro do Frio, inclusive deslocando-se da região aurífera da Comarca do Rio das Velhas; porém, foi somente em 1729 que o governador Lourenço de Almeida oficializou a descoberta dos diamantes, haja vista a pressão “da mineração clandestina”. Retomando Dornas Filho (1948), a autora explica que “até 1730, os arredores do Tejuco ainda estavam infestados de ciganos, desocupados e quilombolas que atacavam continuamente os viajantes” (p. 305). Com a oficialização da descoberta dos diamantes, segundo Furtado (2007), houve a necessidade “da organização e da cobrança dos impostos” (p. 308). Assim, de 1729 a 1734,

a exploração foi aberta a todos que tivessem escravos e capital para investirem na exploração das lavras, e era cobrada uma taxa de capitação sobre cada escravo empregado nos trabalhos de extração, que foi várias vezes elevada para dificultar o acesso às lavras e aumentar a arrecadação de impostos. (p. 308)

Furtado (2007) explica que o volume de pedras encontradas nesse período e, conseqüentemente, a grande oferta desse recurso “fez despencar o valor do quilate no mercado mundial” (p. 309). A fim de controlar e de diminuir a exploração, visando a restabelecer os valores de mercado, foi enviado para a região, a mando da Coroa, Martinho de Mendonça Prina e Proença, responsável por “avaliar a situação”, e designado Rafael Pires Pardiniho, engenheiro militar nomeado para realizar a demarcação territorial onde se produziam os diamantes. Em consequência disso, ficou estabelecida a *Demarcação Diamantina*, também conhecida como *Distrito Diamantino*, no ano de 1734. Apesar disso, a região ainda respondia, administrativamente, à Câmara e à Ouvidoria da Vila do Príncipe. Furtado (2007) revela que todas as concessões anteriores a esse ano foram revogadas, mantendo-se apenas a extração do ouro. A exploração dos diamantes só foi retomada em 1739, adotando-se “um sistema de contratos particulares”, cedidos a cada quatro anos. A respeito desses contratos⁸⁸, Furtado (2007) esclarece que havia “duas condições principais”:

A primeira era a limitação da área de extração, o que visava, além de restringir a oferta, manter áreas não exploradas para os contratos vindouros. [...] A segunda referia-se à limitação do número de escravos empregados nas

⁸⁸ Segundo Furtado (2007), havia seis contratos de exploração de diamantes, arrematados por valores bastante elevados, e celebrados no período de 1740 a 1771, sendo, neste ano, o encerramento do último contrato.

lavras. O primeiro e o segundo contratos estipulavam 600 escravos empregados diretamente na extração, além daqueles destinados aos serviços domésticos dos feitores e dos administradores, bem como dos que eram utilizados nas tarefas de corte de madeiras e levantamento de estruturas para desvios dos rios. Este índice se alterou a partir do terceiro contrato e foi alvo de constantes renegociações entre a Coroa e os contratadores, já que a exploração exigia mão-de-obra cada vez mais numerosa. (p. 311)

O que nos chama a atenção, a partir das informações fornecidas por Furtado (2007), é o número expressivo de mão-de-obra empregada no trabalho de extração dos diamantes, fazendo-nos vislumbrar o quão dispendioso era esse serviço. Ademais, a autora explica que, nesses contratos, era prevista a reposição dessa mão-de-obra, já que “os escravos adoeciam, fugiam ou morriam facilmente” (p. 311). Como medida de controle, esses contratos previam, também, punições para “escravos fugidos e extraviadores” (p. 312). No ano de 1771, o sistema de contratos foi extinto, criando-se, pois, a Real Extração de Diamantes, sob a responsabilidade do intendente dos diamantes, monopolizando, dessa maneira, a extração das pedras preciosas. Acrescenta-se a isso, conforme Furtado (2007), a edição de legislatura “específica para a região, o chamado Regimento Diamantino de 1771. Também conhecido como o *Livro da Capa Verde*” (p. 316, itálicos da autora)⁸⁹.

Adicionalmente, Furtado (2007) menciona que, durante o século XVIII, “o Tejuco foi reduzido à situação jurídica de arraial”, embora tivesse “um núcleo urbano florescente e dinâmico” (p. 306), ultrapassando a população da Vila do Príncipe já no ano de 1732. Evocando Saint-Hilaire (1974), a autora relata haver no Tejuco “um ar de abundância que [Saint-Hilaire] não havia observado em nenhuma parte da Província, [...] mais instrução que em todo o resto do Brasil, mais gosto pela literatura e um vivo desejo de se instruir” (SAINT-HILAIRE, 1974, p. 29-33, citado por FURTADO, 2007, p. 317). O entendimento dessa dinâmica é essencial para o nosso estudo, pois nos permite compreender os mecanismos sociais que contextualizaram a produção dos documentos a serem analisados por nós.

Outro ponto abordado pela autora é a atuação de pardos e de pretos, como José Joaquim Emérico Lobo de Mesquita, homem negro que se destacou pela composição de músicas, integrando “os cerca de cento e vinte músicos que atuaram no Tejuco durante o século XVIII” (p. 317); ou o pardo forro Manuel da Encarnação, proprietário de loja e especializado “na venda de louças da Índia e molhados” (p. 317). Situa, também, o papel de diferentes igrejas, citando, inclusive, a das Mercês, na contratação de “músicos para

⁸⁹ Mais detalhes a respeito disso podem ser conferidos na obra *O livro da capa verde: o regimento diamantino de 1771 e a vida no Distrito Diamantino no período da Real Extração*, publicado em 1996, também de autoria de Junia Ferreira Furtado.

[comporem] peças inéditas para as diferentes festas que se celebravam anualmente” (p. 317).

Além desses aspectos, Furtado (2007) diz que

a elite do Tejuco era ilustrada, e isso se revela na posse de livros, que refletia o seu grau de instrução, que era elevado para a época. Destacava-se a biblioteca do guarda-livros, Manoel Pires Figueiredo, composta de aproximadamente cento e quarenta obras, dispostas em cerca de trezentos e sessenta tomos, que abrangiam os mais diferentes assuntos, em latim e (*sic.*) francês. Em suas estantes destacavam-se *O espírito das leis* de Montesquieu e um exemplar da *Enciclopédia portátil*, resumo da maior obra do iluminismo de autoria de Diderot e D’Alembert. (FURTADO, 1996, p. 54-55, citado por FURTADO, 2007, p. 317, itálicos da autora)

Furtado (2007) aponta como uma das principais explicações para o panorama citado “a presença significativa dos tejuicanos como estudantes universitários no exterior” (p. 317). Tal característica elevou o “índice de instrução local”, observado pelo expressivo número de estudantes brasileiros oriundos da região diamantina frequentando a Universidade de Coimbra. Em conclusão, Furtado (2007) expõe que foi somente no século XIX que o arraial do Tejuco se elevou ao *status* de vila, com o decreto de 1831, e se criou a cidade de Diamantina, com a lei nº 93, de 1838. Já a extinção definitiva da Real Extração ocorreu somente no ano de 1953.

Em adição ao que foi mencionado sobre a formação da Capitania de Minas e do Distrito Diamantino, Pimenta e Roque (2022), por seu turno, salientam que as consequentes modificações da sociedade portuguesa, no período moderno, reconfiguraram o modelo medieval, subdivido entre povo, clero e nobreza, adotando novos perfis, conforme se expandia a nobreza e os privilégios conferidos a esse grupo. Incluem-se nesse movimento os negros, que “pagavam por sua alforria com os ganhos de suas agências; ou que se associaram em guildas, irmandades ou confrarias” (p. 169). Os autores explicam que, com a descoberta das jazidas de metais e de pedras preciosas nas Minas Gerais, esta região tornou-se a “região central para a Colônia, ressignificando todo o processo na busca pelo acúmulo de pecúlio” (p. 170). Todo esse processo contribuiu “para o desenvolvimento de diferentes setores econômicos” (p. 170). Alertam, ainda, que, apesar do rigoroso controle exercido pela Coroa na extração dos diamantes, tal atitude não foi suficiente para “cessar a entrada de milhares de sertanistas ao Distrito” (p. 171).

3.1.1.2 Irmandades leigas na Capitania de Minas e a Igreja Católica: entre o socorro mútuo e o controle pelas devassas

A respeito da vida de um clérigo no Brasil Colônia, Villalta (2007) disserta que,

para acessar a carreira sacerdotal, os candidatos eram obrigados a submeter-se aos denominados processo de habilitação *De genere, vitae et moribus* (sangue, vida e costumes), através dos quais deveriam comprovar a ‘pureza do sangue e costumes’, bem como a posse de uma renda mínima. (p. 26, itálicos do autor)

Villalta (2007) acrescenta ainda que, em Minas, “os processos de habilitação ao sacerdócio obedeciam ao *Regimento do Auditório Eclesiástico da Bahia*” (p. 26, itálicos do autor). Nesse sentido, o Sacramento da Ordem era dividido em sete graus: quatro menores, “Hostiário, Leitor, Exorcista e Acólito”, para os quais “era necessário estar crismado, saber a doutrina cristã, ler e escrever” (p. 26); e três sacros, “Subdiácono, Diácono, e Presbítero, ou Sacerdote” (p. 26). Para se exercer a função de sacerdote, Villalta (2007) explica que, obrigatoriamente, o indivíduo deveria ter passado pelos seis graus anteriores, sendo aprovado em cada uma deles, além de “ser aprovado nos exames de Latim, Moral, Reza e Canto e Casos de Consciência” (p. 26). Os apontamentos feitos por Villalta (2007) nos demonstram os contornos sobre como se dava o acesso a esse lugar social, bem como os critérios requeridos para isso. Interessa-nos o conhecimento não apenas das condições financeiras exigidas, mas também a informação de que os futuros clérigos deveriam possuir habilidades de leitura e de escrita e, em específico, da língua latina. Continuando em sua explicação, Villalta (2007) esclarece que, para

o recrutamento dos padres seculares (e não os regulares)⁹⁰, a outorga das ordens sacras dava-se dentro de uma lógica estamental (que levava em conta dos direitos e os deveres diferenciados de cada ordem) e que consagrava a ‘pureza do sangue’ (que, entre outras coisas, discriminava os que exerciam ofícios vis) e a ‘honra’, requerendo-se também a posse de uma renda mínima anual. (p. 27)

O autor descreve, inclusive, que era comum as famílias encaminharem pelo menos um dos “filhos aos sacerdócio, que se apresentava como uma carreira almejada tanto para os que provinham das ‘boas famílias’ como filhos de mulatos, pobres e padres” (p. 28). Nesse viés, o exercício do sacerdócio era visto como uma espécie de “serviço público”, no qual “ser padre era também fazer uma carreira profissional” (p. 29). Em Minas, os padres recebiam,

⁹⁰ A respeito da distinção entre clero regular e clero secular, Zierer e Messias (2011) explicam o seguinte: “no seio da organização eclesiástica existe uma nítida divisão entre clero regular e clero secular. O clero regular se restringe aos homens que deixaram o convívio humano para se dedicar à contemplação a Deus. Já o clero secular são padres que estão em contato com os fiéis, para ajudá-los a caminhar na fé cristã” (p. 71)

além das *côngruas* (algo semelhante a um salário), as *conhecenças* (que eram as taxas cobradas por algumas atividades, como a confissão no período da quaresma, por exemplo). A vida do sacerdócio, segundo Villalta (2007), era vista, dessa maneira, como uma forma de ascensão social, pois “dava aos clérigos os privilégios equivalentes aos dos nobres” (p. 30-31). Nesse sentido, conferia, portanto, *status* social.

Villalta (2007) retrata, também, alguns problemas, tais como a existência de apenas um Bispado - o da Bahia foi o único no Brasil colônia por mais de um século - e de poucas dioceses, o que inviabilizava a aplicação do que está preconizado na Reforma do Concílio de Trento⁹¹. Foi somente em 1745 que se criaram os bispados de São Paulo e de Mariana, bem como as prelações de Mato Grosso e de Goiás. O estabelecimento dos novos bispados não visava a atender apenas às demandas religiosas, como também configurava uma estratégia geopolítica para “manter e ampliar a soberania portuguesa na América” (p. 35). Além disso, Villalta (2007) argumenta que havia um distanciamento dos preceitos “de pureza de sangue e costumes”, haja vista “a mestiçagem, os índices [altos] de filhos ilegítimos [...], assim como a participação numérica da população negra e mulata [na sociedade mineradora]” (p. 36). Acrescenta, ainda, que

a moralidade coletiva, por sua vez, admitia implicitamente algumas relações sexuais ‘ilícitas’, em particular as travadas por homens de estratos superiores com mulheres de nível mais baixo, no interior dessa sociedade escravista, estamental e patriarcal: as mulheres não virgens, negras, mulatas, escravas, etc. Requeria-se, porém, que tais relações fossem minimamente dissimuladas. (p. 36)

Esse excerto serve-nos de ilustração, a fim de melhor compreendermos as motivações que levaram à instituição das devassas e o papel da Igreja nesse contexto, embora Villalta (2007) enfatize que os próprios membros do clero eram corrompidos, mais focados na representação social do que na adoção dos princípios de moralidade previstos. Outra observação feita por Villalta (2007) é que, apesar de a “carreira eclesiástica [servir] de elemento de consolidação das posições das famílias brancas e legítimas”, era considerada “permeável para acomodar e permitir a ascensão dos discriminados por seus ‘defeitos de

⁹¹ De acordo com Costa e Martins (2015), trata-se de um Conselho, reunido na cidade de Trento, na Itália, onde foram instituídos os novos dogmas da Igreja Católica, considerando os problemas enfrentados por ela, no século XVI, sobretudo os advindos da reforma protestante. O Concílio, instituído pelo Papa São Pio V, visava reavaliar a postura dos padres, requerendo que fossem “instruídos” e “melhor preparados para continuar seu magistério juntos aos católicos” (p. 86). Nesse sentido, “o Catecismo do Santo Concílio Tridentino, ou Catecismo Romano, representa para a cristandade ocidental um manual de ensino dos verdadeiros dogmas da Igreja, cujo objetivo era o de formar na mentalidade dos cristãos os valores educacionais e práticos formulados no século XVI e a assimilação das reformas internas da Igreja realizadas em Trento” (COSTA; MARTINS, 2015, p. 86).

sangue” (p. 45). Isso porque o autor, a partir de investigação dos processos de habilitação ao sacerdócio, em Mariana, verificou casos de pessoas descendentes de pardos e a admissão de pardos e de um preto forro no Bispado de Mariana.

A relação sociedade mineira e religiosidade não se fazia somente pelo viés da admissão pela Igreja Católica no clero regular e secular, mas também transparecia pelas formações das irmandades. Essas agremiações exerceram atribuição fundamental na organização da sociedade colonial, tendo papel bastante ativo, sobretudo na Capitania de Minas. A respeito das irmandades, Boschi (2007) diz o seguinte:

[...] tornou-se lugar comum dizer que a História social e religiosa de Minas Gerais, sobretudo nos primeiros tempos, é, fundamentalmente, a história das associações leigas, genericamente denominadas *irmandades*.
 [...] parece ser consensual a afirmativa de que não se entende a História de Minas Gerais do século XVIII (e não só), sem a boa compreensão da emergência e da dinâmica das irmandades presentes naquela realidade.
 Nas Minas Gerais no século XVIII, religiosidade, sociabilidades e irmandades se (con)fundem e se interpenetram. [...] as irmandades foram as promotoras dos ofícios e das celebrações, dentro e fora de templos, também por ela edificadas e mantidas. Vale dizer desde logo que as irmandades se apresentaram, então, como força auxiliar, complementar e sucedânea da Igreja Católica. (p. 59, itálicos do autor).

Boschi (2007) ressalta, ainda, o papel das irmandades para além do caráter devocional, tendo em vista sua ação na assistência aos agremiados, como nos casos de adoecimento ou de morte, por exemplo. O autor salienta, inclusive, que a maneira como a Igreja Católica se instalou na Capitania de Minas diverge do modelo catequético e de missionação ocorrido no restante da colônia. Devido à presença de ouro no território mineiro, a Coroa interviu nas ações da Igreja, promulgando “textos cerceadores e proibitivos quanto à fixação de religiosos e à construção de estabelecimentos que viessem abrigar congregações religiosas” (p. 60). Nesse sentido, diferentemente do que se observou em outras regiões, houve um maior endurecimento na instalação de ordens religiosas nas Minas coloniais. Sendo assim, a “implementação da vida religiosa” (p. 60) nesta capitania ficou a cargo dos leigos. Boschi (2007) expõe que

nesse contexto, os sacerdotes eram contratados pelas irmandades para a celebração de ofícios e práticas religiosas. Com isso, relativiza-se a autoridade eclesial dos celebrantes. Em contrapartida, avultam-se as vontades e as decisões dos irmãos e dos mesários na definição e na implementação dos atos religiosos. (p. 61)

A partir da fala de Boschi (2007), vê-se uma dinâmica diferenciada na região mineira, em detrimento de outros lugares da colônia. Em outras palavras, dá-se a entender que os

leigos ocuparam um *locus* central nessas atividades, com os eclesiásticos em posição de coadjuvantes. Ademais, o autor assevera que

essas igrejinhas logo se tornaram não apenas cenário para ofícios religiosos como também centro da vida social e local para trocas e para a prática do comércio. Ou seja, a sociedade que se foi organizando na área fê-lo em torno da religiosidade; as *urbes* foram nascendo sob o impulso da vida religiosa. Mantenedoras das capelas, cerne dos arraiais e igualmente dos altares que se construíram no interior delas, as irmandades assumiram, pois, função e papel nuclear na promoção das sociabilidades coloniais mineiras. E ressalte-se que assim se exprimindo, as irmandades precederam ao Estado e à Igreja, como instituições. Quanto ao primeiro, quando a máquina administrativa chegou, já as irmandades floresciam. (p. 61, itálicos do autor)

Isso quer dizer, conforme descrição de Boschi (2007), que as irmandades exerciam papel protagonista em diferentes esferas da sociedade. O autor informa, ainda, que quando as primeiras vilas começaram a ser criadas, em 1711, o território mineiro contava com, ao menos, sete irmandades. Além disso, o autor acrescenta que, com a eclosão das irmandades, a sociedade mineira foi evidenciando sua estratificação. Relata também “que, quase em meados da centúria, diante de um quadro mais nítido de estratificação social, há o advento das *Ordens Terceiras*” (p. 61, itálicos do autor).

Haveria, ainda, distinção quanto às confrarias e às irmandades, porém Boschi (2007) revela que “nem sempre eram nítidos os traços distintivos” (p. 61), seja pela falta de exatidão dos textos normativos, seja pelo pouco “discernimento” dos “próprios agremiados”⁹². Contudo, o autor ressalta que, seguindo as Ordenações Filipinas, as associações leigas deveriam definir a “sua natureza jurídica”: se “fundadas por autoridades e com o consentimento dos bispos”; ou se “instituídas e administradas exclusivamente por leigos, [subordinando-se] às orientações e à fiscalização de autoridades seculares” (p. 62). As ordens terceiras, por sua vez, são

agregações calcadas na perfeição da vida cristã de seus membros. Embora vivendo no *Seculum*, os terceiros se vinculavam a uma ordem religiosa, da qual extraem e adaptam regras para o exercício da vivência cristã no mundo. Ademais, a existência dessas entidades está sujeita ao beneplácito dos gerais ou dos provinciais das respectivas ordens religiosas. Vale lembrar que, pelo

⁹² Importante salientar a falta de consenso a respeito dessa distinção. Conforme apontado no dicionário Aulete on-line, *confraria* e *irmandade* seriam sinônimos, cujo significado seria “sociedade ou associação de pessoas leigas, para fins religiosos ou ligados à religião (caridade, prestação de assistência etc.); CONGREGAÇÃO; IRMANDADE” (AULETE, disponível em: <https://www.aulete.com.br/confraria>, acesso em 03 mar. 2023), enquanto *ordem terceira* seria uma “ordem religiosa de leigos que segue as regras de ordem religiosa à qual é agregada” (AULETE, disponível em: <https://www.aulete.com.br/ordem>, acesso em: 03 mar. 2023). Por outro lado, Campos (2011) considera que *ordens terceiras* e *irmandades* eram “genericamente tratadas pelo termo confraria” (p. 95); as irmandades e as ordens terceiras seriam entendidas, portanto, como subtipos de confrarias.

menos no cenário aqui abordado, a admissão em seus quadros sociais se realizava mediante a aplicação de critérios mais rigorosos do que os praticados na constituição das irmandades e confrarias. A considerar, ainda que integrar tais quadros significava adquirir ou reforçar o *status* social do agremiado. Ou seja, via de regra, as ordens terceiras se caracterizavam por ser associações compostas pelas camadas mais elevadas da sociedade da Capitania. (BOSCHI, 2007, p. 62, itálicos do autor)⁹³

A compreensão sobre como se organizavam e os objetivos de cada uma dessas instituições, em especial as irmandades e as ordens terceiras, é primordial para o desenvolvimento de nosso estudo, pois nos fornece maiores informações sobre o contexto em que os escreventes de nosso *corpus* se inserem, além de nos indicar (e reforçar) características sociais dos grupos em questão - escreventes das irmandades leigas de Nossa Senhora do Amparo e de Nossa Senhora das Mercês e da Ordem Terceira de São Francisco. Outro aspecto mencionado por Boschi (2007) e que está intimamente relacionado ao nosso estudo é a escolha pela irmandade se pautar nas “origens sociais dos irmãos” (p. 63). Adverte, também, que em Minas, as irmandades eram instituídas pela “iniciativa dos leigos” (p. 64); desse modo, “a escolha dos santos padroeiros decorria da identificação dos grupos de fiéis com as perplexidades e simbolismos nele retratados” (p. 64). Além disso, as irmandades eram mantidas como “organismos multiformes, que proporcionaram aos seus membros, entre outros benefícios, um espaço de convívio social. [...] elas foram veículo e instrumento de manifestações sociais, sobretudo para as camadas subalternas” (p. 64). Esse seria, pois, outro ponto-chave para entendermos a dinâmica social dos setecentos: as irmandades podem ser vistas como um espaço em que os sujeitos, mesmo das camadas sociais mais baixas, como a de negros, por exemplo, pudessem ter alguma voz. A esse respeito, Boschi (2007) diz que “a percepção das irmandades como espaço de coesão grupal se torna mais flagrantes no estudo

⁹³ Em consonância à explicação dada por Boschi (2007), Campos (2011) explica que “as ordens terceiras eram compostas por leigos, muitos deles reinóis – casados ou solteiros – que desejavam seguir a regra franciscana ou carmelita sem fazer os votos solenes (castidade, pobreza e clausura). Geralmente a eleição da mesa diretora dos terciários era ratificada por autoridade provincial, representante do convento respectivo que também tinha a função de inspecionar periodicamente a agremiação leiga. Os estatutos das ordens terceiras instituíam práticas religiosas afinadas com o ideário reformado: exercícios penitenciais, confissão e comunhão com maior frequência e preparação espiritual através do noviciado. Os terceiros sentiam-se mais qualificados na hierarquia social e espiritual que os membros das irmandades, pois normalmente faziam parte da elite (artesanal, intelectual, política e militar) e também eram irmãos professos” (p. 95-96). Já as irmandades, ainda que “compostas por leigos, não tinham vínculo com as ordens conventuais. Tais agremiações mantinham um aspecto devocional (ligado às raízes populares da religiosidade medieval) e dedicavam-se ao culto dos santos, dos anjos, das almas do purgatório, de Nossa Senhora e da Santíssima Trindade. Os membros agremiavam-se conforme o ideário dos pares, ou seja, por critérios étnicos, profissionais e sociais. As irmandades eram fiscalizadas por autoridade diocesana (representante do bispado respectivo) e possuíam uma mesa administrativa eleita anualmente. O irmão-provedor, o escrivão, o tesoureiro e os doze mordomos prestavam serviços à mesa da agremiação e contribuía com taxas proporcionais à dignidade do cargo que ocupavam. Em contrapartida, eles recebiam um número maior de missas em caso de falecimento, tendo o irmão provedor o privilégio de ser sepultado na capela-mor do templo” (p. 95).

das associações formadas pelos negros” (p. 67); isso porque, no século XVIII, a maior parte da população mineira “era composta por escravos africanos” (p. 67). Boschi (2007) salienta, então, que as irmandades de negros eram

espaço de coesão grupal, espaço de devoção, espaço de (re)construção de identidades, os únicos que lhes eram facultados formar, as confrarias instituídas pelos negros, para além de promotoras e locais de práticas sincréticas, impulsionaram-se porque nelas se revitalizaram as referências culturais africanas. [...] Assim é que, nas irmandades e por meio delas, os negros não prescindiram das suas divindades e das suas visões de mundo. [...] Ao fundar suas irmandades, os negros africanos não estavam a incorporar inequivocadamente padrões culturais dos brancos. Ao abrigo das confrarias e nos eventos públicos que estas realizavam ou de que participavam, os negros externalizavam suas tradições e costumes de origem. Por conseguinte, nem sempre foi possível a integração deles no catolicismo dominante, como hipotética também era uma efetiva redefinição da religião anteriormente praticada pelos negros, no interior das confrarias por eles instituídas. (p. 69-70)

Embora as irmandades ressignificassem a prática religiosa, agregando ao catolicismo as características das crenças africanas, mantinham-se as desigualdades sociais pré-existentes. Conforme mencionado por Boschi (2007), o Estado absolutista utilizava-se dessas agremiações em seu favor, como forma de controle social e de neutralização de manifestações que divergissem de seus propósitos. Somando-se a isso, segundo o autor, a Coroa se beneficiava da competitividade existente entre as agremiações, uma vez que o ônus financeiro era transferido a essas instituições. O autor relata, ainda, que tais “desavenças” eram respaldadas pelo objetivo de se ter “visibilidade”, ou seja, de garantir “maior prestígio social” e “preservar privilégios” (p. 70). Entretanto, “o quadro de discórdias não invalida a sua antítese” (p. 70), haja vista que, de acordo com Boschi (2007), observava-se a “cooperação mútua” e a “reciprocidade de interesses” entre as irmandades (p. 71).

Boschi (2007) destaca, também, como forma de controle, a imposição pela Coroa do estabelecimento dos compromissos/estatutos, que estabeleciam os direitos e os deveres dos associados. Não só esse, mas todos os documentos dessas instituições passavam por vistorias “periódicas e regularmente” (p. 74). O autor cita, inclusive, que embora houvesse o controle estatal, sobretudo a partir de meados do século XVIII, avista-se uma proliferação dessas agremiações, seja pela “solidariedade religiosa grupal”, seja pelos “interesses temporais e sociais das populações dos aglomerados emergentes” (p. 74).

Outro tipo de relacionamento entre Igreja e povo verificado no período é o da instituição das devassas. Se a organização, sobretudo em irmandades, era algo benéfico, as devassas eram entendidas pelo sentido oposto. Isso porque elas serviam para regular e para

punir as práticas sociais da época que se desviassem dos bons costumes e eram feitas por meio de “visitações diocesanas”, que “eram reguladas pelas *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, concluídas em 1707” (FIGUEIREDO, 2007, p. 112, itálicos do autor).

Segundo Figueiredo (2007),

sua persistência [das visitas] ao longo de todo o Setecentos, a amplitude geográfica de seu raio de ação e, sobretudo, sua regularidade e esforço na aplicação de penas aos delitos contra a doutrina e os bons costumes, tais quais concubinato, feitiçaria, usura, jogos de azar, incesto, etc., tornaram tais visitas um dos principais instrumentos da política religiosa em Minas colonial. [...] as visitas que sucederam esse período inicial [1701-1720] - e que perduraram após a criação do Bispado de Mariana em 1745-1748 - possuíam significado mais preciso: disciplinar e punir condutas desviantes através das inquirições e admoestações, além de também cuidar da administração eclesiástica local com as visitas diocesanas. (p. 112-113)

As concepções trazidas por Figueiredo (2007) nos aclaram o papel regulador da Igreja Católica, principalmente nas Minas coloniais. São evidenciadas as relações de poder, cabendo à Igreja julgar os modos como vivia a sociedade, numa tentativa de alinhar a postura dos sujeitos ao que era estabelecido por ela como exemplo de conduta cristã. Figueiredo (2007) menciona, ainda, que

a equipe básica que compunha esses tribunais diocesanos era formada pelo visitador-geral, nomeado por provisão episcopal, caso não fosse o próprio bispo, um meirinho, espécie de tesoureiro dessa pequena empresa, e o escrivão ou secretário, funcionário responsável por registrar, com letras às vezes ininteligíveis, as narrativas dos depoentes. (p. 114)

Figueiredo (2007) descreve que o trajeto e que a duração das visitas eram variáveis, podendo percorrer diferentes localidades, por períodos de tempo mais curtos ou mais longos, além da ocorrência de visitas sucessivas, em que, geralmente, na segunda visita eram estipuladas as penas resultantes de uma primeira visita. Vistoriavam-se, também, documentos da esfera religiosa, tais como testamentos, livros de batizados, estatutos de confrarias. Ademais, Figueiredo (2007) esclarece que os testemunhos eram de indivíduos pertencentes a “grupos intermediários da sociedade mineradora”, sendo o foco as pessoas mais humildes e facilmente intimidadas, excluindo-se, assim, os sujeitos de níveis mais elevados socialmente. Na figura 2, abaixo, está a ilustração de uma das rotas de visita do setecentos:

Figueiredo (2007) explica que, na segunda fase de uma inquirição, embora semelhante à primeira, mudava-se o “público convocado”, visando a estipular as penas dos delitos indicados na primeira fase. Assim, se na primeira ouviam-se os grupos intermediários, os quais denunciavam os casos considerados ilícitos, a nova fase era focalizada nos grupos minoritários, tais como “escravos e forros, dividindo o total das culpas com aqueles mesmos grupos intermediários” (p. 120). Essa característica é bastante visível nas devassas que compõem o nosso *corpus*, especialmente pelo quantitativo de casos de concubinato registrados no documento, sobretudo de relacionamentos entre negros, escravos ou libertos, e portugueses. A esse respeito, Figueiredo (2007) assevera que “não há livros de culpas em que as condenações decorrentes da prática de mancebia ocupassem menos de 85%, em média” (p. 121). O autor explica, ainda, que casos de reincidência eram novamente julgados, com aumento gradativo da pena, estabelecida em multa; chegando ao quarto lapso, o denunciado poderia ser preso ou excomungado. Decretada a prisão do indivíduo, “o bispo emitia um mandado à justiça local que, através do meirinho, executava o encarceramento” (p. 121). Apesar do esforço e da atuação da Igreja no levantamento das devassas, Figueiredo (2007) ressalta que os moradores não foram totalmente passivos a essa ação; muitos tentavam se eximir de suas penalidades, apresentando justificativas diversas, além da existência de conflitos entre a população e os inquiridores.

Em relação à dinâmica social do Arraial do Tejuco e alinhado ao que foi informado por Figueiredo (2007), Furtado (2007) descreve que a “sociedade diamantina tinha os mesmos contornos da Capitania”, formada, em sua grande maioria, por escravos, um quantitativo menor de libertos, sendo a maior parte parda, e uma pequena parcela de indivíduos brancos, ocupando “postos administrativos” e de “patentes militares”. Apesar disso, a autora explica o caráter móvel da sociedade, em que os forros “buscavam ascensão social” (p. 318). Destaca que as mulheres forras recorriam, muitas vezes, ao “concubinato com algum homem branco” ou acumulavam “renda de vendas de tabuleiro e pequenos serviços no arraial, como foi o caso de Chica da Silva” (p. 318). Nas palavras da autora,

entre os libertos e livres havia proximidade numérica; entre homens brancos livres e mulheres de cor forras foram comuns as uniões ilícitas. Isso revelou ascensão econômica e de status das mulheres de cor, mas que, por vezes, se revelava paradoxal. Algumas eram como a preta forra Josefa Maria de Freitas, que residia em casa própria na Rua da Direita, próxima à residência do coronel Luís de Mendonça Cabral, escrivão da Real Extração dos Diamantes. Outras, como a mulata forra Arcângela, revelavam a dificuldade de controlar o comportamento dessas mulheres. De forma bem pouco convencional, ela foi encontrada certa noite batendo as costas na porta da

matriz de Santo Antônio, proferindo blasfêmias e superstições. (FURTADO, 2007, p. 318)

A fala de Furtado (2007) nos ilustra o quão complexa era a sociedade adamantina. A busca pela mudança de *status* social esbarrava nos preceitos regidos pela Igreja, que recorria a diferentes mecanismos, sendo o mais evidente a constituição das devassas, tudo isso como forma de garantir o controle da sociedade.

Também sob um viés semelhante ao de Figueiredo (2007) e de Furtado (2007), Pimenta e Roque (2022) mencionam que, mesmo se tendo a concepção de uma sociedade hierarquizada, “escravos e libertos não mediram esforços para alcançarem a manumissão e, quando possível, acumular pecúlio e, para isso, lançavam mão de estratégias singulares, que se interpenetravam nas fissuras dessa sociedade de Antigo Regime escravista” (p. 172). Os autores relatam, inclusive, que o casamento (ou o concubinato) seria uma estratégia para se alcançar tal objetivo. Ressaltam, ainda, o alto índice de denúncias de casos de concubinato entre mulheres forras e homens brancos, somando-se a isso, como uma das principais causas, o baixo índice de mulheres brancas na região. Para Pimenta e Roque (2022), “o concubinato travado pelas mulheres de cor lhes garantiu a ascensão social e o acesso a alguns símbolos exteriores de dignificação, caracterizados por prestígio e posição de destaque no contexto adamantino” (p. 181). Retomando Lopes (2018), os autores descrevem como se davam os conceitos de legitimidade e de pureza do sangue: se, por um lado, a ilegitimidade e a impureza eram ocultados daqueles que pertenciam a classes hierarquicamente mais elevadas, por outro, tais caracterizações eram reforçadas para designar os filhos de membros das camadas mais baixas. Na avaliação dos autores, essas

marcas serviam de reforço de sua posição social. Reforço esse que se intensificava quando se incluíam designativos como crioulo, mulato, pardo, etc. Durante todo o Antigo Regime escravista, foram constantemente criadas e recriadas denominações⁹⁴ que tinham como finalidade “organizar” as desigualdades jurídicas e sociais entre os diferentes grupos que compuseram o Império português. (PIMENTA; ROQUE, 2022, p. 183)

O panorama social apresentado nesta seção nos evidencia o quão complexa poderia ser a sociedade da capitania mineira, em especial, a do Distrito Diamantino. Não apenas as atividades econômicas que na região se fizeram, mas também toda a dinâmica do relacionamento entre povo e igreja nos transparecem as relações de poder e os mecanismos para se alcançar diferentes *status* sociais. Ainda que esteja pautada na hierarquização, as

⁹⁴ Tais denominações indicadas por Pimenta e Roque (2022) são claramente visualizadas nos *Termos de Devassa* que compõe o nosso *corpus*. Elas são utilizadas, numa formulação padrão, para designar os denunciados.

divisões entre as camadas sociais mostravam-se fluídas. Tais características são essenciais para o presente estudo, pois nos permitem visualizar os contextos a que os indivíduos que redigiram os documentos integrantes de nosso *corpus* estão inseridos e, assim, melhor compreender as suas relações com a prática escrita. Feito o nosso levantamento dos aspectos que permeavam a Capitania de Minas e, mais especificamente, a sociedade adamantina, passemos, na próxima seção, às características relativas à educação e às práticas letradas no Brasil colônia.

3.1.1.3 Aspectos da formação educacional no Brasil colônia e das suas práticas letradas

Olinda (2003) atribui duas fases distintas para a educação no Brasil colônia. A primeira, de 1549 a 1759, com a implementação do ensino religioso e posterior expulsão dos jesuítas; e a segunda, de 1759 a 1808, com a instauração do período pombalino e a vinda da Família Real para solo brasileiro. Segundo a autora, a educação jesuítica foi um marco da educação no Brasil, impactando diretamente nossa cultura. A autora explicita, também, que os métodos e que os programas empregados “diferenciavam-se conforme a importância da casa e conforme os educandos: futuros sacerdotes ou leigos” (p. 156). Além disso, no processo de catequização dos indígenas, foi-se perdendo, lentamente, a língua e a cultura nativas, já que a fé, a língua e os costumes dos jesuítas se difundiram pela colônia. Outro aspecto relevante apontado pela autora é que havia duas categorias de ensino: a de Primeiras Letras, focada no aprendizado de filhos de portugueses e de indígenas; e os colégios, que visavam à formação em artes ou em bacharel em Letras, destinada, apenas, aos brancos. É enfatizado que crianças negras, livres ou forras, eram proibidas nesses espaços. Importante ressaltar que, consoante ao que a autora cita, o ensino de língua portuguesa era restrito aos filhos de portugueses e aos de senhores de engenho.

Já a segunda fase é caracterizada pela expulsão dos jesuítas pelo Marquês de Pombal⁹⁵, bem como pela imposição do ensino da língua portuguesa e pelo impedimento da

⁹⁵ Com relação ao Marquês de Pombal, Ribeiro (1993) explica o seguinte: “na primeira metade do século XVIII, Portugal era administrado com ‘mão de ferro’ pelo Marques (*sic.*) de Pombal, que fez uma série de reformas educacionais que repercutiram no Brasil. Tirou o poder educacional da Igreja e colocou-o nas mãos do Estado, criando, assim, um ensino pelo e para o Estado. Porém, mesmo após a expulsão dos jesuítas, em 1759, e a instauração das Aulas Regias (*sic.*), a situação não mudou, pois o ensino continuou enciclopédico, com objetivos literários e com métodos pedagógicos autoritários e disciplinares, abafando a criatividade individual e desenvolvendo a submissão às autoridades e aos modelos antigos. Até os professores eram, em sua maioria, os mesmos que lecionavam nos colégios jesuítas. As reformas pombalinas causaram uma queda no nível do ensino e os reflexos desta reforma são sentidos até nossos dias, visto que temos uma Educação voltada para o Estado e seus interesses. O século XVIII foi marcado pelo desenvolvimento da mineração, o que assegurou o surgimento

língua geral. Sobre isso, Olinda (2003) relata que, “apesar dos esforços, Pombal não implementou verdadeiramente a instrução popular” (p. 157). O cerne do problema, para a autora, seria que a reforma pombalina fragmentou o sistema educacional pela adoção de “uma pluralidade de aulas isoladas e dispersas” e pelo consentimento de pessoas sem instrução suficiente (semianalfabetas) ministrando aulas. A autora atribui a D. João VI as mudanças observadas no cenário educacional, uma vez que foi a partir de sua influência que se propagaram escolas de Primeiras Letras pela colônia, assim como das escolas secundárias de artes e ofícios. Com a chegada da Família Real, houve um empenho pela instalação de escolas de Ensino Superior: Academia Militar, Academia da Marinha e Escola de Medicina e Cirurgia, no Rio de Janeiro e na Bahia.

Olinda (2003) menciona tentativas de implantação de escolas para negros, contudo incipientes. Apesar disso, destaca-se o papel das irmandades para a população negra no Brasil colônia. Nas palavras da autora,

sabemos que desde o final do século XVIII surgiram Irmandades em todo o Brasil, e que estas entidades tiveram um papel muito importante na vida dos negros, principalmente por ser um local de expressão, de discussão e reivindicações. Através das Irmandades os negros iniciaram o que seria uma associação de classe e aprenderam a lutar contra o preconceito, exigindo direitos sociais e oportunidades de trabalho e educação. Era objetivo das Irmandades dar assistência material, em vida e na morte, aos negros. Contribuíam para comprar a carta de alforria dos escravos e para a emancipação dos negros livres. Qual a participação das Irmandades na educação dos negros? Apesar das contribuições sociais das Irmandades, não há registro de uma ação educativa que proporcionasse aos negros letramento, pelo menos no século XIX, mas contribuíram de forma definitiva para a preservação da cultura africana. Em termos de iniciativas educativas, efetivamente, vão surgir na Monarquia (1822-1889) vários projetos. (OLINDA, 2003, p. 159-160, sublinhados nossos)

Independentemente de não haver atestações quanto a processos educacionais ou de letramento dos negros, a relevância social das irmandades nos faz pressupor que, conjuntamente ao contexto em que eles estavam inseridos, essa parcela da sociedade compartilhava da cultura letrada na colônia, mesmo que de modo insuficiente e periférico (cf. COELHO, 2018). Isso foi demonstrado, por exemplo, no estudo de Oliveira e Lobo (2012), que será apresentado mais adiante.

Em resumo, Olinda (2003) argumenta que, no Brasil colônia, uma minoria tinha acesso à educação, sendo que “os cultivadores de uma língua culta - a européia” representavam a classe dominante, mantendo-se a desigualdade a que assistia a colônia.

de uma nova classe intermediária ligada ao comércio e concentrada na zona urbana, que se acentuou no século seguinte.” (s.p.)

Todavia, “as diferenças raciais, lingüísticas e sociais contribuíram para se afirmar um novo povo e uma nova língua. O português brasileiro é o resultado da contribuição dessas etnias, das línguas africanas e indígenas e da língua portuguesa européia” (OLINDA, 2003, p. 161).

Alinhado ao estudo de Olinda (2003) e sob a ótica do ensino de gramática latina no Brasil colônia, podemos citar Sobrinho (2012), que afirma ser a Primeira Missa, celebrada pelo Frei Henrique de Coimbra, “o primeiro contato da língua [latina] com os povos aqui existentes, ao menos em sua versão eclesiástica.” (p. 267) Entretanto, conforme menciona o autor, é somente em 1549 que se inicia o ensino primário para colonos e indígenas, “com a chegada dos primeiros jesuítas e com a criação do primeiro estabelecimento de ensino” (SOBRINHO, 2012, p. 267). Nesses espaços, ensinava-se a língua latina, bem como cânticos e orações em latim, além do ensino de contas, leitura e escrita, canto e doutrina cristã. Em relação ao “plano de instrução elaborado por Nóbrega” (p. 268), Sobrinho (2012) descreve o seguinte:

temos a primeira fase da educação jesuítica: português para os indígenas, depois a doutrina cristã, a escola de ler e escrever, canto orfeônico e música instrumental (essas duas últimas opcionais); os estudos de *gramática latina* representavam a sequência desses estudos e se destinavam aos que pretendiam realizar estudos superiores na Europa, na Universidade de Coimbra. (SAVIANI, 2008, p. 43 citado por SOBRINHO, 2012, p. 268, itálicos do autor)

Em relação a esse período histórico⁹⁶, Sobrinho (2012) disserta, ainda, sobre “o primeiro ensaio de um curso secundário”, que os “filhos das ‘melhores famílias’ da colônia” (p. 268) poderiam frequentar. Após concluírem o curso, que equivalia ao atual bacharelado em letras, “os alunos mais aptos e com mais recursos” (p. 268) seriam encaminhados aos seminários e cursariam Teologia. Nos seminários, o ensino se dava em língua latina, o que pressupunha, também, que a fluência da língua se dava na oralidade. O autor salienta, também, que, àquele período, o latim era considerado uma “língua da cultura, do pensamento científico e que tinha a Igreja como uma espécie de sua detentora” (p. 269). Esta assertiva corrobora a nossa tese de que os escribas dos Termos de Devassa e da Ordem Terceira de São Francisco eram representantes da elite cultural dos setecentos.

Característica importante ressaltada por Sobrinho (2012) refere-se ao caráter metalinguístico presente nos documentos do referido período. Conforme defendido pelo autor,

o conhecimento desse período se dá, em grande medida, pelo contato com textos escritos pelos jesuítas, especialmente as suas cartas oficiais e seus

⁹⁶ Conhecido como *período heroico* (1549-1599), Sobrinho (2012) argumenta ser “heroico, no sentido de representar esforços grandiosos para a instrução, ainda que o objetivo por trás dela tenha sido a catequese.” (p. 275)

documentos normativos [...] A língua latina, então, aparece como a grande estrela da constelação jesuítica; além do uso para a instrução e nos contextos que apresentamos, materializa-se nos textos epistolográficos oficiais por eles escritos e em seus documentos normativos. Poderíamos falar, então, considerando essas últimas perspectivas de possibilidade de escrita, numa atividade metalinguística jesuítica: um documento normativo em latim em que se trata dos usos imperativos da língua latina. (SOBRINHO, 2012, p. 275)

Outro aspecto levantado por Sobrinho (2012) é a notada dificuldade de acesso a livros de instrução no período inicial da colonização no Brasil, fato presente nos arquivos documentais do período e mencionado por Padre Simão de Vasconcelos (1865 [1663]). Segundo relatos desse religioso, muitos dos materiais utilizados nesse processo de instrução dos órfãos portugueses⁹⁷ e dos indígenas eram produzidos em próprio punho. Ainda de acordo com Sobrinho (2012), Padre Manoel de Nóbrega, vendo tal realidade, enviou uma carta ao Padre Mestre Simão Rodrigues de Azevedo, em 1549, quatro meses após a chegada dos jesuítas à colônia, solicitando o envio de livros, sendo que, cinco meses mais tarde, seu pedido fora atendido, com a entrega de duas caixas contendo “livros e ornamentos para as igrejas” (p. 277).

Já no ano de 1599, instituiu-se o *Ratio Studiorum*, fase que perdurou até o ano de 1759. Segundo Sobrinho (2012), trata-se de um plano de estudos a ser adotado em todos os colégios da Ordem, focado no ensino de latim, e que possuía um caráter universalista, isto é, que deveria ser utilizado por todos os jesuítas, independentemente do local onde estivessem, e elitista, uma vez que os indígenas já não poderiam mais frequentar tais espaços escolares, voltados, nesse momento, para a formação dos filhos da elite colonial.

Em resumo, de acordo com Sobrinho (2012), a fase I (Plano de Nóbrega) era dividida entre *estudos iniciais* e *prosseguimento*; o primeiro abrigava as disciplinas de Português para indígenas, Doutrina Cristã, Escola de ler e de escrever, além das opcionais Canto orfeônico ou Música instrumental; já no *prosseguimento*, poder-se-ia optar pela educação profissional e agrícola ou pelos Estudos Superiores (Gramática Latina), realizados na Europa. Em contrapartida, no *Ratio Studiorum*, as disciplinas relativas às séries iniciais foram suprimidas, dividindo-se os estudos entre *Inferiores* e *Superiores*: o primeiro, com duração de seis a sete anos, continha as disciplinas gramática inferior, gramática média e gramática superior, bem como retórica e humanidades; já os *Estudos Superiores* dividiam-se entre Filosofia, com duração de três anos, ou Teologia, por quatro anos.

⁹⁷ Sobrinho (2012) explica que, para facilitar o processo de catequização dos indígenas, uma estratégia adotada pelos jesuítas era trazer órfãos portugueses aos solos brasileiros, como forma de atrair os filhos de indígenas para os espaços escolares e, por consequência, repassar a instrução dada às crianças aos demais membros das tribos.

As implicações desse novo plano de ensino, conforme argumenta Sobrinho (2012), impactaram, essencialmente, no curso de humanidades, sendo os Estudos Superiores - cursos de Filosofia e de Teologia - “limitados à formação dos padres catequistas”. Nas palavras do autor,

o que de fato se organizou no período colonial foi o curso de humanidades (“estudos inferiores”), que tinha a duração de seis a sete anos e cujo conteúdo reeditava o *Trivium* da Idade Média: gramática (quatro e cinco séries – assegurar a expressão clara e precisa); dialética, chamada no *Ratio* de humanidades (uma série – destinava-se a assegurar uma expressão rica e elegante); retórica (uma série – buscava garantir uma expressão poderosa e convincente). Nesses cursos, predominava a necessidade do estudo do grego e do latim. A língua vernácula, a história e a geografia, subordinadas ao grego e ao latim, eram ensinadas na leitura, versão e comentários dos autores clássicos (SAVIANI, 2008, p. 57, citado por SOBRINHO, 2012, p. 285-286, itálicos do autor)

Em período posterior, na passagem do século XVIII para o XIX, Oliveira, Margoti e Morais (2012) trazem informações que nos fornecem pistas sobre como se dava o processo educacional na Capitania de Minas. Segundo as autoras, após o afastamento de Marquês de Pombal, em 1772, recorreu-se às ordens religiosas, para que essas ministrassem aulas, especialmente de Primeiras Letras. Na avaliação das autoras, isso resultou em um declínio na qualidade de ensino, “uma vez que se constatava que os religiosos dos conventos não se encontravam qualificados ou mesmo não se mostravam comprometidos com o ensino da mocidade” (OLIVEIRA; MARGOTI; MORAIS, 2012, p. 122). Somando-se a esse panorama, houve redução dos salários dos mestres, “o que desestimulava os seculares a se ocupar do exercício do magistério” (OLIVEIRA; MARGOTI; MORAIS, 2012, p. 122)⁹⁸. Os pontos levantados pelas autoras correspondem diretamente ao que se traçou para a presente pesquisa, por revelarem a atuação de religiosos na prática educacional, competindo a tais sujeitos relativo domínio da cultura letrada, mesmo que, na avaliação das autoras, isso tenha interferido na qualidade do ensino. Tal assertiva nos aponta direcionamentos sobre como se caracterizava o processo educacional na capitania mineira.

Em se tratando especificamente das Comarcas do Serro do Frio, região de onde provém nosso *corpus*, e de Vila Rica, as autoras apresentam um levantamento sobre as quantidades de cadeiras autorizadas na capitania, no intervalo de 1795 a 1800: para Vila Rica, destaca-se não apenas o maior quantitativo de cadeiras, como também a diversificação de especialidades, sendo esta dividida entre Retórica, Filosofia, Gramática Latina e Primeiras

⁹⁸ Oliveira, Margoti e Morais (2012) sinalizam, também, sobre os efeitos para a educação feminina; conforme explicam, D. Maria I legalizou o ensino feminino, porém sendo efetivado apenas no século XIX.

Letras, além de outras que não foram especificadas; já em Serro do Frio, contava-se, apenas, com Gramática Latina e Primeiras Letras. Outro aspecto que deve ser mencionado é o número bastante superior destinado às Primeiras Letras, em ambas as comarcas. De acordo com as autoras,

esta distribuição das cadeiras conforme as especialidades ou ensinamentos ministrados mostra que, no sistema de ensino lusitano, a prioridade era dada às Primeiras Letras, grau de ensino no qual eram ministrados os ensinamentos básicos de ler, escrever, contar e Doutrina Cristã. Todavia, [...] nem todas as cadeiras autorizadas foram ocupadas por professores. (OLIVEIRA; MARGOTI; MORAIS, 2012, p. 125)

O que se observa, a partir da assertiva das autoras e do que já foi mencionado por Sobrinho (2012), é a priorização do ensino básico, aparentemente, focado nos processos de alfabetização e no ensino da doutrina cristã. Paralelamente a esse contexto, as autoras relatam problemas quanto à manutenção dos salários, levantando-se, assim, suposições sobre como tais professores obtinham seu sustento, recorrendo-se ao exercício de aulas particulares ou de escrita para terceiros. Com esses dizeres, não podemos descartar que os escreventes de nosso *corpus*, em especial dos documentos religiosos de escreventes das classes mais populares, possam ter recorrido a esses profissionais para a redação de seus textos, característica que melhor será averiguada com o desenvolvimento da análise.

Por sua vez, Fonseca (2009) explica que, no período colonial, havia uma preocupação acerca da possível influência dos costumes africanos e indígenas sobre os portugueses, fazendo com que se disseminassem discursos de autoridades eclesiásticas e civis pela manutenção/imposição da civilidade, empreendida “pela educação formal” ou “pelo exemplo social”. Nesse sentido, tem-se a “formação moral”, que compreendia as dimensões religiosa e civil, muitas vezes, associada uma à outra, e a “formação para a civilidade”, que se caracterizava por uma constituição social baseada em “regras e mecanismos de controle”. Retomando diferentes autores seiscentistas, a autora relata a importância dada à educação, tanto voltada para as elites (incluindo-se a educação literária como recurso para a educação moral), quanto para as camadas mais populares (que funcionaria “como instrumento de instrução religiosa”, visando a uma sociabilidade civilizatória e ordeira). Em referência a Pina e Proença, figura ilustre do período colonial, tendo ocupado, inclusive, a posição de governador interino da Capitania de Minas, Fonseca (2009) menciona sua atuação na formação educacional, principalmente na educação moral. Segundo a autora, Pina e Proença (1734) enfatizava, ainda, o ensino de latim para se alcançar isso, pois seria este um meio de “se aprender as lições dos autores antigos”. Conforme explanação de Fonseca (2009), Pina e

Proença recomendava que os filhos de nobres não estudassem nas escolas públicas nos primeiros anos, para que o contato com crianças de diferentes origens não influenciasse na sua formação moral. Além disso, a autora disserta sobre a atuação das irmandades mineiras como educadoras, no sentido de transmitir aos seus membros os padrões comportamentais idealizados. Via-se, desse modo, uma confluência entre este comportamento e os preceitos almejados de civilidade. Fonseca (2009) enfatiza, também, a importância dos estudos historiográficos que objetivam compreender como se davam os processos de formação cultural e social, sendo revelado que as práticas educativas não se restringiam aos espaços escolares.

Outros estudiosos empenhados em traduzir o contexto educacional e as práticas letradas no período colonial são Oliveira e Lobo (2012). De acordo com os autores, acredita-se que número inferior a 0,5% do total da população brasileira representava os letrados e semiletrados no Brasil dos setecentos e, em censo de 1872, registra-se que mais de 80% da população era considerada analfabeta (sendo 80% dos homens livres, 86% das mulheres livres e 99,9% dos escravos). Mesmo tendo em vista esse panorama, os autores argumentam que alguns espaços, tais como as irmandades, possibilitavam a africanos e afrodescendentes, independentemente se livres, se libertos ou se escravos, a aprendizagem e o desenvolvimento de habilidades de ler, de escrever e de contar. A título de ilustração, mencionam o papel da Irmandade de Santo Antônio de Categeró (século XVII) e da Sociedade Protetora dos Desvalidos (século XIX), ambas em Salvador. Segundo os autores, por um período, a escrita dentro das irmandades negras ficava a cargo de homens brancos, que participavam dessas instituições por controle, ou mesmo por devoção. A aceitação, por parte dos negros, devia-se à necessidade de alguém que pudesse exercer determinadas funções, tais como de escrivão ou de tesoureiro⁹⁹, que exigia habilidades para escrever e para contar. Entretanto, a partir do fim dos setecentos, essa situação se modificou. Oliveira e Lobo (2012) esclarecem que, em 1789, havia 12 irmandades negras, em Salvador, todas elas cujos escrivães e tesoureiros eram pretos. A explicação para isso, segundo hipótese dos autores, é a de que a leitura e a escrita eram vistas com positividade, sendo incluída a consciência de que ter conhecimento dessas habilidades seria um fator “para se ter alguma voz dentro da sociedade branca” (OLIVEIRA; LOBO, 2012, p. 633). Os autores ressaltam, todavia, que o acesso à educação era proibido aos negros, escravos ou libertos, e que isso perdurou até meados do século XIX.

⁹⁹ Importante salientar que, no Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora das Mercês, embora esteja explícito que o escrivão deve ser homem negro, assim como para as demais funções de juizes, procuradores, zeladores e mordomos, o cargo de tesoureiro, obrigatoriamente, deveria ser ocupado por um homem branco.

Outra estudiosa que se dedicou ao entendimento da relevância das práticas letradas no período colonial, Costa (2015), em discussão sobre a sociedade setecentista, aponta que os indivíduos desse período buscavam pela ascensão social e pelo prestígio, utilizando-se de habilidades de leitura e de escrita; esses personagens almejavam, assim, “seu ingresso e manutenção nos quadros da elite colonial” (p. 234). Segundo a autora, a descoberta dos metais preciosos despertou o interesse daqueles que objetivavam não apenas a riqueza, mas também as benesses “ que vinham sob a forma de títulos, honrarias e postos militares, no intuito de conseguirem poder ou prestígio, tornando-se verdadeiros potentados locais” (p. 236). Via-se, dessa maneira, uma atuação conjunta entre Coroa e “grupos detentores de poder com os quais a coroa precisava negociar e dividir sua autoridade” (p. 236). Paralelamente a esse cenário, as habilidades de leitura e de escrita serviam como estratégia complementar da “qualidade social”, uma vez que, “para conseguirem alcançar e se manterem nos maiores patamares, tudo que pudessem utilizar como diferencial era válido” (p. 236).

Retomando os estudos de Fonseca (2009), Costa (2015) defende que

a educação no Brasil, no período colonial, não pode ser limitada em termos de escolarização formal e, sobretudo, pública, em qualquer nível de ensino. É necessário ampliar esse entendimento, pois havia processos educativos mais amplos que, realizados intencionalmente ou não, implicavam no (*sic.*) estabelecimento de relações nas quais alguma forma de saber circulava e era apropriado por diferentes camadas sociais, principalmente os chamados grupos subalternos (os brancos livres pobres, os indígenas, os negros livres e escravo, e a população mestiça). (FONSECA, 2009, p. 117-118, citada por COSTA, 2015, p. 237, sublinhados nossos)

A explicação reforçada por Costa (2015) alinha-se às nossas suposições quanto ao perfil educacional dos escreventes que compõem o nosso *corpus*, principalmente os das irmandades de Nossa Senhora das Mercês (formada por negros forros) e de Nossa Senhora do Amparo (formada por pardos). Temos consciência de que o ensino institucionalizado era restrito aos brancos, mas tal característica não descarta a possibilidade de que pessoas de outros grupos sociais tenham recorrido a outras fontes que pudessem viabilizar seu acesso ao conhecimento¹⁰⁰.

¹⁰⁰ Importante salientar que esse aspecto já havia sido discutido por Coelho (2018), apoiada em alguns estudos relativos ao período colonial, tais como o de Villalta (2007) e de Morais (2007). Conforme explanação da autora, “mesmo sendo proibidos de frequentar legalmente a escola pública, não se pode assegurar que escravos e forros não tiveram acesso ao aprendizado das tecnologias da leitura/escrita[...], já que não havia uma fiscalização rígida quanto a isso, além do que essa era uma forma que os membros de classes socioeconômicas mais baixas possuíam para conquistar sua autonomia” (COELHO, 2018, p. 75).

Em estudo acerca dos potentados de Vila Rica, no século XVIII, Costa (2015) acredita que a experiência como caixeiros, associada à alfabetização, destacando esta como importante diferencial, garantiram melhores oportunidades para os portugueses que buscavam por riquezas e por *status* no território mineiro.

Posteriormente ao estudo de 2009, Fonseca (2019) elucida que, no período colonial, “a educação era entendida como função primeira da família e da Igreja e voltada para a formação da civilidade, o que envolvia, necessariamente, a formação do bom súdito e do bom cristão” (p. 24). Seu papel, segundo a autora, era o de garantir a ordem e a hierarquia sociais, mantendo-se os “bons costumes” e os “preceitos da religião”. A autora reforça a já mencionada ideia de que a instrução ocorria em diferentes espaços que não fossem instituições de ensino, tais como “nos locais de aprendizado de ofícios, nas atividades cívicas e religiosas, na apreciação das artes, nas relações entre senhores e os escravos, entre os homens e as mulheres, entre as autoridades de governo e a população” (p. 25). Esse cenário começa a se modificar na segunda metade do século XVIII, com a atuação do Estado que, por meio de reformas administrativas, visava ao controle sobre a prática educacional. A esse respeito, a autora salienta que, em princípio, o Estado não objetivava que a educação fosse um direito para o povo; essa visão somente foi desenvolvida a partir da Revolução Francesa.

Conforme explicação de Fonseca (2019), em meados do século XVIII, “outros segmentos da sociedade eram também conclamados à tarefa [pedagógica], como os militares, o clero e, obviamente, os professores de qualquer qualidade” (p. 29). Em menção ao papel exercido pela Igreja, a autora declara que a função do clero não estava restrita à religião, sendo que “a criação das aulas régias e o conseqüente estabelecimento da carreira dos professores régios [...] atraiu número expressivo de sacerdotes seculares para o ensino da gramática latina, da leitura e da escrita” (p. 30). Outro aspecto destacado por Fonseca (2009) é que, para a contratação dos professores, reconhecia-se o conhecimento adquirido e a experiência, independentemente de como foram adquiridos. Isso porque, anteriormente a esse período, não havia “processos específicos para a formação dos professores” (p. 31).

Assim como exposto por Costa (2015), Fonseca (2019) relata os problemas oriundos da prática do magistério, por exemplo: atraso no pagamento de salários, baixa remuneração, bem como o fato de o recebimento ocorrer apenas na capital, em Vila Rica. No estabelecimento das primeiras aulas régias, o que atraía docentes das disciplinas “Gramática Latina, Grego, Retórica, Filosofia e Desenho” (p. 42) a essa prática eram os privilégios e as mercês oferecidas pelo Estado - os da “pequena nobreza” - que eram vigentes apenas

enquanto se ocupava o cargo de professor. Fonseca (2019) questiona, então, quais seriam as motivações para que professores de Primeiras Letras exercessem a profissão, haja vista que não se beneficiariam dos mesmos privilégios e mercês. Nas palavras da autora,

segmentos sociais mais modestos, constituídos de brancos, negros e mestiços livres, vislumbravam algum tipo de inserção educacional que lhes permitisse procurar melhores posições. Aprender a ler e a escrever ajudava no ingresso em atividades como a de escrivão em alguma instância pública, ou escrevente ou guarda-livros, cuidando da escrita e da contabilidade dos negócios no comércio ou nas fazendas de agricultura e criação de gado. É claro que também nesses casos o magistério régio ou a ocupação como professores particulares não somente representava possibilidades de ganho da subsistência, como poderiam conceder algum prestígio ao indivíduo pelo saber do qual ele se apresentava como detentor. (FONSECA, 2019, p. 48, sublinhados nossos)

As informações contidas nesse excerto são de grande valia para os objetivos traçados em nossa pesquisa, porque elas nos permitem pressupor, assim como aventamos, que diferentes grupos sociais tivessem algum acesso às práticas letradas e que possuíssem algum domínio sobre as habilidades de leitura e de escrita, como é o caso do escriba da Irmandade de Nossa Senhora das Mercês, cujo livro de compromisso indica a necessidade de o escrevente ser negro¹⁰¹.

Vartuli (2019) foi outra estudiosa que se dedicou à compreensão de como se dava o acesso ao conhecimento na Minas colonial. Segundo a estudiosa, até o século XVIII, escrita e caligrafia eram tidas como sinônimo, “reduzindo a possibilidade de escrever àquele que detinha a habilidade de desenhar as letras com perfeição” (p. 108). Apesar dessa perspectiva, conforme explicita a autora, não se pode desconsiderar que os iletrados não partilhavam dos usos da cultura letrada. A autora reconhece a relevância “da leitura de oitava e da escrita mediada” (p. 114), mas salienta que o domínio das habilidades de leitura e de escrita ensejam “papéis diferenciados de uma sociedade para a outra” (p. 114). O que a autora deseja, com o estudo, é mostrar os usos sociais que os indivíduos adotam da prática da escrita. Vartuli (2019) assevera, então, que “é inegável a existência de um prolongamento da oralidade na escrita, mesmo controlado por convenções” (p. 119).

¹⁰¹ Com relação aos documentos que compõem nosso *corpus*, Coelho, Ramos e Duchowny (2015) hipotetizaram que os escrivães das irmandades de Nossa Senhora do Amparo e de Nossa Senhora das Mercês detinham “algumas posses”, além de serem “letrado[s] e possivelmente pertencente[s] à elite local” (p. 345). Por esses motivos são considerados, conseqüentemente, hábeis. Assim como as autoras, acreditamos que, independentemente da etnia dos sujeitos, haja vista a assertiva de que o escrivão da irmandade de Nossa Senhora das Mercês, por exemplo, devesse ser negro, e o do Estatuto da Ordem Terceira, homem branco (cf. COELHO, 2018), compartilhamos das mesmas suspeitas que as autoras quanto à habilidade.

Por seu turno, Lage (2019) explica que a Igreja Católica “sempre foi uma instituição educativa” (p. 132), por ter instituições criadas ou vinculadas a ela que tivessem esse papel, bem como por utilizar da educação para a catequização e para o repasse de suas ideologias. Conforme explicação dada pela autora, a educação se dava em espaços não-escolares, em missas e em “doutrinação familiar”, ou escolares, nas escolas confessionais ou em seminários e mosteiros.

A respeito da entrada da Igreja Católica na capitania de Minas, Lage (2019) expõe que o processo se deu de maneira “desorganizada e individualizada do clero no território” (p. 135)¹⁰². Tal descontrole fez com que o então rei, Dom João VI, vetasse a entrada do clero regular e restringisse o secular, numa tentativa de “proibir a presença das ordens religiosas na capitania” (p. 135). Conforme anotação da autora,

segundo o rei, os frades regulares que circulavam na capitania eram de *ruim procedimento, revoltosos* e cúmplices dos levantes que aconteciam no território. Por outro lado, o mesmo documento aponta para o controle do número de padres que circulavam nas Minas, uma vez que só poderiam permanecer aqueles que obtivessem a autorização real e a designação para ocupar uma paróquia. (LAGE, 2019, p. 135)

A autora menciona, ainda, que o clero secular não conquistou a adesão da administração colonial, da Igreja e da população, esta que “manifestava seu descontentamento ou mesmo expressava a sua fé de formas diferenciadas” (LAGE, 2019, p. 135). Com a interdição do clero regular, houve “o fortalecimento das irmandades leigas no território minerador” (p. 135). Segundo a autora, as irmandades exerceram, portanto, um papel mais eficaz na educação católica, sobressaindo o clero secular; desse modo, observa-se que, na capitania, havia uma educação cristã mais próxima da religiosidade leiga e mais distante da instituição eclesiástica.

Além disso, Lage (2019) esclarece que o aprendizado das Primeiras Letras e da Gramática Latina estava “vinculado ao catolicismo, uma vez que o nível de letramento do clero propiciava a sua aptidão para a docência, além de acarretar uma educação nos moldes requeridos para desenvolver a inteligência, levar o conhecimento e formar o caráter dos indivíduos” (p. 136). A partir dessa explanação, podemos inferir que os padres - e, no caso do nosso *corpus*, os escreventes da Ordem Terceira de São Francisco e dos Termos de Devassa - eram representantes da elite cultural dos setecentos. Outro aspecto observado pela autora é o de que algumas famílias, em decorrência do veto ao clero regular, na primeira metade do

¹⁰² cf. Boschi (2007).

século XVIII, optaram pela educação de seus filhos em colégios fora da capitania de Minas, visando à inserção deles no meio eclesiástico, na administração local ou no Ensino Superior.

Marco na capitania mineira, Lage (2019) explicita que “a criação da primeira diocese”, em 1745, “na cidade de Mariana”, modificou o quadro educacional em Minas, com “a abertura de um Seminário naquela localidade” (p. 137), seguindo “as orientações do Concílio tridentino” (p. 137). Propunha-se não somente a formação de novos clérigos, como também os Estudos Públicos, com vistas a suprir as demandas da sociedade, sendo que seu funcionamento e manutenção dependiam da oferta dos fiéis, “pagamento de pensões dos alunos” e “auxílios da Coroa”, desvelando a interdependência e a interferência do poder público e a conseqüente correlação entre política e religiosidade. Segundo a autora, a Reforma Pombalina, contexto em que se insere o funcionamento do Seminário, “pretendia substituir a ação educativa dos inicianos por uma nova dinâmica racionalista, que respeitava a hierarquia eclesial, mas a subordinava ao Estado” (LAGE, 2019, p.140). Uma das conseqüências da instauração da referida reforma foi o fechamento de noviciados, sendo reabertos em 1778; contudo, para o ingresso no clero regular, era necessário “solicitar uma permissão real” (p. 140). Em relação ao corpo docente do seminário, que contou com jesuítas, ex-jesuítas e clérigos, a autora informa que “a baixa escolaridade da maior parte da população local, que propiciava um número reduzido de pessoas aptas a lecionar, a formação dos eclesiásticos e, ainda, a interdependência entre as esferas política e religiosa favoreciam o fortalecimento dos clérigos na função docente” (LAGE, 2019, p. 141).

3.1.1.3.1 Noções de *letramento* e a realidade letrada setecentista

Os estudos resenhados anteriormente nos revelam como se caracterizavam as práticas letradas no século XVIII. Costa (2015) e Fonseca (2019), por exemplo, relatam toda a complexidade envolvida na apropriação das habilidades de leitura e de escrita. Oliveira e Lobo (2012) não apenas salientam o papel das irmandades leigas no processo de aquisição das tecnologias da leitura e da escrita por negros, como também apontam a existência de doze irmandades que tinham, como escrivães, irmãos pretos. Acreditamos, assim como Coelho (2018), que tais características estejam relacionadas ao que se compreende por letramento, haja vista que seu conceito remete a “um processo de aprendizagem social e histórico da leitura e da escrita em contextos informais e para usos utilitários, por isso é um conjunto de práticas, ou seja, *letramentos*” (MARCUSCHI, 2001, p.21, *itálico do autor*). Em outras

palavras, letramento estaria associado aos usos sociais adotados pelos indivíduos das práticas letradas:

O **letramento** [...] envolve as mais diversas práticas da escrita (nas suas variadas formas) na sociedade e pode ir desde uma apropriação mínima da escrita, tal como o indivíduo que é analfabeto, mas letrado na medida em que identifica o valor do dinheiro, identifica o ônibus que deve tomar, consegue fazer cálculos complexos, sabe distinguir mercadorias pelas marcas etc., mas não escreve cartas nem lê jornal regularmente, até uma apropriação profunda, como no caso do indivíduo que desenvolve tratados de Filosofia e Matemática ou escreve romances (MARCUSCHI, 2001, p.25, **negrito do autor**).

Também para Soares (2009 [1998]) *letramento* teria um conceito heterogêneo, sendo “uma variável contínua, e não discreta ou dicotômica. Portanto, é difícil especificar, de uma maneira não arbitrária, uma linha divisória que separaria o indivíduo *letrado* do indivíduo *iletrado*” (SOARES, 2009 [1998], p.71, *itálicos da autora*). Isso quer dizer que um sujeito pode ter domínio da habilidade escrita, mas não da leitura, e vice-versa. Ademais, a autora adverte para a possibilidade de um indivíduo ser considerado letrado, não sendo, necessariamente, escolarizado¹⁰³. O alerta da autora nos faz inferir que, já no século XVIII, tenhamos cidadãos com diferentes níveis de letramento, a depender do contato e dos usos que faziam das práticas letradas.

Somando-se a esse panorama, os estudos aqui relacionados, tais como o de Olinda (2003), de Sobrinho (2012) e de Fonseca (2019), nos orientam por um mesmo caminho: o de que religiosos, por vezes, assumiam a prática docente, embora não se possa asseverar quanto ao domínio dos conteúdos que eles detinham. Esse perfil nos faz pressupor que os escreventes que enquadrámos no grupo da elite cultural - a saber, da Ordem Terceira de São Francisco e dos Termos de Devassas - tenham, de fato, maior perícia quanto às habilidades de leitura e de escrita, hipótese que será testada no desenrolar da nossa análise.

Ainda que a literatura atual (MARQUILHAS, 1996; OLIVEIRA, 2006; SANTIAGO, 2012, 2019; BARBOSA, 2017) tenha se dedicado à caracterização sobre quem seriam as *mãos inábeis* (cf. capítulo 1), iremos assumir, para nos referenciar aos escreventes de nosso *corpus*, a noção de letramento. Isso porque nos parece ser esse o conceito que melhor lida com toda a complexidade das práticas letradas averiguadas para o período colonial, em especial, para o século XVIII. Importante salientar que a adoção do termo *letramento* (ou *níveis de letramento*, mais especificamente) não exclui o que se entende por *mãos inábeis*; os conceitos relativos a um não suprimem os de outro. Desse modo, as explicações apontadas

¹⁰³ Refere-se à forma institucionalizada do ensino, ou seja, local em que o aluno passa pelo processo de alfabetização e adquire um determinado nível de letramento. (cf. SOARES, 2009 [1998]; Marcuschi, 2001).

para as dimensões de escripturalidade e de variação grafofonêmica, arroladas por Barbosa (2017), por exemplo, nos servirão como ferramenta para a avaliação do perfil dos escribas. A questão é que pressupomos estar diante de alguns escribas que possam ter maiores habilidades quanto à leitura e à escrita, descartando o caráter inábil, tal como concebido nos trabalhos resenhados.

Na presente seção, expusemos toda a dinâmica que caracterizava o acesso ao conhecimento e à apropriação de saberes e de habilidades de leitura e de escrita no XVIII. Se por um lado temos a formalização do ensino, que, muitas vezes, excluía, por outro temos as estratégias adotadas pelos indivíduos para fazerem parte da prática letrada, direta ou indiretamente. Esse panorama coloca em xeque o que se sabe sobre esse assunto e direciona os estudos para uma amplitude de noções e de informações, demonstrando toda a complexidade relativa à cultura (i)letrada das Minas colonial.

3.1.2 Fatores internos à língua: processos de aquisição da linguagem

Nas seções anteriores, dedicamo-nos ao levantamento do perfil social nas Minas coloniais, sobretudo do Arraial do Tijuco. É preciso, porém, estabelecermos também alguns aspectos que podem ter correlação com a forma como os escreventes de nosso *corpus* adquiriram a escrita, em especial os escreventes dos textos das irmandades leigas. Nesse sentido, na atual seção, recorreremos ao estudo de Zorzi (2003) no intuito de esclarecer quais são os mecanismos internos à língua que podem estar atrelados às escolhas linguísticas de nossos escreventes.

Zorzi (2003), em estudo voltado para a compreensão dos processos relacionados à aquisição da linguagem escrita, reflete sobre diferentes níveis de conhecimento fonológico, o que implica que a escripturalidade não deve ser tratada como "habilidade única, ou linear", pois compreende diferentes níveis de aquisição. O autor prevê, então, quatro níveis de conhecimento, quais sejam: rima, silábico, intra-silábico e fonêmico (ou segmental). O nível da rima seria o mais elementar, em que a criança¹⁰⁴ teria a capacidade de identificar o conjunto de sons semelhantes em determinadas palavras, seja no início, seja no final. O nível silábico, por sua vez, seria relativo à capacidade de identificação de subunidades das palavras,

¹⁰⁴ Salientamos que Zorzi (2003) dedica seu estudo à fase de aquisição da escrita na infância, porém, assim como ponderado por Oliveira (2006), esse processo é experimentado por quaisquer indivíduos que estejam em fase de aquisição, independentemente da idade que possuam.

isto é, as sílabas, podendo ocorrer, assim como na rima, de maneira espontânea, antes que a criança possa aprender “a ler e a escrever” (p. 29). Já o conhecimento intra-silábico seria um “nível intermediário entre o conhecimento silábico e o conhecimento segmental” (p. 30); nesse contexto, “as sílabas podem ser subdivididas em elementos menores do que ela mesma e maiores que um fonema” (p. 30). Por último, o conhecimento segmental implica o conhecimento de que as palavras são formadas por segmentos sonoros - fonemas. Diferentemente da rima e do silábico, não ocorre de maneira espontânea e decorre da "aprendizagem das características das escritas alfabéticas", bem como da "capacidade que se faz necessária para que a compreensão das correspondências entre sons e letras torne-se possível" (p. 30).

Baseando-se em Ferreiro e Teberosky (1986), Zorzi (2003) explica a existência de uma sucessão de fases relativas à aquisição da escrita: pré-silábica, silábica, silábica alfabética e alfabética. Contudo, o autor, assim como advertido pelas autoras por ele referenciadas, ressalta que o entendimento das relações entre som e letra não é uma "condição de partida", mas sim consequências "de um longo processo" (p. 31). Na fase pré-silábica, segundo Zorzi (2003), a criança não estabelecerá uma correspondência explícita “entre a escrita e as propriedades sonoras das palavras, quer no sentido de identificar os sons que as compõem, assim como (*sic.*) de quantificá-los”, o que, na avaliação do autor, revelaria “[...] em termos de um conhecimento metalingüístico, [que] a criança [...] ainda não analisa os componentes sonoros das palavras” (p. 31).

Para Zorzi (2003), a fase silábica é caracterizada por "uma transformação qualitativa significativa na escrita das crianças" (p. 32). Nessa fase, passa-se a compreender quantas letras devem ser utilizadas para representar os sons das palavras. Está associado, a essa noção, um avanço na consciência fonológica, especialmente quando se chega "ao nível de conhecimento da sílaba" (p. 32-33). Ainda que o conhecimento silábico seja adquirido espontaneamente, "seus desdobramentos em termos de escrita dependem da intervenção de pessoas" (p. 33). Essa intervenção, segundo o autor, coloca em conflito a escrita silábica (de crianças) e a escrita alfabética (de pessoas letradas). Nesse conflito, a criança passa a perceber que a sílaba pode ser escrita com mais de uma letra.

Já a fase silábica-alfabética, segundo Zorzi (2003), é entendida como uma fase intermediária entre as fases silábica e alfabética, caracterizando-se pela presença de sílabas "representadas por mais de uma letra" (p. 33) combinadas com sílabas que possuem apenas uma letra. Por último, na fase alfabética, a criança percebe que sílabas podem ser formadas

por constituintes menores e que os sons nem sempre são representados por apenas uma letra. Nas palavras do autor,

a partir do momento em que a criança atinge o nível alfabético, para que possa dominar a ortografia (*sic.*) ela deverá, entre outras coisas, vir a compreender que um mesmo som pode ser escrito por diferentes letras, ou que uma mesma letra pode representar sons diversos. Também deverá entender que existem diferenças entre o modo de falar e o modo de escrever, isto é, que a escrita não significa realizar transcrições fonéticas, que as palavras necessitam ser escritas separadamente e precisará definir, com segurança, quantas e quais letras são necessárias para escrever os sons das palavras. (p. 34)

A compreensão de tais fases relativas aos processos de aquisição da modalidade escrita de uma língua é importante para avaliarmos os possíveis mecanismos que estão inseridos na escrita dos escreventes de nosso *corpus*. Isso pode, por exemplo, nos evidenciar que os nossos escreventes, em especial, os dos Livros de Compromissos das irmandades leigas, já tenham passado por essas fases e que tenham o entendimento de que a correspondência entre som e escrita não é biunívoca.

A respeito da apropriação da ortografia, Zorzi (2003) discorre que as metodologias de ensino devem se pautar em dois direcionamentos: o primeiro é a de que o aprendiz “vai construindo [conhecimentos] a respeito da escrita, assim como das capacidades cognitivas e linguísticas envolvidas” (p. 36); o segundo é o conhecimento “mais aprofundado” do que seria a “língua escrita, como ela se constitui intrinsecamente, quais são as suas características” (p. 36). O autor questiona, portanto, se haveria uma sequência evolutiva de habilidades para a compreensão da escrita. Nesse viés,

a aprendizagem da língua escrita pode também ser vista em termos de uma aquisição sequencial, caracterizada por uma progressão na construção dos conhecimentos. Essa progressão estaria determinada, por sua vez, pelos diversos graus de complexidade que caracterizam os diferentes aspectos do objeto a ser conhecido, ou seja, a linguagem escrita. (p. 37)

Baseado em estudo de 1998, Zorzi (2003) estabelece, então, uma classificação de alterações ortográficas. O autor supõe, ainda, que os tipos de erro identificados na escrita das crianças podem refletir “diferentes graus de complexidade” (p. 38); desse modo, “quanto mais complexo um determinado aspecto da língua, mais erros ou confusões ele pode vir a gerar para quem aprende” (p. 38). Do mais ao menos frequente, os desvios identificados pelo autor são os seguintes: representações múltiplas, apoio na oralidade, omissões de letras, junção/separação de palavras, confusão entre *am* e *ão*, generalização, confusão entre surdas e sonoras, acréscimo de letras, confusões entre letras parecidas e inversões de letras (p. 38). Na

avaliação de Zorzi (2003), a incidência maior para determinados tipos de erro pode ter relação com “características intrínsecas da própria linguagem escrita” (p. 39). Segundo o autor,

as representações múltiplas podem muito bem explicar esse fato: a possibilidade de se utilizar uma mesma letra para escrever diferentes sons (como é o caso da letra “x” que pode escrever os sons /j/, como em “xícara”, /s/ em “extrato” e /z/ em “exame”), ou mesmo o fato de um único som poder ser escrito por diferentes letras (por exemplo, o som /z/, que pode ser grafado com a letra “z” em “zero”, “x” em “executar” e “s” em “pesado”) apresenta-se como uma realidade de mais difícil compreensão por não haver uma forma estável de escrita. Temos, nesse caso, um fato de natureza linguística importante que somente ao longo do tempo vai sendo compreendido e dominado [...]. (p. 40-41)

O excerto que nos é apresentado pode revelar as dificuldades encontradas pelos escreventes de nosso *corpus*, uma vez que esse é um dos fenômenos identificados nos documentos em análise. Quanto ao apoio na oralidade, Zorzi (2003) diz que o entendimento de que a escrita não é fonética “não parece ser tão simples” (p. 41). Tal concepção parece estar atrelada também aos nossos dados, visto que os documentos representativos dos menos letrados, aparentemente, pressupõem uma escrita mais fonética, fato que será melhor avaliado oportunamente no capítulo de análise. Há de se considerar, inclusive, a tradição ortográfica, baseando-se no que se entende por período fonético (cf. Capítulo 2). Outra explicação relevante para nosso estudo é o que Zorzi (2003) postula para os casos de omissões; segundo o autor, “escrever as palavras de um modo completo implica a capacidade de detectar todos os sons que a palavra falada possui, compreender quais as letras que podem grafá-los e, ao mesmo tempo, saber identificar se há variações entre o modo de falar e o modo de escrever” (p. 41-42). Com esses dizeres, há de se pressupor que não apenas a tradição pode estar envolvida nos processos de escolhas por determinadas grafias, mas também pode permear conhecimentos cognitivos, independentemente dos níveis de instrução dos escreventes adamantinos. O autor menciona, também, os casos de separação/junção de palavras, considerados complexos, por estar implícita “a noção de palavra”, algo que só se faz necessário no momento da escrita. Os desvios até aqui descritos, de acordo com Zorzi (2003), seriam os de maior complexidade, pautando-se, inclusive, na alta frequência com que se apresentam em seu estudo. Os demais desvios - am vs ão, generalização, surdas vs sonoras, acréscimo de letras, letras parecidas e inversões -, por serem menos frequentes, podem presumir que “são mais facilmente assimiláveis” (p. 42).

Zorzi (2003) revela, ainda, que a apropriação ortográfica não seria linear, mas sim progressiva, “sendo alguns aspectos mais facilmente assimilados, enquanto que outros exigem

muito mais tempo e conhecimentos para que venham a se tornar mais claros e mais plenamente dominados” (p. 42). Pautando-se nesse preceito, Zorzi (2003) define que “quanto maior for o número de erros de um determinado tipo, quanto maior for a média de tais erros, assim como quanto maior for o número de crianças que os produzem, maior deverá ser a complexidade lingüística a ser dominada” (p. 43). Por outro lado, o autor defende que o fato de a inversão das letras ter índices mais baixos de ocorrência, demonstra que a posição da letra no espaço gráfico seria uma das primeiras características da escrita aprendida no processo de aquisição. Exemplo disso é o da palavra *partida*, que foi redigida *pratida*, ao que o autor explica que a criança reconhece a existência desses sons, porém não consegue “localizar, com precisão, a posição exata que um deles deveria ocupar dentro da seqüência de letras” (p. 44). De modo semelhante, a confusão entre letras parecidas, assim como na inversão, demonstra que tal habilidade é apreendida mais cedo, sendo menos complexo. Isso porque ambos os fenômenos, a inversão e a confusão entre letras parecidas, estão circunscritos à noção visuoespacial, o que lhes confere menor complexidade nos processos de aprendizagem.

Mantendo-se em sua explicação sobre os níveis de complexidade, Zorzi (2003) acredita que a escolha por *am* ou por *ão* “envolve elementos lingüísticos de certa complexidade” (p. 46). O autor constatou uma preferência por *ão* em vez de *am* pelas crianças da primeira série, sendo esta característica presente, com frequência relativamente estável, nas séries seguintes, mesmo com a diminuição de casos na terceira e na quarta séries. Segundo o autor, a explicação para isso seria um possível apoio na oralidade, isto é,

apesar de as palavras estarem escritas de formas diferentes (“*comeram*” versus “*comerão*”, por exemplo), quando analisadas do ponto de vista fonético, ou seja, tendo como base a pronúncia, verifica-se que, nos dois casos, as palavras com tais terminações são produzidas oralmente de modo semelhante, soando como “*ão*” [...]. Isso quer dizer que estamos frente a um tipo de confusão que tem como razão o fato de a criança estar buscando apoio na oralidade para determinar o modo da escrita. Uma vez que, quando se fala, os sons são os mesmos nas duas situações, independentemente do modo de escrever, encontramos aí uma razão para haver, predominantemente, uma tendência de troca no sentido de “*am*” ser substituída por “*ão*”. (p. 46, itálicos do autor)

Continuando sua explicação, Zorzi (2003) argumenta que o entendimento sobre quando usar uma ou outra terminação exige o conhecimento de que *am* e *ão* exercem funções gramaticais distintas. Ainda que os escreventes de nosso *corpus* sejam adultos, tal explicação pode estar por trás de determinadas ocorrências, algo que será avaliado no capítulo dedicado à análise. Somente o levantamento conjunto dos fenômenos a serem analisados poderá nos

fornecer pistas mais concretas a esse respeito, revelando se se trata de um apoio na oralidade ou se a tradição ortográfica do período estaria se refletindo em nossos dados, sobretudo porque parece haver muitos dados desse uso em formas nominais.

No que se refere à omissão de letras, Zorzi (2003) explicita que o estabelecimento da correlação entre os sons e as letras que devem ser grafadas, incluindo-se os casos de dígrafos, representam um “conhecimento fonológico avançado” (p. 48). Nesse sentido, as omissões seriam complexas, porque retratam não dificuldades individualizadas, mas sim dificuldades mais gerais, de ordem linguística. Tal característica é percebida, conforme o autor, nos casos em que as sílabas fogem do padrão CV. Dos casos de omissão identificados por Zorzi (2003), destacam-se, como mais recorrentes, o apagamento de *m* e de *n* no final de sílaba (bricando), a monotongação (quemar), o apagamento de sílaba completa (comerão ~ corão), o apagamento de *s* em final de sílaba (fantama), o apagamento de *r* em sílaba travada ou em sílaba complexa (paque, compou), o apagamento de consoante em sílaba CV (perdido ~ perido), o apagamento de *l* em sílaba travada (descupa), o apagamento de consoante de dígrafos (fininha ~ finina), o apagamento de *h* inicial (oje). Zorzi (2003) os interpreta como uma tendência de o aprendiz se apoiar na oralidade na formulação de hipóteses sobre “como as palavras devem ser escritas” (p. 49), acreditando, pois, haver uma correspondência fonética e não alfabética. As dificuldades quanto à grafia representam habilidades que as crianças têm “em termos de oralidade”. Para o autor, “a transformação desse padrão de escrita, com forte influência fonética para uma escrita determinada ortograficamente (a partir de convenções da escrita e não unicamente da pronúncia) depende de a criança compreender a diferença entre falar e escrever” (p. 50). A superação de tais desvios depende “da compreensão de que fala e escrita são sistemas diferentes” (p. 50), de modo que a imagem visual da palavra se sobreponha à pronúncia. A respeito dos nossos dados, ficam imbricados questionamentos, por exemplo, na representação da nasalidade, isto é, a dificuldade em transcrever *am* e *ão* pode ser uma reprodução da norma da época (praticada ou descrita), pode ser de uma tradição escrita, seja ela etimológica ou do período fonético, ou pode ser reflexo dos aspectos da língua falada no momento da produção do texto, questões que serão exploradas oportunamente. Caso seja entendida como uma evidência da oralidade, por exemplo, podemos cogitar que a escolha por *am* reflita uma estigmatização. Em relação, ainda, às dúvidas apresentadas por uma criança quanto à escolha de *ss* ou de *ç* para redigir *taça*, por exemplo, demonstra que ela estaria desenvolvendo um raciocínio sobre as “possibilidades ortográficas” da língua, conforme nos ilustra Zorzi (2003). Segundo o autor, esse tipo de dúvida revela um ponto alto no processo de

aprendizagem, uma vez que as crianças tornam-se conscientes “dessas múltiplas correspondências”, o que resulta na “possibilidade de memorização” (p. 53). Nas palavras do autor,

podemos falar da construção de conhecimentos metalingüísticos, que se constituem a partir de um processo de reflexões sobre a língua. Essa forma de a criança construir seus conhecimentos permite-nos compreender quais são os aspectos que se apresentam essenciais e mais complexos, e quais os que podem ser considerados secundários no desenvolvimento da escrita e, por isso mesmo, menos difíceis. [...] O tema principal da aprendizagem [...] recai sobre conhecimentos de ordem lingüística, mais especificamente, sobre a natureza alfabética da escrita, da sua convencionalidade, assim como de seus usos e funções sociais. (p. 54)

Tendo isso em vista, Zorzi (2003) estabelece um contínuo de complexidade, sendo o extremo mais complexo o das representações múltiplas, passando pela distinção de critérios fonéticos e ortográficos, além da representação de sílabas que se distanciam do padrão CV, até chegar, no extremo menos complexo, à distinção do traçado das letras e à posição das letras na mancha gráfica. Na seção seguinte, discutiremos sobre as características que envolvem a composição do nosso *corpus*.

3.2 Da caracterização do *corpus*

Retomando estudo de Mattos e Silva (2002), Oliveira (2009) nos chama a atenção para uma característica do período colonial que, embora nítida, merece destaque: “a história da escrita e da leitura no Brasil, a princípio, mas só a princípio, é uma história de brancos e, mesmo assim, da elite.” (OLIVEIRA, 2009, p. 134). O autor utiliza, a título de ilustração, dados extraídos de Fausto (1994), afirmando que a taxa de analfabetismo em território brasileiro, no ano de 1872, era de 80%, chegando a 86% ao se incluírem mulheres nesses índices. Em relação aos escravos, a taxa chegava a 99,9%. Entretanto, conforme argumenta o autor, a presença de alguns estudos, como os de Alkmim (2001; 2002), já demonstram um panorama diverso do acima delineado. Nesse sentido, o autor reforça a relevância de determinados *corpora* históricos que nos permitem resgatar o português popular:

já não mais indiciárias, porque permitem aproximações por vias diretas, ressalta-se uma série de fontes que vêm se revelando bastante proveitosas para o conhecimento da história do português popular: documentos escritos no âmbito das irmandades negras, bastante numerosas no Brasil colonial e pós-colonial; cartas redigidas por escravos, de seus próprios punhos ou como expressão da sua vontade; cartas escritas no circuito do cangaço, um movimento de banditismo típico do Nordeste brasileiro. (OLIVEIRA, 2009, p. 135)

A assertiva do autor alinha-se, de certo modo, aos propósitos anunciados para a nossa pesquisa, uma vez que propomos uma avaliação da escrita, em nível ortográfico, de documentos pertencentes a irmandades leigas setecentistas. Nesse sentido, objetivamos tecer um comparativo de dados entre os achados nesses documentos e os de escribas de instituições religiosas. No quadro 8, a seguir, apresentamos, com maiores detalhes, a constituição do nosso *corpus*.

Quadro 8 - Composição do *corpus*

<i>Documento</i>	<i>Ano</i>	<i>Cidade</i>	<i>Grupo socioeconômico</i>
<i>Termos de Devassa</i>	<i>1750</i>	<i>Diamantina</i>	<i>Elite cultural - grupo social mais abastado - homens brancos</i>
<i>Estatuto da Ordem Terceira de São Francisco</i>	<i>1778</i>	<i>Diamantina</i>	<i>Elite cultural - grupo social mais abastado - homens brancos</i>
<i>Livro de Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora das Mercês</i>	<i>1781</i>	<i>Diamantina</i>	<i>Classe popular - grupo social menos abastado - negros forros</i>
<i>Livro de Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Amparo</i>	<i>1782</i>	<i>Diamantina</i>	<i>Classe popular - grupo social menos abastado - pardos</i>

Fonte: Elaboração própria (2021).

Todos esses documentos foram editados por Duchowny e Coelho (2013)¹⁰⁵ e estão sob a guarda da Mitra Arquidiocesana de Diamantina. Teríamos, a partir do que se vislumbra no quadro acima, os Termos de Devassa e o Estatuto da Ordem Terceira como representativos das elite cultural da época, uma vez que esses documentos foram redigido por padres e, como visto na seção acerca das práticas letradas no Brasil colonial, esses sujeitos teriam maior acesso ao ensino institucionalizado, formal. Além disso, tendo em vista os critérios, sobretudo financeiro, para fazer parte da instituição Igreja, consideramos que esses sujeitos seriam pertencentes à classe social elevada, conforme levantamento realizado na seção sobre os

¹⁰⁵ A edição desses documentos estava inserida no projeto de iniciação científica *Edição semidiplomática de Estatutos de Irmandades de Diamantina no séc. XVIII*, sob orientação das professoras Dr.^a Alécia Teles Duchowny e Dr.^a Sueli Maria Coelho. As etapas previam não apenas a transcrição conservadora dos fac-símiles, como também a revisão por pares entre os estudantes de IC, além da revisão final, realizada pelas professoras responsáveis pelo projeto.

fatores extralinguísticos. Na contramão disso, os Livros de Compromisso seriam representativos dos indivíduos de classes mais populares e com menor poder aquisitivo¹⁰⁶; por consequência, seriam considerados menos letrados, tendo, como membros, pessoas negras (pretos e pardos) que, àquele período, compunham as camadas sociais mais baixas. Embora não esteja suficientemente claro, no Livro de Compromisso de Nossa Senhora do Amparo, a qual grupo social pertencem os irmãos, podemos presumir, a partir do que explica Salles (2007), que se trata de pessoas negras/pardas. Para esse autor, as associações religiosas eram divididas, em geral, de acordo com o estrato social dos agremiados:

Santíssimo Sacramento, N. S. da Conceição, São Miguel e Almas, Bom Jesus dos Passos, Almas Santas e poucas outra, (*sic.*) eram de brancos das camadas dirigentes ou reinóis; Rosário, São Benedito e Santa Efigênia, de negros escravos; N. S. das Mercês, N. S. Amparo, Arquiconfraria do Cordão, de mulatos e crioulos, ou mesmo pretos forros; São Francisco de Assis e Ordem Terceira de N. S. do Carmo pertenciam aos comerciantes ricos e altos dignatários; estas últimas apareceram a partir de 1745 ou 1750, o que é expressivo. (SALLES, 2007, p. 87)

Tal informação nos mostra que, de fato, podemos supor que o livro da Irmandade de Nossa Senhora do Amparo seja representativo de pardos livres, dada a tradição de agrupamento das irmandades, observada para o período. Entretanto, há a previsão de acesso por indivíduos de qualquer camada social, avistada no excerto retirado do compromisso da irmandade adamantina: “**A importancia q’haõ de dar todas as pessoas de qualquer qual estado ou Condisaõ q’ seja, q’. se quiserem assentar p^r Irmaõs nesta Irmandade, sera de entrada duas Oitavas, de Ouro, e meia de anual**” (DUCHOWNY; COELHO, 2013, Livro de Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Amparo, 1782, fól. 4v, negritos nossos)¹⁰⁷. A acolhida de pessoas diversas nas irmandades parece ser um critério padrão para a época, a considerar o constante controle social no século XVIII, principalmente no território minerador. Contudo, podemos presumir que os associados sejam indivíduos, pelo menos, dos grupos minoritários, ainda que não tenhamos clareza suficiente sobre a etnia desses sujeitos. De qualquer forma, a presença dessa informação nos alerta para a possibilidade de que pessoas de outros grupos sociais possam ter se responsabilizado pela transcrição deste documento, característica que deverá ser ponderada no momento da análise de nossos dados.

¹⁰⁶ Conforme supramencionado, historicamente pardos e negros compunham a base populacional, contudo não se pode perder de vista a possibilidade que, ao menos, os membros pertencentes à mesa das irmandades, no caso, os escrevões, possuíssem alguma renda e, pelas regras impostas ao cargo, tivessem habilidade escrita, assim como relatado por Coelho, Ramos e Duchowny (2015).

¹⁰⁷ Há de se destacar ainda, em relação às irmandades de Nossa Senhora do Amparo, que havia somente três em todo o território mineiro, conforme levantamento realizado por Boschi (2007, p. 68).

Quanto ao Livro de Compromisso de Nossa Senhora das Mercês¹⁰⁸, Coelho (2018) já descara um dado importante: a necessidade de o escriba dessa Irmandade ser negro, informação retomada no excerto abaixo:

Primeiramente se devead-
virtir que para obom governo de qual quer Irmandade
deve haver huma total obediencia aos mayores, e para
esta haver deve tambem eleger-se nesta Irmandade Ju-
iz, Tizoureiro, Procuradores, e todos os mais officios, que se-
jão percizos para aumento dadita Irmandade, e mayor zelo
e honra de Deos, e melhor governo edisposição da mesma
Irmandade, elegendo-se todos os annos hum Juiz, e hum
Escrivão amboz Crioulos, eo Tezoureiro homem branco, e abo-
nado, havendo mais dois Procuradores, e hum Zelador, e tam-
bem duas Juizas, eduas Procuradoras, Como doze Mor-
domos, e outras tantas Mordomas. (DUCHOWNY; COELHO, 2013, Livro
de Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora das Mercês, fól. 10v,
citado por COELHO, 2018, p. 92-93. sublinhados da autora)

Tal característica alinha-se, inclusive, às explicações dadas por Oliveira e Lobo (2012), segundo as quais, já na segunda metade do século XVIII, havia 12 irmandades na cidade de Salvador cujos escrevães eram negros, enfatizando-se, assim, a necessidade de se utilizar esse documento como *corpus*. Por outro lado, no Estatuto da Ordem Terceira de São Francisco, é evidenciada a admissão de pessoas brancas, por meio de inferência da informação a seguir:

Capítulo 1.o

Das pessoas que aõde ser ademetidas aesta Ordem, e forma em que o devem ser.

Porque da pureza dosã-
gue, edo scostummes depende em primmeiro lugar, aestabili-
dade e esplendor desta Santa Ordem: determinamos que toda
apessoa quenella ouver de entrar, concidere primmeiro em si sese-
acha em formado, e revestido destas qualidades, e parecendo lhe que
sim, fará Petiçam quedará ameza, aqual sendo ahirecebida, e-
proposta, sedentro della, ouverem tres Irmaons desconhecida verda-
de, e prudencia, que possam afirmar das qualidades do pertendente,
seram a isso ademettidos, ajustandose unanimamente naditta em-
formação, conforme a ella sevottará sobre a petiçam, na qual se-
escreverá a mesma informação pello Irmao Secretario,
assignada porelle, e pellos informadores. (DUCHOWNY; COELHO, 2013,
fólio 5r, sublinhados nossos)

A expressão *pureza dosãgue* refere-se, na acepção de Mattos (2004 [1999]), a uma “estigmatização baseada na descendência, de caráter proto-racial - que, entretanto, era usada

¹⁰⁸ Segundo Boschi (2007), havia um total de 20 irmandades de Nossa Senhora das Mercês na Capitania de Minas (p. 68).

não para justificar a escravidão, mas antes para garantir os privilégios e a honra da nobreza, formada por cristãos velhos, no mundo dos homens livres” (p. 14-15). A autora explica que o estatuto da pureza do sangue tinha por finalidade limitar o "acesso a cargos públicos, eclesiásticos e a títulos honoríficos aos chamados cristãos velhos (famílias que seriam católicas há pelo menos quatro gerações)” (p. 14). Em complementação, citamos Souza (2008), que defende que essa seria “a expressão legal do racismo do Estado e da Igreja na sociedade portuguesa e, por extensão, na América Portuguesa” (p. 94). Retomando Boxer (1981), evidencia que “todas as ordens religiosas que se haviam fixado no Brasil mantiveram uma discriminação racial contra a admissão de mulatos” (BOXER, 1981, p. 252 citado por SOUZA, 2008, p. 95). Esses dizeres evidenciam, portanto, a estratificação social observada na caracterização dessas organizações, fazendo-nos considerar, por consequência, o acesso restrito a homens brancos na Ordem Terceira de São Francisco. Além disso, não está claro, nos Termos de Devassa, qual seria a etnia/raça do secretário responsável pela escrita desse documento, mas, com base nas informações colhidas no arquivo, bem como no levantamento de informações sobre o assunto na subseção *irmandades leigas na Capitania de Minas e a Igreja Católica: entre o socorro mútuo e o controle pelas devassas*, do atual capítulo, podemos assumir que também este documento seria redigido por homens brancos.

Outro estudioso que traz uma reflexão importante para a nossa pesquisa é Barbosa (2006), Segundo este autor,

a qualidade de escrita de um grupo sociocultural de determinada época – seja escrita cotidiana ou especial. Dessa forma, o texto de um negro alfabetizado no século XVIII é significativo por conta da quase impossibilidade de ser encontrado material como esse. Contudo, mesmo que achado, esse material não representaria, necessariamente, a linguagem de negros da época: poderia estar repleto de fórmulas e padrões lusos. Em contrapartida, textos de uma tradição discursiva européia de contornos bem fixados, como os de atas, podem ser representativos de uma dada comunidade de negros se eles reúnem aspectos do contexto de vida dessa mesma comunidade que os produziu com regularidade. Mapeando-se as fórmulas lusas repetidas pela mão do negro alfabetizado, separamos os trechos de escrita cotidiana onde marcas da linguagem do grupo desse redator podem transparecer. (p. 762)

A assertiva de Barbosa (2006) tem correlação direta com os propósitos de nosso estudo, pois, ainda que não possamos atestar, com absoluta certeza, quem são os sujeitos responsáveis pela escrita nos livros de compromisso, as marcas de representação ortográfica adotadas podem nos revelar se estaríamos diante de um escrevente com maior ou com menor domínio da habilidade escrita. É partindo desse pressuposto que acreditamos que a presença,

de modo mais recorrente, de escrita fonética seja um aspecto que pode nos orientar sobre essa questão.

Quanto aos termos de devassa, Moreno, Brito e Santos (2021) defendem a relevância do seu estudo, por constituírem fontes históricas sobre a sociedade colonial. Segundo os autores,

tais documentos [“processos crime e cíveis”], mais especificamente as chamadas “devassas”, são verdadeiras fotografias das realidades sociais do período colonial e pós-colonial do Brasil, tanto para compreendermos os projetos moralizadores da Igreja, como para compreendermos a política colonialista portuguesa, além, é claro, das reações da população aos seus projetos econômico-administrativos. É exatamente por isso mesmo que os “processos devassatórios” são extremamente relevantes para a reconstituição histórica de tais períodos, pois revelam contextos macroscópicos, mais generalizantes, da população colonial brasileira. (MORENO; BRITO; SANTOS, 2021, p. 5)

Assim como Moreno, Brito e Santos (2021), acreditamos no valor histórico desse documento, mas isso não se restringe a apenas esse aspecto; a nosso ver, eles podem contribuir para os estudos linguísticos, denunciando as escolhas do escrevente quanto às marcas ortográficas, seja pela grafia etimologizante, seja pela recusa de grafias que remetam à oralidade, seja pelo apoio, em alguma medida, da oralidade.

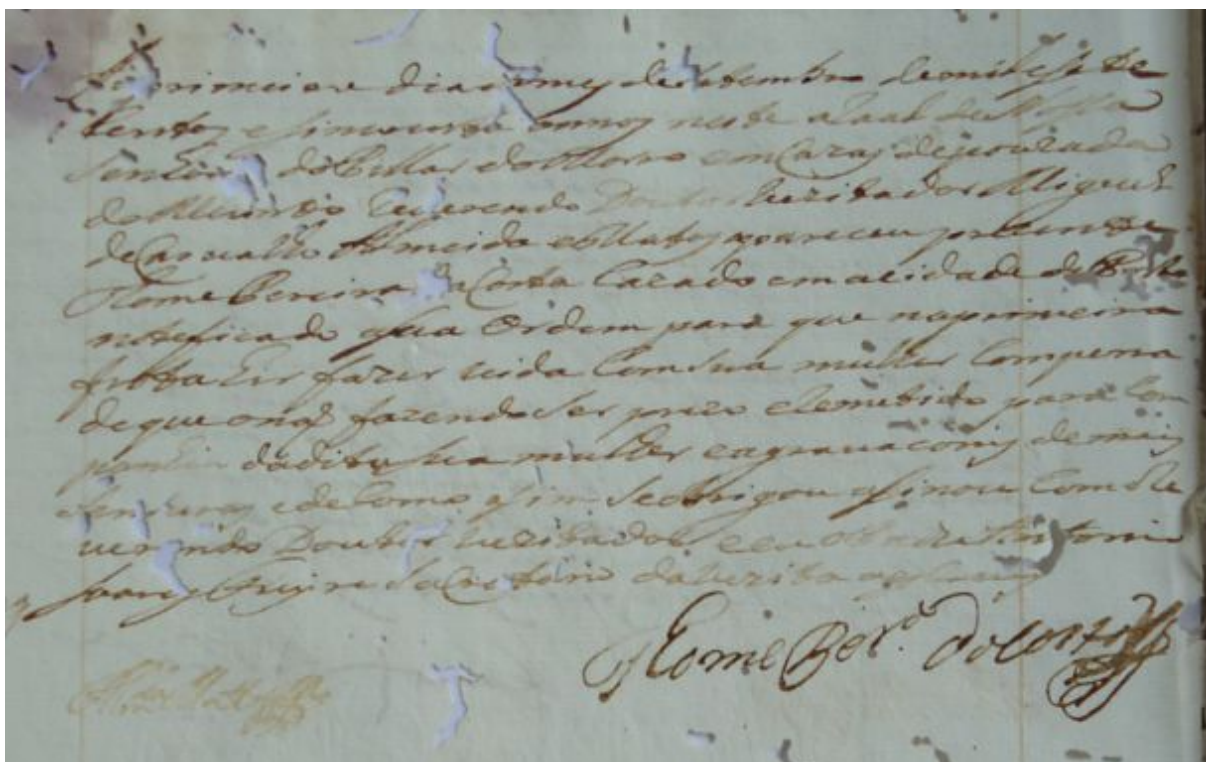
Em resumo, podemos retomar Montanheiro (2009), o qual explica que as “irmandades respondiam ao bispo diocesano, subordinando-se ao clero secular, ao passo que ordens terceiras respondiam aos provinciais da ordem monástica a que se filiavam, subordinando-se, portanto, ao clero regular” (p. 122). Além disso, conforme explicação do autor, os regulamentos das irmandades se espelharam nos das Santas Casas de Misericórdia portuguesas, contudo restringiam seus benefícios aos seus membros, não sendo muito afeitas à atenção para o público externo. O autor relata que, diferentemente do que houve no litoral, com a instalação de “mosteiros de grandes ordens monásticas” (p. 123) na Capitania de Minas, a criação das irmandades ficou a cargo do povo, sendo dele a responsabilidade por seus custos financeiros. O incentivo para a criação das irmandades não foi apenas o de poupar gastos, mas também o de constituir uma forma de controle populacional e de mediar conflitos, para se evitarem possíveis aspirações de independência. Dado que sua criação se deu pelo povo, o Estado buscou estratégias para controlar as irmandades. Desse modo, como explicita Montanheiro (2009), até a primeira metade do século XVIII, os Livros de Compromisso recebiam autorização eclesiástica; após esse período, tal aprovação ficou sob responsabilidade do rei, que agia “por intermédio de seu tribunal de Mesa da Consciência e Ordens” (p. 127),

informação também mencionada nos documentos das irmandades que compõem o nosso *corpus*.

3.2.1 Aspectos caligráficos

Além do conteúdo informacional presente no *corpus* e sua correlação com o período histórico em análise, é interessante observarmos as características caligráficas dos documentos setentistas, uma vez que tais características, somadas à análise ortográfica empreendida neste estudo, possa nos orientar quanto ao nível de letramento dos escreventes. Tendo isso em vista, vejamos, na figura 3, um excerto fac-similar dos Termos de Devassa.

Figura 3 - Termos de Devassa (1750)



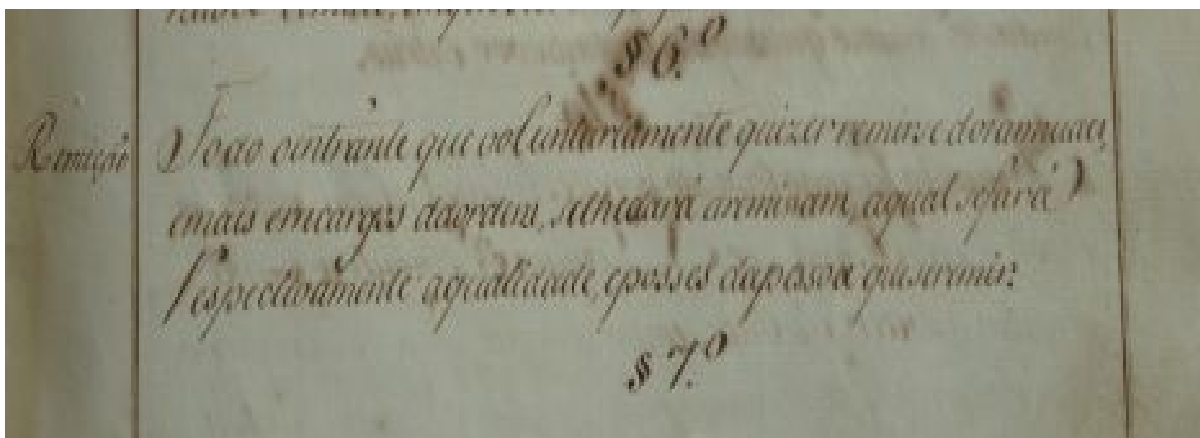
Fonte: (DUCHOWNY; COELHO, 2013, fól 4v)

Aoprimeiro dia domes deSetembro demilesete
Centos esincoenta annos neste aRaal deNossa
Senhora doPillar doMorro emCazas depouzada
doMuinto Reverendo Doutor Vezitador Miguel
deCarvalho Almeida eMatos apareceu presente
[Th]omePereira [d]aCosta Cazado em acidade dePorto
notificado asua Ordem para que naprimeira
frota hir fazer vida Com sua mulher Compena
deque onão fazendo Ser prezo eRemetido para Com
panhia daditasua mulher [eagravaconis] demais

Sensuras edeComo asim Seobrigou asinou Com oRe
 verendo Doutor vezitador eeu oPadreAntonio
 <pag> SoaresFreyre SaCretario davezita oesCrevy
 Almeida Mattos [espaço] [espaço] [Thome] Pereira daCosta (DUCHOWNY;
 COELHO, 2013, fól 4v)

A partir da mancha textual reproduzida na figura 3, com exceção dos escritos da última linha, que representam as assinaturas do Reverendo Vizitador Almeida Mattos e o reclamado Thome Pereira da Costa, notamos uma caligrafia cujas letras são alongadas, com traçado firme, o que nos induz a crer que o Padre Antonio Soares Freyre, responsável pela escrita dos termos de devassa, seja, ao menos, um indivíduo habituado à lida de escrivão. Não apenas essa característica se destaca, como também a regularidade de espaçamento entre as linhas, a padronização dos módulos, bem com o respeito ao regramento das margens. Vejamos, na figura 4, como se constitui a mancha gráfica do Estatuto da Ordem Terceira, documento também representativo da elite cultural dos setecentos.

Figura 4 - Estatuto da Ordem Terceira de São Francisco (1778)



Fonte: (DUCHOWNY; COELHO, 2013, fól. 6r)

§ 6.º

<Remição> Todo oentrante que voluntariamente quizer remirse dosannuaes, emais emcargos daordem, selhedará aremissam, aqual se fará respectivamente aqualidade, eposses dapessoa quereseremir.

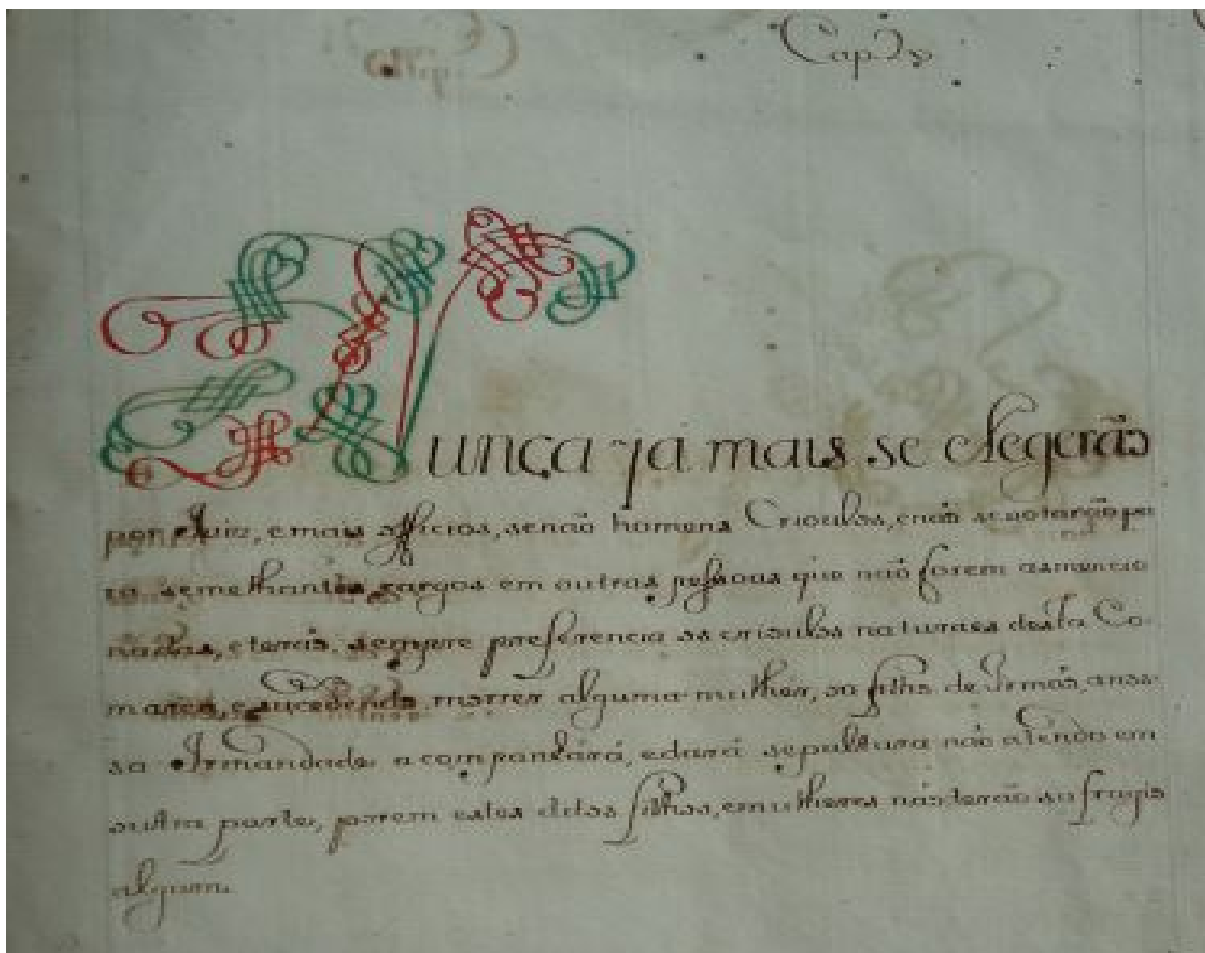
§ 7.º

(DUCHOWNY; COELHO, 2013, fól. 6r)

Na figura 4, assim como observado para os Termos de Devassa, temos uma caligrafia cujo traçado é firme, com padronização no tamanho dos caracteres, respeito ao espaçamento entre linhas e às margens. Assim como verificado por Coelho (2018), é perceptível o alongamento dos caracteres, o que nos leva a crer que também esse escrevente esteja

habituação à tecnologia escrita. Na figura 5, a seguir, ilustramos a escrita do escrevente do Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora das Mercês.

Figura 5 - Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora das Mercês (1781)



Fonte: (DUCHOWNY; COELHO, 2013, fól. 20r)

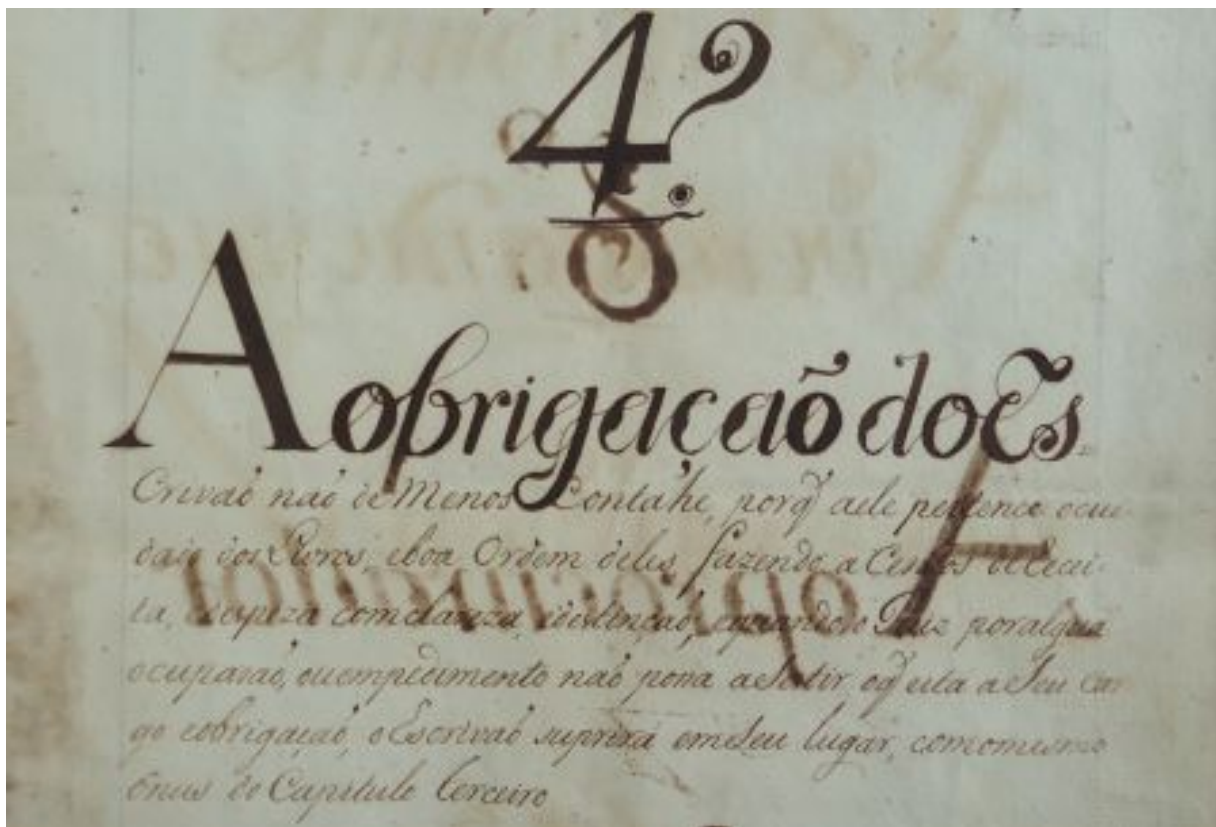
Capítulo 20.

Nunca já mais se elegerão por Juiz, e mais officios, senão homens Crioulos, e não se votarão para semelhantes cargos em outras pessoas que não forem as mencionadas, e terão sempre preferencia os crioulos naturaes desta Comarca, e sucedendo morrer alguma mulher, ou filho de Irmão, a nossa Irmandade a com panhará, edará sepultura não atendo em outra parte, porem estes ditos filhos, emulheres não terão su fragio algum. (DUCHOWNY; COELHO, 2013, fól. 20r)

Assim como para os documentos supracitados, observamos regularidade de regramento das margens, do espaçamento entre linhas, além do traçado firme, denotando um escriba afeiçoado à prática escrita. A diferença, contudo, reside no formato dos caracteres, mais arredondado em relação aos anteriores, além de o traçado ser levemente mais forte,

características que sugerem menor destreza com o manuseio da pena em relação aos escreventes representantes da elite cultural. Por último, na figura 6, apresentamos um trecho do fac-símile do Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Amparo.

Figura 6 - Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Amparo (1782)



Fonte: (DUCHOWNY; COELHO, 2013, fól. 2r)

4º

A obrigação do Escrivão =

crivaõ não de Menos contahe, porque aele pertence ocuidado dos Livros, eboa Ordem deles, fazendo a cen[t]os de recei= ta, edespeza com clareza, edestinaõ; equando o Juiz poralgua ocupasaõ, ouempedimento não possa ase[s]tir oque esta aseu cargo eobrigaçãõ, o Escrivão suprirá em seu lugar, comomesmo ônus do Capitulo terceiro. (DUCHOWNY; COELHO, 2013, fól. 2r)

Assim como avistamos nos documentos representativos da elite cultural, no Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Amparo, o escrevente demonstrou habilidades com a tecnologia escrita bastante semelhante aos demais escreventes, já que foram observadas similaridades na mancha gráfica, com o alongamento dos caracteres, um traçado mais fino, além da firmeza do punho, bem como o respeito ao regramento das margens e ao espaçamento entre linhas.

Conforme Marquilhas (1996, s. p.), seriam seis os traços responsáveis pela caracterização de inabilidade de um escrevente: a ausência de *cursus*; o uso de módulo grande; a ausência de regramento ideal; o traçado inseguro, aparência desenquadrada das letras, rigidez e falta de leveza do conjunto; a irregularidade da empaginação; e as letras monolíticas. Aplicando tais caracterizações à realidade apresentada nos documentos setecentistas, vemos um distanciamento do que foi idealizado pela autora. Considerando-se apenas os aspectos físicos dos caracteres, estaríamos, pois, diante de escreventes letrados. É importante destacar, contudo, a advertência de Marquilhas (1996) quanto a isso: em primeiro lugar, a (ir)regularidade do traçado não está intimamente relacionada à (ir)regularidade ortográfica; e em segundo lugar, as diferenças “entre a aparência física do texto e o seu nível ortográfico” (s.p.) podem ser reflexos de “fixação de um ditado” (s.p.) ou, ainda, de cópia do texto original. Sendo assim, apenas a observação do traçado da letra é insuficiente para indicar o maior ou o menor nível de letramento do escriba, o que justifica a avaliação de outros aspectos que melhor possam nos informar a respeito do perfil sociolinguístico dos escreventes. Além disso, segundo Barbosa (2017), “o cruzamento desses planos [fonológico, lexical, sintático, de pontuação, de habilidade motora, de hiper e hipossegmentação e de representação de fórmulas] pode permitir a oposição entre subgrupos de inábeis, desde um hipotético grau máximo de inabilidade até um grau mínimo” (BARBOSA, 2017, p.28)¹⁰⁹. Nesse sentido, e assim como verificado por Coelho (2018), o traçado da letra não é suficiente para assegurarmos os graus de (in)habilidade do escrevente, uma vez que a (in)adequação quanto ao emprego dos sinais de pontuação revelaram divergências no nível de letramento desses escribas, não condizendo, portanto, com o esperado somente pela caligrafia apresentada por esses sujeitos.

3.2.2 Aspectos da produção textual de documentos coloniais

A respeito dos documentos eclesiásticos circulantes, incluindo-se os “registos, róis, certificados e livros de devassas”, Marquilhas (1996) discorre sobre a necessidade (e o objetivo) desses textos para a manutenção da vida cristã. Segundo a autora, “determinava-se nesses textos a constituição de arquivos conscienciosos que permitissem controlar os principais eventos da vida cristã que envolviam a população de cada freguesia: a confissão, a

¹⁰⁹ Devemos enfatizar, contudo, que estamos assumindo que todos os escreventes de nosso *corpus* são indivíduos hábeis, ainda que possuam diferentes graus de letramento. A proposta apresentada por Barbosa (2017), embora voltada para a avaliação da escrita de inábeis, se aproxima de nosso estudo no sentido de delimitar as dificuldades características da tecnologia escrita.

comunhão, os pecados públicos, o batismo, o casamento e a morte” (s.p.). Fica evidente, em sua fala, o que muitos estudiosos já argumentaram acerca da estreita relação entre Igreja e controle dos hábitos da sociedade. Em relação aos documentos inquisitoriais, analisados pela autora, Marquilhas (1996) elucida o seu caráter burocrático, “dada a sobreposição de fronteiras entre as jurisdições episcopal e inquisitorial” (s.p.). Este rigor é percebido nos Termos de Devassa, que, assim como verificado por Marquilhas (1996) em relação aos documentos inquisitoriais, concentravam as infrações cometidas pelos cidadãos, com vistas a controlar as ações da sociedade. De modo semelhante, mas não tanto incisivo, o estatuto e os livros de compromisso tinham por finalidade regulamentar a postura dos agremiados.

Por sua vez, Barbosa (1999) disserta a respeito de algumas características dos documentos produzidos no período colonial, sejam oficiais sejam particulares: conforme menção do autor, parecia existir um padrão, como se “pessoas diferentes” utilizassem “um mesmo manual de estilo caligráfico e de abreviaturas” (p. 121). O autor adverte, ainda, para o cuidado que os pesquisadores devem tomar quanto a cópias autógrafas e de época. Segundo observa,

na vida colonial dos reinóis analfabetos ou pouco escolarizados, os contextos proibitivos ao contato entre os autores e aqueles homens que, por força do ofício, tomavam conhecimento de assuntos e negócios dos mais variados setores da sociedade colonial, poderiam resumir-se às instituições religiosas e laicas, à margem do poder instituído. No entanto, mesmo em tais casos não se excluem as possibilidades de membros internos de confiança assumirem a função de escrevente-copista. (BARBOSA, 1999, p. 121)

Nesse sentido, não podemos desconsiderar que estamos lidando com cópias, principalmente em se tratando dos documentos das irmandades, e também das devassas, devido ao seu caráter formulaico. O ponto central, contudo, é que tais documentos podem transparecer as diferentes habilidades de escrita da mão que os redigiu, servindo, portanto, para a análise dos fenômenos sociolinguísticos que estão por trás dessa pena.

Outro aspecto abordado por Barbosa (1999) é a discussão sobre o contexto de produção dos considerados *textos oficiais*. Conforme argumenta o autor, as macrocategorias que compõem a divisão dos documentos coloniais eram de três tipos: textos da administração pública, textos da administração privada e textos particulares. Entretanto, há zonas intermediárias a serem ponderadas; isso porque há determinados textos da administração pública que podem trazer características que os aproximam daqueles voltados para a administração privada. Nesse viés, podemos encontrar documentos da administração privada cuja caracterização se assemelha à dos manuscritos particulares. Barbosa (1999) sugere,

então, a adoção do termo *textos oficializantes*, como uma subcategorização dos *textos oficiais*. O autor revela, ainda, que os textos de circulação privada podem se constituir como “*corpora* de textos menos estilizados, com menor grau de afastamento seja de uma norma geral de fala da comunidade colonial, seja da norma de uso de um determinado grupo dessa sociedade” (BARBOSA, 1999, p. 153, itálicos do autor). A justificativa para tal assertiva é a de que, nesses textos,

além de os trechos escritos reduplicando modelos protocolares e fórmulas estarem, em geral, restritos às saudações de início, de finalização e de tratamento, a pressão de vigilância e apuro na linguagem não era igual aquela (*sic.*) aplicada aos escritos destinados à estrutura de vida pública. (BARBOSA, 1999, p. 153)

Em se tratando do estilo *formal vs informal*, Barbosa (1999) defende que esta divisão somente poderia ocorrer sob a ótica de um observador do referido momento histórico, apoiando-se nos “valores vigentes naquela sociedade”. Para esse estudioso de sincronias pretéritas, esta divisão “encontra-se depreendida, objetivamente, da circunstância externa de produção do texto” (p. 153); além disso,

depende da subjetividade da avaliação de pesquisadores contemporâneos que, em última instância, não passam de leitores que não conhecem as pressuposições criadas na interação lingüística, no cotidiano da vida colonial, e tampouco dominam as categorias em jogo no julgamento de valores entre as classes, no Brasil, durante o século XVIII. (BARBOSA, 1999, p. 153)

Com base nessa justificativa, o autor adota a distinção entre *mais cerimonioso* e *menos cerimonioso*.

Já para os documentos da administração privada, Barbosa (1999) sugere a nomenclatura *textos particularizantes* para se referir àqueles textos considerados menos institucionais e mais pessoais. Em resumo, teríamos, pois, as seguintes definições:

Quadro 9 - Definição de textos oficializantes e de textos particularizantes

Tipo de texto	Características
Oficializante	<ul style="list-style-type: none"> ● circulação oficial, apoiado em fórmulas ou em modelos administrativos; ● escrito por mão hábil; ● destinatário - personalidade socialmente superior; ● composto, principalmente, por fórmulas ou por sintaxe latinizada ou por vocabulário mais erudito; ● “uso de prestígio”.
Particularizante	<ul style="list-style-type: none"> ● circulação privada, pouco condicionado às fórmulas de prestígio;

	<ul style="list-style-type: none"> ● ainda que “transcrito por um profissional”, é escrito por “mão pouco hábil”; ● destinatário - personalidade socialmente superior, porém com função de “interesse financeiro” (compra e venda, por exemplo); ● texto considerado “mais <i>sensível</i> aos fatos dos dialetos e idioletos de seus autores” (p. 154, <i>itálico do autor</i>).
--	--

Fonte: adaptado de Barbosa (1999, p. 154)

Barbosa (1999) reconhece a necessidade de outros estudos que possam asseverar a tipologia por ele proposta, mas defende que a oposição *oficializante vs particularizante* seria, no seu entendimento, a mais adequada, haja vista que os termos *oficial* e *particular* compreendem textos diferentes dentro destes grupos, considerados mais gerais. Em certa medida, as descrições propostas para os textos oficializantes podem nos auxiliar na caracterização dos gêneros que compõem o nosso *corpus*, uma vez que intentamos analisar documentos religiosos, quais sejam, estatutos (tanto de ordem terceira, quanto os inseridos nos livros de compromisso) e termos de devassa; todos considerados de caráter formulaico.

Em estudo posterior, Barbosa (2006) indaga sobre como avaliaríamos a informalidade em textos produzidos em séculos anteriores, se temos à mão, somente, a nossa subjetividade enquanto leitores contemporâneos. Tal questionamento revela a complexidade envolvida na busca pelas marcas que caracterizam a língua falada em tempos pretéritos. Nas palavras do autor,

se não podemos supor um produto escrito completamente isento de tradições discursivas, podemos supor que o mais distante de tradições bem definidas, a escrita cotidiana, seja o mais próximo que a modalidade escrita pode estar da oralidade; podemos supor que, por ele, captaremos usos lingüísticos mais salientes da norma geral vernácula.(BARBOSA, 2006, p. 764)

Em se tratando mais especificamente dos livros de compromisso, Montanheiro (2009) caracteriza-os como documento regulatório, que comporta deveres e direitos dos irmãos agremiados e que, “uma vez elaborado, aprovado e confirmado, com emendas ou sem, colocava as irmandades numa situação de paridade institucional, i.e., na esfera jurídica, elas equivaliam entre si, congregassem elas elementos brancos abastados, mulatos ou negros escravos” (p. 127). O autor ressalta, inclusive, que este seria o único documento a receber “acabamento artístico” e que sua validade seria até a necessidade de se ter uma nova versão, quando a primeira não comportasse mais todas as demandas da irmandade. Montanheiro (2009) discorre, ainda, sobre a presença simultânea das palavras *estatutos* e *compromisso*,

mas que, aparentemente, referem-se a aspectos distintos. A partir de um levantamento de informações contidas em diferentes livros de compromisso, o autor concluiu que

o vocábulo *estatutos* – sempre usado no plural, assim como as *Ordenações do Reino* e as próprias *Constituições Primeyras* – eram entendidos como o conjunto das disposições elaboradas pela irmandade, organizado sob forma de capítulos, e enviado à(s) autoridade(s) competente(s) para aprovação e confirmação, atos estes que produziam outros documentos. Já o *compromisso* – sempre mencionado no singular – corresponderia ao conjunto dos *estatutos*, acrescido das provisões de aprovação e confirmação, termo de abertura e encerramento do Livro, termos de encaminhamento, autos de justificação e outros tipos documentais – gerados tanto interna quanto externamente ao espaço confrarial –, que legitimavam e/ou cerceavam os *estatutos*, e eram juntamente a eles encadernados. (MONTANHEIRO, 2009, p. 134, itálicos do autor)

Na sequência, Montanheiro (2009) designa a estruturação de um livro de compromisso, contendo os seguintes itens¹¹⁰:

1. Plano posterior da encadernação
2. Folha(s) de guarda
3. Termo de abertura
4. Fólio com iluminura do orago da irmandade
5. Frontispício em que se identifica o orago da irmandade, sua sede paroquial, o lugar onde se localiza e, em alguns Compromissos, o ano ou de sua ereção da irmandade ou da redação de seu Compromisso
6. Fólio preambular com breves considerações sobre a irmandade
7. Os estatutos ordenados em capítulos
8. Solicitação/Atestação de ereção e criação da Irmandade
9. Solicitação de aprovação eclesiástica
10. Solicitação de confirmação régia
11. Comentário sobre reforma de capítulos, emitido por autoridade competente
12. Despachos/Provisões das instâncias eclesiástica e/ou temporal, que geralmente incidem restrições ao compromisso apresentado
13. Outros gêneros documentais, como, por exemplo, disputas por precedência entre irmandades em procissões
14. Termo de encerramento
15. Folha de guarda
16. Plano posterior da encadernação (p. 134-135)

Conforme explicação de Montanheiro (2009), esse seria um modelo hipotético, podendo haver mudanças na ordenação desses elementos ou ausência de algum deles.

¹¹⁰ Montanheiro (2009) menciona, também, que Marquês de Pombal “determinou que os Compromissos fossem submetidos à confirmação da Mesa da Consciência e Ordens – tribunal régio para os negócios da Fé –, que passou a controlar efetivamente as irmandades” (p. 143). Verificamos que em todos os livros de compromisso selecionados para comporem o nosso *corpus* remetem à referida Meza da Consciência e Ordens, seguindo as regulamentações exigidas àquela época.

Salvaguardadas algumas diferenças, de maneira geral, seria essa a estruturação que também observamos nos livros de compromisso que compõem o nosso *corpus*.

Aspecto significativo e que está estritamente relacionado aos objetivos traçados para o nosso estudo, Montanheiro (2009) explica que os livros de compromissos são bons exemplos “das contradições ortográficas e das idiossincrasias que caracterizaram a escrita do Setecentos” (p. 136). Em referência aos capítulos, propriamente ditos, o referido autor disserta que, mesmo havendo uma caligrafia cuidada, que possa apontar para um mesmo punho, ainda assim tornam-se perceptíveis as variações ortográficas, caráter também avistado por nós em relação aos documentos que compõem o nosso *corpus*. Além disso, o autor destaca que, independentemente de se tratar de um escriba/copista letrado, identifica-se, em sua escrita, traços tanto etimológicos quanto da oralidade, no qual a prática de se “escrever a língua portuguesa do mesmo modo como é pronunciada, parece ter sido corrente na época” (p. 137).

Característica importante para entendermos o contexto de produção desses textos, Montanheiro (2009) relata ser o escrivão e o tesoureiro os membros responsáveis pela lida com os documentos de uma irmandade. A título de ilustração, podemos retomar parte dessas informações no Livro de Compromisso de Nossa Senhora do Amparo:

AobrigaçãodoEs=
crivaõ não deMenos contahe, porque aele pertence ocuida-
do dos Livros, eboa Ordem deles, fazendo a cen[t]os de recei=
ta, edespeza comclareza, edestinaõ; equando o Juiz poralgua
ocupasaõ, ouempedimento não possa ase[s]tir oque esta aseu car-
go eobrigaçãõ, o Escrivãõ suprirá emseu lugar, comomesmo
ônus do Capitulo terceiro. (DUCHOWNY; COELHO, 2013, Livro de
Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Amparo, 1782, fól. 2r)

Assim como Barbosa (1999, 2006), Elspass (2012) diferencia textos prototípicos de *imediatismo* e de *distância*: o primeiro remete às concepções de “oralidade, informalidade, não planejamento”, enquanto o segundo se refere à “letrado¹¹¹, formalidade, planejamento” (ELSPASS, 2012, p. 156-157, tradução nossa). Nesse sentido, para o autor, as cartas pessoais seriam consideradas, prototipicamente, como sendo de imediatez, contrariamente aos contratos jurídicos, enquadrados na acepção de *distância*, formando, assim, um *continuum* conceitual. Entre esses dois extremos, teríamos diferentes textos, que se aproximariam de um ou de outro pólo, a depender da sua gradiência quanto ao *imediatismo* ou à *distância*. Entender essa concepção mostra-se relevante, uma vez que o contexto de produção, a situação

¹¹¹ *Literateness*, palavra empregada por Elspass (2012), remete ao conceito de erudição, de domínio da norma padrão (culto).

comunicacional e a finalidade de um texto podem divergir entre um e outro; entretanto, há de se ter cautela com determinadas afirmações, posto que em um extremo poderíamos encontrar nuances internas que sejam características do outro extremo, nos indicando a necessidade de relativizar essas acepções. Primeiramente, textos mais enrijecidos, como é o caso dos de âmbito jurídico, podem apresentar traços de oralidade, enquanto textos que denotem maior liberdade entre interlocutores, tais como as cartas particulares, podem conter estruturas da dita norma padrão escrita, principalmente em se tratando de períodos pretéritos. Já a dualidade *formal vs informal*¹¹² também exige cuidado ao ser retratada, uma vez que ela dependerá da relação entre os interlocutores. Do mesmo modo, apontar a existência, ou não, de planejamento torna-se problemático, tendo-se em vista que uma determinada produção exige algum tipo de planejamento, para que seja inteligível. De qualquer modo, assumimos que, em nossa pesquisa, estamos lidando com gêneros cujos contextos de produção se aproximam, em que os termos de devassa, o estatuto de ordem terceira e os livros de compromisso têm um contexto mais restritivo, inclusive pelo seu caráter formulaico.

Outro ponto defendido por Elspass (2012) é a escolha por produções de pessoas consideradas semi-alfabetizadas. Isso porque esses escreventes estariam menos sujeitos às convenções da norma escrita, deixando transparecer maiores evidências da língua falada. Para o autor, “cartas pessoais ou diários redigidos por pessoas semi-alfabetizadas teriam maior potencial para se tornarem fontes autênticas da oralidade histórica” (ELSPASS, 2012, p. 158, tradução nossa)¹¹³. Embora o nosso *corpus* seja de documentos com estruturas mais fixas e, supostamente, mais afeitas à norma predicada no período, dado o seu caráter mais formal¹¹⁴, acreditamos que eles possam ser importantes fontes para o levantamento e para a compreensão sobre os aspectos linguísticos praticados na época, podendo, inclusive, fornecer pistas sobre características do vernáculo.

¹¹² Estamos levando em consideração o contexto sócio-cultural dos setecentos, período, como já mencionado anteriormente, caracterizado pelo patriarcalismo e pela supremacia da elite, composta, essencialmente, por pessoas brancas. Daí a nossa atenção sobre possíveis relações interpessoais possivelmente desiguais. Além disso, em relação à (in)formalidade, nos atemos ao que explicita Camacho (2004): “as variedades estilísticas resultam da adequação da expressão às finalidades específicas do processo de interação verbal com base no grau de reflexão sobre as formas que constituem a competência comunicativa do sujeito falante. O grau de reflexão é proporcional ao grau de formalidade da situação interacional: quanto menos coloquiais as circunstâncias, tanto maior a preocupação formal.” (p. 42)

¹¹³ “[...] private letters and diaries written by semi-literate writers seem to have the highest potential to render authentic sources of historical orality” (ELSPASS, 2012, p. 158).

¹¹⁴ Entendemos, assim como advertido por Barbosa (1999), a necessidade de se relativizar esse conceito, haja vista a distância temporal que se tem entre a contemporaneidade e o que era previsto para os setecentos. Porém, considerando o contexto e os objetivos dos compromissos, bem como a existência de um contínuo de formalidade (cf. VIEIRA; FARACO, 2019), podemos supor que tais documentos se circunscrevem no extremo *mais formal*.

Na subseção seguinte, descrevemos os critérios adotados para análise dos dados

3.3 Critérios para a coleta e para a análise dos dados

Como já apontado ao longo do nosso estudo, objetivamos fazer um levantamento quantitativo das marcas de representação ortográfica que possam nos evidenciar se se trata de uma grafia etimológica ou de uma grafia fonética/fonológica. Para nos auxiliar na etapa de identificação de tais marcas, recorreremos aos estudos de Coutinho (2004 [1976]) e de Viaro (2014) para a avaliação dos metaplasmos. Além disso, tendo em vista que não é uma tarefa simples a identificação dos latinismos, recorreremos não apenas a esses estudiosos, como também ao dicionário etimológico de Cunha (2010) e, eventualmente, à bibliografia de Rezende (2013) e de Rezende e Bianchet (2021). Isso porque precisamos diferenciar as etimologias verdadeiras das pseudoetimologias. Critério igualmente relevante para a identificação dos dados, utilizaremos manuais e dicionário do século XVIII, para nos direcionarem quanto à ortografia adotada na época¹¹⁵: *Orthographia, ou a arte de escrever, e pronunciar com acerto a Lingua Portugueza*, de João de Moraes Madureira Feijó (1734), *Verdadeiro metodo de estudar para ser util à República, e à Igreja*, de Luís António Verney (1746) e *Vocabulario portuguez, e latino*, de Dom Rafael Bluteau (1712-1728). A escolha por esses três documentos normativos se deu baseada em alguns aspectos. Coelho (2018), em estudo comparativo da norma sobre os sinais de pontuação, verificou o distanciamento de normas existente entre Feijó (1734), que teria uma postura mais voltada para a tradição latina, e Verney (1746), que visa a uma norma mais modernizada. Segundo a autora, Feijó (1734) seria mais afeito ao que prescreve Véra (1631), atendo-se, portanto, às raízes tradicionais para o ensino da língua, apoiados na gramática latina. Já a escolha pelo manual de Verney (1746) não apenas está alinhada à percepção do comparativo estabelecido por Coelho (2018), como também encontra respaldo no estudo realizado por Soares (2002). Segundo esta autora, até meados do século XVIII, o ensino de gramática era baseado na língua latina, característica que se modificou com a Reforma de Estudos, de Marquês de Pombal, que visava, entre outras modificações, ao ensino de língua portuguesa. Para tanto, Pombal adotou a metodologia proposta por Verney (1746). A esse respeito, Soares (2002) diz que “além do aprender a ler e escrever em português, introduziu-se o estudo da gramática portuguesa, que passou a ser

¹¹⁵ Temos ciência de que, no referido século, não havia uma orientação única para a ortografia (cf. MARQUILHAS, 1996; BARBOSA, 1999), podendo os autores assumir uma norma mais conservadora ou mais modernizada; mas as informações contidas nessas obras podem nos ilustrar quais seriam as formas preconizadas na época.

‘componente curricular’, como diríamos na terminologia atual, ao lado da gramática latina, que manteve a sua posição de ‘componente curricular’” (p. 161). Já a escolha pelo dicionário de Bluteau (1712-1728) se deu pela visibilidade de sua obra, a considerar, inclusive, a sua menção por outros normativistas do período, como ocorre nos manuais de Feijó (1734) e de Verney (1746). Entendemos, portanto, que seja esse dicionário um material de referência para o período.

Para a etapa da coleta, utilizamos o aplicativo AntConc, por permitir a geração de listas de palavras, otimizando, por conseguinte, o nosso trabalho de verificação das ocorrências. Ressaltamos que, para não assegurar o balanceamento dos dados, imprescindível para a análise quantitativa, mantivemos valores aproximados de palavras por documento, conforme descrito no quadro a seguir:

Quadro 10 - Quantidade de palavras para cada documento do *corpus*

Documento	<i>Termos de Devassa</i>	<i>Estatuto da Ordem Terceira de São Francisco</i>	<i>Livro de Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora das Mercês</i>	<i>Livro de Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Amparo</i>
Types	379	902	886	912
Tokens	2656	2557	2488	2549

Fonte: Elaboração própria (2023).

Destacamos duas observações relevantes a respeito das escolhas sobre o nosso *corpus*. A primeira é que, embora os termos de devassa apresentem número relativamente inferior de *types*, o quantitativo equivalente de *tokens* entre todos os documentos não trará prejuízo para a nossa pesquisa, haja vista os critérios adotados no momento da análise, considerando questões quanti-qualitativas.. Além disso, visando a uma maior padronização na nossa seletiva, restringimos a coleta a apenas aos estatutos presentes nos livros de compromisso, mantendo-se, dessa forma, somente esse gênero para as agremiações¹¹⁶. Esse é um recurso para, inclusive, limitar o punho responsável pela escrita de cada um dos documentos, dado que em algumas partes do documento há diversidade de punhos. Além disso, ressaltamos que, independentemente de serem gêneros distintos - termos de devassa e estatutos -, tais

¹¹⁶ Importante salientar que os Livros de Compromisso reúnem, assim como já advertido, outros gêneros textuais, como termos de aceitação e de obrigação, por exemplo.

documentos guardam o mesmo estilo, seguindo-se a proposta de Bakhtin (1997), já que são documentos mais formais e que circulam na esfera religiosa.

Uma vez computados e quantificados os dados, passamos ao levantamento estatístico, utilizando-se, para tanto, de regra de três simples, para estabelecermos os percentuais de dados encontrados e, conseqüentemente, tecer generalizações.

Para a análise, pautamo-nos no levantamento de informações reunidas no capítulo 1. Acreditamos, também, que seja relevante tecer comparativos com o que está prescrito na norma setecentista (cf. Capítulo 2). Isso porque esses manuais podem servir como parâmetro para a avaliação do nível de letramento dos indivíduos, apontando o mais ou o menos letrado, uma vez que podem se aproximar de uma ou outra norma, ou, ainda, mesclar ambas as metodologias. Apesar de termos ciência dos questionamentos levantados por Barbosa (2006) sobre o que é norma praticada e norma prescrita, acreditamos que a reprodução, em alguma medida, do que preveem os normativistas nos fornece indicativos se o escrevente seria, de fato, um sujeito letrado.

De modo esquematizado, a análise compreendeu as seguintes etapas: levantamento e análise dos dados identificados nos documentos religiosos, quais sejam, os *Termos de Devassa*, o *Estatuto da Ordem Terceira de São Francisco* e os *Livros de Compromisso*, das Irmandades de *Nossa Senhora das Mercês* e de *Nossa Senhora do Amparo*. O fator extralinguístico em análise é o comparativo entre grupos socioeconômicos distintos, no qual os Termos de Devassa e o Estatuto da Ordem Terceira são representativos da elite cultural e cujos escreventes são homens brancos, que desempenham a função social de padres; já os Livros de Compromisso são representativos de pessoas pretas e pardas, compondo as camadas sociais mais baixas da população e, pelo entendimento do contexto social da época, os de menor (ou nenhum) acesso ao ensino formal ou às práticas letradas. Acrescentamos que a escolha pelos termos de devassa, estatuto da ordem terceira e os estatutos dos compromissos de irmandades leigas reside na possibilidade de estarmos lidando com documentos de extremos opostos - os dois primeiros amparados pelas formas tidas como eruditas, principalmente as etimologizações, e o compromissos pautados em uma escrita mais fonética, pelo pouco acesso às práticas letradas. Dada a necessidade de se delimitar a análise, analisaremos alguns dos fenômenos identificados no nosso *corpus*, quais sejam: (i) representação de /s/ e de /z/, (ii) representação de nasalidade, (iii) gemação de consoantes e (iv) abaixamento de vogais. A nossa seletiva reside no fato de tais fenômenos terem sido mais proeminentes, totalizando um percentual de 75,97% das ocorrências, tomando como base o

percentual mínimo de 10% de ocorrências. Considerando-se, também, que o abaixamento de vogais é um fenômeno que ocorre em via de mão dupla, decidimos por incluir, em nossa análise, o alçamento de vogais, o que corresponde a 23 ocorrências (1,27%), por acreditarmos que isso possa nos oferecer maiores subsídios para o entendimento das escolhas ortográficas dos escribas.

CAPÍTULO 4

APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE RESULTADOS

Conforme a decisão metodológica mencionada no Capítulo 3, pautada na frequência superior a 10%, selecionamos, para o desenvolvimento de nossa análise, cinco fenômenos, quais sejam, (i) a representação múltipla de /s/ e de /z/, (ii) a representação de nasalidade, (iii) a geminação de consoantes, (iv) o abaixamento de vogais e (v) o alçamento de vogais. Incluímos nesse rol o alçamento de vogais, por acreditarmos que esse fenômeno possa estar entrelaçado aos resultados para o abaixamento de vogais. Na tabela 1, abaixo, estão quantificados todos os fenômenos referentes às marcas de oralidade e de escripturalidade encontrados no *corpus*:

Tabela 1 - Lista de fenômenos identificados em documentos mineiros setecentistas

Tipo de fenômeno	Devassa	Ordem 3^a	Amparo	Mercês	Total de dados para cada fenômeno
<i>Representação múltipla de /s/ e de /z/</i>	249 (13,7266%)	121 (6,6703%)	114 (6,2845%)	103 (5,6781%)	587 (32,36%)
<i>Representação de nasalidade</i>	31 (1,7089%)	199 (10,9702%)	38 (2,0948%)	52 (2,8666%)	320 (17,64%)
<i>Geminação de consoantes</i>	50 (2,7563%)	150 (8,269%)	18 (0,9923%)	55 (3,032%)	273 (15,05%)
<i>Abaixamento de vogais</i>	95 (5,237%)	48 (2,6461%)	40 (2,2051%)	15 (0,8269%)	198 (10,92%)
Adição de <i>h</i>	13 (0,7166%)	34 (1,8743%)	27 (1,4884%)	22 (1,2128%)	96 (5,29%)
Centralização de vogais	61 (3,3627%)	-	3 (0,1653%)	1 (0,0551%)	65 (3,58%)
Iodização	23 (1,2679%)	4 (0,2205%)	1 (0,0551%)	17 (0,9372%)	45 (2,48%)
Adição de grafemas <i>c</i> , <i>g</i> e <i>p</i>	-	25 (1,3782%)	7 (0,3853%)	10 (0,5513%)	42 (2,31%)
Representação	22	10	3	7	42

de sílabas complexas	(1,2128%)	(0,5513%)	(0,1653%)	(0,3853%)	(2,31%)
Alçamento de vogais	3 (0,1653%)	2 (0,1102%)	9 (0,4961%)	9 (0,4961%)	23 (1,27%)
Subtração de h	-	10 (0,5512%)	9 (0,4961%)	2 (0,1102%)	21 (1,16%)
Subtração de e	11 (0,6064%)	1 (0,0551%)	3 (0,1653%)	2 (0,1102%)	17 (0,94%)
Representação múltipla de /k/	12 (0,6615%)	1 (0,0551%)	1 (0,0551%)	-	14 (0,77%)
Metafonia	1 (0,0551%)	4 (0,2205%)	4 (0,2205%)	4 (0,2205%)	13 (0,72%)
Representação múltipla de /j/	-	3 (0,1653%)	6 (0,3308%)	2 (0,1102%)	11 (0,61%)
Adição de e	5 (0,2756%)	5 (0,2756%)	-	-	10 (0,55%)
Ditongação	-	2 (0,1102%)	-	5 (0,2756%)	7 (0,38%)
Anteriorização de vogais	-	-	-	6 (0,3308%)	6 (0,33%)
Subtrações (gerais)	d (1) a (1) v (1) (0,1653%)	-	-	p (1) o (1) (0,1102%)	5 (0,28%)
Geminação de vogais	-	1 (0,0551%)	4 (0,2205%)	-	5 (0,28%)
Representação múltipla de /r/	1 (0,0551%)	1 (0,0551%)	2 (0,1102%)	1 (0,0551%)	5 (0,28%)
Posteriorização de vogais	1 (0,0551%)	1 (0,0551%)	-	1 (0,0551%)	3 (0,17%)
Betacismo	1 (0,0551%)	2 (0,1102%)	-	-	3 (0,17%)
Monotongação	-	-	-	1 (0,0551%)	1 (0,05%)
Palatalização	1 (0,0551%)	-	-	-	1 (0,05%)
Rotacismo	-	-	1 (0,0551%)	-	1 (0,05%)

Total de ocorrências por documento	583 (32,14%)	624 (34,4%)	290 (15,98%)	317 (17,48%)	1814 (100%)
---	-------------------------	------------------------	-------------------------	-------------------------	------------------------

Fonte: Elaboração própria (2023).

A partir da análise dos fenômenos em itálico na tabela acima, procederemos ao julgamento de nossa hipótese inicial, qual seja, a de que a escolha por determinadas grafias teria correlação com o estágio de aquisição da escrita, indicando, conseqüentemente, o maior ou o menor nível de letramento do escriba de sincronias pretéritas. Nesse sentido, acreditamos que os escreventes das Devassas e da Ordem Terceira de São Francisco, por pertencerem ao clero e, historicamente, terem acesso ao ensino institucionalizado, produziriam um maior quantitativo de grafias etimológicas, ao passo que os escreventes das Irmandade de Nossa Senhora do Amparo e de Nossa Senhora das Mercês deixariam registradas, em maior quantidade, marcas de escrita fonética, haja vista o pouco ou nenhum acesso ao ensino formal. O objetivo central da análise, portanto, é o de examinar marcas de escrituralidade e de oralidade, presentes no *corpus* selecionado para o estudo, na tentativa de identificar características do perfil social dos escreventes, mais especificamente relativas a seu grau de letramento, bem como de resgatar eventuais traços da oralidade mineira, no século XVIII.

4.1 Discussão dos resultados

Como visto no capítulo 2, o século XVIII está inserido no período ortográfico entendido como *pseudoetimológico* (cf. COUTINHO, 2004 [1976]; SAID ALI, 1971 [1921]; WILLIAMS, 1975), que, como sugere a sua denominação, refere-se ao emprego de grafias etimologizantes. Isso não descarta, porém, a possibilidade de nos depararmos com uma escrita fonética, principalmente se considerarmos que nem todos os escribas tinham conhecimentos sobre as línguas latina e grega, além de tentativas de se reproduzir uma grafia etimológica, sem que essa tenha, de fato, tal origem, acarretando falsas etimologias. Importante considerar também, como apresentado nas práticas letradas do século XVIII (cf. capítulo 3), a ênfase dada, no período, ao ensino-aprendizagem da língua latina, atribuindo-se a esse conhecimento um caráter de erudição. Retomadas tais considerações, passemos à análise detalhada de cada um dos fenômenos selecionados.

4.1.1 Representação de /s/ e de /z/

De acordo com Zorzi (2003), as representações múltiplas, tais como a de marcação gráfica para algumas consoantes surdas e sonoras, entre as quais /s/ e /z/, são as que concentram maior incidência de erros na aquisição da escriptualidade, devido aos problemas intrínsecos à linguagem escrita. Embora seu estudo seja voltado para os processos de alfabetização infantil, há consonância com os achados de Oliveira (2006) e de Santiago (2012; 2019), por exemplo. Também o fato de termos identificado um percentual de 32,43% de ocorrências em todo o *corpus*, sendo este o desvio mais recorrente, nos evidencia que essa é uma dificuldade compartilhada pelos escribas do século XVIII. Embora essa seja uma dificuldade característica do processo de aquisição da escrita, outras motivações devem ser consideradas, uma vez que, assim como pressupomos, os escreventes de nosso *corpus* são considerados hábeis com diferentes níveis de letramento. Tendo isso em vista, começaremos nossa análise pelos documentos escritos por membros do clero, iniciando pelos Termos de Devassa:

Tabela 2 - Representação de /z/ nos Termos de Devassa

Fonema	/z/	
Grafema	s	z
Quantidade de ocorrências	30 (19,48%)	124 (80,52%)
Total de ocorrências	154 (100%)	

Fonte: Elaboração própria (2023).

Conforme avistamos na tabela 2, a representação da sibilante sonora foi identificada nas grafias em *s* (19,48%) e em *z* (80,52%), chamando-nos a atenção o quantitativo superior desta marcação. Isso evoca uma possível conjectura: refere-se à possibilidade de associação que o escrevente fez de uma relação biunívoca entre som e fala, numa tentativa de reprodução da oralidade. Interessante observar, inclusive, que apenas o vocábulo *freguezia* está redigido de acordo com sua versão dicionarizada (cf. Apêndice).

Os dados da representação do fonema /z/, grafados com *s*, também são relevantes para desvendarmos as escolhas do escriba das devassas. As ocorrências concentram-se nas formas *fas*, *fes*, *fis* e *crus*, esta com apenas uma ocorrência. Em comparação às grafias em *s* e em *z*, evidencia-se a regularidade adotada pelo escrevente, haja vista que *z* é utilizado em contexto intervocálico e *s* no final de palavras, nas sílabas travadas. A escolha por *s* pode ter explicação na analogia, haja vista que é essa a consoante mais comumente encontrada em sílabas travadas. É importante considerarmos, também, o ambiente em que esses dados ocorrem:

- (1) [...] Conciderando as Gravissimas ofenssas que **fas** a Deos nosso Senhor [...]. (COELHO; DUCHOWNY, 2013, Termos de Devassa, 1750, fol. 2v)
- (2) [...] Conciderando as gravessissimas ofenssas que a Deos Nosso Senhor **fas** na Continuação do Seu pecado [...]. (COELHO; DUCHOWNY, 2013, Termos de Devassa, 1750, fol. 4r)

Embora a terminação do verbo conjugado *faz* seja realizada como um fonema surdo, o ambiente em que ele é reproduzido poderia interferir nisso. Nesse sentido, quando anterior a vogais, o ouvinte o perceberia como um fonema sonoro, algo que era esperado para o primeiro exemplo, mas que não foi concretizado em sua escrita. Tanto anterior a vogais, quanto a consoantes, o escrevente dos Termos de Devassa optou pela grafia em *s*, o que reforça a nossa avaliação de um emprego analógico. Nossa interpretação encontra respaldo quando buscamos pelas respectivas formas grafadas em *z*, para as quais encontramos apenas duas ocorrências: uma para a forma *faz* e uma para a forma *fiz*. Além disso, é necessário refletirmos sobre os efeitos disso, já que há a recomendação de Feijó (1734) para a manutenção da consoante *z* nas conjugações de *fazer*. Considerando o contexto de produção do gênero *devassas*, em que o escriba registra o depoimento enquanto ele é falado, nos faz pressupor que a grafia em *s* seja resultado de analogia: o escriba pode não conhecer a norma ou pode não tê-la associado no momento da escrita e teria recorrido aos conhecimentos linguísticos por ele internalizados.

Tabela 3 - Representação de /s/ nos Termos de Devassa

Fonema	/s/		
Grafema	s	ss	c
Quantidade de ocorrências	45 (47,37%)	17 (17,89%)	33 (34,74%)
Total de ocorrências	95 (100%)		

Fonte: Elaboração própria (2023).

Quanto à sibilante surda, vê-se uma maior produtividade de ocorrências em *s* (47,37%), seguido de *c* (34,74%) e de *ss* (17,89%), respectivamente. A preferência pela grafia em *s* também pode ser reflexo da crença em uma relação biunívoca entre fonema. Contudo, é necessária a avaliação dos demais fenômenos selecionados para o estudo, a fim de determinarmos, com maior segurança, qual explicação seria a mais plausível para esse comportamento.

Ainda em relação ao fonema surdo, temos as formas *Cominação/cominacão/cuminacão* e *Comonicacão* que, embora devessem ser cedilhadas, haja vista a sua dicionarização em *ç* (cf. Apêndice), podem refletir algum conhecimento do escriba quanto à grafia em *c*, e não em *s*, por exemplo. Outros dados que também merecem destaque são as formas *apareseu/apareSeu/aparesseu* e *asim*; ainda que apresentem grafias divergentes do que dita Bluteau (1712-1728), podem revelar influência etimológica (*apparēscēre* e *ad -sīc*, respectivamente). No caso de *apareseu/apareSeu/aparesseu*, que conta com seis ocorrências, é interessante observar que estão registradas cinco ocorrências com a grafia em *c*, evidenciando-nos, também, dificuldades do escriba quanto à adoção da grafia normatizada para o período. Os demais casos distanciam-se tanto de sua origem etimológica quanto das formas dicionarizadas, o que atesta desvio da norma prescrita por Feijó (1734).

Outro dado, que assim como as conjugações de *fazer*, pode estar associado ao imediatismo da produção das devassas são as ocorrências *gravesssisimas*, *gravissisimo*, *gravessisimo*, *gravessisimas*, *gravissisimas*. Segundo Feijó (1734), deve-se empregar *ss* nos superlativos. Isso é observado nesses dados, mas há fluidez de emprego, decorrente do acréscimo de sílaba *si*. Aparentemente, o escriba detém o conhecimento sobre o emprego de *ss*, mas essa noção é perdida, seja pela presença de *sss*, indicando possível lapso do escriba,

seja pela representação com apenas um *s* na sílaba acrescentada, fazendo-nos indagar quais outros mecanismos linguísticos estariam interferindo em suas escolhas.

De modo geral, apesar de a frequência do grafema *s* para marcação de surda e de *z* para a sonora ser expressiva, não podemos asseverar, com certeza, que o escriba tenha se apoiado em Verney (1746). Esse panorama pode nos indicar, portanto, um alinhamento ao que Zorzi (2003) defende quanto às dificuldades de representações múltiplas, característica observada, inclusive, em outros estudos com escreventes inábeis, como os de Oliveira (2006) e de Santiago (2019), por exemplo, levando-nos também a assumir que tais marcas configuram inabilidade de escrita e, portanto, caracterizam um escriba menos letrado.

Passemos, na tabela 4, para a averiguação do comportamento da variação gráfica para sinalizar a representação de /z/ no Estatuto da Ordem Terceira de São Francisco.

Tabela 4 - Representação de /z/ no Estatuto da Ordem Terceira de São Francisco

Fonema	<i>/z/</i>		
Grafema	<i>s</i>	<i>ss</i>	<i>z</i>
Quantidade de ocorrências	2 (2,6%)	1 (1,3%)	74 (96,1%)
Total de ocorrências	77 (63,64%)		

Fonte: Elaboração própria (2023).

Substancialmente, temos uma maior recorrência de dados relativos à sonora /z/, somando 77 ocorrências, sendo a grafia em *z* a mais proeminente (96,1%), assim como avistamos para os Termos de Devassa. Desse modo, a primeira característica que nos chama a atenção é a regularidade quanto ao uso de *z* para grafar o fonema sonoro, com exceção das palavras *cassaca* e *ves/vês*, inclusive com valores mais elevados, se comparados aos Termos de Devassa. É possível que o escrevente da Ordem Terceira tenha se apoiado na norma prescrita por Verney (1746), principalmente se considerarmos a imposição de Marquês de Pombal pela adoção da metodologia deste gramático no ensino de língua portuguesa. Na tabela 5, a seguir, dispomos os resultados da representação de /s/ neste documento.

Tabela 5 - Representação de /s/ no Estatuto da Ordem Terceira de São Francisco

Fonema	/s/			
Grafema	s	ss	ç	c
Quantidade de ocorrências	5 (11,36%)	7 (15,91%)	21 (47,73%)	11 (25%)
Total de ocorrências	44 (100%)			

Fonte: Elaboração própria (2023).

Em relação à surda, observamos maior variabilidade, sendo representada, graficamente, por *c*, por *s*, por *ç* e por *ss*, com um quantitativo superior para ocorrências com *ç* (47,73%). Ademais, podemos notar algumas regularidades. O emprego de *c* ocorreu no interior de palavras ou quando em posição enclítica, no caso de *ce* (*acharce*, *agregarce*, *desdizerce*, *emcorporarce* e *exercitarce*). Importante observar que, em relação a esse caso, trata-se do clítico *se* que foi incorporado ao verbo. Já a consoante *s* ocorreu, em sua maioria, na posição inicial, salvo na palavra *assignada*. Os grafemas *ç* e *ss* foram identificados no interior de palavras, sendo que a última grafia concentra sete ocorrências para as formas *fassa* e *servisso*. Não se pode desconsiderar que a utilização de *ss* em contexto intervocálico, apesar de não corresponder à forma correta de grafia, evidencia maior consciência ortográfica do escriba em relação ao contexto sonoro de emprego do som /s/, indicando um estágio mais avançado no processo de aquisição da escrita, de acordo com os postulados de Zorzi (2003).

Observamos, em nossos dados, que a maior parte das ocorrências distancia-se tanto de suas origens etimológicas, quanto de suas formas dicionarizadas. Entretanto, é importante trazermos à luz algumas considerações a respeito das formas que não se enquadram nesse perfil. Em relação às formas *desobedeçerem* e *dezobediente*, em que o escrevente adotou grafias diferentes para marcar a sonoridade do prefixo *des-*, há dúvidas se se trata de um lapso ou de uma dificuldade quanto à habilidade escrita. A forma *dicer*, embora Bluteau (1712-1728) remeta à grafia em *ss*, guarda semelhança com sua origem etimológica *dīcēre*. Destacamos, ainda, a utilização de *cedilha* no vocábulo *lançe*, que, apesar de não retratar as formas etimológica ou dicionarizada por Bluteau (1712-1728), pode ter influência da forma *lançar*, resultado de um processo de analogia e, conseqüentemente, revelando uma dificuldade do escriba quanto à ortografia, mas a adoção de recursos gerativos na aplicação de regras e, portanto, certo nível de conhecimento metalinguístico. Nesse viés, temos também a

palavra *remição*¹¹⁷, que, àquele período, não se encontrava dicionarizada, co-ocorrendo com a forma *remissão*¹¹⁸. De maneira semelhante, podemos presumir a existência de conhecimento metalinguístico para o emprego de *ç*, uma vez que esse desvio não implica, necessariamente, em dificuldade de representação do fonema /s/.

Mantendo nossa proposta metodológica de comparar documentos de indivíduos mais e menos letrados, apresentamos, em seguida, os achados a respeito da marcação de surda e de sonora no Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Amparo.

Tabela 6 - Representação de /z/ no Livro de Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Amparo

Fonema	/z/	
Grafema	s	z
Quantidade de ocorrências	1 (1,75%)	56 (98,25%)
Total de ocorrências	57 (100%)	

Fonte: Elaboração própria (2023).

Quanto à representação do fonema sonoro, verificamos, além da preponderância de palavras grafadas em *z* (98,25%), a presença da forma *ves* (do latim *vīcis*), que por um processo evolutivo da passagem do latim para o português, deveria estar grafado em *z*; contudo, assim como ocorrido nos Termos de Devassa, o escrevente pode ter se influenciado pela oralidade, o que explica sua escolha pelo *s*. Destacamos, ainda, as formas dicionarizadas *despeza*, *Freguezia*, *mezes e meza* (cf. Apêndice), esta última com 21 ocorrências (36,84%), distanciando-se, dessa maneira, do panorama avistado para os documentos escritos por membros do clero e reforçando o quão complexa é a análise da ortografia em sincronias pretéritas.

¹¹⁷ A palavra *remição*, com o uso de *ç*, pode ser entendida como uma inovação. Acreditamos nessa possibilidade pelo fato de Cunha (2010) atribuir seu registro ao final do século XIX, como também por ambas as grafias - em *ss* e em *ç* - estarem dicionarizadas no português contemporâneo (cf. Aulete on-line).

¹¹⁸ Cf. Figura 4, no Capítulo 3.

Tabela 7 - Representação de /s/ no Livro de Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Amparo

Fonema	/s/			
Grafema	s	z	ç	c
Quantidade de ocorrências	33 (57,9%)	10 (17,54%)	1 (1,75%)	13 (22,81%)
Total de ocorrências	57 (100%)			

Fonte: Elaboração própria (2023).

Quanto à representação do fonema surdo, temos as palavras *asentando*, *asim/aSim* e *padesa* como possíveis reflexos de etimologização (**adsentāre*, ad -*sīc*, **patēscēre*). De modo semelhante ao que se verifica para a representação da sonora, a marcação para o fonema /s/ apresenta formas também dicionarizadas: *aceio*, *acentos*, *acrecentar*, *conciencia* e *mez* (cf. Apêndice). Embora esses dados não representem desvios, eles servem para estabelecermos parâmetros com os demais documentos, principalmente por apresentarem maior variação de *tokens*. A princípio, podemos supor que o escrevente do Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Amparo teve maior atenção quanto à ortografia sistematizada para o período, algo que será melhor verificado na avaliação dos demais fenômenos. O fato, contudo, de haver aí maior fidelidade à escrita do período não pode ser tomado isoladamente como um dado em favor da maior habilidade ortográfica do escriba. Não se pode desconsiderar que, em fase inicial de aquisição da escrita, o aprendiz tende a errar menos, porque ele tende a ser mais fiel à cópia, desvencilhando-se do texto e apoiando-se em suas hipóteses sobre a escrita à medida que vai ganhando maior autonomia em decorrência da maior familiaridade com regras. Tal familiaridade, contudo, incide em maior desvio.

Além disso, verificamos, ainda, para a sibilante surda, a presença de formas grafadas com *z* em posição final de sílabas travadas, como se vê nas palavras *algunz*, *bonz*, *unz*, *Confiçoenz*. Tal característica diverge dos resultados obtidos para os documentos escritos por padres, embora mantenha uma regularidade no uso

Vejamos, por conseguinte, como se dava a marcação sonora no Livro de Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora das Mercês, a partir da análise dos resultados dispostos na tabela 8 a seguir.

Tabela 8 - Representação de /z/ no Livro de Compromisso de Nossa Senhora das Mercês

Fonema	/z/
Grafema	z
Quantidade de ocorrências	71 (100%)
Total de ocorrências	71 (100%)

Fonte: Elaboração própria (2023).

A partir do levantamento dos dados no Compromisso das Mercês, observamos a existência de valores percentuais aproximados da marcação de /z/ tanto para o Estatuto da Ordem Terceira, quanto para o Compromisso da Irmandade de N. Sr^a das Mercês. Além disso, notamos semelhança quanto à marca de sonoridade, sendo representada, em todos os dados, pela grafia em *z*. Isso pode estar refletindo, assim como já pressupusemos, tanto a possível influência do que se tinha nos impressos dos setecentos quanto a crença em uma relação biunívoca entre letra e som.

Tabela 9 - Representação de /s/ no Livro de Compromisso de Nossa Senhora das Mercês

Fonema	/s/					
Grafema	<i>s</i>	<i>ss</i>	<i>sc</i>	<i>z</i>	<i>ç</i>	<i>c</i>
Quantidade de ocorrências	4 (12,5%)	3 (9,375%)	6 (18,75%)	14 (43,75%)	2 (6,25%)	3 (9,375%)
Total de ocorrências	32 (100%)					

Fonte: Elaboração própria (2023).

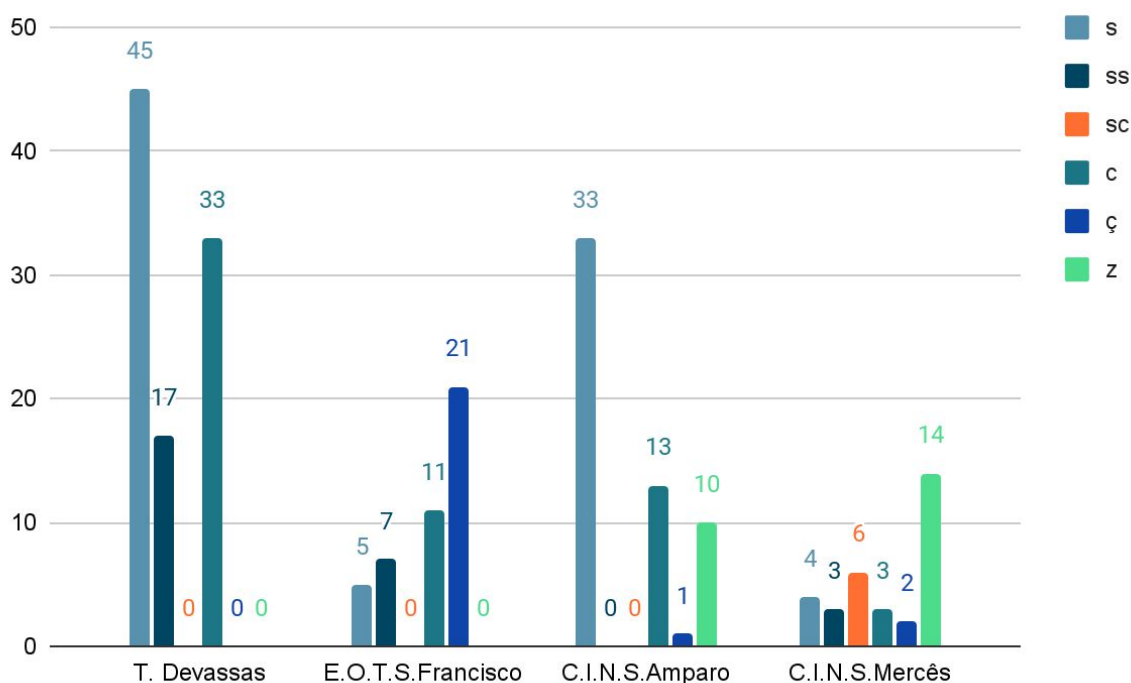
Quanto à marcação da surda, além das representações em *s*, *ss*, *ç* e *c*, identificamos, também, a presença de *z* e de *sc*, demonstrando maior variabilidade de usos e, consequentemente, maior repertório de regras. Considerando-se o perfil social do escriba desse documento, há que se cogitar a possibilidade de esse repertório ser decorrente não de sua habilidade com a escrita, mas do estágio mais elementar de aquisição do código, momento em que o escriba se apoia mais fielmente no texto em que está sendo transcrito/copiado, sem cometer, assim, grandes desvios. O que nos chama a atenção é que, assim como observado

para o Compromisso de Nossa Senhora do Amparo, tem-se a marcação da surda em *z* na posição final.

Outros dados que também se destacam são *falescido*, *falescer*, *falescerem* e *falescidos*. Embora essas formas sejam distintas do que foi dicionarizado por Bluteau (1712-1728), elas apresentam semelhança com sua origem etimológica **fallescĕre*. Além dessa atribuição, outra interpretação possível seria a analogia com o verbo *nascer*. Nesse sentido, é necessário avaliarmos o comportamento dos dados para outros fenômenos, o que poderá nos fornecer maior segurança para indicar se é um traço, de fato, etimológico. Outra ocorrência que parece guardar semelhança com a etimologia é a do vocábulo *inserramento*, cuja correspondência latina seria da junção de *ĩn* e de *serāre*, reforçando a necessidade de avaliarmos o caráter etimológico nos dados do Compromisso das Mercês em uma perspectiva mais ampla.

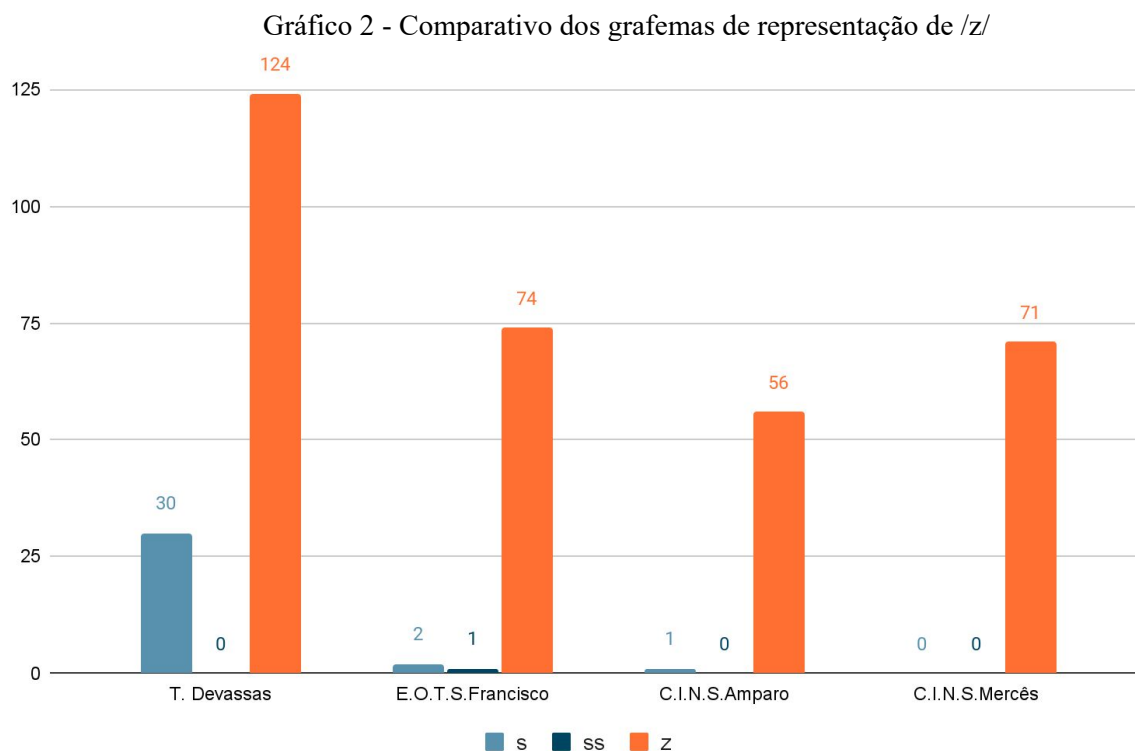
Feitas as nossas considerações sobre o comportamento dos dados em cada documento, passamos, a partir da análise do gráfico 1, ao comparativo das grafias adotadas, de modo a melhor vislumbrarmos os nossos resultados em face da hipótese aventada.

Gráfico 1 - Comparativo dos grafemas de representação de /s/



Fonte: Elaboração própria (2023).

Quanto aos grafemas utilizados para a marcação da sibilante surda /s/, verificamos que o Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora das Mercês foi o documento que se destacou, com a presença de maior variabilidade, apresentando os seis grafemas, seguido do Estatuto da Ordem Terceira de São Francisco e do Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Amparo, cada qual com quatro grafemas, e, por último, dos Termos de Devassas, com apenas três grafemas. Observamos, ainda, que as dificuldades ortográficas para a representação da surda foram preponderantes em todos os documentos, com exceção do Compromisso da Irmandade de N. Sr^a do Amparo, cujo escrevente se ateuve mais à norma, se comparado aos demais escreventes. Esse resultado preliminar refuta, em tese, a hipótese de que os documentos redigidos por clérigos apresentariam maior correção, mas tais resultados precisam ser considerados com cautela à luz de pelos menos dois fatos: (i) a falta de uma sistematização ortográfica no período, uma vez que Feijó (1734) defende a fidelidade à origem etimológica, enquanto Verney (1746) argumenta que a escolha deve ser em *s* para a representação do fonema surdo, independentemente do contexto, apesar de reconhecer a possibilidade de grafia em *c*; e (ii) a maior fidelidade à norma própria de aprendizes iniciantes, uma vez que, pela própria limitação com a escrita, eles costumam se apoiar na cópia, muitas vezes conferindo grafema por grafema, o que evita erros. Nossos resultados sugerem que o escrevente dos Termos de Devassas e o do Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Amparo estariam mais apoiados no que é prescrito por Verney (1746). Entretanto, como visto na análise pormenorizada de cada documento, poucos são os casos que possuem alguma explicação etimológica ou normativa ou que estão dicionarizados, refletindo, pois, estágio mais inicial de aquisição, assim como descrito por Zorzi (2003). Outra característica que devemos salientar é quanto à regularidade percebida nos Livros de Compromisso. Ambos apresentaram ocorrências de marcação do fonema /s/ com grafia em *z*, todas em uma mesma posição: em sílabas travadas finais. Isso nos revela uma regularidade de emprego, ainda que, desses dados, somente a forma *mez/mêz*, com uma ocorrência no Compromisso de Nossa Senhora do Amparo e com quatro no Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora das Mercês, está dicionarizada. No gráfico 2, estabelecemos o comparativo para a representação da sibilante sonora /z/.



Fonte: Elaboração própria (2023).

Observamos uma preferência pela grafia em *z*, presente em todos os documentos, inclusive com valores bastante próximos, exceto para os Termos de Devassa, que apresentou uso mais expressivo para grafia em *s*. Em relação a esse aspecto, é importante salientarmos que a grande maioria dos vocábulos escritos com *z* possuem origem em palavras grafadas em *s*, distanciando-se, pois, do caráter etimológico atribuído ao período histórico em análise, assim como assevera Feijó (1734). Também Williams (1975) traz algumas observações sobre o período e que podem nos esclarecer alguns aspectos de nossos dados. Segundo o autor, a presença de *z* final, para marcação de /s/, seria uma falsa etimologia. Isso explicaria, por exemplo, o dado *mezes*, que poderia se dar por analogia à forma *mez*, palavra comum, segundo este autor, no período pseudoetimológico; porém não é suficiente para nos indicar qual seria o motivador para os demais dados. Por outro lado, Said Ali (1971 [1921]) menciona a presença de *z* no lugar de *s* intervocálico, nos impressos do século XVIII. Tal característica entra em consonância com o que é prescrito por Verney (1746), que sistematiza a grafia das sonoras em *z*, sendo essa, portanto, uma possível motivação para que os escreventes tenham optado pela grafia em *z*. Outra explicação para esse comportamento seria, também, a crença em uma relação biunívoca entre letra e som. Segundo Lemle (2009), a grafia em *s* ou em *z* seria uma das mais complexas, haja vista que ambas representam o mesmo som em ambiente

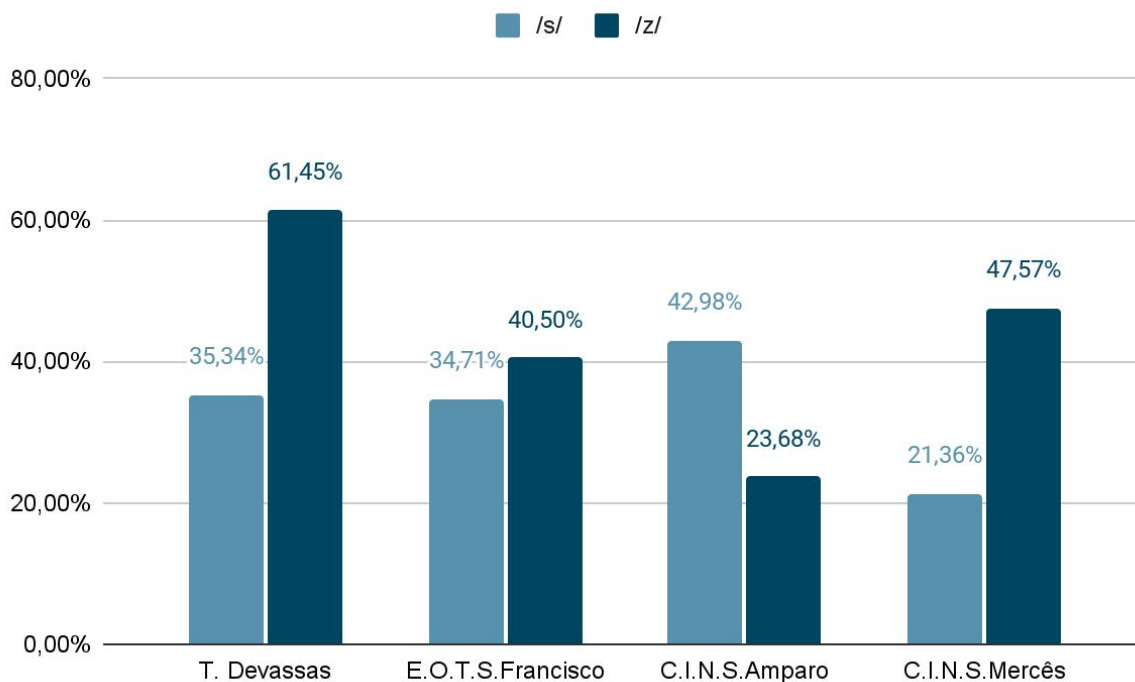
intervocálico, como em *mesa* e em *reza*, por exemplo. Além disso, na avaliação da autora, não haveria um princípio fônico suficiente para orientar o escriba quanto à utilização das letras *s*, *z* ou *x* para a representação de /z/, sendo necessário recorrer ao uso de dicionários para averiguar a grafia das palavras. Esses são casos que demandam memorização da escrita.

A respeito disso, podemos destacar alguns aspectos. Por um lado, temos a presença de dados que não apresentam correspondência etimológica ou normativa, sugerindo a existência de outros mecanismos linguísticos envolvidos, seja pela analogia, seja pelas dificuldades inerentes à representação múltipla, cujo repertório gráfico é amplo, e que não há, como mencionado por Lemle (2009), um princípio fônico que auxilie no emprego ortográfico para as sibilantes surdas. Por outro lado, as formas *meza* e *despeza*, identificadas tanto no Estatuto da Ordem Terceira, quanto nos Livros de Compromisso, e a forma *freguezia/Freguezia*, encontrada nos Termos de Devassa e no Livro de Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Amparo, espelham os vocábulos dicionarizados por Bluteau (1712-1728), ainda que as formas latinas sejam redigidas em *s* (*mensa*, *dīspensa* e **filiuecclesiae*, respectivamente). Além disso, o fato de não haver correspondência para tais dados com grafia em *s* nos sugere que essa ortografia era amplamente utilizada, o que nos impede de avaliarmos as dificuldades do escriba quanto à escrita da sibilante sonora.

Tendo isso em vista, sentimos a necessidade de recalcular as taxas de desvio cometido pelos escreventes, considerando apenas os dados que não estão dicionarizados ou que não possuem explicações aparentes na etimologia¹¹⁹.

¹¹⁹ Reforçamos que os percentuais foram calculados conforme o quantitativo de cada documento, por meio de regra de três simples (cf. Tabela 1).

Gráfico 3 - Percentual de desvios para representação de sibilante surda e sonora em documentos adamantinos setecentistas



Fonte: Elaboração própria (2023).

O gráfico 3 nos sugere que o escrevente dos Termos de Devassa foi o que mais apresentou dificuldades de representação do fonema sonoro, seguido do escrevente do Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora das Mercês. Apesar desse panorama, é necessário termos cautela, haja vista os números elevados de representação da sonora em z, o que pode ser explicado tanto pelo apoio na oralidade, por meio da crença de uma relação biunívoca entre fala e escrita, quanto pelo maior apoio na cópia ou mesmo por questões normativas, uma vez que Verney (1746) é categórico ao defender o uso de z neste contexto. Esta explicação é reforçada quando não apenas avistamos que as ocorrências de representação da sibilante sonora em z estão concentradas em todos os documentos, como também pelo fato de ser essa a única escolha do escrevente do Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora das Mercês. Podemos presumir que a representação ortográfica da sibilante sonora em z era mais consolidada no período, independentemente da norma pré-estabelecida. Com isso, o repertório de palavras com a referida grafia era disseminado, não acarretando em dificuldades de emprego, característica que se concretiza nos números elevados de ocorrências em nosso *corpus*. Por outro lado, a representação da sibilante surda parece ter sido a que impôs mais dificuldades aos escribas, haja vista os valores equiparados para os documentos representativos da classe letrada e o percentual mais elevado no Compromisso da Irmandade

de Nossa Senhora do Amparo. Tal característica está alinhada ao que é explicitado por Zorzi (2003), uma vez que o autor constatou que as representações múltiplas denotam maior complexidade, sendo de “difícil compreensão por não haver uma forma estável de escrita” (p. 40). Conforme disserta o autor, essa dificuldade tende a diminuir, ao longo do tempo, com a compreensão e o domínio do conhecimento linguístico. Este preceito é percebido, sobretudo, quando avaliamos a escrita presente no Compromisso da Irmandade de N. Sr.^a das Mercês, cujo escriba apresentou maior variabilidade gráfica para a marcação do fonema /s/ e menor taxa de desvios, o que pode sugerir que, devido ao estágio inicial de aquisição da escrita, ele tinha menos autonomia e se apegava mais à cópia do original, ao passo que os demais escribas, mais confiantes em seu repertório, desprendiam-se da cópia e deixavam registradas suas hipóteses sobre a ortografia.

Comparando os nossos resultados aos de outros pesquisadores que nos serviram de aporte teórico, podemos apontar algumas similaridades. Tanto Oliveira (2006) quanto Santiago (2019) atestaram a maior recorrência para a representação múltipla das sibilantes. Além disso, segundo Oliveira (2006) as dificuldades de grafia para a sibilante /s/ incidem em mais de 60% dos seus dados. Tal comportamento também foi verificado em nossos dados, não apenas pela concentração de ocorrências em todo o *corpus*, como também pela análise pormenorizada dos dados. Isso nos evidencia que, independentemente da (in)habilidade dos escreventes, a escolha ortográfica para a representação de /s/ denota maior complexidade. O panorama desenhado para os nossos dados nos apontam para a adequação da nossa hipótese inicial, haja vista a análise das possíveis motivações por trás das escolhas dos escribas. Os conhecimentos metalinguísticos observados nos Termos de Devassas e no Estatuto da Ordem Terceira de São Francisco para a representação da sibilante surda nos faz pressupor que esses sujeitos possuíam maior autonomia escrita, sobretudo o escrevente das devassas, que pelo imediatismo da produção desse documento, não podia recorrer a materiais de consulta para o esclarecimento de possíveis dúvidas. Por outro lado, temos um comportamento diverso entre os escribas dos Livros de Compromisso: o escrevente da Irmandade de Nossa Senhora do Amparo demonstrou uma taxa de desvio maior, quando comparado a todos os documentos, transparecendo, pois, o seu pouco domínio linguístico para a representação do fonema /s/; já o escrevente da Irmandade de Nossa Senhora das Mercês apresentou maior variação ortográfica para esse fonema, com números mais baixos de ocorrências, sugerindo ser um copista fiel, cometendo, por esse motivo, menos infrações.

Feitas as nossas observações no que se refere à representação múltipla de /s/ e de /z/, passamos à avaliação do comportamento dos nossos resultados quanto à representação de nasalidade.

4.1.2 Representação de nasalidade

Outro fenômeno que também revelou bastante variabilidade de usos é a marcação de nasalidade. Entre as dificuldades de aquisição da escrita, Zorzi (2003) relata a confusão entre *-am* e *-ão* percebida na escrita de crianças que se encontram neste estágio. É importante considerarmos que, segundo este autor, tal dificuldade seria reflexo da falta de consciência linguística desses sujeitos, já que há diferenças morfológicas entre um e outro, numa perspectiva contemporânea. O que a nós interessa sobre esse panorama é a possível correlação com a oralidade, em que ambas as terminações seriam foneticamente semelhantes. Nesse sentido, passemos à análise pormenorizada da representação de nasalidade identificada em nosso *corpus*, iniciando pelos documentos escritos por indivíduos da elite cultural.

Tabela 10 - Representação de nasalidade em <m> nos Termos de Devassa

Grafema	<m>	
	<m> por <~>	<m> por <n>
Conjunto de variantes	<m> por <~>	<m> por <n>
Quantidade de ocorrências	6 (40%)	9 (60%)
Total de ocorrências	15 (100%)	

Fonte: Elaboração própria (2023).

A partir da tabela acima, visualizamos um percentual de 40% de ocorrências para a variação <m> ~ <~> e 60% para a variação <m> ~ <n>. Em relação ao primeiro conjunto de variantes, verificamos que a forma *tam*, que concentra seis ocorrências (19,35%) tem uso facultado, podendo apresentar-se com a grafia em *m* ou em *til*. Já as demais formas parecem ser resultantes de um processo analógico à preposição *com*, observando-se a grafia empregada: *Comcubinato/Comcubinada/Comcubinado*, *Comdenada* e *Comversse*. Vejamos, na tabela 11, a representação da nasalidade para o grafema <n>.

Tabela 11 - Representação de nasalidade em <n> nos Termos de Devassa

Grafema	<n>
Conjunto de variantes	<n> por <m>
Quantidade de ocorrências	4 (100%)
Total de ocorrências	4 (100%)

Fonte: Elaboração própria (2023).

Quanto ao grafema *n*, parece estarmos diante de uma possível influência etimológica; isso porque todas as ocorrências são da forma *homen*, cuja origem etimológica é *hōmō -īnis*.

Ademais, é interessante observar que não foram encontrados dados que representem dificuldade quanto à utilização de *til*.

Além dos casos de troca de grafemas, foram identificadas 12 ocorrências de acréscimo e de apagamento de nasalidade, conforme avistamos a seguir:

Tabela 12 - Acréscimo e apagamento de nasalidade nos Termos de Devassa

Fenômeno	Acréscimo	Apagamento
Dados	Muinto (5)	hua (6) co (1)
Quantidade de ocorrências	5 (41,67%)	7 (58,33%)
Total de ocorrências	12 (100%)	

Fonte: Elaboração própria (2023).

Diferentemente do que fora observado para a troca de grafemas, os casos de acréscimo e de apagamento não estão dicionarizados e não possuem correlação com suas origens etimológicas. Também não verificamos possíveis analogias. Nesse sentido, acreditamos que possam refletir dificuldades do escriba, tratando-se, pois, de um apoio na oralidade. Said Ali (1971 [1921]) menciona a existência de *hũa* no latim vulgar, mas a falta de uma marca gráfica que represente a nasalidade da palavra em *hua* nos evidencia a dificuldade desse escriba quanto a isso.

Na tabela 13, abaixo, listamos as ocorrências para a representação de nasalidade em <m>, identificadas no Estatuto da Ordem Terceira de São Francisco, outro documento representativo da elite cultural dos setecentos.

Tabela 13 - Representação da nasalidade em <m> no Estatuto da Ordem Terceira de São Francisco

Grafema	<m>	
	<m> por <n>	<m> por <~>
Conjunto de variantes	<m> por <n>	<m> por <~>
Quantidade de ocorrências	45 (26,95%)	122 (73,05%)
Total de ocorrências	167 (100%)	

Fonte: Elaboração própria (2023).

Em relação à distribuição dos dados para o grafema <m>, o que nos chama a atenção é o quantitativo superior de dados para a variação <m> e <~>, contrariamente ao que foi observado para os Termos de Devassa . Desse resultado, percebemos uma preferência pela escrita -am, em detrimento de -ão, sendo 81 ocorrências para formas nominais, 22 recaindo sobre a forma *nam* (não) e duas da forma *entam* (então), justificando, assim, frequência residual para o uso do til. Isso também nos mostra ser a consoante *m* a que estaria mais associada à representação de nasalidade no período

Com exceção das palavras *comtanto*, *comforme* e *desenvolto*, as demais ocorrências se deram em ambiente *vogal + m*. No caso das palavras iniciadas por *em-*, e mesmo as referidas iniciadas em *com-*, parece haver uma possível analogia com as respectivas preposições *em* e *com*; entretanto, paira a dúvida sobre o que estaria motivando a grafia das palavras com inicial em *im-* (como em *informar*, por exemplo). Por ora, acreditamos ser pela já mencionada preferência pela marcação de nasalidade em *m*, mas não podemos descartar a existência de outras motivações para isso. Há de se ressaltar, ainda, que Verney (1746) prescreve o uso de *m* no lugar de *til*, o que poderia justificar sua alta frequência em nossos dados.

Tabela 14 - Representação da nasalidade em <n> no Estatuto da Ordem Terceira de São Francisco

Grafema	<n>
Conjunto de variantes	<n> por <~>
Quantidade de ocorrências	23 (100%)
Total de ocorrências	23 (100%)

Fonte: Elaboração própria (2023).

Em relação ao grafema *n*, observamos que todos os dados são relativos ao referido grafema no lugar de *til*. Destacamos, também, a preferência para a marcação de *n* recaindo sobre a sílaba final, todas sob o plural *-oens*, em sua grande maioria, *-aons* e *-aans*, este com apenas uma ocorrência, da forma *Iрмаans*, o que nos faz pressupor uma possível influência etimológica (cf. COUTINHO, 2004 [1976]; SAID ALI, 1971 [1921]); WILLIAMS, 1973), tendo em vista o sufixo latino *-ōnis*, justificada, inclusive, pela regularidade com que se apresentaram esses dados. Apesar desse panorama, não podemos descartar algumas singularidades: a primeira seria em relação à origem etimológica de *irmão*, que, em referência aos membros da Ordem, teria por origem o latim *frater* (CUNHA, 2012; REZENDE; BIANCHET, 2014); e a segunda seria a origem latina *manus* para a palavra *mãos* (cf. Apêndice). Isso nos evidencia uma tentativa de representação (pseudo)etimológica. A explicação para isso seria, possivelmente, pelo valor de prestígio atribuído à origem etimológica.

Tabela 15 - Representação da nasalidade em <~> no Estatuto da Ordem Terceira de São Francisco

Grafema	<~>	
Conjunto de variáveis	<~> por <m>	<~> por <n>
Quantidade de ocorrências	5 (71,43%)	2 (28,57%)
Total de ocorrências	7 (100%)	

Fonte: Elaboração própria (2023).

Em relação aos dados para <~>, computando sete ocorrências totais, as formas *sẽ*, *porẽ*, *entraõ*, *Fũçoens* e *sãgue*, com uma ocorrência cada, deixam transparecer possível

arcaísmo linguístico. Isso porque Barbosa, Marcotulio e Lima (2018), em estudo sobre diálogos medievais, mencionam a regulamentação de Barros (1540a) para a utilização de *til* em palavras no final de regras, ou seja, caso não seja possível a utilização de consoante nasal, o gramaticista recomenda a utilização de *til* sobre a vogal, para demarcar a nasalidade, característica observada em nossos dados, como se observa nos exemplos a seguir:

(3) Porque dapureza dosã-

gue, edoscostummes depende emprimmeiro lugar [...] (COELHO; DUCHOWNY, 2013, Estatuto da Ordem Terceira de São Francisco, 1778, fol. 5r).

(4) [...] para seassentar ameza, etodos osmais Irmaons nas **Fũ-**

çoens daIgreja, eemoutro qualquer servisso daOrdem [...] (COELHO; DUCHOWNY, 2013, Estatuto da Ordem Terceira de São Francisco, 1778, fol. 7r).

(5) [...] porserem Leis quetodos devemguardar; **porẽ**

como esta hé aultima penna, sedevem pôr noexecrando

cazo do § 1.º deste Capítulo (COELHO; DUCHOWNY, 2013, Estatuto da Ordem Terceira de São Francisco, 1778, fol. 9v).

A sistematicidade observada nesses dados nos evidencia uma maior consciência linguística por parte desse escrevente. Quanto ao *til*, as palavras *pertubaõ* e *entraõ* (embora esta encontre justificativa pela normativa de Barros (1540a)) refletem certo conflito normativo quanto à marcação verbal terminada em *-am* e em *-ãõ*, haja vista a ortografia mais próxima da indicação de Feijó (1734). Apesar disso, a preferência pela marcação em *m*, concentrada em 83,92% das ocorrências, parece corroborar as nossas suspeitas de que esse escriba tenha se pautado no postulado de Verney (1746), sobretudo ao considerarmos o momento histórico em análise, com a adoção de um novo sistema educacional (cf. Capítulo 3).

Os dados relativos à nasalidade sinalizam para uma maior variabilidade de usos, quando comparados aos documento anterior: dos dados levantados para a marcação de nasalidade, a preferência pelo emprego de *m* é a mais produtiva (83,92%), seguida de *n* (11,56%) e de *til* (3,52%). Observamos que a grande maioria de todas as marcas de nasalidade está concentrada na posição final (128 ocorrências). Sob o viés etimológico, foi encontrada uma ocorrência (0,5%) de reforço de nasalidade, com a identificação da forma *solemnidade*. Outro aspecto evidenciado em nossos resultados é que temos 32 ocorrências (16,08%) de formas dicionarizadas; desse total, 22 são da forma *nam*. Tais dados podem nos fornecer

pistas sobre o domínio da escrita desse escrevente, algo que será melhor avaliado a partir do conjunto de fenômenos e dos desvios apresentados pelos escribas do *corpus*. Há, além desses dados, apenas uma ocorrência sem qualquer marca de nasalidade na palavra *passage*, o que equivale a 0,5%. Nesse caso, é provável que sua ausência decorra de um descuido do escrevente ou, ainda, pode revelar uma influência da oralidade. Dado semelhante (*pasaje*) fora identificado por Santiago (2019) na escrita de inábeis, o que nos faz pressupor ser uma marca de oralidade.

Feitas as nossas observações a respeito dos documentos escritos por padres, passamos, na tabela 16, aos dados relativos ao fenômeno da nasalidade no Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Amparo.

Tabela 16 - Representação de nasalidade em <m> no Livro de Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Amparo

Grafema	<m>	
	<m> por <n>	<m> por <~>
Conjunto de variantes	<m> por <n>	<m> por <~>
Quantidade de ocorrências	4 (21,05%)	15 (78,95%)
Total de ocorrências	19 (100%)	

Fonte: Elaboração própria (2023).

Contrariamente ao que se observou para o Estatuto da Ordem Terceira de São Francisco, no Livro de Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Amparo foi encontrado um menor quantitativo de dados para a representação de nasalidade (cf. tabelas 16, 17 e 18). Apesar disso, de maneira semelhante aos documentos escritos por padres, houve maior quantitativo de dados relativos ao uso de *m*, com 19 ocorrências. Destacamos, ainda, a presença das formas dicionarizadas (cf. Apêndice) *Capellam/Capelam*, que totalizam cinco ocorrências (13,16%). Ademais, as 15 ocorrências identificadas de <m> no lugar de <~> referem-se às formas terminadas em *-am*, sendo dez relativas às formas nominais, característica semelhante ao Estatuto da Ordem Terceira de São Francisco. Assim como pressupomos para este documento, o comportamento obtido para o Livro de Compromisso de Nossa do Amparo não evidencia, como nos casos do estudo de Zorzi (2003), dificuldade

quanto à distinção gráfica do pretérito do futuro na flexão verbal. Na tabela 17, abaixo, representamos os valores percentuais para a representação em <n> neste documento.

Tabela 17 - Representação de nasalidade em <n> no Livro de Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Amparo

Grafema	<n>
Conjunto de variantes	<n> por <~>
Quantidade de ocorrências	5 (100%)
Total de ocorrências	5 (100%)

Fonte: Elaboração própria (2023).

Em relação ao grafema <n>, todas são relativas à variação <n> ~ <~>, recaindo sobre os plurais *obrigaçoenz*, *eleiçoenz*, *determinaçoenz*, *Coraçoenz*, *Confി်çoenz*, possivelmente explicados por uma etimologização do sufixo *-ōnis*. Ademais, a palavra *Confി်çoenz* encontra-se dicionarizada (cf. Apêndice). Vejamos, por conseguinte, a representação de nasalidade em <~> no Livro de Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Amparo.

Tabela 18 - Representação de nasalidade em <~> no Livro de Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Amparo

Grafema	<~>
Conjunto de variantes	<~> por <m>
Quantidade de ocorrências	10 (100%)
Total de ocorrências	10 (100%)

Fonte: Elaboração própria (2023).

Diferentemente do que se tem para o Estatuto da Ordem Terceira de São Francisco, no Livro de Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Amparo houve um quantitativo relativamente maior de dados em *til* do que em <n> neste documento. Dado semelhante ao que foi verificado para o Estatuto da Ordem Terceira de São Francisco, no Compromisso da

Irmandade de Nossa Senhora do Amparo há a presença de uma ocorrência que pode ser explicada com base na normativa de Barros (1540a), conforme se avista no exemplo 6:

(6) [...] etera cuidado depois deSe

pultado o Corpo doIrmaõ defunto aVizar aos mais lherezẽ

hum roزاری pela sua alma [...] (COELHO, DUCHOWNY, 2013, Livro de Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Amparo, 1782, fol. 6r)

Também para esse exemplo, temos a utilização de til em palavra que se encontra em final de regra. Contudo, as demais ocorrências (*costumaõ, asistaõ, constaõ, devaõ, guardaõ, posaõ, principiaõ, sejaõ*) para o uso desse sinal gráfico parecem elucidar dificuldades quanto à ortografia que deveria ser adotada. A falta de uma regularidade transparece o provável apoio na oralidade, haja vista que Verney (1746) já havia advertido, no século XVIII, para a confusão que se faz com a pronúncia de *-am*, como mencionamos logo acima para a representação em <m>, que é percebida com a suposta presença da vogal *o*. Essa característica também é mencionada por Zorzi (2003) para explicar a confusão constatada na escrita de crianças em fase de aquisição da escrita. Há de se observar, ainda, que diferentemente dos dados relativos à terminação *-am*, todas as terminações em *-aõ* são de formas verbais.

Outra dificuldade identificada em nossos dados é a ausência de qualquer marca de nasalidade, como vemos na tabela 19:

Tabela 19 - Apagamento de marca de nasalidade no Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Amparo

Fenômeno	Apagamento
Dados	algu (1) alguas (1) despuzerao (1) hua (1)
Quantidade de ocorrências	4 (100%)
Total de ocorrências	4 (100%)

Fonte: Elaboração própria (2023).

Os resultados obtidos para o apagamento de nasalidade, assim como o comportamento da maioria dos demais dados, endossam nossa hipótese de que o escrevente desse compromisso teria mais dificuldade quanto à representação desse fenômeno, não apenas pelo apoio na oralidade, para os casos supracitados, como também pelo não reconhecimento da necessidade de se marcar, graficamente, a presença do fonema nasal.

Dando sequência à descrição de nossos resultados, na tabela 20, dispomos os dados sobre a representação de nasalidade que identificamos no Livro de Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora das Mercês.

Tabela 20 - Representação da nasalidade em <n> no Livro de Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora das Mercês

Grafema	< n >
Conjunto de variantes	<n> por <~>
Quantidade de ocorrências	34 (100%)
Total de ocorrências	34 (100%)

Fonte: Elaboração própria (2023).

Diferentemente do que observamos para os documentos anteriores, temos a maior representação de nasalidade em *n*, com 34 ocorrências (1,37%). Destaca-se, ainda, que foram identificados casos apenas para a marcação com *n* e com *til* (cf. Tabela 21).

Em relação aos dados de *n*, parece ser essa uma característica (pseudo)etimológica, aspecto discutido anteriormente, haja vista que a terminação *-oens* seria originada do latim *-ōnis*, enquanto *irmãos*, no sentido de membros de uma confraria, seria originada do latim *frater* (cf. CUNHA, 2012; RESENDE; BIANCHET, 2014).

Vejamos, na tabela 21, os achados para a representação de <~> no referido compromisso.

Tabela 21 - Representação da nasalidade em <~> no Livro de Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora das Mercês

Grafema	< ~ >
Conjunto de variantes	<~> por <m>
Quantidade de ocorrências	12 (100%)
Total de ocorrências	12 (100%)

Fonte: Elaboração própria (2023).

Assim como verificado no Livro de Compromisso de Nossa Senhora do Amparo, os 12 dados computados para a representação de <~> referem-se à formas verbais (*sejão, deccidão, concorrão, elejão, estejão, fizerão, hajão, sirvão, tenhão, tiverão*). O fato de não presenciarmos dados relativos à terminação *-am* como nos demais documentos, mas comportamento semelhante ao Livro de Compromisso de Nossa Senhora do Amparo, nos aponta para a necessidade de estabelecermos comparativos, a fim de melhor compreendermos as motivações dos escreventes quanto a suas escolhas ortográficas.

Além das ocorrências supracitadas, outro dado que também nos faz refletir sobre a possibilidade de influência etimológica é o das formas *Mensarios/Menzarios*, computando dois dados (3,85%), cuja origem é *mensariūs*. Há, ainda, outras ocorrências de representação de nasalidade que sugerem influência etimológica:

Tabela 22 - Representação etimológica de nasalidade no Livro de Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora das Mercês

Grafema	<mn>
Dados	damnoz (1) Solemne (1) Solemnes (1) Solemnidade (1)
Total de ocorrências	4 (7,69%)

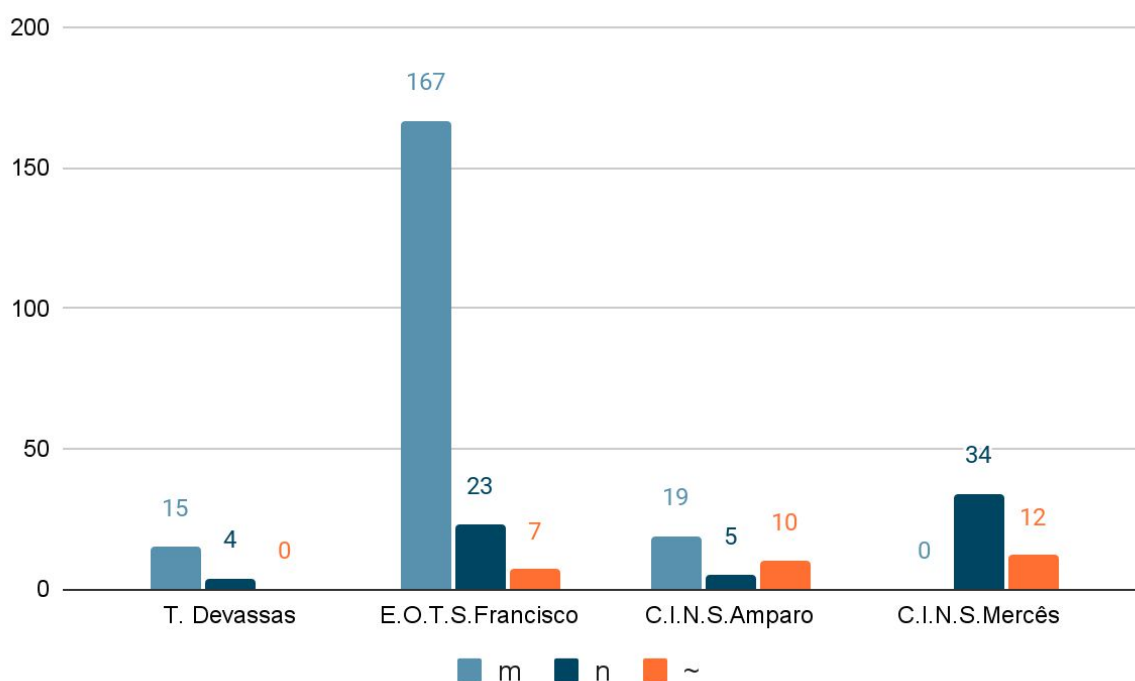
Fonte: Elaboração própria (2023).

A presença do segmento *mn*, considerado etimológico, juntamente à regularidade do plural em *-aons* e *-oens*, nos evidenciam uma provável consciência linguística desse escriba. Ademais, a preferência pelos vocábulos com terminação em *-ão* nos elucidam uma escrita mais arcaica, bastante pautada nos preceitos estabelecidos por Feijó (1734), que, como já

citado anteriormente, prevê tanto a terminação plural com a presença de *n* quanto a utilização de *til*. No entanto, assim como mencionado para a representação da sibilante, esse escrevente poderia recorrer mais à cópia, o que se justifica pela regularidade dessas terminações em todos os documentos, bem como pelas ocorrências *solemne/solemnidade* em outros documentos.

A partir da análise para cada documento, procedemos, assim como para o fenômeno da representação de sibilante surda /s/ e sonora /z/, com o comparativo entre os achados para a representação de nasalidade.

Gráfico 4 - Comparativo de marcação grafêmica *m*, *n* e *til* nos documentos setecentistas



Fonte: Elaboração própria (2023).

Salta aos nossos olhos o quantitativo muito superior de marcação em *m* no Estatuto da Ordem Terceira de São Francisco. Outra característica a ser salientada são os números equiparados entre os demais documentos, salvo a ausência de dados em *m* para o Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora das Mercês e em *til* para os Termos de Devassas. A partir disso, é possível estabelecermos algumas considerações.

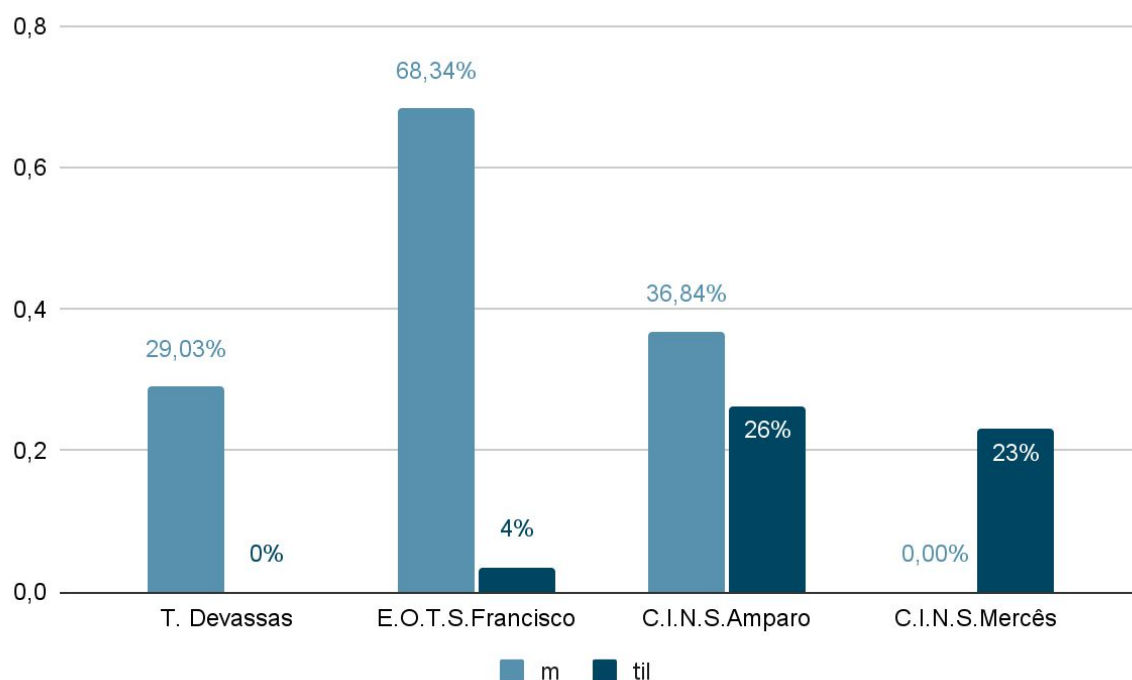
A primeira seria em relação à representação em *n*: excetuadas as quatro ocorrências para a forma *homen*, presentes nos Termos de Devassas, as demais, em todos os documentos, são referentes à terminação plural em *-aons*, *-aans*, *-oens/-oenz*. Todos esses casos foram considerados, por nós, como prováveis etimologizações, haja vista a forma latina *hōmō -īnis* e

-*ōnis*. Quanto aos sufixos, enfatizamos que algumas ocorrências encontram-se dicionarizadas (*Provizoens, Confiçoenz, acçoens*), corroborando a nossa leitura de que essa terminação seria uma etimologia. Nesse sentido, os dados em *n* não nos permitem evidenciar as dificuldades apresentadas pelos escreventes desses documentos.

Já a utilização de *m*, em especial no Estatuto da Ordem Terceira de São Francisco, encontra-se apoiada na prescrição de Verney (1746). Por outro lado, a preferência pelo *til*, identificada no Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora das Mercês, mostra-nos maior respaldo na normativa de Feijó (1734). Esse comportamento sugere a adoção de orientações prescritivas distintas por parte dos escreventes de nosso *corpus*. A respeito do *til*, evocamos Williams (1975), que registra algumas considerações relevantes para a compreensão de nossos dados. Segundo o autor, a passagem de *-ãõ*, do português arcaico, para *-ano*, no português moderno, seria fruto de um processo regressivo, como uma espécie de “esfôrço consciente” para manter a etimologia latina. Há de se destacar que a assertiva de Williams (1975) contradiz o que fora postulado por Verney (1746), autor que associa fala e escrita na prescrição das regras para o português e que enfatiza a preferência de *m* em detrimento de *n*. De qualquer modo, podemos assumir que as ocorrências de *-ãõ*, especialmente no Livro de Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora das Mercês, evidenciam uma escrita mais arcaizante, o que demonstra que esse escriba tenha recorrido à cópia, mantendo uma escrita mais conservadora. Por outro lado, o fator histórico parece ter sido preponderante, com a adoção da metodologia de ensino prevista por Verney (1746) no período pombalino, o que explicaria a preferência pela terminação *-am* pelo escrevente da Ordem Terceira.

Assim como fizemos para a representação da sibilante surda e sonora, em que apenas a avaliação dos dados gerais não foi suficiente para a nossa análise, dispomos, graficamente, os desvios quanto aos usos de *m* e de *til*, isto é, daqueles que não se encontram dicionarizados e que não possuem explicação etimológica, a fim de melhor elucidarmos os nossos resultados.

Gráfico 5 - Percentual de desvios para representação de nasalidade em documentos adamantinos setecentistas



Fonte: Elaboração própria (2023).

O percentual de desvios nos aponta uma concentração maior incidente sobre a representação em *m*, com exceção do Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora das Mercês. É possível que os escreventes dos Estatuto da Ordem Terceira de São Francisco e do Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Amparo tenham se apoiado na prescrição de Verney (1746), algo que será confirmado com a avaliação conjunta dos fenômenos. Contudo, os valores similares neste compromisso nos sugerem, também, dificuldades quanto à ortografia, influenciadas pela oralidade. Caso seja esta a razão para a presença de tais desvios, temos uma refutação da nossa hipótese inicial, uma vez que os dados estão concentrados no Estatuto da Ordem Terceira de São Francisco, documento representativo da elite cultural dos setecentos. Não podemos perder de vista, no entanto, a possibilidade de o escrevente ter se pautado na normativa determinada pelo sistema pombalino para a educação, principalmente se incluirmos nesse rol os casos em que verificamos influências etimológicas ou que estão de acordo com o que estava dicionarizado por Bluteau (1712-1728). Nesse sentido, passamos, na subseção seguinte, à avaliação das consoantes geminadas, a fim de tentarmos compreender melhor as motivações de nossos escreventes.

4.1.3 Geminção de consoantes

A geminação de consoantes parece ser um dos fenômenos (pseudo)etimológicos mais recorrentes no século XVIII. Barbosa (2006), em análise de (pseudo)etimologias, destaca tal geminação como a mais proeminente. Sua assertiva encontra respaldo nos resultados obtidos em nosso estudo, tendo em vista que, dos tipos de etimologizações, a geminação foi a que teve maior destaque. Desse modo, buscamos avaliar quais seriam as consoantes geminadas mais recorrentes em nosso *corpus*, como também verificar se algum dos dados computados refere-se a falsas etimologias. Na tabela 23, abaixo, listamos as geminações de consoantes presentes nos Termos de Devassa.

Tabela 23 - Geminção de consoantes nos Termos de Devassa

Grafema	<ll>	<nn>
Quantidade de ocorrências	38 (76%)	12 (24%)
Total de ocorrências	50 (100%)	

Fonte: Elaboração própria (2023).

Importante enfatizar que foram encontrados apenas duas grafias para a representação das geminadas - *ll* e *nn* -, com a maior parte dos dados recaindo sobre a primeira geminada (76%). Além disso, dos dados identificados nos Termos de Devassas, 32 incidem sobre a forma *elle*, suas flexões e contrações. Temos, portanto, 64% de etimologias verdadeiras, haja vista a forma latina *ille* (cf. Apêndice). Outras etimologias verdadeiras são as formas *annos* (latim *annum*) e *illicitas* (latim *illicitus*), cada qual com doze e uma ocorrências, respectivamente. Desse modo, temos um percentual de 90% de etimologias verdadeiras. Já as formas *concilio*, *crioulla* e *esCandallo* são falsas etimologias.

Vejamos, na tabela 24, os resultados obtidos para o Estatuto da Ordem Terceira de São Francisco, também representativo da elite cultural dos setecentos.

Tabela 24 - Geminção de consoantes no Estatuto da Ordem Terceira de São Francisco

Grafema	<bb>	<cc>	<ll>	<mm>	<nn>	<tt>
Quantidade de ocorrências	1 (0,7%)	4 (2,7%)	45 (30%)	38 (25,3%)	25 (16,7%)	37 (24,6%)
Total de ocorrências	150 (100%)					

Fonte: Elaboração própria (2023).

Visualizamos, na tabela 24, valores relativamente expressivos para a geminação de consoantes, sendo coletadas 150 ocorrências. Diferentemente do que se tem para os Termos de Devassas, há maior variabilidade quanto aos tipos de consoantes duplicadas - *bb*, *cc*, *ll*, *mm*, *nn* e *tt*. Salientamos, ainda, que a geminação *ll*, assim como no documento anterior, concentra a maior quantidade de dados, correspondendo a 30%. Outra semelhança é a presença de geminação para o pronome *elle*, suas flexões e contrações, computando 34 ocorrências (22,67%). Também identificamos a presença das formas *anno/Anno*, *annos*, *annuaes*, somando oito ocorrências (5,33%). Além dessas, encontramos um quantitativo de 32 ocorrências de verdadeiras etimologias, o que corresponde ao percentual (21,33%). Nesse sentido, temos um total de 49,33% de etimologias verdadeiras. Caso particular é o das ocorrências *ditta*, *ditto* e *dittas*, que se encontram dicionarizadas, mas que não são etimologias verdadeiras (cf. Apêndice).

Em relação às geminações *ll*, o Estatuto da Ordem Terceira de São Francisco apresentou maior incidência de pseudoetimologias, avistadas, por exemplo, nas palavras *regullado* (regulãre), *Prellados/prellados* (praelãtiõ), *particullar* (particularis), *estabelleceu* (stabiliscere) e *Escapullario* (scapularium). Esse dado pode estar nos revelando que haveria um valor atrelado de erudição às formas que, *a priori*, estariam associadas a uma origem latina, explicando, portanto, a existência desses dados.

Vejamos, na tabela 25, as ocorrências para o fenômeno no Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Amparo.

Tabela 25 - Geminação de consoantes no Livro de Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Amparo.

Grafema	<ff>	<ll>	<nn>
Quantidade de ocorrências	2 (11,1%)	11 (61,1%)	5 (27,8%)
Total de ocorrências	18 (100%)		

Fonte: Elaboração própria (2023).

Semelhantemente ao que foi observado para os documentos anteriores, houve prevalência de dados para *ll*. Outras grafias identificadas são em *ff* e em *nn*. Outra similaridade é a presença das formas *elles* e *Anno/anno/annos/anuais*, registrando seis ocorrências (33,33%). Além dessas formas, identificamos a presença de *Offeciaes* (latim *officiālis*) e *Capella* (latim *cappella*), somando quatro ocorrências (22,22%). Caso dúbio é o das formas *Capellam/Capellaõ*, com seis ocorrências (33,33%); isso porque sua origem remete ao provençal antigo *capelan*, porém se encontra dicionarizado sob a representação em *ll*. Além disso, a origem latina para a palavra *capella* nos faz pressupor, ao menos, um processo analógico realizado pelo escrevente do Compromisso de Nossa Senhora do Amparo. Seguindo essa leitura, teríamos, portanto, um total de 16 etimologias verdadeiras, o que corresponde ao percentual de 88,89%.

De modo a estabelecer comparativos, dispusemos, na tabela 26, a seguir, os dados relativos ao Livro de Compromisso da Irmandade de N. Sr^a das Mercês.

Tabela 26 - Geminação de consoantes no Livro de Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora das Mercês

Grafema	<bb>	<ff>	<ll>	<nn>	<tt>
Quantidade de ocorrências	1 (1,82%)	9 (16,36%)	33 (60%)	10 (18,18%)	2 (3,64%)
Total de ocorrências	55 (100%)				

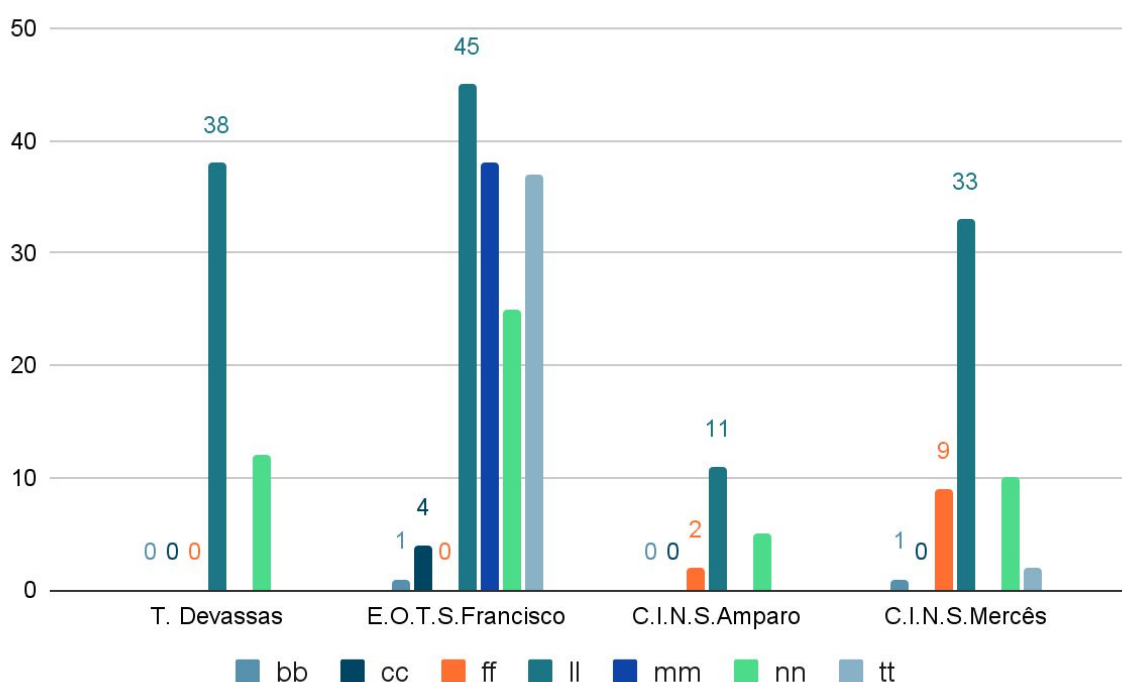
Fonte: Elaboração própria (2023).

O primeiro destaque é para o valor percentual menor do que aquele identificado para o Estatuto da Ordem Terceira, contando com apenas 55 ocorrências (2,21% do total de palavras). Apesar disso, o documento se destaca pela variabilidade de grafias, ao

compararmos com os resultados obtidos no Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Amparo e nos Termos de Devassa. Tal característica pode ser um indicador de que o perfil desses escreventes não é semelhante, sugerindo estágios distintos do processo de aquisição da escrita, assim como pressupomos. Assim como nos demais documentos, identificamos a presença das contrações com a forma *elle*, bem como das formas *anno*, *annos*, *annuaes* e *Annualmente/annualmente*, somando 21 ocorrências (38,19%). Verificamos, também, outras etimologias verdadeiras, computando 13 ocorrências (23,63%). Sendo assim, no Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora das Mercês estão registradas um total de 61,82% de etimologias verdadeiras.

No gráfico 6, a seguir, estabelecemos o comparativo da representação gráfica para consoantes geminadas identificadas no *corpus*.

Gráfico 6 - Comparativo entre marcações gráficas para consoantes geminadas nos documentos mineiros setecentistas



Fonte: Elaboração própria (2023).

No comparativo dos resultados entre os documentos, o que nos chama a atenção é a preferência pela geminada *ll*. Isso pode nos revelar que seja essa a geminação consonantal mais comum à escrita, independentemente do nível de letramento em que se encontra o escrevente. Esse dado é relevante no sentido de que pode sinalizar uma característica da escrita de tempos pretéritos. A respeito disso, evocamos Barbosa, Lima e Marcotulio (2018)

que, em estudo sobre diálogos medievais, constataram a presença de *ll* em todos os recortes de tempo analisados. Outras geminações identificadas pelos autores são *bb*, sendo essa mais arcaica, encontrada somente no século XIV, *ff*, também identificada neste século e no século XVI, juntamente às geminações *mm*, *nn*, *cc*, *pp* e *tt*. Comparativamente, observamos a manutenção das geminadas no século XVIII, com maior expressividade para as consideradas recentes relativamente ao período setecentista. Esse comportamento é bastante claro quando nos deparamos com as ocorrências do Estatuto da Ordem Terceira de São Francisco. Importante mencionarmos a presença da forma *Sabbados*, cuja geminação seria mais arcaica, mas que possivelmente teve sua grafia mantida desde esse período. A presença desse dado apenas no referido estatuto e no Livro de Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora das Mercês nos faz refletir sobre duas questões: o escrevente da Ordem Terceira, tendo consciência do valor agregado das geminações, utiliza-se, de maneira mais recorrente, a essa grafia; já o escrevente do Compromisso Irmandade de Nossa Senhora das Mercês, devido aos valores mais baixos de ocorrências e o repertório de geminações menor que a do escriba da Ordem, pode ter espelhado a sua escrita em algum modelo. Nesse sentido, teríamos uma adequação da nossa hipótese, com o escrevente da Ordem Terceira demonstrando, ao menos, maior conhecimento linguístico em relação às geminações, ainda que não sejam verdadeiras.

Em relação à geminada *ff* intervocálica, Williams (1975) explica que, no período fonético, anterior ao período ortográfico correspondente ao nosso *corpus*, já havia se reduzido a *f*. Coutinho (2004 [1976]), por sua vez, explica que as duplas *ff*, *ll*, e *mm* tinham “valores diferentes das simples” (p. 75), sendo que, para *m*, esse valor somente seria percebido quando a geminada estivesse antes de outra marca de nasalidade. Quanto à *l*, diz ser comum a sua duplicação no meio ou no fim de palavras, sendo este para diferenciar a velar da alveolar e aquela por influência do latim. Observamos, em nossos dados, a manutenção da dupla *f* intervocálica, porém em quantidade de ocorrências baixa e todas recaindo sobre as palavras *ofício* e *oficiais*. Além disso, esse tipo de geminação foi encontrado apenas nos documentos das irmandades leigas; isso nos leva a crer que tais compromissos apresentam uma escrita mais arcaizante, algo que, conforme já mencionamos, pode indicar cópia e, por consequência, a escrita conservadora.

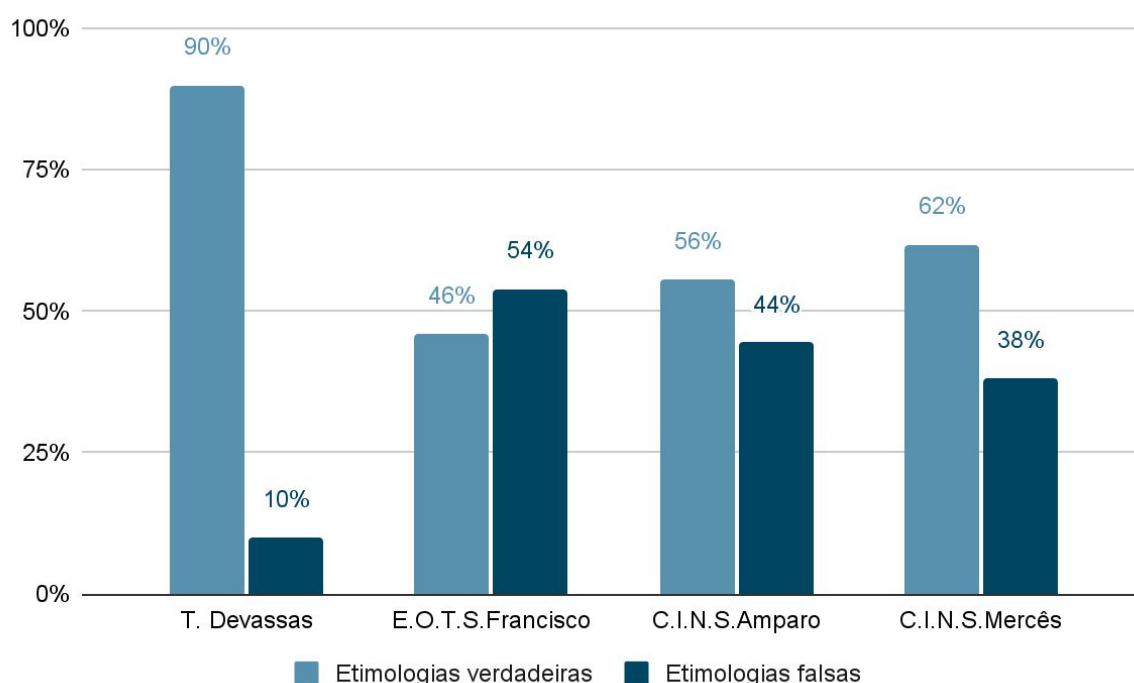
Em conformidade à explanação de Said Ali (1971 [1921]), os encontros *cc* e *tt*, em latim, teriam valoração fonética: pronunciava-se “a vogal tônica com decidida rapidez, cessando a vibração das cordas vocais bruscamente para se fazer sentir a demora própria da geminada dupla” (p. 26). O autor (1971 [1921]) tece, ainda, algumas críticas quanto ao uso

da gemação *ll* ou *ff*, por não ter fundamentação etimológica que explicasse esses usos. Cita, também, que possivelmente era atribuído um caráter de “intonação ou icto forte” (p. 44), contudo que não permaneceu na passagem para o português moderno. Segundo este autor,

estas duplicações de *ll* e *ff*, desusadas na linguagem moderna, sem fundamento na etimologia nem na analogia, não se devem atribuir tampouco ao mero prazer de acumular letras inúteis para dar aos vocábulos aspecto mais elegante. Se dominasse este mau gosto, não haveria motivo para deixar de enfeitar também outras palavras da mesma maneira, ou para manifestar-se parcimônia ou abstinência quanto à duplicação de *p*, *t* e *c*. (SAID ALI, 1971 [1921], p. 44, itálicos do autor, sublinhados nossos).

Esses dizeres são consonantes à nossa leitura de que estaria atrelada às gemações um valor de erudição. O escrevente da Ordem Terceira, ciente do prestígio agregado a esse tipo de ortografia, teria recorrido mais a ela, o que se nota não apenas pela quantidade, mas pela variabilidade de representação gráfica para esse fenômeno. Objetivando, pois, avaliar o quanto os escreventes dominavam o conhecimento etimológico, estabelecemos, no gráfico 7, um comparativo das etimologias verdadeiras e falsas¹²⁰.

Gráfico 7 - Comparativo entre etimologias verdadeiras e etimologias falsas presentes nos documentos mineiros setecentistas



Fonte: Elaboração própria (2023).

¹²⁰ Os casos dúbios - *capellam/capellaõ* e *ditto/ditta/dittos* - não foram computados como verdadeiras etimologias.

Apesar do quantitativo menor de ocorrências, em comparação ao Estatuto da Ordem Terceira de São Francisco, os Termos de Devassa destacam-se pelo alto percentual de etimologias verdadeiras, computando 90% de seus dados. Por outro lado, o Estatuto da Ordem Terceira de São Francisco destacou-se pelo maior percentual de etimologias falsas (54%). Já os compromissos de irmandades, seguindo o que se observa para os Termos de Devassas, concentram seus dados em verdadeiras etimologias.

Com esses dizeres, dentro de uma perspectiva geral, pressupomos que o uso da duplicação das consoantes, sendo elas de origem etimológica ou não, teria um valor de erudição, desvelando que seu uso representasse uma forma de prestígio. Como já mencionado, esse seria um fenômeno etimológico bastante recorrente nos documentos antigos (BARBOSA, 2006). A explicação para isso parece ser a maior facilidade em empregá-la, o que justificaria o emprego de verdadeiras etimologias em quantidades equiparadas entre os Termos de Devassa e os Livros de Compromisso. O panorama supracitado, considerando-se os casos de verdadeiras e de falsas etimologias, valida a nossa hipótese inicial, principalmente se considerarmos o comportamento desses dados sob diferentes óticas. A primeira é a de que a maior parte das verdadeiras etimologias, sobretudo nos Termos de Devassas e nos Livros de Compromisso, correspondem às formas *elle* e *anno*, bem como de suas formas flexionadas e/ou derivadas. Assim como previmos para as formas *meza*, *despeza* e *freguezia*, tais formas podem fazer parte de um grupo de palavras compartilhadas pelos membros da comunidade, característica evidenciada, inclusive, pelo meio em que esses gêneros - devassas e estatutos - são produzidos e circulam. Com isso, estamos cogitando a existência de um grupo lexical selecionado especificamente para esse meio, tornando a escrita dessas formas comuns a esses indivíduos. É importante salientarmos, ainda, que conforme mencionado em outras ocasiões, a simultaneidade com que era produzido os Termos de Devassa nos fazem pressupor maior conhecimento linguístico desse escrevente em relação aos dos Livros de Compromisso. Isso porque eles não teriam acesso a materiais de suporte, no momento da escrita e, muito possivelmente, não teriam tempo hábil para refletirem sobre a própria escrita. Já os compromissos passavam por revisões e, nesse processo, o escrevente poderia adaptar a sua escrita, explicando, pois, a adequação das formas ao que é dicionarizado. Se for essa a leitura prevalente, podemos assumir que os escreventes dos compromissos teriam menor nível de letramento, sendo necessário o apoio na cópia para a escrita desses documentos. Perseguindo o objetivo de traçar o perfil de nossos escreventes

quanto a apropriação da ortografia, na subseção seguinte analisamos o último fenômeno selecionado para o nosso estudo.

4.1.4 Abaixamento e alçamento de vogais

De modo similar ao que foi verificado por Barbosa (1999) e por Oliveira (2006), o abaixamento de vogais teve valores expressivos, sendo o quarto mais recorrente em nosso *corpus* (10,72%). Já o alçamento de vogais, diferentemente do que foi verificado pelos estudiosos ora referidos e por Santiago (2012), apresentou um percentual relativamente menor (1,27%). Decidimos, contudo, incluí-lo em nossa análise, porque acreditamos que ambos os fenômenos possam estar relacionados. Tendo em vista a nossa hipótese inicial de que os escreventes considerados letrados preservariam uma escrita mais caracterizada por etimologias e a de que escreventes tidos como menos letrados deixariam registradas mais grafias de escrita fonética, é possível que o primeiro grupo recorreria mais ao abaixamento de vogais, resultado de hipercorreção, enquanto o segundo grupo acumularia mais dados de alçamento, influenciados pela oralidade. A partir de nossas suspeitas, averiguamos, conforme disposto na tabela 27, as taxas de abaixamento de vogais nos Termos de Devassas.

Tabela 27 - Abaixamento de vogais nos Termos de Devassas

Grafema	<e>	<o>
Quantidade de ocorrências	77 (81,05%)	18 (18,95%)
Total de ocorrências	95 (100%)	

Fonte: Elaboração própria (2023)

A respeito dos dados relativos a abaixamento de vogais, temos um percentual expressivo de ocorrências em <e> (81,05%), comparando-se à grafia em <o> (18,95%). Quanto a esta grafia, as ocorrências incidem sobre as formas *Deos/Déos* e *Comonicação*, correspondendo a onze e a sete ocorrências, respectivamente. Importante salientarmos que *Deos* era uma forma dicionarizada (cf. Apêndice), o que, assim como para os demais fenômenos, apenas nos aponta para a apropriação da normativa da época, não deixando transparecer as dificuldades relativas à ortografia. Por outro lado, as palavras grafadas com *e* referem-se às formas *vezitador/Vezitador* (33,69%), *Terdentino/Terentino/terdentino*

(13,68%), *vezita/Vezita* (12,63%), *noteficado/noteficada* (11,58%), *gravessissimo/gravessissimas/gravessissimas* (8,42%) e *destrito* (1,05%). Acreditamos, pois, que se tratem de casos de hipercorreção, em que o escrevente, tendo consciência de que determinadas palavras são faladas de uma maneira e escrita de outra, recorre a uma grafia diferente, na tentativa de acertar. A fim de buscarmos por possíveis explicações para isso, averiguamos, na tabela 28, o fenômeno de alçamento de vogais para este documento e estabelecemos comparativos entre os resultados.

Tabela 28 - Alçamento de vogais nos Termos de Devassa

Grafema	<i>	<u>
Quantidade de ocorrências	1 (33,33%)	2 (66,67%)
Total de ocorrências	3 (100%)	

Fonte: Elaboração própria (2023).

Esse fenômeno mostrou-se menos expressivo que o de abaixamento de vogais, contando com apenas três ocorrências, duas da forma *cuminacão* e uma da forma *imenda*. Importante destacar que para ambas as grafias, o alçamento ocorreu em posição pretônica, aparentemente por uma influência da oralidade.

Vejamos, na tabela 29, os casos de abaixamento de vogais no Estatuto da Ordem Terceira de São Francisco.

Tabela 29 - Abaixamento de vogais no Estatuto da Ordem Terceira de São Francisco

Grafema	<e>	<o>
Quantidade de ocorrências	45 (93,75%)	3 (6,25%)
Total de ocorrências	48 (100%)	

Fonte: Elaboração própria (2023).

De modo semelhante ao que constatamos para os Termos de Devassas, no Estatuto da Ordem Terceira de São Francisco, houve maior recorrência de abaixamentos com a vogal *e*, somando 93,75%. Outra característica que devemos ressaltar é que há maior variabilidade de *tokens*, se compararmos ao documento anterior. Destacamos, ainda, a presença das formas

dicionarizadas *empedimento* (5), *incorregivel* (2), *emcorporar* (1), *emcorre* (1), *emformacçam* (1), *emformado* (1), *emformará* (1), *emformaçam* (1), *emformaçoens* (1), *empedido* (1), *empedir* (1), *emtremeter* (1), *Espirituaes* (1), *principaes* (1), *quaes* (1), somando o percentual (41,67%). Já a forma *quaesquer* (1), embora não a tenhamos identificado no dicionário de Bluteau (1712-1728), pode refletir uma analogia à forma *quaes*. Também para a grafia em *o* verificamos a presença da forma dicionarizada *sobscrita* (1), equivalente a 2,08%.

As demais ocorrências não foram encontradas no referido dicionário e também não são explicadas por sua origem etimológica. Nesse sentido, uma leitura possível seria a de que se tratam de hipercorreções, como se vê nas formas *Menistros*, *menisterios*, *lemitte*, *justeficada*, *deligencia/deligencias*, por exemplo. De modo semelhante, a presença de *contomáz* e de *acodir* nos faz pressupor essa tentativa de se distanciar das marcas de oralidade, percebidas com o alçamento de vogais em *i* e em *u*. Caso seja a hipercorreção esteja operando nesse fenômeno, podemos presumir que o esforço em acertar a ortografia das palavras denota conhecimento linguístico, corroborando nossa hipótese inicial, ainda que tais formas evidenciem desvios ortográficos. Em relação ao fenômeno de alçamento de vogais, apresentamos, na tabela 30, os resultados para o Estatuto da Ordem Terceira de São Francisco.

Tabela 30 - Alçamento de vogais no Estatuto da Ordem Terceira de São Francisco

Grafema	<i>
Quantidade de ocorrências	2 (100%)
Total de ocorrências	2 (100%)

Fonte: Elaboração própria (2023).

Quanto ao alçamento de vogais, verificamos a existência de apenas duas ocorrências sob as formas *discredito* e *disculpa*, sendo ambas as ocorrências referentes à sílaba pretônica, sugerindo, pois, apoio na oralidade.

Por conseguinte, passamos à análise desses fenômenos nos Compromissos de Irmandades, a começar pelo da Nossa Senhora do Amparo.

Tabela 31 - Abaixamento de vogais no Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Amparo

Grafema	<e>	<o>
Quantidade de ocorrências	36 (90%)	4 (10%)
Total de ocorrências	40 (100%)	

Fonte: Elaboração própria (2023).

Novamente, temos um percentual mais elevado para grafias em *e*, somando 90%. Desse total, 16 ocorrências estão dicionarizadas (40%), sendo 15 referentes à terminação plural em *-aes* e uma da forma *empedimento*, característica semelhante ao que foi observado para o Estatuto da Ordem Terceira de São Francisco. Além disso, ressaltamos que as formas *Offeciaes/Ofeciaes/ofeciaes/ofecial*, no que se refere à sílaba *-ffe-/fe-*, não estão de acordo com o que está dicionarizado e não há explicação etimológica para sua utilização; em conjunto com os demais dados que não se enquadram nesses critérios, podem refletir casos de hipercorreção. Quanto ao abaixamento em *o*, diferentemente do que foi observado nos documentos anteriores, todas as ocorrências estão dicionarizadas: *goardará (1)*, *molheres (1)*, *Seos (1)*, *Deos (1)*. Na tabela 32, apresentamos os dados referentes ao alçamento de vogais no Compromisso de Nossa Senhora do Amparo.

Tabela 32 - Alçamento de vogais no Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Amparo

Grafema	<i>	<u>
Quantidade de ocorrências	8 (88,89%)	1 (11,11%)
Total de ocorrências	9 (100%)	

Fonte: Elaboração própria (2023).

Diferentemente do que foi observado nos documentos escritos por padres, temos um quantitativo superior de ocorrências para alçamento, com 88,89% referentes ao grafema *i*. Esse comportamento que, aparentemente, corrobora a nossa hipótese inicial de que haveria mais índices de escrita fonética nos documentos das irmandades, mostrou-se divergente, haja vista que 66,67% dessas ocorrências apresentam possível explicação etimológica. É o caso

das formas *imfermo/imfermos* (*īnfīrmus*), *interrar/ interro* (união das formas latinas *īn* e *tērra*), *intregará* (*īntēgrāre*), *sincarregase* (união das formas latinas *īn* e *carrus*), *imprestimos* (união das formas latinas *īn* e *praestāre*). A semelhança das sílabas iniciais parece ter favorecido esse fenômeno, justificado pela analogia à preposição *īn* latina. Embora esses dados sugiram influência etimológica, os fenômenos analisados nos indicaram uma escrita mais arcaizante desse escriba, o que nos faz pressupor que também para esses dados ele tenha se espelhado em algum texto. Já as formas *Tizoureiro* e *purçaõ* assemelham-se tanto aos demais dados deste documento, como também pelos identificados nos acima descritos, é a incidência ocorrer em sílaba pretônica. Não se pode perder de vista, também, que os referidos casos de alçamento sejam influenciados pela oralidade, explicando, dessa maneira, a alta incidência de dados, quando comparamos aos documentos escritos pelos clérigos.

Na tabela 33, descrevemos os percentuais para o fenômeno abaixamento de vogais no Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora das Mercês.

Tabela 33 - Abaixamento de vogais no Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora das Mercês

Grafema	<e>	<o>
Quantidade de ocorrências	12 (80%)	3 (20%)
Total de ocorrências	15 (100%)	

Fonte: Elaboração própria (2023).

No cômputo geral, identificamos um quantitativo de ocorrências bastante inferior aos demais documentos. Apesar disso, os percentuais guardam semelhanças, haja vista que, para a grafia em *e*, encontramos 80% de ocorrências. Além disso, dez ocorrências para esse grafema estão dicionarizadas, todas relativas ao plural em *-aes*. Outra semelhança é em referência à forma *Offeciaes*, em que se verifica a possibilidade de hipercorreção para a sílaba *-ffe-*. Entretanto, identificamos também a forma em *i* (*officiaes*), o que endossa a nossa hipótese de que casos de abaixamento possam ser reflexos de hipercorreção.

Assim como para o Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Amparo, no Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora das Mercês, todos os dados relativos ao abaixamento de *o* encontram-se dicionarizados.

Na tabela 34, apresentamos os resultados obtidos para o alçamento de vogais no Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora das Mercês.

Tabela 34 - Alçamento de vogais no Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora das Mercês

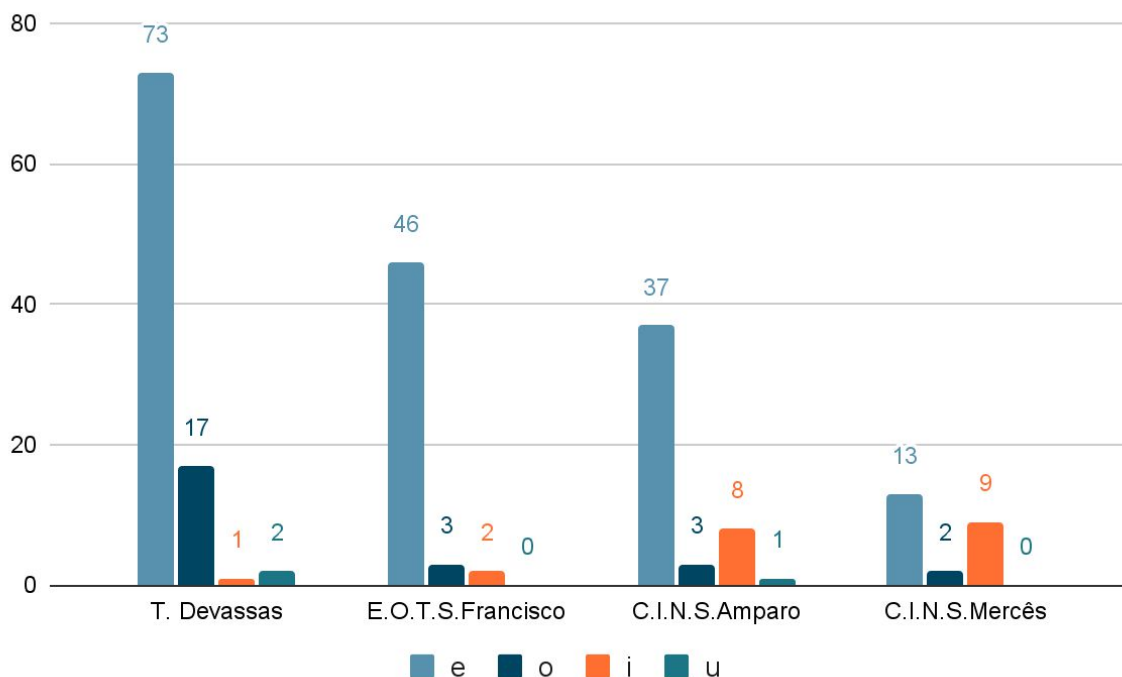
Grafema	<i>
Quantidade de ocorrências	9 (100%)
Total de ocorrências	9 (100%)

Fonte: Elaboração própria (2023).

Semelhantemente ao observado para o Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Amparo e para o Estatuto da Ordem Terceira de São Francisco, identificamos as formas *discedirá* e *Tizoureiro*, cada qual encontrada nos referidos documentos, respectivamente. Não apenas essa seria a similaridade averiguada: do total de ocorrências, 66,67% são de formas que possuem explicação etimológica, assim como verificamos para o Compromisso de N. Sr.^a do Amparo. Novamente, a justificativa para isso seria relativa à preposição *in* do latim: *inserramento* (união das formas latinas *in* e *serāre*), *intende* (*intēndēre*), além das já mencionadas etimologias para *ifermo* e *interrarem*. Há de se destacar, inclusive, que *intende* encontra-se dicionarizado (cf. Apêndice). É possível, ainda, que esses dados tenham sido influenciados pela oralidade, uma vez que a posição pretônica seria um favorecedor para o alçamento de vogais. Importante observar que tal contexto também foi observado nas ocorrências dos demais documentos, alinhando-se à nossa perspectiva. Já as formas *advirtir* e *idonios* não estão dicionarizadas e não são explicadas pela etimologia, porém guardam semelhanças com todas as ocorrências relatadas para o fenômeno: o alçamento em posição pretônica.

Feitas as nossas considerações, dispomos, no gráfico 8, o comparativo para ambos os fenômenos em todos os documentos do *corpus*.

Gráfico 8 - Comparativo entre marcações grafêmicas para abaixamento e alçamento de vogais em documentos mineiros setecentistas



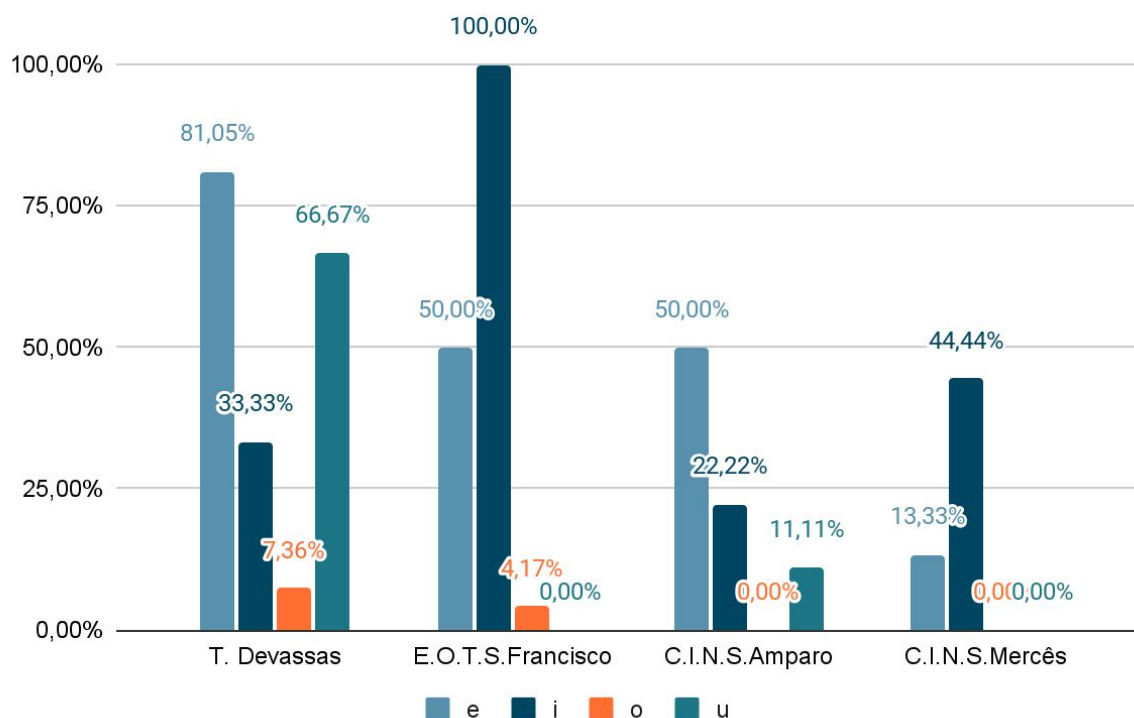
Fonte: Elaboração própria (2023).

Destacamos os valores superiores para o abaixamento em *e* em todos os documentos, principalmente naqueles escritos por padres. Assim como para as geminadas, o abaixamento de vogais pode estar associado à noção que se tinha sobre erudição, em especial se considerarmos que nos Termos de Devassas não foram identificados casos que espelham formas dicionarizadas. Além disso, o grau de formalidade desses gêneros pode ter exercido influência sobre a escrita, configurando uma tentativa de se escrever corretamente. Assim como em nossos dados, Barbosa (1999) identificou a presença da forma *vezinho* em missivas setecentistas. A semelhança observada pode estar relacionada a uma característica já mencionada em nossa análise: a de que haveria um grupo de palavras comuns aos falantes dos setecentos. Além disso, o autor menciona que a estigmatização poderia explicar a maior recorrência de abaixamento, comportamento também observado em nossos dados, bem como poderia ter correlação à norma gráfica dos impressos setecentistas. Com seus dizeres, vemos um alinhamento de resultados. Assim como o autor, acreditamos na valoração atribuída à grafia em *e* e em *o*, como uma recusa à oralidade, refletindo, pois, em hipercorreções. Nesse sentido, temos uma adequação da nossa hipótese inicial, haja vista o decréscimo de ocorrências entre os escreventes, em que os Termos de Devassas apresentam maior quantitativo e o Livro de Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora das Mercês, o menor.

Por outro lado, é incerta a motivação para os casos de alçamento de vogais. Se os números apontam para uma adequação da nossa hipótese inicial, haja vista os valores encontrados nos Compromissos de Irmandades, sugerindo um possível apoio na oralidade, a análise pormenorizada dos dados nos mostram valores elevados de ocorrências respaldadas na origem etimológica. Isso nos faz pressupor que se trata de uma ortografia mais arcaizante, sobretudo quando comparamos os nossos resultados aos de Teles (2005). Segundo essa autora, na escrita seiscentista, os grafemas *e* e *i* seriam equivalentes a [e] e [i] átonos pretônicos, característica compartilhada pelos grafemas *o* e *u*. É importante considerar, ainda, que o referido século é caracterizado pelo período ortográfico fonético (cf. Capítulo 2), permitindo-nos aludir à possibilidade de os alçamentos serem reflexos da oralidade, considerando-se a possibilidade bastante plausível de os escribas não terem conhecimentos tão aprofundados da etimologia das formas. Evocamos também Santiago (2012; 2019), pesquisadora que considera o alçamento de vogal em posição pretônica um fenômeno “mais geral”, estando presente na escrita de hábeis e de inábeis. A autora sugere, ainda, a análise desse fenômeno juntamente a outros “mais raros”. Reconhecemos os dizeres da autora, principalmente quando avistamos o conjunto de dados obtidos em todos os documentos e para todos os fenômenos analisados, mas acreditamos que a divergência numérica entre os documentos quanto ao alçamento de vogais podem nos direcionar quanto ao perfil dos escreventes de nosso *corpus*. Partindo da possível correlação entre oralidade e escrita, o fato de os Livros de Compromisso apresentarem um quantitativo maior que as devassas e o Estatuto da Ordem Terceira nos apontam para diferentes níveis de letramento, com escreventes dos compromissos sendo considerados menos letrados.

A fim de melhor compreendermos essas noções, estabelecemos, no gráfico 9, os comparativos para os dados que não apresentam explicações etimológicas ou que não estão dicionarizados, a fim de tentarmos aprofundar nossa análise e elucidar melhor nossos resultados:

Gráfico 9 - Taxas de desvio para representações gráficas de abaixamento e de alçamento de vogais em documentos mineiros setecentistas



Fonte: Elaboração própria (2023).

Pelo comparativo dos percentuais de desvios, constatamos maior representatividade para o Estatuto da Ordem Terceira de São Francisco, para o alçamento em *i*, e para os Termos de Devassas, para o alçamento em *u*. Esse comportamento enfraquece nossa hipótese inicial, uma vez que esperávamos que os escreventes dos Compromissos das Irmandades tenderiam a esse resultado. Contudo, os altos percentuais de abaixamento de vogais, em especial nos documentos escritos por padres, nos indicam uma possível consciência linguística de que o alçamento seja característico da fala e, em uma tentativa de não reproduzirem tais marcas no registro escrito, cometiam hipercorreções. Somando-se ao que foi discutido até o momento, é plausível assumir que os escreventes da Ordem Terceira de São Francisco e dos Termos de Devassas sejam mais letrados, considerando-se os casos de abaixamento, principalmente em relação a este documento que, conforme mencionamos, possui um contexto de produção escrita diferente dos demais documentos. Assim, esses escribas demonstram terem maior autonomia de escrita, ao contrário dos escreventes dos Livros de Compromissos, buscando um distanciamento da oralidade.

4.2 Entre marcas de oralidade de escriptualidade: a busca por um parâmetro

O levantamento realizado para os cinco fenômenos selecionados - *representação múltipla de /s/ e de /z/, representação de nasalidade, geminação de consoantes, alçamento/abaixamento de vogais* - nos permitiram estabelecer algumas generalizações. A primeira é a de que, aparentemente, a representação da sibilante surda sugere maior dificuldade de associação, haja vista o emprego das marcas ortográficas correspondentes a esse fenômeno em nosso *corpus*. De modo similar, a representação de nasalidade é outro aspecto que parece ser o mais difícil de se empregar. Isso pode ter correlação com a oralidade, assinalando uma tendência dos escreventes em reproduzir a fala na escrita. Também podemos evocar Zorzi (2003), uma vez que, segundo este autor, o maior quantitativo de erros de um determinado tipo, maior é a complexidade envolvida no processo de apropriação ortográfica. Nesse sentido, nossos achados alinham-se aos de Zorzi (2003), por guardarem semelhanças quanto às dificuldades de representação ortográfica dos sons. Ainda nesse viés, o abaixamento e o alçamento de vogais nos forneceram pistas importantes a respeito do domínio da escrita dos escreventes do nosso *corpus*. Os dados que sugerem hipercorreções, além daqueles que parecem se pautar na oralidade, nos indicam a possibilidade de interferência da fala na escrita, independentemente da formação dos sujeitos e do grau de formalidade empregado nos gêneros textuais em análise.

Dúvidas também permeiam a utilização de *z*. A regularidade com que se apresenta, independentemente se as palavras têm respaldo etimológico ou dicionarizado, nos permitem diferentes leituras: seja pela aplicação da norma simplificada de Verney (1746) nos Livros de Compromisso e no Estatuto da Ordem Terceira de São Francisco; seja pela relação biunívoca entre fala e escrita; seja pela possibilidade de caráter de erudição e de estilística atribuído a esse grafema, haja vista a assertiva de Feijó (1734) de que *z* é uma letra de origem grega. Nesse sentido, os dados relativos à sonorização da sibilante, por concentrarem percentuais muito elevados, com 100% de ocorrências em alguns documentos, nos inviabilizam de averiguar, com maior clareza, qual seria a motivação desses escreventes para a escolha desse grafema.

Quanto à geminação de consoantes, observamos algumas particularidades: o Estatuto da Ordem Terceira destacou-se pelo maior quantitativo de ocorrências, com valores muito superiores aos demais documentos, como também com maior variabilidade de grafias, apesar de muitos desses dados serem considerados falsas etimologias. Já os Termos de Devassa e os

Livros de Compromissos mostraram números equiparados de ocorrências gerais e de verdadeiras etimologias. Embora tenhamos constatado esse comportamento, é importante salientarmos que a maior incidência de dados ocorreu sobre a geminada *ll*. Não apenas essa característica é comum aos documentos, como também a prevalência de verdadeiras etimologias para as formas *elle* e *anno*, com suas respectivas derivações e flexões.

A partir do que expusemos, podemos propor um contínuo de complexidade para cada fenômeno:

Cons. geminadas → Abaixamento → Alçamento → Nasalidade → Representação /s/ e /z/
menor complexidade *maior complexidade*

A partir de todo o levantamento realizado em nosso estudo, considerando a apropriação das ortografias dicionarizadas e das possíveis influências etimológicas, bem como das motivações que possivelmente interferiram nas escolhas linguísticas dos escreventes, postulamos o seguinte: o escrevente do Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora das Mercês adotou uma grafia mais arcaizante, algo também evidenciado no Compromisso de Nossa Senhora do Amparo, ainda que com valores diferentes; o escrevente dos Termos de Devassa, embora tenha recorrido a uma grafia mais simplificada, demonstrou conhecimentos metalinguísticos na associação de determinadas palavras, sugerindo, pois, maior consciência linguística; por último, o escriba do Estatuto da Ordem Terceira de São Francisco, assim como o escrevente das devassas, demonstrou conhecimentos metalinguísticos para alguns desvios, bem como adotou repertório mais amplo de etimologias, ainda que falsas em boa parte. O panorama assim delineado nos permite estabelecer o seguinte contínuo de letramento desses escreventes.

C.I.N.Sr^a Mercês → C.I.N.Sr^a Amparo → T. Devassas → E. O. T. S. Francisco
 menos letrado mais letrado

Conforme mencionamos em algumas ocasiões, é importante, para análise empreendida, considerarmos o contexto de produção dos gêneros textuais *devassa* e *estatuto*, bem como a sua influência sobre a escrita. De modo geral, os Termos de Devassas apresentam uma escrita mais simplificada, com menor incidência de consoantes geminadas, menor variabilidade para marcação de nasalidade e de sibilantes e números expressivos de

abaixamento de vogais. Tais características parecem estar atreladas à simultaneidade com que as devassas eram produzidas, em que o autor toma nota no instante em que ocorre os depoimentos e, por consequência, tomando decisões linguísticas sem se apoiar em um determinado modelo. Por outro lado, tanto o Estatuto da Ordem Terceira de São Francisco quanto os Livros de Compromisso possuem um contexto de produção que permite ao escrevente refletir sobre questões linguísticas e apoiar-se, caso necessário, em textos modelares. A escrita mais cuidadosa desses documentos é percebida, sobretudo, em suas escolhas ortográficas. É por esse motivo que podemos presumir que o escrevente da Ordem Terceira seria mais letrado, contrariamente aos escreventes dos compromissos. A escrita mais arcaizante, apegada à tradição normativa, nos faz inferir que os escreventes desses compromissos possuíam pouca autonomia linguística, recorrendo à cópia. Já o escrevente da Ordem Terceira pareceu desenvolver mais conhecimentos metalinguísticos e fazer escolhas ortográficas permitidas por esse contexto de produção. Esse panorama, associado à análise pormenorizada dos fenômenos, nos leva a crer que o Escrevente da Ordem Terceira seja um sujeito mais letrado e, em sentido oposto, teríamos o escrevente do Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora das Mercês. Os demais documentos - Termos de Devassas e Livro de Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Amparo - estariam em posições intermediárias, considerando-se as dificuldades apresentadas para cada um dos fenômenos analisados.

Correlacionando às questões históricas e sociais, encontramos respaldo em algumas características. Segundo Oliveira, Margoti e Morais (2012), com o afastamento de Marquês de Pombal, no ano de 1772, as ordens terceiras foram designadas para o ensino de primeiras letras. Isso nos direciona para a perspectiva de que os clérigos tinham maiores níveis de letramento, ainda que as autoras questionem a qualidade do ensino empreendido. Já Fonseca (2019) enfatiza a importância do aprender a ler e a escrever no exercício de algumas atividades, como a de escrivão, o que nos faz pressupor que diferentes grupos sociais teriam acesso às práticas letradas, mesmo que não seja de forma institucionalizada. Desse modo, podemos assumir que os escreventes de nosso *corpus* sejam hábeis, mas com diferentes níveis de letramento. Isso porque os escreventes dos Livros de Compromisso, representantes do grupo social mais popular, apresentou habilidade escrita, embora com menor autonomia que o escrevente da Ordem Terceira. Já o escrevente dos Termos de Devassas, pela formação religiosa, desempenhou conhecimentos metalinguísticos similares ao da Ordem Terceira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos, com este estudo, examinar as marcas de oralidade e de escripturalidade identificadas em documentos mineiros setecentistas. Seleccionamos, para compor o nosso *corpus*, quatro documentos adamantinos setecentistas, editados por Duchowny e Coelho (2013): Termos de Devassa (1750), Estatuto da Ordem Terceira de São Francisco (1778), Livro de Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora das Mercês (1781) e Livro de Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Amparo (1782). Nossa intenção consistiu em estabelecer um comparativo entre os quatro documentos, considerando o fator extralinguístico *grupo social*, haja vista que a nossa pesquisa foi realizada à luz dos preceitos da sociolinguística variacionista (LABOV, 2006 [1972]; ROMAINE, 2009 [1989]) e tem entre seus objetivos contribuir para a caracterização indireta do escriba, a partir de pistas ortográficas.

A nossa hipótese inicial apoiou-se na premissa de que os documentos redigidos pela elite cultural do período, isto é, por integrantes do clero, tais como as devassas e o estatuto da Ordem Terceira, apresentariam, em maior quantidade, grafias etimologizantes e mais adequação à norma do período, enquanto os escreventes das irmandades reproduziriam mais marcas de escrita fonética, considerando-se o estágio mais inicial de aquisição do código escrito. A justificativa para o empreendimento desta pesquisa reside, entre outros motivos, na impossibilidade de contarmos com *corpus* orais, sendo necessário recorrer a outras formas de resgate dessa modalidade para tentar reconstituir a língua falada em períodos anteriores. Ademais, nossos resultados podem constituir um recurso adicional para a verificação do perfil do escrevente setecentista, em especial dos documentos que se mostram dúbios quanto a isso, nos revelando, por conseguinte, o maior ou o menor nível de letramento desse escrevente, inferido das pistas gráficas que podem traduzir estágios distintos do processo de aquisição da escrita. As questões-problema que buscamos responder foram, pois, as seguintes: (i) se as diferenças ortográficas, identificadas nos documentos em análise, poderiam ajudar na reconstituição da língua oral pretérita; (ii) se a escolha por determinadas grafias estaria relacionada à classe social e, conseqüentemente, ao seu nível de letramento, seja pela adoção de uma escrita fonética, seja por uma escrita latinizada; (iii) se a formalidade dos gêneros textuais poderia favorecer uma escrita conservadora/modernizada e se poderiam propiciar uma maior ou uma menor recorrência de escrita fonética.

Quanto à primeira questão-problema, não foi possível estabelecer, com absoluta certeza, quais seriam as marcas ortográficas correspondentes à oralidade dos setecentos, sobretudo porque havia discrepância de normativas no período. Contudo, nosso estudo contribuiu para levantar questionamentos a esse respeito, no sentido de que algumas variações observadas podem efetivamente ser reflexos da língua falada nas Minas setecentistas, sobretudo na região de Diamantina. A confusão, especialmente entre as terminações *-am* e *-ão*, parece estar atrelada a isso, principalmente se considerarmos as falas de Verney (1746), que menciona a percepção de uma vogal *o* quando se pronuncia *-am*. Outro fenômeno que parece ter correspondência com a oralidade é o alçamento de vogais. Temos ciência da necessidade de se ter cautela, haja vista que tanto esse fenômeno, quanto a confusão relativa à nasalidade, são processos antigos na língua. Entretanto, os casos não dicionarizados e cujas grafias não podem ser explicadas etimologicamente nos levam a acreditar na possibilidade de que essa seja uma marca da língua falada nos setecentos e, portanto, tais ocorrências auxiliam na reconstituição da língua falada na região, conforme um de nossos objetivos.

Para a segunda questão-problema, os nossos resultados apontaram dois direcionamentos: historicamente, assim como retratado no Capítulo 3, os padres eram considerados letrados, o que explicaria, por exemplo, o quantitativo superior de consoantes geminadas, característica prototípica de etimologizações, no Estatuto da Ordem Terceira de São Francisco; por outro lado, os escribas dos Livros de Compromisso mostraram-se mais atentos às formas dicionarizadas ou etimológicas, distanciando-se, pois, do que havíamos estabelecido para a nossa hipótese inicial. Além disso, ao avaliarmos, mais profundamente, os nossos dados, percebemos que os números mais elevados de alçamento de vogais nos Livros de Compromisso tinham explicação etimológica, em vez de refletirem a oralidade, assim como suspeitávamos inicialmente, diferentemente do que foi observado para os documentos redigidos por padres, cujas variações tanto de alçamento, quanto de abaixamento, não apresentavam respaldo etimológico ou não se encontravam dicionarizadas. Tais dados, analisados à luz de outros achados linguísticos, como a maior variabilidade de representações de um mesmo fonema por grafemas distintos, evocou outra interpretação: a de que os escribas dos Livros de Compromisso, de fato, estão num estágio menos avançado de aquisição do processo de escrita, o que pode ser atestado tanto por seu menor repertório de emprego de regras, quanto pela menor quantidade de desvios em relação à norma do período. Com o avanço dos estudos em torno da aquisição da escrita, sabemos que os desvios não são significativos do ponto de vista da quantidade, mas da qualidade. Assim, é comum que

peessoas em fase inicial de escrita não apresentem muitos desvios, pois elas ficam muito apegadas ao texto e à sua transcrição/cópia fiel, dada a incapacidade de elaborar hipóteses acerca do modo de se escrever. Contrariamente, à medida que vão ganhando mais autonomia e que vão sendo apresentadas a um repertório maior de regras, elas tendem a explicitar suas hipóteses sobre a língua e são essas hipóteses, atestando (in)coerência de geração de regras ou de extensão de contextos, que determinam seu estágio mais ou menos avançado no processo de aquisição de escrita. Transpondo esse raciocínio para nossos dados, podemos especular se os escribas dos Livros de Compromisso não estariam sendo mais fiéis à etimologia porque, ao contrário daqueles dos documentos eclesiásticos, estavam mais presos à cópia e menos dotados da capacidade de recorrer a princípios gerativos, que consistem em estender as regras já sistematizadas, para escrever palavras antes não conhecidas. Considerando-se a combinação dos dados linguísticos com os fatores sócio-históricos que envolvem nossos escribas, acreditamos ser esse o caso.

Quanto à correlação entre as características inerentes aos gêneros textuais e sua influência sobre a escrita, o que observamos foi uma escrita mais simplificada nos Termos de Devassa, provavelmente em decorrência do imediatismo da produção desse documento. Isso porque as informações eram ditadas e era necessário ter agilidade no registro dos depoimentos que constituíam as devassas, o que poderia explicar o menor quantitativo, por exemplo, de consoantes geminadas, quando comparamos ao Estatuto da Ordem Terceira de São Francisco, documento também redigido por padres. Outra característica que nos faz acreditar nessa suposição é a pouca variabilidade de marcas gráficas para a representação das sibilantes surdas e sonoras, o que seria propiciada, possivelmente, pela relação biunívoca entre fala e escrita. Nossa análise encontra respaldo nas ocorrências *fas*, *fes*, *fis* e *crus*, que nos evidenciam uma possível interferência da língua falada na escrita. Contudo, ao considerarmos a aplicabilidade de conhecimento metalinguístico, presumimos que isso também pode ser reflexo de um processo analógico à marcação de plural em *s*. Em relação ao gênero *estatuto*, tanto o da Ordem Terceira, quanto os que estão presentes nos Livros de Compromissos e que serviram ao nosso trabalho, verificamos a presença de grafias que podem se relacionar à formalidade desse gênero. Como já mencionamos, o Estatuto da Ordem Terceira de São Francisco concentra maior quantitativo de consoantes geminadas (incluindo-se verdadeiras e falsas etimologias), já o Compromisso de Nossa Senhora das Mercês, irmandade de negros, apresentou maior variabilidade de grafias para /s/ e para /z/, característica mais relacionada à escriptualidade e que pode, conforme discutimos há pouco, sinalizar que o escriba deste

documento estava em estágio mais inicial de aquisição da escrita e, por isso, mantinha-se mais fiel ao modelo copiado, diferentemente daqueles cujo domínio lhes permitia já alguma autonomia que, não raro, resultava em desvio.

De modo geral, os resultados obtidos nos mostraram que nossa tese precisa ser analisada não apenas sob a perspectiva quantitativa, mas também, e sobretudo, qualitativa. Considerando-se somente o viés quantitativo do desvio, a análise isolada da maior atenção dispensada às formas dicionarizadas, bem como o maior quantitativo de dados com explicação etimológica, para todos os fenômenos analisados, há o entendimento de que os escreventes dos Livros de Compromisso possuíam maior conhecimento linguístico do que os padres, classe que atestadamente tinha maior acesso à cultura no período. Apenas a análise qualitativa agregada aos fatores sócio-históricos do período é capaz de desvendar que os escreventes dos Termos de Devassas e da Ordem Terceira não são inábeis, mas pessoas dotadas de um repertório que lhes permite aplicar regras já adquiridas em situações novas, ainda que isso resulte em formas não dicionarizadas. Assim, sob a perspectiva qualitativa, são escribas com capacidade metalinguística, o que sinaliza estágio mais avançado do processo de aquisição e, conseqüentemente, maior letramento, corroborando, a partir dessa perspectiva, a nossa hipótese inicial. Para ilustrar nossa percepção a esse respeito, retomamos algumas características relevantes para a nossa análise:

1. Quanto às já mencionadas formas com terminação em *s* (*fas, fes, fis, crus*), presente nos Termos de Devassa, parecem ser resultados de analogia, uma vez que essa é a terminação mais comum na Língua Portuguesa. Esse fenômeno também foi percebido em formas como *Comcubinada, Comversse, Comdenada*, nas Devassas, e *emformacçam, emformado, emvolto, desemvolto, emredador*, no Estatuto da Ordem Terceira, o que aparenta ser analogia às preposições *com* e *em*, respectivamente. Embora não sejam formas dicionarizadas e que não possuem correspondência etimológica, evidenciam traços de consciência linguística desses escreventes, ao estabelecerem padrões para a escrita de palavras cuja ortografia não está ainda consolidada, sinalizando que tais formas não foram copiadas, procedimento que seria natural e previsível caso se tratasse de escribas em estágio mais inicial de escrita.

2. Apesar de a geminação de consoantes, no Estatuto da Ordem Terceira de São Francisco, apresentar índice mais elevado de falsas etimologias, o quantitativo três vezes maior de dados em relação aos outros documentos nos demonstram o valor de erudição atrelado a esse fenômeno, o que pode ter motivado o escrevente a recorrer a esse tipo de grafia. Além disso, ainda que os Termos de Devassa apresentem valores menores das consoantes dobradas e representadas, apenas, por *ll* e por *nn*, o percentual de etimologias verdadeiras atingiu 90%. Comportamento semelhante foi avistado nos Livros de Compromissos, cada qual operando com mais de 50% de etimologias verdadeiras para esse fenômeno. Essa caracterização nos indica a atenção dispensada por esses escribas para o emprego das consoantes geminadas, o que pode evocar que tais acertos decorram de fidelidade à cópia e não propriamente da habilidade ortográfica. Ou ainda, por ser um conhecimento compartilhado, haja vista que as verdadeiras etimologias incidiram, em grande parte, sobre as formas *elle* e *anno*, bem como das suas respectivas flexões e derivações, o que facilitaria o emprego da geminação. A maior variabilidade de usos no documento da Ordem Terceira, ao contrário, sugere um repertório maior, o que resulta, inclusive, em desvios e em pseudoetimologias.
3. Alguns dados, como *inserramento*, presente no Livro de Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora das Mercês, nos fazem pressupor haver uma correlação entre língua falada e escrita, com a influência daquela sobre esta; entretanto, o que constatamos foi a correspondência etimológica dessa forma à sua origem latina: *ĩn* e *serāre*. O conjunto de dados que, aparentemente, remetem à escrita fonética, mas que possuem explicações etimológicas ou que se encontram dicionarizadas, nos fizeram assumir que esse escrevente, ao contrário daquele das devassas e do Estatuto da Ordem Terceira, é um copista mais fiel, justamente por sua incapacidade de aplicar regras para escrever palavras que não integram seu repertório corrente de uso. O mesmo se observa para o Livro de Compromisso de Nossa Senhora do Amparo. Isso pode, inclusive, ser um fator determinante para explicar a natureza mais arcaica desses documentos. O desconhecimento das regras seria, portanto, um impeditivo para a inovação, na medida em que obrigaria o escriba a consultar,

no original, a forma e a transcrevê-la, perpetuando, assim, formas que, segundo os teóricos consultados, já seriam obsoletas no período.

4. Os casos de alçamento de vogais e de apagamento/acréscimo de nasalidade pressupõem influência da oralidade, como se vê em *imenda*, *discredito*, *disculpa*, *cuminação*, *purção*, *muinto*, *hua*, *co*, *passage*, *algu*, *alguas*. Por outro lado, muitos deles encontram justificativa em suas origens etimológicas, como em *menzarios/menzarioz*, *integrará*, *imfermo/imfermos*, *intende*. Essa característica foi decisiva para avaliarmos, caso a caso, o que seria uma marca de oralidade e o que seria uma marca de escriptualidade, além de ter sido crucial para compreendermos o estágio de aquisição de escrita do escrevente, bem como sua maior ou menor familiaridade com as regras ortográficas.
5. De maneira semelhante, os casos de abaixamento de vogais nos serviram como pista para o entendimento do grau de letramento do escriba, haja vista os valores computados para todos os documentos, em especial nos Termos de Devassa, que apresentaram 80% de casos de uso inadequado de grafia em *e*, sem que se tenha explicação etimológica ou que as formas estejam dicionarizadas. Atribuímos a isso a hipercorreção, como uma necessidade de se distanciar da oralidade, revelando, conseqüentemente, maior repertório de uso das regras e autonomia de escrita, com sua conseqüente generalização, ainda que produzindo desvios.
6. A diferença de estágios distintos de aquisição da escrita é percebida, também, na representação de /s/ e de /z/, principalmente quando consideramos que o escrevente dos Termos de Devassa apresentou mais dificuldade na representação das consoantes sibilantes, concentrando valores expressivos de ocorrências, com pouca variabilidade gráfica. Ao contrário disso, os escreventes dos Livros de Compromissos infringiram menos a norma, sobressaindo-se o escrevente do Compromisso de Nossa Senhora das Mercês, que apresentou maior variação ortográfica para a representação da sibilante surda, em um menor quantitativo de dados, o que sugere fortemente que esse escriba é um copista fiel e, por isso, menos infrator.
7. Por último, a marcação de nasalidade evidenciou comportamento díspar, em que a marcação *m* em sílaba final foi mais recorrente no Estatuto da Ordem Terceira de São Francisco, computando 167 ocorrências, contrariamente ao

Livro de Compromisso de Nossa Senhora das Mercês, que apresentou preferência pela marcação em *til*. Esse panorama nos induz a crer que o escrevente da Ordem Terceira de São Francisco tenha uma escrita mais alinhada ao que é prescrito por Verney (1746), ao passo que o escrevente da Irmandade de Nossa Senhora das Mercês apresenta uma escrita mais arcaizante, apoiada no que é prescrito por Feijó (1734). Como já discutido, o fato de esse escriba ser potencialmente mais afeito à cópia contribui para que as formas sejam mais conservadoras, já que por meio desse procedimento, o escriba preserva os usos de sincronias anteriores. Outro dado importante revelado pelo fenômeno da marcação de sons nasais foi a regularidade das formas plurais terminadas em *-aons*, em *-oens* e em *-oenz* para todos os documentos, exceto para os Termos de Devassas, o que nos sugere se tratar de uma marca etimológica. Em se tratando da especificidade identificada neste documento, não podemos desconsiderar que os Termos de Devassa são os únicos documentos em que o registro era simultâneo à produção, o que obriga o escriba a tomar decisões no ato da escrita, sem a possibilidade de consulta a fontes, quer prescritivas, quer ao original. Esse certamente é um fator que contribui para que esse documento tenha um número superior de desvios em relação aos demais, além de o tornar o gênero mais adequado para estabelecer o grau de letramento do escriba, já que as marcas de escriptualidade nele expressas são genuínas no sentido de que foram produzidas pelo escriba sem apoio a outro material escrito.

O panorama diverso do esperado, qual seja, a de que os documentos escritos por padres teriam mais marcas etimológicas, enquanto os documentos das irmandades leigas teriam mais marcas grafofonéticas, nos fazem levantar questionamentos sobre o que pode ter influenciado nesse resultado. Tendo em vista que a presente pesquisa buscou interligar aspectos inerentes à língua aos fatores externos, é imprescindível retomarmos algumas características históricas e sociais do Arraial do Tejuco dos setecentos. Furtado (2007), retomando Saint-Hilaire (1974), menciona que a região onde hoje se encontra a cidade de Diamantina gozava de maior instrução e de “desejo de se instruir” (p. 317). Soma-se a isso a fala de que boa parte dos estudantes universitários eram tejuicanos. Isso nos faz pressupor que o ato de aprender a ler e a escrever representava uma importante ferramenta de inserção

social. Desse modo, mesmo os indivíduos que não poderiam, pelo rigor da lei, aprender tais tecnologias, recorriam a elas indiretamente. Outro fator que parece ter sido decisivo para isso é o papel das irmandades leigas, que propiciavam várias oportunidades para os seus agremiados, como relata Boschi (2007). A permeabilidade da dinâmica social certamente contribuiu para que os sujeitos tivessem contato com a escrita, independentemente da classe social a que pertenciam.

No que se refere às características linguísticas, foi possível sistematizar algumas regularidades. A primeira é a de que os escreventes dos Livros de Compromisso apresentaram uma escrita mais arcaica, embasada na tradição etimológica. Isso é perceptível nos inúmeros exemplos de dados com correspondência etimológica e na preferência pela marcação em *til* nas terminações nasais. Já o escrevente dos Termos de Devassas, talvez pelo pouco tempo disponível para a escritura desse documento e pela impossibilidade de consulta a fontes no ato da escrita, deixe mais marcas de escrita fonética. Por último, o escrevente do Estatuto da Ordem Terceira apresentou taxas maiores de desvios, o que pode sugerir que se tratava de um escriba dotado de um repertório mais amplo de regras, que fazia uso de recursos gerativos para escrever palavras que não eram frequentemente empregadas, e que não ficava tão preso à cópia do original quanto os escribas dos compromissos. A partir dessa perspectiva, estabelecemos o seguinte contínuo de letramento para os referidos escreventes:

C.I.N.Sr ^a Mercês → C.I.N.Sr ^a Amparo → T. Devassas → E. O. T. S. Francisco menos letrado mais letrado
--

A partir do contínuo de letramento, temos o escrevente do Estatuto da Ordem Terceira de São Francisco como sujeito mais letrado, tendo em vista a maior autonomia nas escolhas linguísticas, sobretudo para a geminação de consoantes e para a representação das sibilantes surda e sonora. De modo semelhante, e em especial pelo contexto de produção desse documento, o escrevente dos Termos de Devassa também encontra-se mais próximo do extremo *mais letrado*. No extremo oposto, tem-se o escrevente do Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora das Mercês, seguido do escrevente do Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Amparo. Apesar de ambos os escreventes respeitarem, aparentemente, os preceitos da normativa setecentista, a escrita arcaizante, as menores taxas de desvio e a análise qualitativa dos desvios identificados nos fazem pressupor que não possuíam conhecimentos linguísticos avançados acerca da ortografia e que, no ato da escrita

dos documentos analisados, mantinham-se mais presos à cópia do texto original, diferentemente daqueles escribas considerados letrados. O grupo de palavras *meza*, *freguezia*, *despeza*, *elle* e *anno*, assim como as flexões e derivações das duas últimas, nos sugerem uma rede de compartilhamento, o que facilita a consolidação da ortografia normatizada. Essa hipótese encontra respaldo não apenas pela expressividade de ocorrências de algumas dessas palavras, explicada, inclusive, por serem palavras que estão inseridas no campo lexical dos gêneros em análise, como também pela sua presença em todos (ou quase todos) os documentos analisados. Reforçamos, ainda, que os diferentes níveis de letramento estão inseridos no que consideramos como indivíduos hábeis, já que todos esses escreventes, em estágios diferentes, demonstraram conhecimentos linguísticos específicos da tecnologia escrita, haja vista os dados que apresentam alguma explicação etimológica, que estão dicionarizados, ou em que se percebe um processo analógico. Somando-se a isso, os casos de hipercorreções para o abaixamento de vogais indicam a ciência desses sujeitos de que a língua falada e a língua escrita apresentam características distintas, ainda que estejam interligadas. A esse respeito, propomos também um contínuo de complexidade dos fenômenos analisados, os quais visam a auxiliar o pesquisador a analisar qualitativamente os dados escritos de que dispõe e inferir deles pistas do letramento/estágio de aquisição do escriba:

<p>Cons. geminadas → Abaixamento → Alçamento → Nasalidade → Representação /s/ e /z/ <i>menor complexidade</i> <i>maior complexidade</i></p>

O contínuo dos fenômenos analisados serve, como mencionado, para avaliarmos o nível de complexidade relativa a cada um deles e, conseqüentemente, caracterizar o escriba quanto ao seu nível de letramento. Desse modo, as consoantes geminadas, embora apresentem dados de falsa etimologia, mostraram-se como o fenômeno mais acessível para os escreventes, possivelmente pela facilidade em se empregar. Também o abaixamento e o alçamento, ainda que reflitam alguma confusão com a oralidade, são fenômenos de menor complexidade, quando comparados à representação de nasalidade e de sibilantes surda e sonora. Comparativamente, a marcação da nasalidade foi considerada menos complexa do que a representação de /s/ e de /z/. Isso porque aquele fenômeno teve maior regularidade de usos, seja por processos analógicos a outras palavras, como as preposições, seja pela adoção, em grande parte, somente de *m* ou de *til*. Já a marcação da sibilante surda e sonora transpareceu maior influência da oralidade, seja pela confusão de usos entre *s* e *z* finais, seja pelo equívoco

entre as diferentes formas de se grafar os fonemas /s/ e /z/. Sobre as terminações em *s* e em *z*, o que as diferencia é uma característica inerente à escrita, mas que foi, muitas vezes, despercebida pelos escreventes: dados como *fas*, *fes*, *fis*, *crus* e *ves*, cujo processo evolutivo transformou *c* latino em *z* no português, assim como a marcação do plural ser realizada em *z*, como em *actoz* e *coraçoenz*, nos revelam tal dificuldade.

Apesar das limitações inerentes a qualquer pesquisa, nosso estudo serviu para desvendarmos algumas questões relevantes. A primeira é a de que o olhar mais atento às questões linguísticas pode nos servir para traçar as características do perfil sociolinguístico de escribas de sincronias pretéritas. Nesse sentido, foi necessário o exame comparativo aos demais estudos que possuem temas afins ao nosso, bem como aos que se referem aos processos de aquisição da língua, uma vez que a análise qualitativa dos desvios pode nos direcionar para a caracterização sociolinguística dos escribas. Temos ciência de que há uma distância entre norma praticada e norma prescrita, assim como enfatizado por Barbosa, Lima e Marcotulio (2018), mas a adoção da norma prescrita como recurso metodológico, pelo menos para os propósitos anunciados em nossa pesquisa, nos serviu para compreendermos as escolhas ortográficas dos nossos escreventes. Em uma perspectiva futura, pretendemos avaliar se a metodologia empregada também é eficaz para avaliarmos outros fenômenos linguísticos, convite que estendemos a outros estudiosos da questão.

REFERÊNCIAS

- ABAURRE, Maria Bernadete Marques. Dados iniciais da escrita infantil: indícios de construção da hierarquia de constituintes silábicos? In: HERNANDORENA, Carmem Lúcia M. (Org.). **Aquisição de língua materna e de língua estrangeira: aspectos fonéticos-fonológicos**. Pelotas/RS: EDUCAT/ALAB, 2001, p. 63-85.
- ALGRANTI, Leila Mezan. **Honradas e devotas: mulheres da colônia. Condição feminina nos conventos e recolhimentos do Sudeste do Brasil, 1750-1822**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2. ed., 1999.
- ALKMIN, Tania. Fala de escravos brasileiros e portugueses: um esboço de comparação. In: LOBO, Tânia, Conceição Freire; RIBEIRO, Ilza Maria de Oliveira; CARNEIRO, Zenaide de Oliveira Novais; ALMEIDA, Norma Lúcia Fernandes de. (Orgs.). **Para a história do português brasileiro. Volume VI: novos dados, novas análises**. São Paulo: Humanitas. T. II, 2006, p. 585-595. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/21589>. Acesso em: 28 dez. 2021.
- ALKMIM, Tânia Maria. Estereótipos lingüísticos: negros em charges do séc. XIX. In: ALKMIM, Tânia Maria. (Org.). **Para a história do português brasileiro. Volume III: novos estudos**. São Paulo: Humanitas, 2002, p. 383-402.
- ALKMIM, Tânia Maria. A variedade lingüística de negros e escravos: um tópico da história social do português no Brasil. In: MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. (Org.). **Para a história do português brasileiro. Volume II: primeiros estudos, t. II**. São Paulo: Humanitas, 2001, p. 317-335.
- ARGOTE, J. C. **Regras da língua portugueza, espelho da língua Latina, ou disposição para facilitar o ensino da língua Latina pelas regras da Portugueza**. Lisboa: Officina da Musica, 2a ed., 1725. Disponível em: <http://purl.pt/10/1> Acesso em: 20 jan. 2022.
- ASSUNÇÃO, Carlos; KEMMLER, Rolf; FERNANDES, Gonçalo; COELHO, Sónia; FONTES, Susana; MOURA, Teresa. **A orthographia da lingoa portvgvesa (1576) de Duarte Nunes Leão: estudo introdutório e edição**. Vila Real, Portugal: Centro de Estudos em Letras, Universidade de Trás-os-montes e Alto Douro, Coleção Ortógrafos Portugueses 2, 2019. Disponível em: https://www.utad.pt/cel/wp-content/uploads/sites/7/2020/04/CEL_Orto%CC%81grafos-Portugueses_2.pdf. Acesso em: 05 jan. 2022.
- Aulete on-line**. Disponível em: aulete.com.br Acesso 18 out 2021.
- BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. Tradução por Maria Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 2 ed., 1997.
- BARBOSA, Afrânio Gonçalves. **Para uma história do português colonial: aspectos linguísticos em cartas do comércio**. 1999. 484 fl. Tese (Doutorado em Letras Vernáculas – Língua Portuguesa). Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Afranio-Barbosa/publication/344900581_Para_uma_Historia_do_Portugues_Colonial_Aspectos_Linguisticos_em_Cartas_de_Comercio/links/5f981070299bf1b53e499e21/Para-uma-Historia-do-

Portugues-Colonial-Aspectos-Linguisticos-em-Cartas-de-Comercio.pdf. Acesso em: 27 set. 2021.

BARBOSA, Afrânio Gonçalves. Tratamento dos corpora de sincronias passadas da língua portuguesa no Brasil: recortes grafológicos e lingüísticos. In: LOBO, Tânia, Conceição Freire; RIBEIRO, Ilza Maria de Oliveira; CARNEIRO, Zenaide de Oliveira Novais; ALMEIDA, Norma Lúcia Fernandes de. (Orgs.). **Para a história do português brasileiro. Volume VI: novos dados, novas análises**. São Paulo: Humanitas. T. II, 2006, p. 761-780. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/21589>. Acesso em: 28 dez. 2021.

BARBOSA, Afrânio Gonçalves. Fontes escritas e história da língua portuguesa no Brasil: as cartas de comércio no século XVIII. In: LIMA, Ivana Stolze; CARMO, Laura do (Org.). **História social da língua nacional**. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, p. 181-211, 2008. Disponível em . Acesso em: 04 maio 2015.

BARBOSA, Afrânio Gonçalves. O controle de marcas de inabilidade na escrita alfabética e a identificação das *mãos inábeis* em *corpora* histórico-diacrônicos. **Revista da ABRALIN**, v.16, n.2, p. 19-43, Jan./Fev./Mar./Abril de 2017. Disponível em: <https://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/461/454>. Acesso em: 27 set. 2021.

BARBOSA, Afrânio Gonçalves; LIMA, Alexandre Xavier; MARCOTULIO, Leonardo Lennertz. Da Idade Média ao século XVI: a difusão de grafias etimológicas e de índices grafonéticos na norma grafemática quinhentista portuguesa. In: OSÓRIO, Paulo (Org.). **Linguística Histórica e História do Português: das origens ao século XVI**. . Linguística Histórica e História do Português: das origens ao século XVI. Salamanca: Luso-Espanhola de Ediciones, 2018, p. 77-125.

BARRETO, João Franco. **Ortografia da lingua portugueza** / per Joam Franco Barretto. Lisboa: officina de Joam da Costa: a custa de Antonio Leyte mercador de livros, 1671. Disponível em: <https://purl.pt/18>. Acesso em: 01 mai. 2023.

BARROS, João de. **Grammatica da lingua portuguesa**. Olyssipone: apud Lodouicum Rotorigiu[m], Typographum, 1540a. Disponível em: <http://purl.pt/12148>. Acesso em: 20 jan. 2023.

BARROS, João de. **Dialogo da Viçiosa Vergonha**. Olyssipone: apud Lodouicum Rotorigiu[m], 1540b. Disponível em: <http://purl.pt/12147>. Acesso em: 20 jan. 2023.

BASSETO, Bruno Fregni. **Filologia Românica**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2 ed., 1 reimp., 2013.

BERGE, Damião; CASTRO, Ludovico N. Gomes de; MÜLLER, Reinaldo. **Ars Latina: curso prático da língua latina**. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 1946.

BLANCHE-BENVENISTE, Claire. Les unités: langue écrite, langue orale. In: PONTECORVO, Clotilde & BLANCHE-BENVENISTE, Claire (ed.). **Proceedings of the workshop on Orality versus Literacy: concepts, methods and data** – Siena, Italy, 24-26 September 1992. Estrasburgo: Science European Foundation, 1993, p.133-194.

BLANCHE-BENVENISTE, Claire. **Estudios lingüísticos sobre la relación entre oralidad y escritura**. Barcelona: Gedisa, 1998.

BLUTEAU, R. **Vocabulário Portuguez, e Latino**. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 8 volumes e 2 suplementos, 1712-1728. Disponível em: <http://purl.pt/13969>. Acesso em: 20 fev 2023.

BRITO, Patrícia Santos de Jesus; LACERDA, Mariana Fagundes de Oliveira. Estudo filológico e marcas de inabilidade em escrita alfabética em cartas pessoais baianas do século XX. **Revista Philologus**, ano 26, n. 78, Rio de Janeiro: CiFEFiL, p. 1486-1497, 2020. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/rph/ANO26/78supl/108.pdf>. Acesso em: 18 out. 2021.

BOSCHI, Caio César. Irmandades, religiosidade e sociabilidades, In.: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos. (Orgs.) **As minas setecentistas**. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, v. 2, 2007, p. 59-76.

BOXER, Charles. R. **O Império Colonial Português (1415-1825)**. Lisboa: Edições 70, 1981.

CAGLIARI, Luiz Carlos. **Alfabetizando sem o bá-bé-bi-bó-bu**. São Paulo: Scipione, 1998.

CAMACHO, R. G. Norma culta e variedades linguísticas. Cadernos de formação. UNIVESP, 2004, p. 34-49. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/174227/mod_resource/content/1/01d17t03.pdf. Acesso em: 02 set. 2020.

CAMARA JR, Joaquim Mattoso. **Estrutura da Língua Portuguesa**. Petrópolis-RJ: Vozes, 21 ed., 1992.

CAMOES, Luís de. **Os Lusíadas**. Lisboa: Em casa de Antonio Gõçalvez, 1572. Disponível em: <https://purl.pt/1>. Acesso em: 20 jan. 2023.

CAMPOS, Adalgisa Arantes. O mecenato dos leigos: cultura artística e religiosa. **Arte sacra no Brasil colonial**. Belo Horizonte: Edita C/Arte, 2011. p.95-111. Disponível em: <https://www.ufmg.br/online/arquivos/anexos/Confrarias%20e%20Ordens%20Terceiras-texto%20Adalgisa.pdf>. Acesso em: 02 mar. 2023.

CARDOSO, Jerónimo. **Dictionarium latino lusitanicum et vice versa lusitanico latinum**. Olyssipone: excussit Antonius Alvares typographus, 1601. Disponível em: <https://purl.pt/14033>. Acesso em: 20 jan. 2023.

CASTRO, Ivo. **Curso de História da Língua Portuguesa**. Lisboa: Universidade Aberta, 1991.

CHAVES, Elaine. **Implementação do Pronome Você: a contribuição das pistas gráficas**. 2006. Dissertação (Mestrado em Linguística). Belo Horizonte: Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, 2006.

CHAVES, Elaine. **O Surgimento do Português Brasileiro: mudanças linguísticas e**

mudanças tecnológicas no Brasil, séculos 18 e 19. 2013. Tese (Doutorado em Linguística). Belo Horizonte: Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, 2013.

COUTINHO, Ismael de Lima. **Pontos de gramática histórica**. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 2004 [1976].

COELHO, Sueli Maria; RAMOS, Jania Martins; DUCHOWNY, Alécia Teles. Processos e mudanças em abreviaturas mineiras setecentistas: regularidade e ruptura. **Revista de Filologia Linguística do Português**, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 333-352, 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2176-9419.v17i2p333-352>. Acesso em: 01 mai. 2023.

COELHO, Shirlene Ferreira. **A pontuação nas Minas setecentistas**. 2018. Dissertação (Mestrado em Linguística). Belo Horizonte: Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, 2018.

CORRÊA, Marcela Fulanete. **Como os adultos aprendem a ler?** Evidências de um estudo com adultos pouco alfabetizados e crianças com a mesma habilidade de leitura. 2009. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, 2009. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/TMCB-7WUNZE/1/como_os_adultos_aprendem_a_ler_marcela_fulanete_corr_a.pdf. Acesso em 13 dez. 2021.

COSTA, Ana Paula Pereira. Instrução, poder e hierarquia: índices de alfabetização entre os potentados locais em Minas colonial. **Revista História: Debates e Tendências**, v. 15, n. 1, p. 233-250, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.5335/hdtv.15n.1.5287>. Acesso em: 12 jan. 2022.

COSTA, Antônio Gilberto (Org.). **Cartografia da conquista do território das Minas**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Lisboa: Kapa Editorial, 2004.

COSTA, Célio Juvenal; MARTINS, Flat James de Souza. Análise histórica, religiosa e educacional sobre o catecismo do santo concílio de trento. **Revista Brasileira de História das Religiões**. ANPUH, Ano II, n. 6, p. 1-19, fev. 2010. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/RbhrAnpuh/article/view/30309/15898>. Acesso em: 04 mar. 2023.

CUNHA, Antônio Geraldo da. **Dicionário etimológico da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Lexicon, 4 ed., 2012.

CUNHA, Celso. Sobre a tipologia dos erros ou variantes em crítica textual. In: PEREIRA, Cilene da Cunha (Org.). **Sob a pele das palavras. Dispersos**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. p. 329-340, 2004.

DORNAS FILHO, João. Os ciganos em Minas Gerais. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais**, Rio de Janeiro, 1948.

DUCHOWNY, Alécia Teles; COELHO, Sueli Maria. **Edição semidiplomática e fac-similar de documentos adamantinos setecentistas**. Belo Horizonte: Viva Voz. 2013.

ELSPASS, Stephan. The Use of Private Letters and Diaries in Sociolinguistic Investigation. In: HERNÁNDEZ-CAMPOY, Juan Manuel.; CONDE-SILVESTRE, Juan Camilo. **The Handbook of Historical Sociolinguistics**. Oxford: Wiley-Blackwell, 2012. p. 156-169.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: EDUSP/FDE, 1994.

FERREIRO, Emilia; TEBEROSKY, Ana. **Psicogênese da língua escrita**. Tradução de Diana Myriam Lichtenstein et al. Porto Alegre: Artes Médicas, 1986.

FEYJO, J. M. M. **Orthographia, ou arte de escrever, e pronunciar com acerto a língua portuguesa** para uso do excellentissimo Duque de Lafoens / pelo seu mestre João de Moraes Madureyra Feyjo. Lisboa: Miguel Rodrigues, 1734.

FIGUEIREDO, Luciano. *Peccata mundi*: a “pequena inquisição” mineira e as devassas episcopais. In.: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos. (Orgs.) **As minas setecentistas**. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, v. 2, 2007, p. 109-128.

FIGUEIREDO, Luciano. **O avesso da memória**: cotidiano e trabalho da mulher em Minas Gerais no século XVIII. Brasília: J. Olympio/Editora UNB, 1993.

FONSECA, Cláudia Damasceno; VENANCIO, Renato Pinto. Vila Rica e a noção de “grande cidade” na transição do Antigo Regime para a época contemporânea. **Locus: Revista de História**, [S. l.], v. 20, n. 1, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/20755>. Acesso em: 25 jan. 2022.

FONSECA, Thaís Nivia de Lima e. **Letras, ofícios e bons costumes** - Civilidade, ordem e sociabilidades na América portuguesa. Belo Horizonte: FAPEMIG; Autêntica Editora, 2009.

FONSECA, Thaís Nivia de Lima e. Concepções e práticas de educação em Minas Gerais colonial: reflexões com base em fontes de pesquisa. In.: FONSECA, Thaís Nivia de Lima e. (Org.); CARVALHO, Carlos Henrique de; FARIA FILHO, Luciano Mendes de (Coord.). **História da Educação em Minas Gerais**: da Colônia à República Uberlândia-MG: EDUFU, v. 1, 2019, p. 23-54. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/30838/1/Hist%C3%B3riaEduca%C3%A7%C3%A3oMinas.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2022.

FURTADO, Junia Ferreira. O Distrito dos Diamantes: uma terra de estrelas. In.: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos. (Orgs.) **As minas setecentistas**. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, v. 1, 2007, p. 303-320.

FURTADO, Junia Furtado. **O livro da capa verde**: o regimento de diamantino de 1771 e a vida no distrito diamantino no período da real extração. São Paulo: ANNABLUME, p. 37-72, 1996.

GALVÃO, Érica Raiane de Santana. Apropriação do sistema de escrita alfabética: as contribuições dos estudos sobre letramento para o redimensionamento dos processos de ensino-aprendizagem. **Revista Brasileira de Alfabetização**, n. 12, p. 140-157, 2020.

Disponível em: <http://revistaabalf.com.br/index.html/index.php/rabalf/article/view/311>. Acesso em: 02 dez. 2021.

GANDAVO, Pêro de Magalhães. **Regras que ensinam a maneira de escrever e a ortografia da língua portuguesa**: com o diálogo que adiante se segue em defesa da mesma língua. Introd. Maria Leonor Carvalhão Buescu. Lisboa : Biblioteca Nacional, 1981. Disponível em: <https://purl.pt/324>. Acesso em 01 mai. 2023.

GRIMM, Carolina Falck; MONARETTO, Valéria Neto de Oliveira. Levantamento e análise de marcas de latinizações como forma objetiva de reconhecimento do grau de cultura de redatores oitocentistas. In.: XXIX Salão de iniciação científica da UFRGS. **Resumos**. Porto Alegre, 2017. Disponível em: https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/176726/Resumo_54013.pdf?sequence=1. Acesso em: 28 jan. 2022.

JAKOBSON, Roman. **Princípios de fonologia histórica**. Tradução de Wilmar R. D'Angelis. Campinas: Curt Nimuendajú, 2008.

KLEIMAN, Ângela. O processo de aculturação pela escrita: ensino da forma ou aprendizagem da função? In: KLEIMAN, Ângela; SIGNORINI (Orgs.). **O ensino e a formação do professor**: alfabetização de jovens e adultos. 2 ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2001, p. 223-243.

LABOV, William. **Padrões sociolinguísticos**. Tradução de Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre, Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola Editorial, 2008 [1972].

LAGE, Ana Cristina Pereira. Religião católica e instituições educativas na capitania de Minas Gerais. In.: FONSECA, Thaís Nivia de Lima e. (Org.); CARVALHO, Carlos Henrique de; FARIA FILHO, Luciano Mendes de (Coord.). **História da Educação em Minas Gerais**: da Colônia à República Uberlândia-MG: EDUFU, v. 1, 2019, p. 23-54. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/30838/1/Hist%C3%B3riaEduca%C3%A7%C3%A3oMinas.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2022.

LEMLE, Miriam. **Guia do alfabetizador**. São Paulo: Ática, 17 ed., 2009.

LEMOS, Fernando A. Perreira. **Interferência da oralidade na escrita**: o caso do registro ortográfico do 'e, i, o, u' átonos. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, 2001.

LIMA, Fabiano Aparecido Sales. Perfil sociolinguístico de missivistas não ilustres: uma proposta de análise preliminar a partir de cartas pessoais. **Revista Philologus**, ano 25, n. 75, Rio de Janeiro: CiFEFiL, p. 314-329, 2019. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/rph/ANO25/75/21.pdf>. Acesso em 14 out. 2021.

LOPES, Luiz Fernando Rodrigues. **Indignos de servir**: os candidatos rejeitados pelo Santo Ofício português (1680-1780). 2018. 309 f. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2018.

LOUSADA, Francisco González. O latinismo na lírica medieval Galego Portuguesa. **Revista Estudos Linguísticos**. Edições Colibri/CLUNL, n. 6-7, Lisboa, p. 195-208, 2012. Disponível em https://clunl.fsh.unl.pt/wp-content/uploads/sites/12/2018/02/195_208.pdf. Acesso em 13 out. 2021.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Letramento e oralidade no contexto das práticas sociais e eventos comunicativos. In.: SIGNORINI, Inês. (org.) **Investigando a relação oral/escrito**. Campinas: Mercado das Letras, 2001, p. 23-50.

MARQUILHAS, Rita. **Leitura e escrita em Portugal no século XVII**. Tese de Doutoramento em Linguística Portuguesa, Lisboa: Universidade de Lisboa/ Faculdade de Letras, 420 fl. 1996.

MARQUILHAS, Rita. **A Faculdade das Letras: Leitura e escrita em Portugal no séc. XVII**. Lisboa: IN-CM, (Filologia Portuguesa) 2000.

MATTOS, Hebe Maria. **Escravidão e cidadania no Brasil monárquico**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2004 [1999].

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. Para a história do português culto e popular brasileiro: sugestões para uma pauta de pesquisa. In: ALKMIN, Tânia Maria. (Org.). **Para a história do português brasileiro**. Volume III: novos estudos. São Paulo: Humanitas, 2002, p. 443-464.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. **O português arcaico: morfologia, fonologia e sintaxe**. São Paulo: Contexto, 2006.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. O conceito relativo de neologismo e arcaísmo: um estudo panorâmico. In: OLIVEIRA, Klebson; CUNHA E SOUZA, Hirão F.; SOLEDADE; Juliana (Orgs.). **Do português arcaico ao português brasileiro: outras histórias**. Salvador : EDUFBA, 2009, p. 11-20. Disponível em: <https://www.prohpor.org/produes-coletivas>. Acesso em: 22 out. 2021.

MOLLICA, Maria Cecília. **Influência da fala na alfabetização**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2 ed., 2000.

MONTANHEIRO, Fábio César. O Livro de Compromisso entre os manuscritos confrariais: potencialidades para o trabalho filológico. **Revista de Filologia e Linguística Portuguesa**. n. 10-11, p. 121-148, 2008/2009. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/flp/article/view/59819/62928>. Acesso em: 23 jan. 2022.

MONTE CARMELO, Luís de. **Compendio de orthografia, com sufficientes catalogos, e novas regras, para que em todas as Provincias, e Dominios de Portugal, possam os curiosos comprehender facilmente a Orthologia, e Prosódia, isto he, a recta pronunciaçam, e accents proprios, da Lingua Portugueza**: accrescentado com outros novos Catalogos, e explicaçam de muitos Vocabulos antigos, e antiquados, para intelligencia dos antigos escritores portuguezes. Lisboa: Officina de Antonio Rodrigues Galhardo, 1767. Disponível em: <https://purl.pt/9>. Acesso em: 01 mai. 2023.

MORAES, Fernanda Borges. De arraiais, vilas e caminhos: a rede urbana das Minas coloniais. In.: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos. (Orgs.) **As minas setecentistas**. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, v. 1, 2007, p. 55-86.

MORAIS, C. C. Ler e escrever: habilidades de escravos e forros? Comarca do Rio das Mortes, Minas Gerais, 1731-1850. **Revista brasileira de educação**. Rio de Janeiro, v. 12, n. 36, 2007, p. 493-504. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782007000300008>. Acesso em: 12 jan. 2021.

MORENO, André Luiz Alves; BRITO, Giovanna Santos; SANTOS, Libânia Silva. Devassas em devassa: uma fonte para a reconstituição da história da cultura escrita no Brasil colonial e Imperial. **Ágora: arquivologia em debate**, Florianópolis, v. 31, n. 62, p. 1-16, 2021. Disponível em: <https://agora.emnuvens.com.br/ra/article/view/965/925>. Acesso em 22 jan. 2022.

NEUSCHRANK, Aline. **Fonologização na diacronia: do Latim ao Português Moderno**. 2015. Tese (Doutorado em Letras) – Centro de Educação e Comunicação do Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Católica de Pelotas, Pelotas-RS, 2015.

NOGUEIRA, Rodrigo de Sá. **Subsídios para o estudo das conseqüências da analogia em português**. Lisboa: Clássica, 1937.

NOLL, Volker. A evolução fonética do português do Brasil: arcaicidade e inovação. In.: LOBO, Tânia; RIBEIRO, Ilza; CARNEIRO, Zenaide; ALMEIDA, Norma (Orgs). **Para a história do português brasileiro**. Salvador: EDUFBA, Tomo I, 2006, p. 443-457. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/21588>. Acesso em: 29 dez. 2021.

OLINDA, Silvia Rita Magalhães de. A educação no Brasil no período colonial: um olhar sobre as origens para compreender o presente. **Revista Sitientibus**. Feira de Santana, n. 29, p. 153-162, 2003. Disponível em: www2.uefs.br:8081/sitientibus/pdf/29/a_educacao_no_brasil_no_periodo_colonial.pdf. Acesso em: 11 jan. 2022.

OLIVEIRA, Cleide Cristina; MARGOTI, Suéllen Cássia; MORAIS, Christianni Cardoso. As aulas régias e os salários dos professores no período de reorganização dos estudos (Minas Gerais, 1795-1800). **Revista e-hum**, Editora Uni-BH, v. 5, n. 2, p. 119-135, 2012. Disponível em: <https://unibh.emnuvens.com.br/dchla/article/view/869/498>. Acesso em: 08 jan. 2022.

OLIVEIRA, Fernão de. **Grammatica da linguagem portuguesa**. Lisboa: e[m] casa d'Germão Galharde, 1536. Disponível em: <http://purl.pt/120>. Acesso em: 20 jan. 2023.

OLIVEIRA, Klebson. **Negros e escrita no Brasil do século XIX: sócio-história, edição filológica de documentos e estudo linguístico**. 2006. 3v. 1144f. Tese (Doutorado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/12042>. Acesso em: 28 set. 2021.

OLIVEIRA, Klebson. As tábuas votivas do século XVIII ao XX: mais uma fonte para a história do nosso “latim vulgar”. In: OLIVEIRA, Klebson; CUNHA E SOUZA, Hirão F.; SOLEDADE; Juliana (Orgs.). **Do português arcaico ao português brasileiro: outras**

histórias. Salvador : EDUFBA, 2009, p. 132-173. Disponível em:
<https://www.prohpor.org/produes-coletivas>. Acesso em: 22 out. 2021.

OLIVEIRA, Klebson; LOBO, Tânia. O nome dela era Rosa: epistolografia de uma ex-escrava no Brasil do século XVIII. In.: LOBO, Tânia; CARNEIRO, Zenaide; SOLEDADE, Juliana; ALMEIDA, Ariadne; RIBEIRO, Silvana.(Orgs.) **Rosae**: linguística histórica, história das línguas e outras histórias. Salvador: EDUFBA, 2012, p. 623-645. Disponível em:
<https://books.scielo.org/id/67y3k>. Acesso em: 08 ago. 2021.

PEREIRA, Bento. **Thesouro da lingoa portuguesa**. Lisboa: officina de Paulo Craesbeeck, 1647. Disponível em: <https://purl.pt/29129>. Acesso em: 02 mai. 2023.

PEREIRA, Bento. **Ars grammaticæ pro lingua lvsitana addiscenda latino idiomate proponitur**. Lvgdvni: Sumptibus Lavrentii Anisson, 1672.

PICOLI, Fabíola. ‘Para mio a mudasa na tie probemas’: as primeiras produções escritas do alfabetizando adulto. In: KLEIMAM, Ângela; SIGNORINI, Inês (Orgs.). **O ensino e a formação do professor**: alfabetização de jovens e adultos. 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2001, p. 103-122.

PIMENTA, Ane Caroline Câmara; ROQUE, Thassio Ferraz Tavares. Entre a miragem e a realidade da ascensão social: matrimônio, concubinato e ilegitimidade no arraial do tejuco (1725-1762). **Revista Ars Historica**, n. 23, jan./jun. 2022, p. 166-187. Disponível em:
<https://revistas.ufrj.br/index.php/ars>. Acesso em: 03 mar. 2023.

PINA E PROENÇA, Martinho de Mendonça de. **Apontamentos para a educação de hum menino nobre**. Lisboa Occidental: Officina de Joseph Antonio da Sylva, 1734. Disponível em: <https://purl.pt/129>. Acesso em 02 mai. 2023.

PUENTES ROMAY, José Antonio. Latín e romance. Aspectos xerais. In. Ana Isabel Boullón Agrelo (org.) **Na nosa lnyngoage galega. A emerxencia do galego como lingua escrita na Idade Media**. Santiago de Compostela: Consello da Cultura Galega-Instituto da Lingua Galega, 2007, p. 95-113.

RAMOS, Jânia Martins; VENÂNCIO, Renato Pinto. Por uma cronologia do português escrito no Brasil. In: LOBO, Tânia, Conceição Freire; RIBEIRO, Ilza Maria de Oliveira; CARNEIRO, Zenaide de Oliveira Novais; ALMEIDA, Norma Lúcia Fernandes de. (Orgs.). **Para a história do português brasileiro. Volume VI**: novos dados, novas análises. São Paulo: Humanitas. T. II, 2006, p. 575-584. Disponível em:
<https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/21589>. Acesso em: 28 dez. 2021.

RESENDE, Maria Efigênia Lage.; VILLALTA, Luiz Carlos. **As minas setecentistas**. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007.

REZENDE, Antônio Martinez. **Latina essentia**: preparação ao latim. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

REZENDE, Antônio Martinez; BIANCHET, Sandra Braga. **Dicionário do latim essencial**. Belo Horizonte: Autêntica, 2. ed. rev. e ampl., 2014.

RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. História da educação escolar no Brasil: notas para uma reflexão. **Paidéia**, n. 4, 1993. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-863X1993000100003>. Acesso em: 13 jan. 2022.

ROMAINE, Suzanne. **Socio-Historical Linguistics**. Nova York: Cambridge University Press, 3 ed., 2009 [1982].

SAID ALI, M. **Gramática histórica da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica; Melhoramentos, 7 ed., 1971 [1971].

SALLES, Fritz Teixeira de. **Associações religiosas no ciclo do ouro**: introdução ao estudo do comportamento social das Irmandades de Minas no século XVIII. São Paulo: Perspectiva, 2 ed. rev. e ampl., 2007.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagens pelo distrito dos Diamantes e litoral do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974.

SANT'ANNA, Sherin Kirsch; MONARETTO, Valéria Neto de Oliveira. Uma Análise Sociolinguística Histórica de Escreventes Mulheres Oitocentistas. In.: XXXII Salão de iniciação científica da UFRGS. **Resumos**. Porto Alegre, 2020. Disponível em https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/227268/Resumo_69841.pdf?sequence=1. Acesso em: 28 jan. 2022.

SANTIAGO, Huda da Silva. **Um estudo do português popular brasileiro em cartas pessoais de “mãos cândidas” do sertão baiano**. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos, 2012, v. 1. Disponível em http://www5.uefs.br/cedohs/maosinabeis/pdf/dissertacao/maos_candidasV1.pdf. Acesso em: 28 set. 2021.

SANTIAGO, Huda da Silva. **A escrita por “mãos inábeis”**: uma proposta de caracterização. Tese (Doutorado em Língua e Cultura) – Universidade Federal da Bahia, Programa de Pós-graduação em Língua e Cultura, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/29323>. Acesso em: 05 nov. 2021.

SANTOS, Maria José dos; BARRERA, Sylvia Domingos. Relação entre conhecimento explícito da ortografia e desempenho ortográfico. **Psicologia Escolar e Educacional [online]**. v. 16, n. 2, p. 257-263, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-85572012000200008>. Acesso em: 15 jan. 2022.

SAVIANI, Dermeval. **História das Idéias Pedagógicas no Brasil**. Campinas-SP: Autores Associados, 2 ed. rev. e ampl., 2008.

SCARANO, Julita. **Fé e milagre**: ex-votos pintados em madeira, séculos XVIII e XIX. São Paulo: EDUSP, 2003.

SEIXAS, V. C. **As abreviaturas na escrita setecentista**: pistas gráficas como recurso subsidiário de caracterização sociolinguística do escrevente. 2020. Tese (Doutorado em Linguística). Belo Horizonte: Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, 2020.

SILVA, Thaís Cristófaros Alves da. Consciência fonológica. In.: Glossário Ceale (Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita). **Termos de Alfabetização, Leitura e Escrita para educadores**. Belo Horizonte: Ceale/FaE/UFMG, 2021. Disponível em: <http://ceale.fae.ufmg.br/app/webroot/glossarioceale/verbetes/consciencia-fonologica>. Acesso em: 10 nov. 2021.

SILVA, Thaís Cristófaros Alves da. Correspondência grafofonêmica. In.: Glossário Ceale (Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita). **Termos de Alfabetização, Leitura e Escrita para educadores**. Belo Horizonte: Ceale/FaE/UFMG, 2021. Disponível em: <http://ceale.fae.ufmg.br/app/webroot/glossarioceale/verbetes/correspondencia-grafofonemica>. Acesso em: 10 nov. 2021.

SILVA, Thaís Cristófaros Alves da. Fonética articulatória: quadro fonético. In.: **Fonética e fonologia**. Belo Horizonte, 2021. Disponível em: <https://fonologia.org/fonetica-articulatoria-quadro-fonetico/>. Acesso em: 15 dez. 2021.

SILVA, Thaís Cristófaros Alves da. Fonética articulatória: quadro fonético. In.: **Fonética e fonologia**. Belo Horizonte, 2021. Disponível em: <https://fonologia.org/fonetica-acustica-consoantes/>. Acesso em: 31 jan. 2023.

SIMÕES, Darcília. **Fonologia em nova chave**: considerações sobre a fala e a escrita. Rio de Janeiro: HP Comunicações, 2003.

SOARES, Magda. Português na escola: história de uma disciplina curricular. In: BAGNO, Marcos (Org.) **Linguística da norma**. São Paulo: Edições Loyola, 2002, p. 77-155.

SOARES, Magda. **Letramento**: um tema em três gêneros. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 3 ed., 2009 [1998].

SOBRINHO, José Amarante Santos. Esboço para uma história social do latim no Brasil: construindo uma periodização. Episódio I – Período Colonial. In.: MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia; OLIVEIRA, Klebson; SOBRINHO, José Amarante Santos. **Várias navegações**: português arcaico, português brasileiro, cultura escrita no Brasil, outros estudos - Em homenagem a Therezinha Barreto. Salvador: EDUFBA, 2012, p. 261-302. Disponível em: <http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/17758>. Acesso em: 29 out. 2021.

SOUZA, Grayce Mayre Bonfim. Uma trajetória racista: o ideal de pureza de sangue na sociedade ibérica e na América portuguesa. **Politeia: História e Sociedade**. Vitória da Conquista, v. 8, n. 1, p. 83-103, 2008.

STUMPF, Roberta Giannubilo. Minas contada em números – A capitania de Minas Gerais e as fontes demográficas (1776-1821). **Revista Brasileira de Estudos de População [online]**. v. 34, n. 03, p. 529-548., 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.20947/S0102-3098a0029>. Acesso em: 27 jan. 2022.

TARALLO, Fernando. **A pesquisa sociolinguística**. São Paulo: ABDR/ Ática, 9 ed., 2002 [1986].

TELLES, Célia Marques. Grafia de textos e fonologia do português nos séculos XV e XVI. **Revista da ANPOLL**, n. 18, p. 43-58, 2005. Disponível em: <https://revistadaanpoll.emnuvens.com.br/revista/article/view/439/448>. Acesso em 05 jan. 2022.

TELLES, Célia Marques; LOSE, Alicia Duhá. Escrita e fala: o que ensinam os textos não literários. **Línguas & Letras**, [S. l.], v. 11, n. 20, 2010. DOI: 10.5935/rl&l.v11i20.4140. Disponível em: <https://saber.unioeste.br/index.php/linguaseletras/article/view/4140>. Acesso em: 6 jul. 2023.

TEYSSIER, Paul. **História da língua portuguesa**. Tradução por Celso Cunha. São Paulo: Martins Fontes, 1980.

VARTULI, Silvia Maria Amâncio Rachi. Redigir “por outras mãos”: os usos da escrita em Minas Gerais no período colonial. In.: FONSECA, Thaís Nivia de Lima e. (Org.); CARVALHO, Carlos Henrique de; FARIA FILHO, Luciano Mendes de (Coord.). **História da Educação em Minas Gerais: da Colônia à República Uberlândia-MG**: EDUFU, v. 1, 2019, p. 107-130. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/30838/1/Hist%C3%B3riaEduca%C3%A7%C3%A3oMinas.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2022.

VASCONCELOS, Pe. Simão de (1865[1663]). *Chronica da Companhia de Jesu do Estado do Brasil e do que obraram seus filhos nesta parte do novo mundo*. Lisboa: Editor A. J. Fernandes Lopes.

VENÂNCIO, Renato Pinto. Paracatu: movimentos migratórios no século XVIII. **Locus: Revista de História**, [S. l.], v. 4, n. 1, 1998. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/20459>. Acesso em: 27 jan. 2022.

VÉRA, António. F. **Orthographia ou modo para escrever certo na língua portuguesa**. Lisboa: Marthias Rodriguez, 1631. Disponível em: <http://purl.pt/45/1/index.html>. Acesso em: 24 set. 2021.

VERNEY, L. A. **Verdadeiro metodo de estudar, para ser util à Republica e à Igreja**: proporcionado ao estilo e necessidade de Portugal: exposto em varias cartas. Valença: Oficina de Antonio Balle, 1746. Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=iYCEXSznTugC&print-sec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false. Acesso em: 03 jan. 2022.

VIARO, Mário Eduardo. **Etimologia**. São Paulo: Contexto, 2014.

VIEIRA, Francisco Eduardo; FARACO, Carlos Alberto. **Escrever na universidade: fundamentos**. São Paulo: Parábola, 2020.

VILLALTA, Luiz Carlos. Introdução. In.: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos. **As minas setecentistas**. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007, v. 2, p. 249-252.

VILLALTA, Luiz Carlos. A Igreja, a sociedade e o clero. In.: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos. **As minas setecentistas**. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007, v. 2, p. 25-59.

VIOLA DE LERENO (1798-1826). Domingos Caldas Barbosa; Viola de Lerenó. Rio de Janeiro: Nacional, 2 vol., 1944.

WEINREICH, Uriel; LABOV, William; HERZOG, Marvin. Empirical Foundations for a theory of language change. In: LEHMANN, Winfred. P.; MALKIEL, Yakov. (eds.). **Directions for historical linguistics**. Austin: University of Texas Press, 1968.

WILLIAMS, Edwin Bucher. **Do Latim ao Português: fonologia e morfologia históricas da língua portuguesa**. Traduzido por Antônio Houaiss. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 3. ed., coleção Biblioteca Tempo Universitário, v. 37, 3 ed., 1975.

WRIGHT, Roger. Semicultismo. **Archivum Linguisticum**, v. 7, n. 1, p. 13-29, 1976.

WRIGHT, Roger. **Latín tardío y romance temprano en España y la Francia carolingia**. Madrid: Gredos, 1989.

ZIERER, Adriana; MESSIAS, Bianca Andrade. Os monges e as viagens imaginárias ao Além: a Visão De Túndalo. **Revista Brathair**, v. 11, n. 2, p. 70-84, 2011. Disponível em: <https://ppg.revistas.uema.br/index.php/brathair/article/viewFile/692/614>. Acesso em: 03 mar. 2023.

ZIERER, Adriana Maria de Souza. Fernão Lopes e seu papel na construção na imagem de D. João I, o rei da boa memória. **OPSIS**. Catalão, v. 12, n. 1, p. 269-293, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufcat.edu.br/Opsis/article/view/18311/12561>. Acesso em: 20 mar. 2023.

ZORZI, Jaime Luiz. **Aprender a escrever: a apropriação do sistema ortográfico**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

ZORZI, Jaime Luiz. **Aprendizagem e distúrbios da linguagem escrita: questões clínicas e educacionais**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

**APÊNDICE – Levantamento ortográfico em dicionário do século XVIII
(BLUTEAU, 1712-1728) e em dicionário etimológico (CUNHA, 2010)**

Ocorrência	<i>Vocabulário português e latino (século XVIII)</i>	<i>Dicionário etimológico</i>
acção acçoens	acçam, acção, aução acçoens	lat. <i>actiō -ōnis</i>
aCeio	aceo, acèo, aceyo	lat. * <i>assēdāre</i>
acentos	acento, accento	lat. vulg. * <i>adsentāre</i>
aCezas	aceso, acésio, acesas, acesos	lat. <i>accēnsu</i>
acodir	acudir	forma antiga de <i>recudir</i> , lat. <i>recūtēre</i>
acrecentar acrescentarâm	acrecentar acrescentarão ¹²¹	lat. * <i>accrescentāre</i>
admetirem ademettidos ademetido ademettidos admetidos ademetidas	admitir, admittir admitido; admittido	lat. <i>admittēre</i>
admoestou admoestaçam	admoestar, amoestar admoestaçam, amoestação	lat. pop. * <i>admoestāre</i>
advirtir	advertir	lat. * <i>advertīre</i>
alcanse	alcançar, alcance ¹²²	cruzamento do lat. * <i>incalciāre</i> e do lat. * <i>accalciāre</i>
algu algunz algua alguas algumma	algum, algùm, algũ alguns alguma, algũa	lat. * <i>alīcūnus</i> (< <i>alīquis</i> + <i>ūnus</i>)
allem	alem	lat. <i>illīnc</i>
amboz	ambos	lat. <i>ambo -ae -ō</i>

¹²¹ *Acrecentão-se* (tempo presente), *acrescentarão* (tempo futuro).

¹²² Forma nominal.

Anno anno annos anñ	Anno	lat. annum
annuaes annuais anuaes anualmente Annualmente	annual, annuâl ¹²³ anualmente	lat. annuālis
aoz	os ¹²⁴	combinação do lat. ād e do lat. ĩllu
apareSeu aparesseu apareseu	aparecer, apparecer appareceo	lat. apparēscēre
apresentar apresentará	apresentar, presentar	lat. praesentĭa -ae
aprovaçoens	aprovaçam, aprovação	lat. approbātĭō -ōnis
aquelles áquelles aquillou	aquelle aquillo	lat. eccu ĩlle
asentando	assentar, assentando	lat. vulg. *adsentāre
asestir asertirá asestiraõ asestirem asistaõ aSistiraõ asistirá	assistir	lat. assistēre
asignada asinada asinou aSinou asinarem	assinado, assinada assinare, assignar	lat. assignāre
asim aSim	assi, assim, assím	lat. ad -sĭc
aSistencia acistencia	assitencia, assistência	lat. assistēre

¹²³ Não foi identificada a forma plural na descrição do verbete.

¹²⁴ Não foi encontrada a contração da preposição *a* e do artigo *o*, porém foi identificada a forma plural *os* na descrição do artigo *o*.

attendendo attendível	attendendo, attender	lat. attēdere
auzenta Auzentado auzente	ausentarse ausente	lat. absentāre
aver aõ aveis avendo averá Averá avia ouver Ouver ouverem hajão	haver hãõ, háõ haverâ havia houvera	lat. habēre
aVizar avizará	avisar avisara	fr. aviser derivado do lat. vīsum
azues	azul, azùl, azues	“persa <i>lāzwārd</i> , através do lat. me. <i>azurium</i> e do fr. <i>azur</i> ”(p.73, itálicos do autor).
bemfeitores	bemfeitor, benfeitôr, bemfeitores	lat. *benefactoria
bonz	bom, bons	lat. bōnus
bottou	botado (no seu lugar; lançado, p. 167)	fr. ant. boter
bramca bramcas	branca brancas	germ. blanck
Cahir cahindo	cahir cahindo	lat. cadēre
camma	cama	lat. hisp. cama
Capella Capellas	capella	lat. cappēlla
Capellam Capellaõ Capellão Capelam	capellam; capellâõ; capellaõ	prov. ant. capelan
cassaca	casaca	fr. casaque

cauza Cauza cauzar	causa causar	lat. causa
Caza caza Cazas cazas Cazado Cazada Cazarem	casa casas casado casada casar	lat. casa
cazo cazos	caso casos	lat. cāsus
ce	se	lat. sē
co	com	lat. cŭm
Comcubinato Comcubinado Comcubinada	concubinato, concubináto	lat. concubīnātus -ūs
Cominação cominação cuminacão	comminaçam, comminação	lat. commminatīō -ōnis
Comdenada	condenado, condenádo	lat. condemnāre
comforme	conforme	lat. conformāre
commeter	cometer; commeter, cometter	lat. committēre
Commissario	commissario	fr. commissaire, derivado do lat. tardio commissārius
commo Commo	como	lat. vulg. como; lat. class. quomodo
Comonicacão	communicaçam, communicaçãõ, cõmunicaçãõ,	lat. comūnicātīō -ōnis
Completo	completo; cõpleto	lat. complētus
compoziçam	composiçam, composiçaõ	lat. compositīō -ōnis
Comprimicio	compromisso	lat. comprōmissum
concerjado concerjasaõ	conservado, conservádo conservaçam, conservaçaõ	lat. con-servāre lat. cōservātīō -ōnis

Conciderando concidere concideraçam	considerar consideraçam, consideraçãõ	lat. cōnsidērāre lat. cōnsīderātīō -ōnis
concillio	concilio	lat. concīlĭum
Concinta concentindo	consentir, consentĭr	lat. consentĭre
conciencia	conciencia, consciencia	lat. cōnscientĭa
concorrãõ	concorrer	lat. con-currĕre
Condisaõ	condiçam, condiçãõ	lat. conditiōnem
Confesava Confesssava confese Confiçoenz	confessar confesse confissam, confissaõ, confissoens	lat. confessare lat. confessio -ōnis
contomáz	contumaz, contumáz	lat. contŭmāx -ācis
Conversse conversse Comversse	conversar	lat. conversārĭ
conssistindo	consistir, consistĭr	lat. con-sistĕre
Conssistorio	consistorio, consistório	lat. cōnsistōriŭm -ĭi
constaõ	constar	lat. con-stāre
Coraçoenz	coraçam, coraçãõ	lat. cor
cordam	cordam, cordaõ	fr. cordon
costumaõ	costumar	lat. *co(n)suetŭmĭne (cōnsuētŭdō - dĭnis)
costummes	costume	lat. *co(n)suetŭmĭne (cōnsuētŭdō - dĭnis)
couza couzas coizas	cousa	lat. causa

Crioulla	crioulo; criôulo	deverbal de <i>criar</i> (lat. creäre) mais sufixo não explicado
crus	cruz, crùz	lat. crux crūcis
dahi	dahi	contração da preposição <i>de</i> e do advérbio <i>aí</i> (lat. de; lat. ibī)
damnoz	dano, damno, danno	lat. damnum
della delle	(não encontrada a forma contraída, ver as formas <i>ella, elle</i>)	contração da preposição <i>de</i> e do pronome <i>ele</i> (lat. de; lat. ille)
defeza	defesa	lat. defensa
deligencia deligencias deligenciar	diligencia, diligência diligenciar	lat. dīligentīa
Deos Déos Deoz	Deos	lat. dēus dei
descanssem	descançar, descanceis	lat. dis e lat. campsare
desobedeçerem dezobediente	desobedecer desobediente	lat. dis e lai. ōbēdīre
despeza despezas	despeza, despèza despezas	lat. dīspensa
despuzerao	dispor	lat. dispōnēre
destinção	distiçam, distiçaõ	lat. distinctīō -ōnis
destinnado	destinado	lat. dēstīnāre
destrito	districto, destricto	lat. medieval districtus -us
determinammos determinaçoenz	determinar (não encontrada a forma conjugada)	lat. dētermināre
devaõ	dever	lat. dēbēre
devosam devoçoens	devoçam, devaçaõ, devoçaõ	lat. devōtīo -ōnis

dezaceis	dezaseis	lat. vulgar <i>dēcēm et sex</i>
dezacredita	desacreditar, desacredita	lat. <i>dis</i> e lat. <i>crēdēre</i>
dezempatará	empatar ¹²⁵	lat. <i>dis</i> e it. <i>impattare</i>
dezempenhada	desempenhar	lat. <i>dis</i> e lat. <i>tardio</i> * <i>impignāre</i>
dezordens	desordem, desordens	lat. <i>dis</i> e lat. <i>ōrdo</i> <i>ōrdīnis</i>
dicer	dizer, disse, disseréis	lat. <i>dīcēre</i>
director	director, directór	fr. <i>directeur</i> , adaptado do lat. <i>tardio</i> <i>director</i> - <i>ōnis</i>
discedirá	decidir	lat. <i>dēcīdēre</i>
discredito	descredito, descrêdito	lat. <i>dis</i> e <i>crēdītum</i>
disculpa	desculpa	lat. <i>dis</i> e lat. <i>cūlpāre</i>
dispozição dispoziçam	dispoziçam, dispoziçaõ	lat. <i>dispositiō</i> - <i>ōnis</i>
ditta dittas Dicta	dita; ditta; dicta	lat. <i>dicta</i> (part. pass. lat. <i>dīcēre</i>)
ditto	dito, ditto, dicto	lat. <i>dictus</i> (part. pass. lat. <i>dīcēre</i>)
diverças	diverso	lat. <i>diversus</i>
doaçóens	doaçam, doaçóens	lat. <i>dōnātiō</i> - <i>ōnis</i>
doz	dos	contração da preposição <i>de</i> e do pronome <i>o</i> (lat. <i>de</i> ; lat. <i>īllu</i>)
edificaçam	edificaçam, edificaçaõ	lat. <i>aedificātiō</i> - <i>ōnis</i>
ella elle elles	ella elle	lat. <i>īlla</i> lat. <i>īlle</i>
elleiçaõ Eleiçam eleiçoens eleiçoenz Eleiçoens	eleiçaõ	lat. <i>electiōnem</i> - <i>i</i>

¹²⁵ Não foi encontrada correspondência para *dezempatará* no vocabulário de Bluteau, porém outras palavras nos levam a crer que a grafia seja em *s*, como desarmar, desalterar, desamarrar, desempedir, desestimar, desfabricar etc.

elejão elleito	eleger eleito	lat. <i>ēlīgĕre</i> lat. <i>electus</i>
emcargos	encargo, encargos	lat. <i>carrus</i> (antigo <i>encarrego</i> , de verbal de <i>encarregar</i>)
emcorre	encorrer, incorrer	lat. <i>incŭrrĕre</i>
emcorporar	encorporar, incorporar	lat. <i>tardio</i> e <i>eclesiástico in-corporālis</i>
emfame emfamia	infame, infâme infamia, infâmia	lat. <i>infāme</i> lat. <i>infāmĭa</i>
emfermidade	enfermidade	lat. <i>ĭnfirmitātem</i>
emganno	engano	lat. <i>*ingannāre</i>
empedimento empedido empedir	empedimento impedir, impedir	lat. <i>impedimĕntum</i> lat. <i>impedĭre</i>
emredador	enredado, enredar	lat. <i>ĭn</i> e lat. <i>rĕte -is</i>
emterro	enterro	lat. <i>ĭn</i> e lat. <i>tĕrra</i>
emtrar emtrarem entraõ emtrada emtrante	entrar entraraõ, entravaõ entrada, entrâda	lat. <i>ĭntrāre</i>
emtregando emtregará intregará	entregar	lat. <i>ĭntĕgrāre</i>
emtremeter	entremeterse, intrometter(se)	lat. <i>intrōmĭttrĕ</i>
emvolto desemvolto	envolto desenvolto	lat. <i>involŭtus</i> lat. <i>des</i> e lat. <i>involŭtus</i>
entam	entam, entaõ	lat. <i>ĭn tŭnc</i>
Erecta erecta erecção	erecto erecçam, erecçaõ	lat. <i>ērĕctus -a -um</i> lat. <i>ērĕctĭō -ōnis</i>
esCandallo	escandalo; escândalo	lat. <i>scandālum -ī</i>
Escapullario	escapulario; escapulário	lat. <i>tard. scapularium</i>
escripto	escrito, escrĭto, escripto	lat. <i>scrĭptus</i>

escrutinnio	escrutinio; escrutínio	lat. scrūtiniŭm -ī
escuza	escusa	lat. excūsātiō
esmolla esmollas	esmola	lat. eleēmosŷna (> *elmosna > esmolna > esmonla > esmola > esmola)
Espirituaes Spíritual Spírito	espiritual, espirituaes espirito, espirito	lat. spīrítuālis lat. spīrítus -us
estabelleceu	estabelecer; estabeleceo	lat. *stabīliscĕre (incoativo de stabīlire)
estabilidade	estabilicidade, estabilidade	lat. stabīliās -ātis
estam estejão	estar, estaõ	lat. stāre
estatuttos Estatuttos Statuto	estatuto	lat. statūtūs -ūs
evittar	evitar	lat. ēvītārē
executtar	executar	lat. *exsecutāre (frequentativo de exsequi)
exercitta	exercitar; exercita	lat. exercitāre
expozisaõ	exposiçam	lat. expositiō -ōnis
expulço expulços expulçado	expulso expulsar	lat. expulsus -a -um lat. expulsāre
extraordinnario	extraordinario	lat. extraordināriŭs -a -um
falescer fallecer falescido falescerem falescidos	falecer; fallecer	lat. *fallescĕre (incoativo de fallĕre)
fas fassa fes fis faram fizerão	fazer, faz faça fez fiz farey, farei, fareis fizerão	lat. facĕre

freguezia Freguezia	freguezia, freguezia	lat. hispânico *filiuecclesiae
Fũçoens Funçoens	funçam, funçaõ	lat. functio -õnis
Gloriozo	glorioso	lat. gloriõsus
goardará guardaõ	guardar, goardar	lat. medieval guardāre
gravessissimo gravississimo gravessissimas gravississimas gravessissimas	grave, gravemente, gravidade ¹²⁶	lat gravis
hir hirá hiram hirem vam	hir, ir vaõ	lat. ĩre
homen	homem, homẽ, homens	lat. hõmõ -ĩnis
hum huns unz hua humma huma	hum huns huma, humas	lat. ũna (arc. ũa)
idonios	idoneo, idõneo, idoneos	lat. idonẽus
iguaes	igual, iguál, iguaes	lat. aequālis
illicita	illicito; illicito	lat. illicĩtus
imcorporada	incorporada	lat. tardio e eclesiástico incorporāre
incumbe	incumbir, incumbe	lat. incumbẽre
imenda	emenda	lat. ĩmẽndāre
imformaçam imformaçaõ imformacçam emformaçam emformacçam emformaçoens	enformaçam, enformaçaõ, informaçaõ enformaçoens	lat. informātio -õnis

¹²⁶ Não foi encontrada a forma superlativa de *grave*.

informar informem emformado emformará informadores	enformar, informar enformador, enformadôr, informador	lat. in-formāre
immediacto imediatamente	immediato imediatamente	lat. mēdīus; fr. intermediaire
immitadores	imitador	lat. imitātor -ōris
imprestarão imprestimos	emprestar, prestar emprestimo, emprèstimo, prestimo	lat. ĩn e lat. praestāre
incorregivel	incorregivel, incorregível, incorrigivel	adaptado do fr. incorrigible, derivado do lat. in-corrīgībilis-e
incurço	incurso	lat. in e lat. cursus -us
indispençavelmente	indispensavelmente	lat. in e lat. dispēnsāre
individuaes	individual	fr. individuel
imfermo imfermos	enfermo	lat. ĩnfīrmus
inherentes	inherente	lat. inhaerens -entis
innove	innovar	lat. innovāre
inserramento	encerramento	lat. ĩn e lat. tardio serāre
intende	entender, intender, entende	lat. ĩntēndēre
interrar interrarem interro	enterrar enterro	lat. ĩn e lat. tērra
Irmam Irmaons Irmaans	irmaõ irmaõs irmaãs (fem. irman/irmaã)	lat. germānus
irremecivelmente	irremissivelmente	lat. irremissibilis -e
izenta izentos	isento, izenta, isenta izentos, isentos	lat. exemptus
jurisdiçam	jurisdiçam, jurdiçaõ, jurisdiçaõ	lat. jurisdictīo -ōnis
justeficada	justificar, justificado	lat. justificāre

ladram	ladraõ	lat. latro -õnis
lançe lancaraõ	lançar, lance lançarem	lat. lancëa
legitimmo	legitimo	lat. legitĩmus
lemitte	limite	lat. limes -ĩtis
licitto	lĩcito	lat. licĩtus
mam maons	maõ, mão mãos	lat. mǎnus -us
maz	mas	lat. mǎgis
Menistro menisterios	ministro ministêrio, ministerio	lat. mĩnĩstrum lat. mĩnĩstêrium
mennos	menos	lat. minus
meza Meza mêza Mezas Mezarios Menzarios Menzarioz	mesa, meza, mensa mesas	lat. mensa lat. mensariũs
mez mêz mezes	mes, mez meses	lat. mensis
mizaravel mizarel	miseravel	lat. miserǎbilis
molheres	molher, mulher, molheres, mulheres	lat mũlier mũliëris
muitta Muinto	mui; muy; muito; muyto	lat. multus -a -um
muzica Muzica	mũsica, musica	lat. mũsĩca
nam	nãõ, nam	lat. non
naquelle naquelles	(nãõ encontradas; ver as formas <i>elle, ella</i>)	contração da preposição em e do pronome aquele (lat. ĩn; lat. eccu ĩlle)
naturaes	natural, naturaes	lat. nǎturǎlis
neçessarios	necessario	lat. necessǎrius -a

necesita	necessitar, necessita	lat. medieval necessitāre
nella nelle	nelle	contração da preposição em e do pronome ele ((lat. ĩn; lat. ĩlle)
noteficada noteficado	notificar notificado	lat. nōtificāre
novamente	nova ¹²⁷	(etimologia não encontrada; <i>novo</i> - lat. nōvus -a)
noz	nōs, nòs, nos	lat. nōs
Novicios	noviço, noviços	lat. novīcius -a
numero	numero	lat. numērus -ī
obrigaçam obrigaçõens obrigaçõens obrigaçõenz	obrigaçãõ, obrigaçãõ obrigações	lat. obligātīō -ōnis
occizam occizioens occasioneam	occasiaõ; occasioens occasionar	lat. occāsiōne
ocupaçam ocupaçam ocupasaõ ocupaçõens	ocupaçãõ	lat. occupātīō -ōnis
Ofecial Offeciais officiaes Officiaes Ofeciaes ofeciaes	official officiaes	lat. ōfficiālis
ofenssas	offensa	lat. offēnsa -ae
officio officios	officio officios	lat. ōfficiūm -i
Onra	honra	lat. hōnōrāre
oposição	opposiçãõ, oposiçãõ	lat. oppositīō -ōnis
ordennarem ordennado ordinnario	ordenar ordēnado; ordenado ordinário; ordinario	lat. ōrdīnāre lat. ōrdinārius -a

¹²⁷ Não foi encontrada a forma *novamente*.

padesa	padecer	lat. *patēscēre
paixam	paixão, payxão	lat. passio -ōnis
pareçer	parecer	lat. *parēscēre
Parocho	parroco, paroco, parrocho	lat. parōchus -ī
particullar partecular	particular	lat. particulāris -e
passage	passagem	fr. passage
Patriarcha	patriarcha, patriarca	lat. patriarcha -ae
pauza	pausa	lat. pausa -ae
pella pellas pello pellos	(não encontrada a forma contraída, ver as formas <i>ella, elle</i>)	contração da preposição per e do pronomes lo (lat. pēr; lat. ea ¹²⁸)
penna ¹²⁹	pena	lat. poena -ae (derivado do grego póinē)
pençaõ	pensaõ	lat. pēnsiō -ōnis
pequenno	pequeno	lat. vulgar pitinnus ¹³⁰
perfeizam	perfeizaõ, perfeyçaõ, perfeição	lat. perfectiō -ōnis
permitta	permitter	lat. permittēre
perniciozas	pernicioso	lat. perniciosus -a -um
pertubaõ	perturbar	lat. perturbāre
petiçam pettiçam Petiçam Petiçoens	petiçaõ	lat. pētītio -ōnis
pocibilidade pocivel	possibilidade possível, possivel	lat. possibilitās -ātis lat. possibilis -e
poderam	poder	lat. vulgar pōtēre

¹²⁸ Cf. Rezende e Bianchet (2014, p. 201, verbete *is, ea, id*).

¹²⁹ Importante destacar valor distintivo entre *pena* e *penna*: o primeiro refere-se à castigo ou à “pena das aves” (BLUTEAU, 1720, p. 384, v. 6) enquanto o segundo relaciona-se, exclusivamente, à “pluma de aves” ou seu sentido metafórico (BLUTEAU, p. 396, v. 6).

¹³⁰ Cf. Aulete on-line (<https://www.aulete.com.br/%20%20pequeno>).

posa posaõ	posso	
Porçiam porçiçoens Procissam porçiçãõ	procissãõ	lat. prōcessiō -ōnis
porẽ	porêm	contração de <i>por</i> e de <i>ende</i> (lat. tardio <i>por</i> e lat. <i>ĩnde</i>)
pouzada	pousâda, pousada	lat. pausāre
precizo perciza percizos percizãõ	preciso precisa precisos precisaõ	lat. praecīsus -a -um lat. praecīsīō -ōnis
prellados Prellados	prelâdo; prelado	lat. praelātus
preminencia	preminencia	lat. tardio praeēminēntia
pretta prettas	preto	lat. *prettus
prezente prezentes prezença	presente presentes presença	lat. praesens -ēntis lat. praesentīa -ae
prezidir prezidindo	presidir	lat. praesidēre
prezo prizaõ	preso prisaõ, prisão	lat. prensus (prēhēnsus) lat. prēhēnsiō -ōnis
principaes	principal, principaes	lat. prīncīpālis -e
principiaõ	principiar	lat. tardio prīncipiāre
prigo	perĩgo	lat. pērīculum -ī
primmeira	primeira; primeyra	ver <i>primmeiro</i>
primmeiro	primeiro; primeyro	lat. prīmārius -a -um
profannos	profano	lat. profānus -a -um
Profiaõ Profissam Professam	profissaõ	lat. professiō -ōnis
Provizoens	provisaõ, provisoens	lat. prōvisiō -ōnis

punnido	punido; punido	lat. pūnīre (punir)
purçaõ	porçaõ, porçaõ	lat. portīõ -õnis
quaes quaesquer	qual, quaes qualquer	lat. quālis Formação de <i>qual</i> e de <i>quer</i> (lat. quālis e lat. quaerēre)
razam	razão, razaõ	lat. rātīõ -õnis
reencidir	reincidir	lat. re e lat. incidēre
regullado	regular	lat. regulāre
remissam	remissão	lat. rēdīmēre; lat. remissīõ -õnis
repreçam reprehençam reprehendido	reprehensaõ, reprensaõ reprehender	lat. reprehēnsīõ -õnis lat. rēprēhēndēre
requezetos requezetitos	requisito; requisitos	substantivação do adjetivo latino requīsītus
reteficarem	retificar, rectificar	lat. rēctificāre
rezẽ	rezar	lat. rēcītāre
rezide	residir	lat. residēre
reziduos Reziduoos	residuo, residuos	lat. residūum -i
rezulta Rezultou	resultar, resulta	lat. resultāre
rozario	rosario	lat. eclesiástico rosārium
Sabbados	sabado; sabbado	lat. sabbātum -ī
Sacerdotaes	sacerdotal, sacerdotas	lat. sacerdōs -ōtis
Sachristia	sacristia	lat. medieval sacristia
sãgue	sangue	lat. sanguen
sahir sahirá sahiram sahida	sahir sahirà sahirão sahída, saida, sahida	lat. sālīre
sẽ	sem	lat. sīne

secretta	secreto; secreta	lat. sēcrētus -a -um
seçar SeSar	cessar	lat. cessāre
sencurada sencurado Sensurada sensurada Sensurado sensurado Sensuras	censurar censura, censúra	lat. cēnsūra
Seos seos	seu, seo seus	lat. sūūs
seram Seram sam sejaõ he hé	ser, serà saõ he	lat. sēdēre
Sermam Sermoens	sermaõ sermões	lat. sermō -ōnis
servisso	serviço	lat. sērvītium
Sestas	sexta	lat. sexta feria
sincarregase	encarregar	lat. ĩn. e lat. carrus
Sinco sinco Sincoenta sincoenta sinquenta	cinco cincoenta	lat. vulgar cīnque lat. vulgar cīnquagīnta
simma sima	cima	lat. cȳma (derivado do grego kyma)
sirvão	servir, sirvo, sirvas, sirva	lat. servīre
sobscrita	sobscrever, subscrever	lat. subscrīptiō
Solemne Solemnes solemnidade	solemne, solenne, solene solemnidade	lat. sollemnis -e lat. sol(l)em(p)nitās -ātis
submissam	submissaõ, somissaõ, sumissãõ	lat. submissiō -ōnis

sucesivos	successivo	lat. tardio successivus
sugestam	sugestaõ	lat. suggestiõ -õnis
superiores	superior, superiores	lat. superior -ius
suspenço	suspensio	lat. suspēsus
tam	tam, tão	lat. tam
taõbem	tambem	Formação de <i>tan</i> e de <i>bem</i> (lat. tam e lat. bēne)
Tejuco	-	tupi tu'juka
tenhão tiverão	ter, tenho tiverão	lat. tēnēre
Terdentino terdentino Terentino	-	lat. tridentini -orum ¹³¹
Tezoureiro Tezouro Tizoureiro	thesoureiro, tesoureiro	lat. thēsaurārius
todoz	todo, todos	lat. tōtus
tranzito Tranzito	transito	lat. trānsitus -ūs
tratto	trato	lat. trāctus -ūs
uzar	usâr, usar	lat. *ūsāre
valioza	valioso, valiosas	lat. tardio valor -õris
Vazo	vaso	lat. vulgar vasum
ves vês	vêz, vez	lat. vīcis
vizar vezitar vizitará Vezita vezita Vezitador vezitador vezitador Vizitadores	visitar visita visitadôr	lat. vīsītāre fr. visite lt. vīsītātor

¹³¹ Aulete on-line (Disponível em: <https://www.aulete.com.br/tridentino>. Acesso em: 20 fev. 2023).

Villeza	vilêza; vileza	lat. vīlis -e
vottar vottará votte votto vottos	votar voto votos	lat. *vōtāre (iterativo de vovēre) lat. votum -ī
Zellador	zeladôr; zelador	ver <i>zello</i>
zello	zelo	lat. zēlus

Fonte: Bluteau (1712-1728); Cunha (2010).